

# **SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S. A.**

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Matriculada na C.R.C. da Maia

sob o nº Único de Matrícula e Identificação Fiscal 506 035 034

Capital Social: 253 319 797,26 euros

Sociedade Aberta

## **RELATÓRIO ANUAL**

### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS**

#### **EXERCÍCIO DE 2018**

27 de março de 2019

## **Índice**

### **Relatório de Gestão**

#### **Anexos ao Relatório de Gestão e Participações Qualificadas**

Anexo a que se refere o artº. 447 do Código das Sociedades Comerciais

Participações qualificadas

Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº. 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários

### **Relatório do Governo da Sociedade**

#### **Demonstrações Financeiras separadas**

Demonstração de Posição Financeira

Demonstração de Resultados

Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas anexas às Demonstrações Financeiras

#### **Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Demonstração Consolidada de Posição Financeira

Demonstração Consolidada de Resultados

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

### **Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria e do Conselho Fiscal**

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira separada e consolidada

Relatório do Conselho Fiscal

**Sonae Indústria, SGPS, SA**  
Sociedade Aberta  
Capital Social € 253 319 797.26  
Matriculada na C.R.C. da Maia sob o nº Único  
de Matrícula e Identificação Fiscal 506 035 034

**SONAE INDÚSTRIA**

# **Relatório de Gestão 2018**

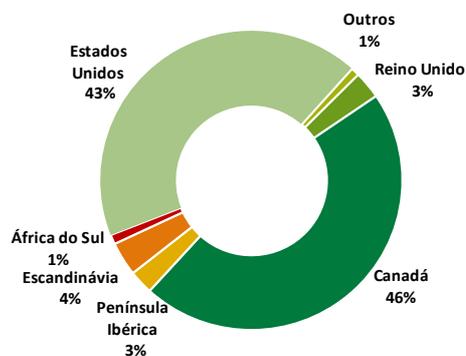
27 março 2019

## ÍNDICE

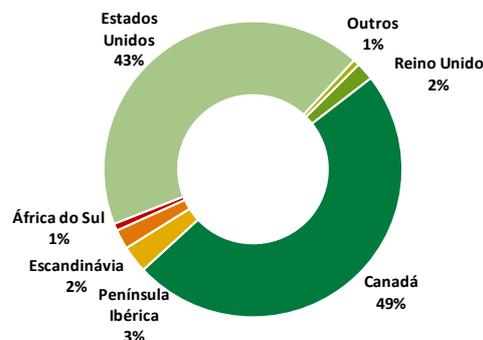
PRINCIPAIS INDICADORES .....	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	4
1. A SONAE INDÚSTRIA.....	6
1.1. NEGÓCIO.....	6
1.2. HISTÓRIA.....	9
1.3. PRODUTOS .....	9
1.4. ESTRATÉGIA .....	13
1.5. <i>IMPROVING OUR WORK</i> (IOW) .....	14
1.6. PRINCIPAIS EVENTOS EM 2018 .....	16
2. ANÁLISE SETORIAL.....	17
3. ANÁLISE DE ATIVIDADE.....	20
3.1. VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE .....	20
3.2. ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	21
3.2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA .....	21
3.2.2. INVESTIMENTO .....	22
3.2.3. Demonstração consolidada de posição financeira (DCPF) .....	23
3.3. RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAE INDÚSTRIA, SGPS.....	24
3.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	24
3.5. INDICADORES PROPORCIONAIS (NÃO AUDITADOS) .....	24
3.6. PERSPETIVAS FUTURAS PARA 2019 .....	26
3.7. INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES E EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO .....	26
3.8. TRANSAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS .....	28
3.9. POLÍTICA DE DIVIDENDOS.....	28
3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	28
4. GESTÃO DE RISCOS .....	29
4.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DE CRÉDITO .....	29
4.2. RISCOS DE MERCADO.....	29
4.3. RISCOS LEGAIS .....	31
4.4. RISCOS OPERACIONAIS .....	31
5. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA (NÃO AUDITADO).....	32
5.1. RELATÓRIO SOCIAL .....	32
5.2. RELATÓRIO AMBIENTAL .....	38
6. NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS.....	42
ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS .....	43
ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS.....	43
PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS .....	44
DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS .....	45
GLOSSÁRIO .....	46

## PRINCIPAIS INDICADORES

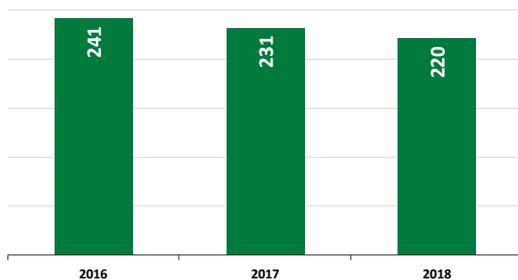
**Volume de Negócios por mercado  
2017**



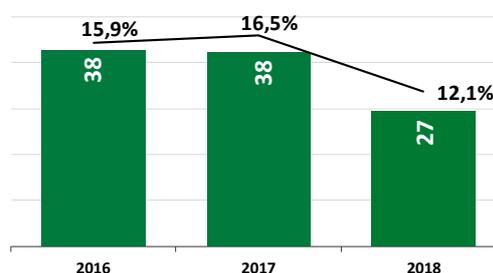
**Volume de Negócios por mercado  
2018**



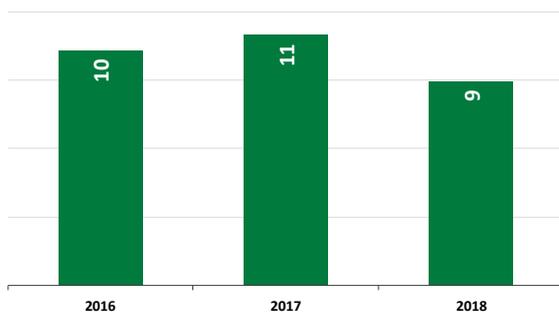
**Volume de Negócios**  
Milhões de Euros



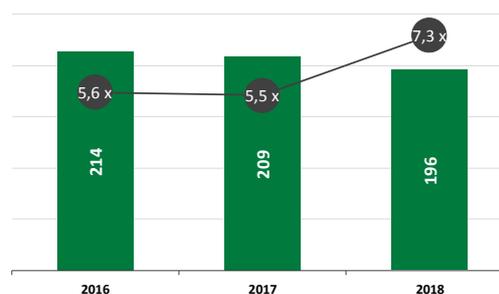
**EBITDA Recorrente**  
Milhões de Euros e margem



**Fundo de Maneio**  
Milhões de Euros



**Dívida líquida e Dívida líquida/EBITDA recorrente**  
Milhões de Euros



## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os resultados da Sonae Indústria em 2018 foram marcados por um contraste acentuado entre a primeira e a segunda metade do ano. Apesar do segundo semestre do ano ter sido mais desafiante, conforme referido mais à frente, é com agrado que informo que a Sonae Indústria apresentou resultados líquidos consolidados positivos pelo terceiro ano consecutivo atingindo 11,0 milhões de euros em 2018.

Os resultados proporcionais, que consideram a nossa participação de 50% na Sonae Arauco, refletem menores contributos dos nossos dois negócios principais no 2S18, levando a um EBITDA Recorrente Proporcional de cerca de 73,6 milhões de euros, com uma margem de 12,0%. A Dívida líquida proporcional foi de 311,3 milhões de euros, com um rácio Dívida Líquida para o EBITDA Recorrente Proporcional de 4,2x.

Apesar do anteriormente referido, a estrutura de capital da Sonae Indústria melhorou mais uma vez em 2018 devido, simultaneamente, a uma redução da Dívida líquida e a uma melhoria dos Capitais Próprios.

Passo agora à análise dos desenvolvimentos mais significativos do ano nos negócios integralmente detidos e também na Sonae Arauco.

O desempenho do negócio da América do Norte, no ano, ficou abaixo das nossas expectativas, essencialmente devido a custos variáveis mais elevados, mas também a um maior tempo de inatividade na produção de aglomerado de partículas. O aumento dos custos variáveis incluiu custos de transportes mais elevados (tanto no abastecimento como na venda), custos de manutenção mais elevados e maiores custos de energia térmica. O maior tempo de inatividade ocorreu, em particular, durante a segunda metade do ano devido a vários problemas de produção que limitaram a nossa capacidade de maximização de vendas. Estes problemas foram agravados por um incêndio que ocorreu em novembro numa das linhas, imediatamente após a paragem anual dessa linha, exigindo um tempo de paragem adicional durante a segunda metade desse mês e implicando um aumento material dos custos de manutenção e custos relacionados. Tal foi particularmente dececionante, visto que em outubro tínhamos atingido o melhor mês do ano a nível de produção e EBITDA.

Não obstante, durante 2018 as nossas operações na América do Norte implementaram significativos projetos de desenvolvimento de negócio. Na *International Woodworking Fair* que se realizou em agosto (EUA), lançámos, no mercado da América do Norte, duas novas texturas com tecnologia de motivos em relevo (EIR), *Feria e Brava*, e uma coleção *matching* de laminados Surforma® produzidos em Portugal para a oferta decorativa de painéis revestidos a melamina da Tafisa Canada. Estas iniciativas de mercado têm como objetivo ampliar a nossa posição de liderança em soluções decorativas na América do Norte e sentimo-nos encorajados pela receção positiva dos nossos clientes. A este respeito, continuaremos a procurar outras oportunidades de melhorar o nosso negócio da América do Norte, reforçando a oferta de produtos decorativos.

Deve também referir-se que durante o 4T18, a Tafisa Canada refinanciou a sua principal linha de crédito, aumentando o seu montante, alongando o perfil de maturidade e obtendo maior flexibilidade para suportar a execução da sua estratégia.

Os resultados da atividade de Laminados e Componentes ficaram abaixo dos alcançados em 2017, sobretudo devido a menores volumes de vendas do negócio de Laminados, em particular para a região nórdica. Têm sido postas em prática ações para recuperar esses volumes e melhorar a rentabilidade do negócio de Laminados. A iniciativa mais importante já iniciada consiste no projeto estratégico entre o nosso negócio de Laminados e o negócio da América do Norte - segundo o qual, desde o 3T18, fornecemos ao mercado da América do Norte laminados *matching* Surforma® (laminados decorativos de alta pressão) produzidos em Portugal - que já começou a trazer benefícios para ambos os negócios.

Em relação aos nossos ativos integralmente detidos, é importante referir que, em 2018, fizemos progressos na venda de imóveis e equipamentos das unidades inativas que totalizaram cerca de 7 milhões de euros. Este resultado contribuiu positivamente não só para a redução da Dívida líquida, em 2018, como também nos permitirá, a partir de 2019, reduzir os custos correntes das nossas unidades inativas.

No que diz respeito à Sonae Arauco, 2018 foi um ano desafiante com resultados contrastantes entre a primeira e a segunda metade do ano.

Na primeira metade do ano vivenciamos boas condições na maioria dos mercados onde operamos e a Sonae Arauco apresentou um conjunto sólido de resultados com um EBITDA Recorrente superior face ao 1S17. Durante

este período, com o forte compromisso das nossas equipas e o apoio dos nossos *stakeholders*, as nossas fábricas em Mangualde e Oliveira do Hospital, gravemente afetadas pelos incêndios florestais em outubro de 2017, tornaram-se novamente operacionais, permitindo-nos servir os clientes com melhorias a nível dos ativos industriais, da produção e dos processos da cadeia de abastecimento.

No entanto, a segunda metade de 2018 foi marcada por um ambiente de negócios mais difícil. Na Península Ibérica isto coincidiu com a reentrada no mercado da capacidade das nossas duas fábricas portuguesas e com a entrada de capacidade adicional por parte dos nossos concorrentes. Na Alemanha, a Sonae Arauco enfrentou condições de mercado mais difíceis na segunda metade de 2018, em particular em relação aos painéis de fibras de média densidade.

É com satisfação que comunico que, durante o ano de 2018, progredimos na execução do plano de investimento industrial da Sonae Arauco, o qual vai continuar em 2019. Este plano tem como objetivo criar um negócio mais competitivo e sustentável, produzindo melhores produtos para os nossos clientes, criando oportunidades de mercado nomeadamente em segmentos de maior valor acrescentado, e melhorando a competitividade das nossas unidades industriais. Neste âmbito, durante o 4T18 iniciamos a produção na nova prensa contínua de painéis de fibras de média densidade em Mangualde. Em 2018 também iniciamos dois investimentos importantes: uma nova linha de produção de revestimento a papel melamínico na nossa fábrica em White River, na África do Sul e um investimento para substituir duas prensas de aglomerado de partículas com tecnologia *multiday light* por uma nova prensa contínua com tecnologia de última geração na nossa fábrica em Beeskow, na Alemanha. Com o investimento em Beeskow, concluiremos um período de três anos de investimentos significativos para substituir as remanescentes prensas de aglomerado de partículas com tecnologia *multi daylight* e *single daylight* por prensas contínuas.

Desde 2008 e com o investimento previsto para 2019, teremos substituído, desativado ou vendido 14 prensas não contínuas. Tal representa um importante desembolso de capital para a Sonae Indústria, mas é um investimento fulcral para o futuro que nos dotará de uma plataforma significativamente melhorada para a criação de valor e para suportar as fases negativas dos ciclos do setor.

Por fim, gostaria de agradecer o contributo ao longo do último ano, dos colaboradores, equipas de gestão e órgãos estatutários da Sonae Indústria, mas também de os desafiar a progredir no desenvolvimento de um negócio cada vez mais rentável e sustentável, capaz de criar valor a longo prazo para os nossos *stakeholders*.

Paulo Azevedo  
*Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria*

# 1. A SONAE INDÚSTRIA

## 1.1. NEGÓCIO

### Parceria estratégica com a Arauco

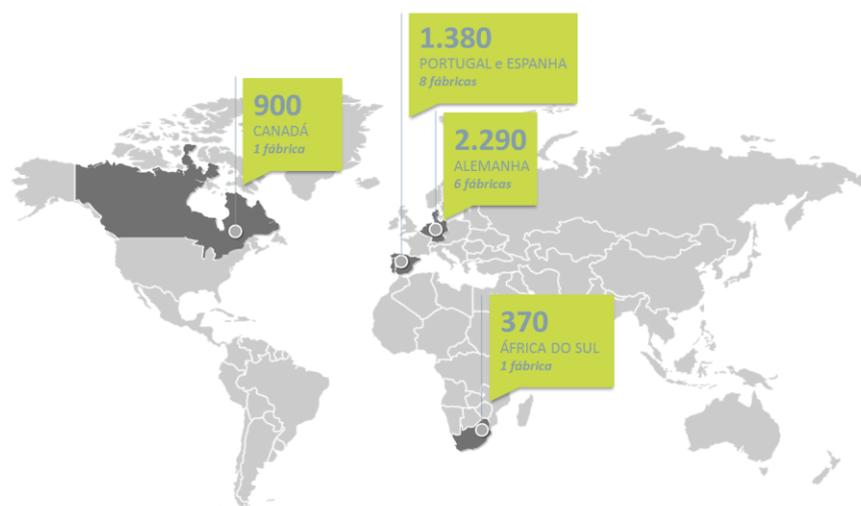
A 31 de maio de 2016 foi concluída uma parceria estratégica entre a Sonae Indústria, SGPS,S.A. e a Inversiones Arauco Internacional, Limitada (Arauco) através da “Sonae Arauco”, uma parceria 50/50 que engloba as operações de painéis derivados de madeira e atividades relacionadas que a Sonae Indústria detém na Europa e África do Sul, nomeadamente todas as suas unidades de produção de painéis derivados de madeira, químicos e papel impregnado. Esta parceria tem como objetivo criar uma empresa forte nos mercados Europeus e Sul-Africanos e reforçar o seu compromisso de longo prazo com a indústria de painéis derivados de madeira.

### Negócios detidos integralmente

Além da participação de 50% na Sonae Arauco, a Sonae Indústria detém a propriedade integral do negócio de painéis derivados de madeira na América do Norte e do negócio de Laminados e Componentes, em conjunto com alguns bens imóveis na Europa.

#### CAPACIDADE DE PRODUÇÃO INSTALADA (painéis crus, ‘000 m<sup>3</sup>)

SONAE INDÚSTRIA	900
SONAE ARAUCO	4.040



SONAE INDÚSTRIA	SONAE ARAUCO
<b>PORTUGAL</b>	<b>PORTUGAL</b>
Maia <i>HPL</i>	Castelo de Paiva <i>WV</i>
Vilela – Paredes <i>C</i>	Mangualde <i>MDF+VFB</i>
	Oliv. Hospital <i>PB+MF+IMP</i>
	Sines <i>R+IMP</i>
<b>ALEMANHA</b>	<b>ESPANHA</b>
Horn <i>HPL+CPL+C</i>	Linares <i>PB+MF+IMP</i>
	Valladolid <i>MDF+MF+DP</i>
<b>CANADÁ</b>	<b>ALEMANHA</b>
Lac-Mégantic <i>PB+MF</i>	Beeskow <i>PB+MF+MDF</i>
	Eiweiler <i>MDF+MF+FL</i>
	Kaisersesch <i>IMP</i>
	Meppen <i>MDF</i>
	Nettgau <i>PB+OSB+MF</i>
	<b>ÁFRICA DO SUL</b>
	White River <i>PB+MDF+MF</i>

*PB* Painéis de aglomerado de partículas; *MDF* Painéis de aglomerado de fibras de média densidade; *OSB* Painéis de aglomerado de partículas longas e orientadas; *MF* Painéis revestidos com papel melamínico; *FL* Pavimentos laminados; *C* Componentes; *R* Resinas; *HPL* Laminado decorativo de alta pressão; *CPL* Laminado decorativo de processo contínuo; *DP* Painéis de aglomerado de fibras pintadas; *IMP* Impregnação de papel; *WV* Folheados de madeira; *VFB* Painéis de aglomerado revestidos a folha de madeira.

A Sonae Indústria opera atualmente um total de dezasseis fábricas localizadas em cinco países, distribuídos por três continentes, das quais quatro<sup>1</sup> são integralmente detidas e as restantes doze são parte da parceria Sonae Arauco, totalizando 3.242 colaboradores, no final de 2018. Considerando apenas os negócios detidos integralmente (isto é sem incluir a contribuição da Sonae Arauco) o volume de negócios atingiu cerca de 220,2 milhões de Euros em 2018.

### Painéis derivados de madeira

Os painéis derivados de madeira são uma alternativa valiosa à madeira maciça, com algumas claras vantagens, nomeadamente porque permitem uma utilização mais eficiente das matérias-primas. Outra vantagem particular consiste na sua flexibilidade dimensional que, em contraste com a madeira maciça, permite o fabrico de produtos

<sup>1</sup> Incluindo a unidade industrial de Horn laminados e os bens imóveis cujo interesse económico pertence à Sonae Indústria (no âmbito do acordo celebrado entre a Sonae Indústria e a Arauco), apesar destes ativos pertencerem à GHP GmbH, subsidiária da Sonae Arauco.

de dimensões feitas-à-medida, as quais podem ser adaptadas aos requisitos das aplicações dos clientes. Assim, hoje em dia, assistimos à substituição da madeira maciça pelos painéis derivados de madeira num número crescente de aplicações.

Comparando com outros materiais de construção, tais como o aço e o betão armado, a madeira tem impactos ambientais adversos significativamente inferiores, quando utilizada como material de construção. Por conseguinte, no que diz respeito às alterações climáticas, os painéis derivados de madeira permitem um efeito positivo através da melhoria da eficiência energética, o que permite aos proprietários das habitações uma redução significativa da sua fatura de energia. Para além disso, quando utilizados para fins relacionados com a construção, estes materiais funcionam como armazenadores de carbono, ajudando, deste modo, a mitigar as emissões de CO<sub>2</sub>. No final da sua vida útil, os painéis derivados de madeira podem ser reciclados e transformados em novos produtos, reentrando, assim, num ciclo contínuo de reciclagem. Por este motivo, é expectável que a procura de madeira e de produtos derivados de madeira para a indústria da construção tenha um crescimento sólido com o passar do tempo.

Em tempos em que eventos climáticos extremos como inundações e secas sinalizam que a mudança climática é muito mais do que uma discussão científica teórica, as sociedades em geral – e as empresas em particular – estão constantemente à procura de formas alternativas que permitam combater estes novos cenários climáticos e estas novas realidades.

Os produtos derivados de madeira têm um papel importante a desempenhar nesta realidade. A Sonae Indústria acredita que utilizar mais madeira representa um forte contributo para combater as alterações climáticas, porque pode, por um lado, reduzir as fontes de CO<sub>2</sub> e, por outro lado, aumentar os sumidouros de CO<sub>2</sub> e o armazenamento de carbono. A redução das fontes de CO<sub>2</sub> resulta da madeira ser um material que armazena energia, podendo substituir, em diversas aplicações, outros materiais que usam mais energia – e geram mais emissões – durante a sua produção. A utilização da madeira pode também aumentar os sumidouros de CO<sub>2</sub> e o armazenamento de carbono, uma vez que a própria floresta tem um papel único no sequestro de carbono da atmosfera – as florestas ao crescer, absorvem mais CO<sub>2</sub>, e os produtos florestais mantêm o carbono armazenado durante a sua vida útil. A utilização de produtos de madeira estimula um maior crescimento da floresta e um mercado eficiente para produtos de madeira oferece um incentivo financeiro para investir na gestão ativa da floresta. Adicionalmente, quando os produtos de madeira são reutilizados ou reciclados, o armazenamento de carbono é prolongado numa nova vida útil, evitando emissões de CO<sub>2</sub> para a atmosfera.

### Laminados e Componentes

Os laminados garantem alta qualidade de aplicação, onde o *design*, a qualidade e a durabilidade se cruzam. Tratando-se de materiais versáteis e com ótimas características superficiais - como a resistência à abrasão – estas soluções são ideais para o sucesso de qualquer projeto. Os laminados criam ambientes ímpares e disruptivos ao mesmo tempo que conjugam qualidade, versatilidade e exclusividade.

Os compactos resistem a grandes impactos, garantindo fiabilidade e segurança. Respondendo aos ambientes mais rigorosos e a condições instáveis – como situações de grande desgaste ou elevados níveis de humidade – os compactos são o aliado perfeito, dada a sua estabilidade estrutural e substancial resistência.

O negócio de Componentes está equipado com os recursos necessários para alcançar elevados níveis de produção mantendo a flexibilidade de responder aos requisitos de *design* e qualidade procurados pelos clientes, podendo produzir vários tipos de produtos e componentes para a indústria de mobiliário.

## PRÉMIOS

### TAFISA CANADÁ – Prémio *Safety Innovation*

Todos os anos a *Composite Panels Association* (CPA), que representa a indústria de painéis compostos da América do Norte no que diz respeito a questões técnicas, regulatórias, de certificação de qualidade e aceitação de produto, atribui prémios a empresas com resultados exemplares a nível de saúde e segurança ou que demonstraram melhorias significativas de saúde e segurança. É também atribuído um prémio para a inovação em saúde e segurança que se considere ter proporcionado o maior impacto em relação a segurança no local de trabalho. Em 2018, este prémio foi atribuído à Tafisa Canada, após seleção de entre um grupo de 5 finalistas.

O projeto apresentado como inovação em saúde e segurança foi o método à prova de erro usado no âmbito do projeto de bloqueio de energia na área de preparação da linha 1 de produção de aglomerado de partículas. Este sistema à prova de erro garante a integridade dos equipamentos bloqueados antes de uma paragem para trabalhos de manutenção. A equipa pegou em vários conceitos *lean*, conhecimentos internos e criatividade e desenvolveu um método de identificação do equipamento elétrico através de um código de cores. Este procedimento visual e fácil de utilizar pode reduzir significativamente os erros durante um bloqueio de equipamento. O prémio foi recebido na conferência da CPA “Spring 2018” e o projeto foi apresentado aos membros durante a conferência “Fall 2018”.

### SONAE ARAUCO – Prémio BGHM Occupational

A fábrica da Sonae Arauco em Nettgau, Alemanha, recebeu o prémio “Schlauer Fuchs” BGHM Occupational, atribuído pela Associação Profissional da Madeira e Metal (BGHM), sendo reconhecida pela implementação de uma medida inovadora e única de segurança no trabalho que tem como base o uso de um veículo aéreo não tripulado.

Este prémio reconhece o trabalho de criação de uma medida de segurança para a madeira armazenada em inventário utilizando um veículo aéreo não tripulado. Como o processo de inventário deve ser muito rigoroso e cumprir estritamente com as normas de segurança ao entrar no parque de madeira, este método de medição moderno e inovador permite-nos tornar os processos mais seguros, precisos, rápidos e reproduzíveis. Como agora um veículo aéreo não tripulado faz a medição da madeira, os colaboradores não precisam de entrar no parque de madeira para inspeção.

## PROJETOS INOVADORES

### Projeto DecoChrom

O Projeto DecoChrom é um projeto com a duração de 48 meses que foi iniciado em janeiro de 2018. Ao elevar os produtos gráficos impressos para a era da interatividade, este projeto capacita as indústrias criativas com um conjunto de ferramentas e de materiais avançados e inovadores para projetar e construir interfaces humanas práticas e esteticamente agradáveis para bens de consumo e ambientes inteligentes. O consórcio DecoChrom, do qual a Sonae - Indústria de Revestimentos, S.A. é um membro, desenvolve dispositivos eletrónicos impressos (EC) como a solução gráfica interativa com um consumo de energia ultra-reduzido, compatível com a indústria de impressão, para inteligência ambiental. Este projeto reúne um forte consórcio interdisciplinar com 15 parceiros, equilibrado entre indústria e investigação, com *backgrounds* de última geração em *design*, química, impressão, revestimentos e laminados, integração de sistemas eletrónicos e soluções completas de eletroquímica. Este projeto foi financiado pelo programa de investigação e inovação *Horizon 2020* da União Europeia.



Após um ano de execução deste projeto a equipa está a otimizar a integração de dispositivos eletrónicos em laminados decorativos de alta pressão e esperamos apresentar o projeto na feira *Interzum* de 2019 em Colónia, Alemanha.

Mais informações em [www.decochrom.com](http://www.decochrom.com)

### Projeto FlexComp

Cofinanciado por:



O Projeto FlexComp iniciou-se em novembro de 2017 como um projeto de 24 meses e resulta de uma necessidade identificada nos mercados de transportes e mobiliário, de substituir os metais e polímeros presentes nas suas estruturas por outros com características mais leves, resistentes e sustentáveis. O uso de materiais compósitos é uma alternativa atrativa, na medida que permitem não só a

redução do consumo de combustível como das emissões de gases poluentes, e incluem a especificidade adicional de serem mais recicláveis. Por conseguinte, a Sonae – Indústria de Revestimentos, S.A. pretende ir de encontro às necessidades identificadas, disponibilizando um compacto pós-deformável, destinado às indústrias automóvel, ferroviária e aeroespacial, com pequenas alterações no seu processo produtivo. Para além disso, o projeto FlexComp visa desenvolver compactos pós-deformáveis com a capacidade de adoptar geometrias mais complexas com o aumento da temperatura e pressão nos processos de moldagem. Este projeto aborda o desafio social “Transportes Inteligentes, Ecológicos e Integrados”, proposto na estratégia Europa 2020, numa dupla perspectiva: a redução do peso com impacto direto na queda das emissões de gases poluentes e a reciclabilidade através da possibilidade de reutilizar o mesmo material de forma mais sustentável.

Espera-se que o projeto entre numa fase industrial em abril de 2019. Uma parceria com a ESAD (Escola Superior de Arte e Design) está em curso, com o objetivo de apresentar peças de *design* disruptivas com material FlexComp na feira *Interzum* de 2019 em Colónia, Alemanha.

## 1.2. HISTÓRIA

A SONAE foi fundada em 1959 na Maia, onde tem a sua sede. A sua primeira atividade foi a produção de laminados decorativos de alta pressão.

O processo de diversificação da SONAE iniciou-se em 1971, ao assumir o controlo da Novopan, uma fábrica de aglomerado de madeira situada em Rebordosa, perto do Porto. Na mesma altura instalou-se também a primeira linha de revestimento melamínico e iniciou-se a produção de componentes para mobiliário e decoração de interiores.

Ao longo da década de 90 e até 2007, a Sonae Indústria realizou aquisições e efetuou investimentos significativos em projetos de raiz no Brasil, Canadá, África do Sul, Portugal, Espanha e Reino Unido. Importa também destacar o *spin-off*, em 2005, da sua até então acionista Sonae SGPS, S.A.

Entre 2008 e 2015, e já num contexto de crise económica e financeira a nível mundial, a Sonae Indústria passou por um processo de reestruturação que originou uma redução significativa da capacidade instalada através do desinvestimento em ativos e encerramento de fábricas, que resultou no perímetro atual, com operações industriais em Portugal, Espanha, Alemanha, Canadá e África do Sul.

Em maio de 2016 foi concluída uma parceria estratégica entre a Sonae Indústria, SGPS, S.A. e a Inversiones Arauco Internacional, Limitada (Arauco) através da parceria 50/50, “Sonae Arauco”, que engloba as operações de painéis derivados de madeira, químicos e papel impregnado que a Sonae Indústria detém na Europa e África do Sul.

## 1.3. PRODUTOS

### Produtos crus e técnicos

Os nossos produtos base, denominados de “produtos crus e técnicos”, compreendem:



- **Aglomerado de partículas (PB)**, um produto muito versátil e indicado para a generalidade das utilizações nas indústrias de mobiliário e construção;



- **Painéis de fibras de média densidade (MDF)**, um excelente substituto da madeira maciça e ideal para o mobiliário, pavimentos e indústria da construção;



- **Painéis de fibras orientadas (OSB)** um produto altamente resistente e indicado para aplicações estruturais e não-estruturais na indústria da construção. Devido

à sua semelhança natural com a madeira, tem vindo também a ser utilizado de forma crescente em aplicações decorativas, principalmente em espaços públicos e lojas.

Mais de 50% da nossa produção é transformada em produtos de valor acrescentado, tais como os **painéis revestidos a melamina (MFC)**, painéis acústicos e outros. Estes, por sua vez, são utilizados numa enorme variedade de aplicações, tais como: mobiliário de casa e escritório, armários de cozinha e de casa de banho, portas, painéis de parede, embalagens e decoração de interiores.

### Produtos Decorativos

#### PRODUTOS DECORATIVOS NA AMÉRICA DO NORTE: *Viva™, Brava™ e Feria™, The true touch of wood™*



Em 2016, na sequência do investimento na nova linha de produção de revestimento a papel melamínico com tecnologia de dupla-face de motivos em relevo (EIR), a Tafisa Canada criou duas séries de produtos, *Prelude™* e *Sommet®*, incluindo uma nova textura *Viva™* EIR com 10 *designs* inovadores.

Em 2017, a Tafisa Canada introduziu cinco novas cores na textura *Isola* da série *Prelude™* e reforçou o seu posicionamento de mercado como líder em *design* com a coleção *VIVA™*, agora com 12 cores sofisticadas.

A Tafisa Canada voltou a inovar em 2018 lançando uma coleção *matching* de laminados decorativos de alta pressão (HPL) sob a marca *Surforma®* para as suas séries de TFL (painéis revestidos a melamina), *Sommet™* e *Prelude™*, introduzindo duas novas texturas com tecnologia de motivos em relevo (EIR): *Brava™* e *Feria™*.

A linha de laminados decorativos de alta pressão *Surforma®* é feita com a mesma textura e os mesmos decorativos impressos que a coleção TFL, permitindo que a Tafisa Canada ofereça uma combinação perfeita, com a mesma aparência e toque dos seus produtos, combinando TFL e HPL e incluindo texturas com tecnologia de motivos em relevo (EIR) sincronizadas.

A Tafisa Canada, criadora de tendências de decoração de interiores futuristas, foi o primeiro produtor na América do Norte a introduzir painéis decorativos com texturas EIR sincronizadas que replicam a aparência e o toque de teca e nogueira, designados *Brava™* e *Feria™*, respetivamente – oferecidos em painéis revestidos a melamina (TFL) e laminados decorativos de alta pressão (HPL). Cada textura está disponível em 6 cores exclusivas. Os novos painéis vêm com um conjunto de produtos complementares, incluindo orlas, portas, laminados 3-D e molduras, permitindo à Tafisa Canada oferecer ao mercado uma extensa gama de produtos complementares. Com esta nova marca, a série *Sommet™* com *Viva™*, *Brava™* e *Feria™* é agora a coleção com tecnologia de motivos em relevo (EIR) mais ampla da indústria na América do Norte, com 3 texturas e 24 cores.



Mais informação em [www.tafisa.ca](http://www.tafisa.ca)

#### UMA GAMA COMPLETA DE PRODUTOS DECORATIVOS NA EUROPA: INNOVUS®

INNOVUS®, a marca europeia de produtos decorativos, disponível nos mesmos *decors* e acabamentos que os produtos decorativos de placas revestidas (Aglomerado e MDF) e laminados e compactos. A coleção global do INNOVUS®, com mais de 220 possibilidades decorativas, oferece inspiração e soluções ilimitadas para todas as necessidades produtivas e criativas.

A coleção INNOVUS® também inclui uma gama abrangente de produtos especiais, nomeadamente:

INNOVUS® Coloured MDF, um produto que combina a força e as propriedades técnicas do painel de fibras de média densidade (MDF) com a atração visual de uma versátil gama de cores. O INNOVUS® Coloured MDF pode também ser combinado com as últimas tendências de melaminas decorativas da coleção INNOVUS®, o que resulta numa solução decorativa única e verdadeiramente distinta.

INNOVUS® ESSENCE, uma gama de produtos que utiliza a tecnologia de dupla-face de motivos em relevo (Embossed in-Register – EIR) para obter painéis decorativos com o toque e aparência natural da madeira em painéis revestidos a papel melamínico. O INNOVUS® ESSENCE com as suas duas estruturas – Rústica e Autêntica – e nove desenhos de madeira foi desenvolvido a pensar numa variedade de aplicações tais como portas, mobiliário de sala e painéis de parede, aplicações que realmente valorizam o efeito natural da madeira.

INNOVUS® MAGNETIC, uma gama de laminados que permite utilizar ímanes e/ou escrever com giz ou marcadores na sua superfície. Esta solução funcional e decorativa é ideal para divisórias e painéis de parede, para lojas, escritórios, escolas e infantários ou mesmo em casa.

INNOVUS® LAMIFLOOR, uma gama de laminados com elevada resistência à abrasão e indicado para aplicações em pavimento.

INNOVUS® METALLIC, uma gama de laminados que utiliza metal verdadeiro como elemento decorativo e que pode ser utilizado para aplicações em espaços interiores.



2018 foi o ano da afirmação dos novos acabamentos *Innovus*: o *Stucco* e o *Fusion*. O desenvolvimento destes novos acabamentos enquadra-se na estratégia atual de oferta de soluções inovadoras e distintivas aos diversos segmentos de clientes, aliando a funcionalidade, a qualidade e o *design* do produto.

O acabamento *Stucco* inspira-se nos ambientes industriais e *lofts* urbanos. Este tem uma textura igual à do cimento com um toque cerâmico.

Por sua vez, o acabamento *Fusion*, de textura quente e natural, remete-nos para a madeira trabalhada à mão. Este acabamento foi desenvolvido para ser utilizado em todos os tipos de materiais, permitindo desenvolver ambientes calorosos e acolhedores.



Na sequência do desenvolvimento dos novos acabamentos, a Sonae Arauco marcou presença na *Maderalia*, um dos eventos mais relevantes do setor a nível Ibérico que reuniu cerca de 36 mil profissionais. Num stand de aproximadamente 300 metros quadrados, um dos maiores em todo o espaço de exposição, a Sonae Arauco divulgou a gama *Essence* e *Coloured* MDF da coleção *Innovus* e apresentou oficialmente os mais recentes acabamentos *Stucco* e *Fusion* ao mercado Ibérico. Este foi o momento em que a nova marca Sonae Arauco se afirmou pela sua solidez, internacionalidade, modernidade e capacidade de resposta às exigências atuais do mercado.

Ao longo do ano, a Sonae Arauco marcou presença em vários eventos nos quais deu a conhecer a sua gama de produtos, como em várias edições do *Architect@Work* e do *InteriHotel*, o *Sleep In* e o *Archi Summit*. A Sonae Arauco associou-se também a parceiros de reconhecida notoriedade em Portugal, como o Centro Cultural de Belém e a Casa da Arquitectura.

Mais informações em [www.sonaearauco.com](http://www.sonaearauco.com)

## SURFORMA® – LAMINADOS & COMPACTOS

**SURFORMA®**  
by Sonae Indústria

Os laminados e os compactos Surforma® são um material excelente para superfícies interiores e exteriores. Os laminados podem ser utilizados ou aplicados sobre substratos adequados e os compactos são autoportantes. Os produtos *Surforma®* cumprem os requisitos rigorosos de higiene, resistência ao fogo e à humidade e propriedades mecânicas e estão disponíveis em várias cores, padrões e texturas, oferecendo variadas opções para arquitetos e *designers*. As suas superfícies são duras e resistentes ao desgaste, impacto e riscos, fazendo com que tenham mais durabilidade, sejam mais fáceis de limpar e muito resistentes ao vandalismo.

Esta nova marca *Surforma®* foi lançada em 2018 na *International Woodworking Fair (IWF)* em Atlanta, Estados Unidos da América.

A marca *Surforma®* será utilizada sem restrições geográficas e procura gerar e reforçar o reconhecimento da marca Sonae Indústria, tendo como base a qualidade e inovação, e oferecer um portefólio de produtos completo. De facto, o lançamento de uma nova coleção de laminados com três texturas de valor acrescentado com tecnologia de motivos em relevo (EIR) – a série *Sommet®*, projetada pela Tafisa Canada – serve como testemunho do posicionamento que a *Surforma®* pretende alcançar, permitindo que a Tafisa Canada cumpra a promessa de uma coleção *matching* que foi amplamente aceite pelo mercado na IWF em 2018.

Mais informações em [www.surforma.com](http://www.surforma.com)



### Componentes de mobiliário

O negócio de **Componentes**, dotado de uma equipa com vasta experiência e apoiado em tecnologia moderna, desenvolve soluções para os seus clientes, com diversas aplicações em todo o tipo de mobiliário, incluindo mobiliário de cozinha, diversos tipos de mobiliário em *kits*, soluções de arrumação, prateleiras, perfis e rodapés.

## movelpartes

No seguimento do investimento de 2,8 milhões de euros efetuado no final de 2017 na Movelpartes, empresa localizada em Vilela, concelho de Paredes, com o objetivo de reforçar a presença no mercado nacional de componentes para a indústria de mobiliário, a empresa mais do que duplicou a sua capacidade de produção tornando-a numa empresa de referência e aumentando a sua base de clientes. Neste âmbito, a empresa levou a cabo, já em 2018, um processo de *rebranding* que pretende criar uma nova identidade visual e afirmar o carácter contemporâneo, dinâmico e versátil da marca. A nova identidade passou pela criação de um novo logotipo e pela reformulação do website [www.movelpartes.pt](http://www.movelpartes.pt)

### 1.4. ESTRATÉGIA

O modo como nos vemos como empresa, como agimos e nos relacionamos com outros e com o mundo à nossa volta, representa uma cultura corporativa de melhoria contínua – desafiamo-nos constantemente para termos um melhor desempenho – que é sustentada pela nossa Missão, Visão e Valores.

#### **VISÃO:**

Ser reconhecido como um líder mundial sustentável no sector dos painéis derivados de madeira, proporcionando de forma consistente, aos nossos clientes, os melhores produtos, mantendo os mais elevados níveis de serviço e promovendo práticas empresariais e ambientais responsáveis.

#### **MISSÃO:**

O nosso objetivo é retirar o máximo potencial dos painéis derivados de madeira para benefício dos nossos clientes, acionistas, colaboradores e da sociedade em geral.

As nossas atividades estão assentes em boas práticas de governo de sociedades, na melhoria contínua da eficiência das operações e na promoção ativa de inovação, proporcionando um ambiente de trabalho motivador, seguro e justo.

#### **VALORES E PRINCÍPIOS**

Os nossos valores representam a pedra basilar sobre a qual o nosso negócio é construído e são os princípios orientadores do nosso comportamento. O nosso sistema de valores enfoca-se em quatro importantes princípios: Ambicioso, Inovador, Autêntico e Responsável, que podem depois ser subdivididos nos valores e aptidões ilustradas na figura abaixo.



#### ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS:

- 1) América do Norte:
  - Continuar a melhorar a oferta de produtos, o *mix* de produtos e o nível de serviço ao cliente.
  - Melhorar as nossas soluções decorativas com o lançamento de novas cores e acabamentos melamínicos e procurando investimentos em novos produtos decorativos.
  - Reforçar as parcerias com fornecedores para produtos complementares à nossa coleção de melamina, incluindo *matching* de laminados decorativos de alta pressão (HLP) produzidos pelo nosso negócio de Laminados em Portugal.
- 2) Laminados e Componentes:
  - Melhorar a rentabilidade aproveitando as oportunidades de crescimento com os atuais e novos clientes e mercados e reforçando as parcerias para o fornecimento de laminados condizentes com os produtos da Tafisa Canada e da Sonae Arauco.
  - Melhorar significativamente a nossa competitividade industrial e oferta aos clientes nos Componentes beneficiando da nova linha de orlagem.
- 3) Apoiar a Sonae Arauco a alcançar os seus objetivos estratégicos focados no investimento em produtividade e flexibilidade, melhorando o *mix* de produtos, nomeadamente através da oferta de produtos decorativos, e melhorando a qualidade dos produtos e o nível dos serviços oferecidos aos clientes.
- 4) Procurar uma estrutura de capital mais equilibrada e flexível para financiar o crescimento futuro da empresa.

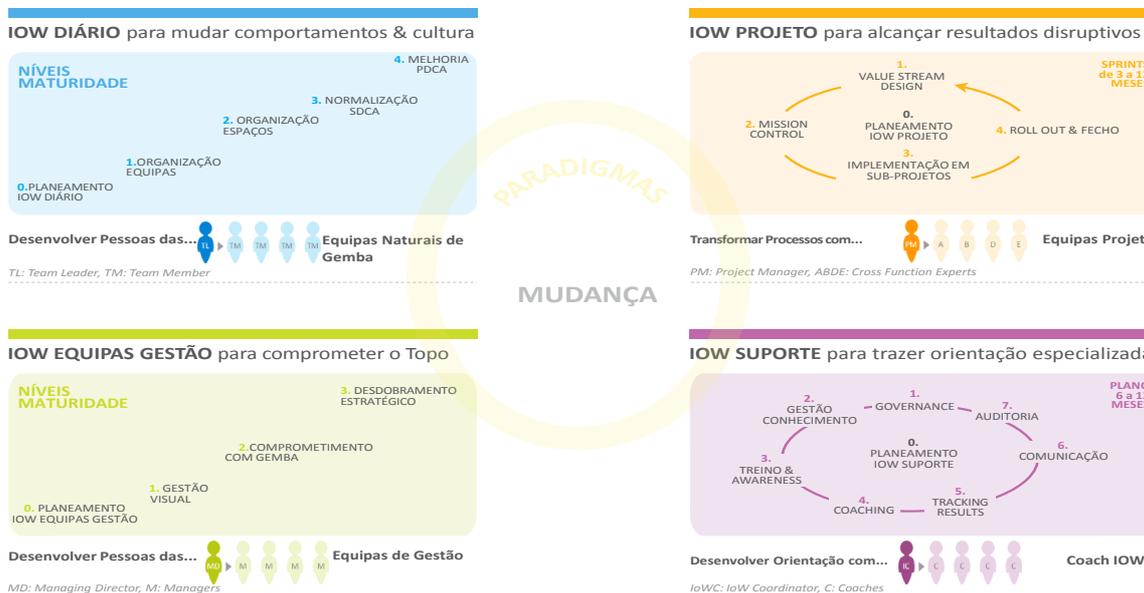
### 1.5. IMPROVING OUR WORK (IOW)

A iniciativa IOW (*Improving our Work*) é um pilar da cultura e do modo de trabalhar das empresas Sonae. É uma poderosa filosofia e metodologia de procura da produtividade e da qualidade, todos os dias, em qualquer lugar, por parte de todos, criando valor sustentável para os *stakeholders* da Sonae.

Tendo por base o ciclo de melhoria, o modelo IOW está estruturado em torno de 4 pilares:

- **IOW Diário:** Melhorar as Equipas Naturais e promover a cultura de melhoria contínua;

- **IOW Projeto:** Aperfeiçoar processos com equipas multidisciplinares;
- **IOW Líderes:** Desenvolver, acompanhar e apoiar a implementação da estratégia com as equipas de gestão;
- **IOW de suporte:** Apoio a todas as atividades de IOW por equipas de IOW.



O objetivo do modelo IOW é desenvolver a capacidade de mudança na organização, fomentando alterações nos comportamentos e melhorias nos processos de negócio, ao mesmo tempo que procura assegurar a excelência operacional para melhorar o nosso desempenho global.

Cinco anos após a implementação do nosso sistema de Melhoria Contínua, a Sonae Indústria continua a sua jornada com o IOW.

O pilar “**IOW Diário**” continua a ser um foco importante para garantir a estabilidade básica dos nossos processos. As nossas equipas estão a trabalhar utilizando rotinas do IOW Diário, tais como reuniões padronizadas, ferramentas 5S, normalização de processos e metodologia estruturada de resolução de problemas.

Na Sonae Arauco durante 2018, também estendemos a implementação do “**IOW Projeto**”, para gerir melhor as iniciativas de longo prazo e mais disruptivas dentro da organização.

O “**IOW Líderes**” e as atividades de “**IOW de suporte**” completam a dinâmica do IOW, reforçando o compromisso da gestão e as orientações especializadas. Continuamos a acreditar que o esforço colocado na formação dos nossos colaboradores, assegurando uma linguagem comum e melhorando as suas competências, é um fator chave para o sucesso. Em 2018, o centro de formação IOW da Sonae Arauco projetou e implementou uma nova abordagem de formação para novos colaboradores: o IOW Lab.

Cada vez mais as nossas equipas trabalham adotando o IOW, melhorando continuamente com o objetivo de alcançar excelentes resultados e satisfação dos clientes.

## 1.6. PRINCIPAIS EVENTOS EM 2018

5 abril 2018	Comunicado dos resultados consolidados do exercício de 2017
9 maio 2018	Comunicado sobre deliberações da Assembleia Geral Anual de Acionistas
9 maio 2018	Comunicado sobre eleição de órgãos sociais para o novo mandato - 2018 a 2020 - e sobre designação de titulares de diversos cargos
9 maio 2018	Comunicado dos resultados consolidados do 1º trimestre de 2018
27 julho 2018	Comunicado dos resultados consolidados do 1º semestre de 2018
24 outubro 2018	Comunicado dos resultados consolidados dos primeiros nove meses de 2018

## 2. ANÁLISE SETORIAL

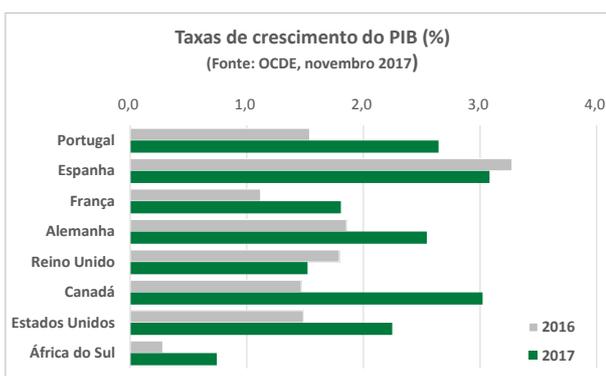
### Contexto macroeconómico

A recuperação económica na Zona Euro continuou em 2018, mas a um ritmo mais lento, com um crescimento esperado de 1,9%<sup>2</sup> (cerca de 0,5 p.p. abaixo face a 2017). As incertezas no comércio internacional contribuíram para a desaceleração económica. No entanto, o desempenho no mercado de trabalho melhorou mais uma vez e as condições de acesso ao crédito mantiveram-se favoráveis (as taxas de juro para a Zona Euro continuam negativas). Na perspectiva do comércio externo, a Zona Euro apresentou mais uma vez um excedente da balança corrente. Contudo, importa referir que a segunda metade do ano foi claramente menos dinâmica, com um crescimento trimestral em cadeia do PIB na Zona Euro de 0,2%<sup>3</sup> nos últimos dois trimestres do ano.

Relativamente à economia Norte-Americana, 2018 representou outro ano de crescimento económico. O desempenho positivo do mercado de trabalho, com taxas de desemprego baixas, contribuiu para níveis mais elevados de consumo privado e a reforma fiscal e o aumento dos preços do petróleo contribuíram para níveis mais elevados de investimento.

Breve análise por região:

- 2018 representou o quinto ano de crescimento na Península Ibérica, apesar das taxas de crescimento positivas do PIB<sup>4</sup> esperadas estarem abaixo dos níveis de 2017: cerca de 2,6% em Espanha e 2,2% em Portugal. Apesar das taxas de desemprego ainda elevadas em ambos os países, estas têm diminuindo continuamente. No comércio externo, Espanha registou um excedente na balança corrente, em linha com os últimos seis anos, mas Portugal registou um défice na balança corrente, afetado por um abrandamento nas exportações líquidas e no turismo. O setor residencial da construção, bastante correlacionado com o ambiente económico, manteve a tendência positiva de 2017, como indicado pelo aumento do número de licenças de habitação atribuídas face ao ano anterior em ambos os países (28%<sup>5</sup> em Portugal e cerca de 25%<sup>6</sup> em Espanha, neste último caso historicamente ainda em valores relativamente baixos).



- Na Alemanha é esperado um crescimento de cerca de 1,6% em 2018 (cerca de 0,9 p.p. abaixo face a 2017), apoiado nos níveis de consumo e investimento. Na perspectiva do comércio externo, importa referir o excedente persistente na balança corrente. A melhoria do desempenho no mercado de trabalho e a maior acessibilidade no acesso ao crédito contribuíram para um aumento dos níveis de consumo privado, que ainda assim diminuíram na segunda metade do ano. As restrições na indústria automóvel contribuíram para uma redução dos níveis de produção e exportação e o crescimento trimestral do PIB foi de -0,2%<sup>7</sup> e 0,2%<sup>8</sup> no 3T18 e 4T18, respetivamente. O ambiente macroeconómico

<sup>2</sup> Fonte: European Commission, European Economic Forecast, Winter 2019 (Interim), fevereiro 2019.

<sup>3</sup> Fonte: European Commission, European Economic Forecast, Winter 2019 (Interim), fevereiro 2019.

<sup>4</sup> PIB: Produto Interno Bruto.

<sup>5</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, janeiro 2019 ("Nova habitação residencial", evolução acumulada a novembro de 2018 para o período de 11 meses).

<sup>6</sup> Fonte: Ministerio de Fomento, fevereiro 2019 (Total de "Novas Habitações", evolução acumulada a novembro de 2018 para o período de 11 meses).

<sup>7</sup> Fonte: European Commission, European Economic Forecast, Winter 2019 (Interim), fevereiro 2019.

<sup>8</sup> Fonte: European Commission, European Economic Forecast, Winter 2019 (Interim), fevereiro 2019.

conduziu a um crescimento débil do setor da construção residencial, como evidenciado pelo ligeiro aumento, face ao ano anterior, do número de licenças de habitação atribuídas (1%<sup>9</sup> acima).

- Na América do Norte, tanto o Canadá com os Estados Unidos continuaram a crescer em 2018, apesar de alguma desaceleração no Canadá quando comparado com 2017. Por conseguinte, para 2018 é esperado um crescimento do PIB de cerca de 2,9% para a economia Norte-Americana (cerca de 0,7 p.p. acima de 2017) e para a economia Canadense espera-se um crescimento de 2,1% (0,9 p.p. abaixo de 2017). Nos Estados Unidos, o desempenho positivo do consumo privado e do investimento têm estimulado o crescimento económico. No Canadá, o aumento das taxas de juro conduziu a uma desaceleração no consumo privado, mas o *United States-Mexico-Canada Agreement* (USMCA) reduziu a incerteza que condicionava as perspetivas para as exportações e investimentos empresariais no Canadá. O desempenho do mercado de trabalho continuou a melhorar em ambos os países, com taxas de desemprego baixas. No Canadá, o número de novas construções aumentou cerca de 6,8%<sup>10</sup> face ao ano anterior, e nos EUA o número de novas construções aumentou 2,4%<sup>11</sup>, face ao ano anterior.
- Para a África do Sul, as estimativas da OCDE apontam para uma estagnação do PIB: 0,7% em 2018 (cerca de 0,6 p.p. abaixo de 2017). Alterações a nível fiscal e um crescimento fraco do crédito conduziram a menores níveis de consumo privado. Os elevados níveis de desemprego (cerca de 27%<sup>12</sup> em 2018) contribuíram para uma redução do consumo privado e do investimento. A combinação destes fatores conduz a um crescimento fraco mas o setor residencial da construção continuou a evidenciar um aumento de cerca de 5%<sup>13</sup>, face ao ano anterior, no número de licenças de habitação residencial.

## Painéis derivados de madeira

### América do Norte (Tafisa Canada)

#### Procura por produto

À semelhança de 2017, o consumo de aglomerado na América do Norte não aumentou em 2018, apesar das boas condições económicas globais no Canadá e nos EUA. As estimativas disponibilizadas pela *Composite Panel Association* (CPA) indicam que as entregas totais de aglomerado na América do Norte foram novamente estáveis em 2018 quando comparadas com 2017.

#### Informação sobre a Oferta

Principais investimentos de *players* chave na América do Norte anunciados desde 2016:

- Arauco: investimento de 450 milhões de dólares numa nova unidade industrial de aglomerado no Michigan (EUA), com uma capacidade esperada de 0,8 milhões m<sup>3</sup>, devendo começar a produzir durante a primeira metade de 2019;
- Kronospan: investimento total de 363 milhões de dólares na sua unidade industrial de MDF/HDF no Alabama (EUA), adicionando uma linha de aglomerado, capacidade de revestimento a melamina, impregnação e potencialmente produção de resinas. Produção a iniciar potencialmente em 2019;

---

<sup>9</sup> Fonte: *German Federal Statistics Office*, fevereiro 2019 ("Licenças para nova construção, habitações", evolução acumulada a novembro de 2018 para o período de 11 meses).

<sup>10</sup> Fonte: *Canada Mortgage and Housing Corporation*, fevereiro 2019 ("Building permits (unidades)", evolução acumulada a dezembro de 2018 para o período de 12 meses).

<sup>11</sup> Fonte: *United States Census Bureau*, novembro 2018 ("Housing units started", evolução acumulada a novembro de 2018 para o período de 11 meses).

<sup>12</sup> Fonte: *OECD Statistics, Economic Outlook No 104 dataset* - novembro 2018.

<sup>13</sup> Fonte: *Statistics South Africa*, fevereiro 2019 ("Building plans for residential buildings (número)", evolução acumulada a novembro de 2018 para o período de 11 meses).

- Egger: investimento de 500 milhões de dólares em Lexington, Carolina do Norte (EUA), para a produção de aglomerado, com uma capacidade esperada de 0,6 milhões m<sup>3</sup>, e produção de painéis revestidos com papel melamínico. Produção a iniciar potencialmente no final de 2020.

## Europa (Sonae Arauco)

### Procura por produto<sup>14</sup>

Em 2018, nos países membros da EPF<sup>15</sup>, é esperado que o consumo aparente de **aglomerado** tenha crescido 3%, totalizando cerca de 31,0 milhões de m<sup>3</sup>. No geral, é esperado que o consumo de aglomerado tenha uma desaceleração em 2019, mas que continue com um crescimento sólido nos anos seguintes, com a captação da evolução global positiva do PIB e da construção.

Espera-se que o consumo de painéis de **MDF** na Europa tenha aumentado 1,7% em 2018, para 11,6 milhões de m<sup>3</sup>. Em 2018, a Alemanha manteve a posição de maior consumidora europeia de painéis de MDF, com um consumo de cerca de 3,6 milhões de m<sup>3</sup>, seguida da Polónia e do Reino Unido. Não se prevê um declínio no consumo de painéis MDF em nenhum país.

Espera-se que o consumo de **OSB** tenha continuado a aumentar em 2018, em cerca de 4%. A atividade positiva do sector da construção na Europa está a levar a níveis significativos de consumo de OSB. É esperado que a Polónia e a Alemanha registem os aumentos mais relevantes da Europa em 2018, 3,4% e 3,0%, respetivamente.

### Informação sobre a Oferta<sup>16</sup>

É esperado que a capacidade de produção de **painéis de aglomerado** nos países europeus tenha aumentado 3% em 2018. Estima-se que a capacidade de painéis de aglomerado na Península Ibérica tenha aumentado 4,6% em 2018 e que seja cerca de 3,6 milhões de m<sup>3</sup>. Na Alemanha, não se estima que tenham ocorrido, em 2017 e 2018, aumentos na capacidade total disponível de painéis de aglomerado. Deve referir-se a pressão no mercado devido às exportações da Polónia, onde a Egger está a investir numa nova fábrica de aglomerado com uma capacidade anual de 0,65 milhões de m<sup>3</sup> (a qual deve começar a produção em 2019) e a Forte investiu numa nova linha de aglomerado com uma capacidade anual de 0,5 milhões de m<sup>3</sup> que começou a produção em fevereiro de 2018.

Espera-se que a capacidade de produção de **MDF** na Europa tenha crescido 2,3% em 2018. Na Península Ibérica, estima-se que a capacidade de MDF tenha aumentado cerca de 2,6% em 2018.

Os investimentos em novas linhas de produção de **OSB** levaram a um aumento da capacidade total instalada, em 2018, estimado em cerca de 2%. Em 2019, espera-se que ocorra uma expansão adicional da capacidade de OSB (cerca de 0,6 milhões de m<sup>3</sup>), sobretudo nos países da Europa Oriental.

## Laminados

O mercado de Laminados cresceu moderadamente durante os últimos anos na Europa. O ICDLI<sup>17</sup> espera que o mercado europeu de laminados decorativos de alta pressão tenha um crescimento de 2% em 2018.

---

<sup>14</sup> Fonte: EPF: Federação Europeia de Painéis, Relatório Anual 2017/2018 e estimativas internas da Sonae Arauco.

<sup>15</sup> Federação Europeia de Painéis (EPF).

<sup>16</sup> Fontes: Estimativas internas da Sonae Arauco e informação pública dos concorrentes.

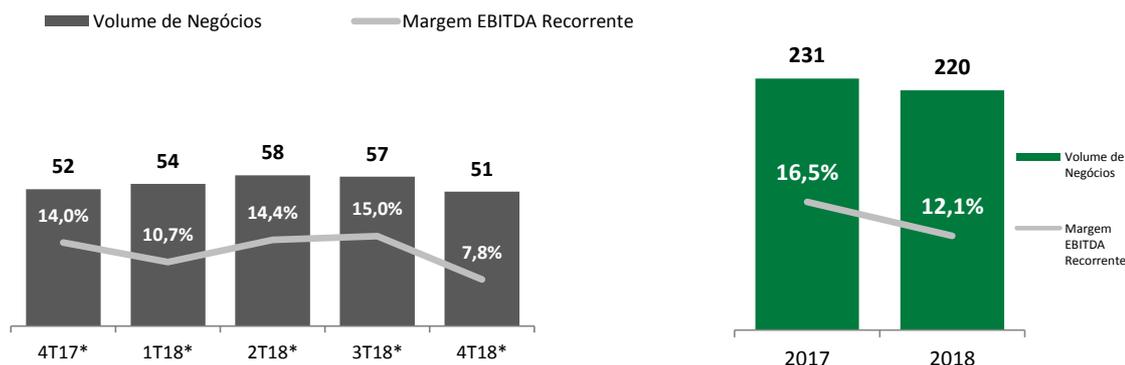
<sup>17</sup> *International Committee of the Decorative Laminates Industry.*

## 3. ANÁLISE DE ATIVIDADE

### 3.1. VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE

#### VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE

Milhões de Euros



\*Informação trimestral não auditada.

O **Volume de Negócios consolidado** atingiu cerca de 220,2 milhões de euros em 2018, uma redução de 10,8 milhões de euros (-4,7%) face a 2017, devido a menores volumes de vendas no negócio de Laminados e Componentes (em particular para os mercados nórdicos) e a uma depreciação do Dólar Canadano face ao Euro de 9,1 milhões de euros, resultando numa redução das vendas em euros no negócio da América do Norte apesar do aumento das vendas em moeda local. No Canadá, os volumes de vendas, no 4T18, foram significativamente inferiores (-7,4%) face ao 4T17, afetados por uma queda nos volumes de produção que impediram a maximização das vendas neste período. Em novembro, um incêndio na Tafisa Canada na maior das suas duas linhas de aglomerado de partículas, imediatamente após a paragem anual para manutenção dessa linha, teve como consequência uma paragem de produção adicional de quase duas semanas.

Os **custos variáveis por metro cúbico** em moeda local aumentaram significativamente em 2018, quando comparados com o ano anterior, sobretudo devido ao aumento dos custos de manutenção, da madeira (afetados por custos de transporte mais elevados), dos químicos e da energia térmica (devido ao frio extremo verificado no Canadá no 1T18). Os custos variáveis por metro cúbico aumentaram significativamente no trimestre, quando comparados com o 4T17 e o 3T18, sobretudo devido ao aumento material dos custos de manutenção no Canadá principalmente devido ao incêndio em novembro que danificou equipamento e implicou custos adicionais de manutenção.

O **EBITDA Recorrente** em 2018 foi de cerca de 26,7 milhões de euros, uma redução de 11,4 milhões de euros face a 2017. A redução do EBITDA recorrente, quando comparado com o ano anterior, é essencialmente explicada pela diminuição do volume de negócios acima mencionada, e em particular pelo aumento dos custos variáveis. A **margem EBITDA recorrente** de 2018 foi de 12,1%, uma redução de 4,4 p.p. face a 2017. Numa base trimestral, o EBITDA recorrente do 4T18 situou-se em 4,0 milhões de euros, com uma margem EBITDA Recorrente de 7,8%, sendo a evolução negativa do trimestre explicada principalmente pelo desempenho do negócio da América do Norte que, apesar de ter registado em outubro o melhor mês de 2018 a nível de produção e EBITDA, foi negativamente afetado em termos de volumes de produção e custos de manutenção como acima mencionado.

O **EBITDA consolidado** de 2018 atingiu 29,2 milhões de euros, uma redução de cerca de 10,1 milhões de euros face a 2017. A evolução do EBITDA consolidado é essencialmente explicada pelo já referido desempenho do EBITDA recorrente, mas beneficia de itens não recorrentes positivos em 2018 (incluindo uma mais-valia de cerca

de 3,2 milhões de euros no 4T18 devido à venda dos imóveis da unidade inativa de Solsona, que também explica o aumento de Outros Provedores Operacionais no 4T18).

## 3.2. ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

### 3.2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS								
Milhões de Euros								
	2017	2018	2018 / 2017	4T17	3T18	4T18	4T18 / 4T17	4T18 / 3T18
				Não auditado	Não auditado	Não auditado		
<b>Volume de Negócios</b>	<b>231,0</b>	<b>220,2</b>	<b>(4,7%)</b>	<b>52,2</b>	<b>57,0</b>	<b>51,3</b>	<b>(1,7%)</b>	<b>(10,0%)</b>
Outros Provedores Operacionais	7,1	8,2	16,5%	3,2	1,2	5,1	59,0%	-
EBITDA	39,3	29,2	(25,6%)	8,7	8,2	7,1	(17,8%)	(13,3%)
Itens não-recorrentes	1,2	2,6	113,8%	1,4	(0,3)	3,1	122,9%	-
<b>EBITDA Recorrente</b>	<b>38,1</b>	<b>26,7</b>	<b>(30,0%)</b>	<b>7,3</b>	<b>8,6</b>	<b>4,0</b>	<b>(45,0%)</b>	<b>(53,3%)</b>
Margem EBITDA Recorrente %	16,5%	12,1%	-4,4 pp	14,0%	15,0%	7,8%	-6,2 pp	-7,2 pp
Amortizações e depreciações	(12,6)	(13,1)	(4,2%)	(3,3)	(3,3)	(3,5)	(5,9%)	(3,9%)
Provisões e Perdas por Imparidade	(3,8)	0,1	102,9%	(3,8)	0,0	0,2	104,4%	-
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>23,0</b>	<b>16,3</b>	<b>(29,2%)</b>	<b>1,6</b>	<b>4,9</b>	<b>3,9</b>	<b>133,6%</b>	<b>(21,6%)</b>
Encargos Financeiros Líquidos	(11,6)	(11,6)	0,4%	(2,9)	(2,9)	(3,0)	(3,9%)	(6,1%)
dos quais Juros Líquidos	(8,2)	(8,1)	0,7%	(2,0)	(2,0)	(2,1)	(3,9%)	(6,0%)
dos quais Diferenças de Câmbio Líquidas	(0,7)	0,0	100,6%	(0,1)	0,0	(0,0)	93,8%	(123,2%)
dos quais Descontos Financeiros Líquidos	(1,7)	(1,7)	4,5%	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,7%)	0,5%
Resultados relativos a empreend. conjuntos - Res. Líquido	12,8	12,0	(6,5%)	(0,8)	2,8	(9,5)	-	-
Resultados relativos a empreend. conjuntos - Outros	(2,5)	0,5	121,3%	(2,5)	0,0	0,5	121,3%	-
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>21,7</b>	<b>17,2</b>	<b>(20,8%)</b>	<b>(4,6)</b>	<b>4,8</b>	<b>(8,2)</b>	<b>(79,5%)</b>	<b>-</b>
Impostos	(6,5)	(6,2)	4,4%	(1,1)	(1,2)	(3,4)	-	-
dos quais Impostos Correntes	(7,1)	(5,7)	19,9%	(1,0)	(1,7)	(1,1)	(6,0%)	35,0%
dos quais Impostos Diferidos	0,7	(0,5)	-	(0,1)	0,5	(2,3)	-	-
<b>Resultado Líquido consolidado do período</b>	<b>15,3</b>	<b>11,0</b>	<b>(27,8%)</b>	<b>(5,6)</b>	<b>3,7</b>	<b>(11,6)</b>	<b>(104,8%)</b>	<b>-</b>

O valor total de **custos fixos**, em 2018, representou 17,1% do volume de negócios, um aumento de 0,6 p.p. face a 2017, apesar da redução dos custos fixos quando comparados com 2017 (ano que beneficiou de um efeito positivo não recorrente nos custos fixos de cerca de 1,5 milhões de euros).

O **número total de colaboradores** da Sonae Indústria era de 495 FTEs, no final de dezembro de 2018, excluindo a Sonae Arauco, que compara com 497 e 486 FTEs, no final de setembro de 2018 e de dezembro de 2017, respetivamente.

Os custos com **amortizações e depreciações** durante 2018 foram de cerca de 13,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 0,5 milhões de euros quando comparados com 2017. Os valores registados em 2018 contemplam as despesas de capital no Canadá, nos trimestres recentes, e o investimento na nova linha de orlagem na unidade industrial de componentes em Portugal concluído no 4T17.

As **provisões e perdas por imparidade** para 2018 representaram um ganho de 0,1 milhões de euros, uma melhoria de cerca de 3,9 milhões de euros quando comparadas com o ano anterior (as provisões e perdas por imparidade em 2017 incluíram o reconhecimento de cerca de 3,3 milhões de euros de provisões (líquidas) relacionadas essencialmente com o legado de pagamentos solicitados ao abrigo a lei da concorrência na Alemanha).

Os **encargos financeiros líquidos** em 2018 foram de cerca de 11,6 milhões de euros, em linha com 2017.

Os **resultados relativos a empreendimentos conjuntos – res. líquido** correspondem a 50% dos resultados líquidos da Sonae Arauco durante o período (contabilizados através do método de equivalência patrimonial). Estes totalizaram cerca de 12,0 milhões de euros em 2018, que incluem (considerando a contribuição de 50%) efeitos não recorrentes negativos (todos contabilizados no 4T18) (nomeadamente imparidade do valor contabilístico total do seu investimento (incluindo um empréstimo) no empreendimento conjunto LaminarPark (cerca de 8 milhões de euros) e imparidade do valor contabilístico de ativos tangíveis (cerca de 3,5 milhões de euros)) e cerca de 16 milhões de euros de ganhos contabilísticos por via do seguro por perdas patrimoniais relacionado com os incêndios que afetaram duas fábricas da Sonae Arauco em Portugal em outubro de 2017.

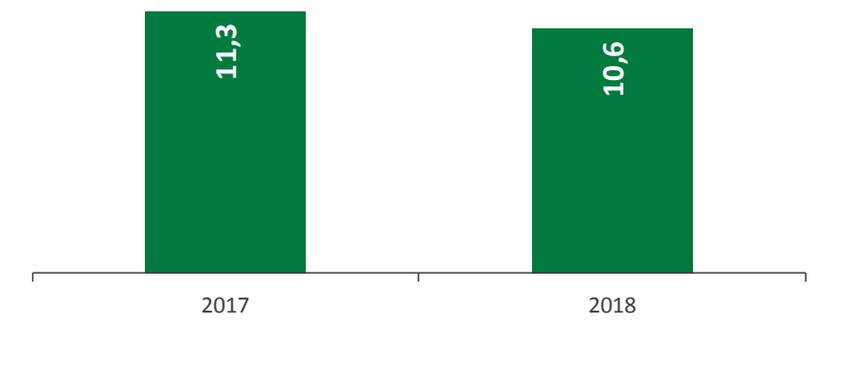
O valor de **impostos correntes** foi de 5,7 milhões de euros em 2018, uma diminuição de 1,4 milhões de euros quando comparado com 2017, sobretudo devido à diminuição dos impostos no Canadá. O valor de **impostos diferidos** no 4T18 representou um custo de cerca de 2,3 milhões de euros, que inclui a reversão total dos ativos por impostos diferidos nas entidades portuguesas.

Os **Resultados líquidos** de 2018 foram positivos em cerca de 11,0 milhões de euros, uma redução de cerca de 4,2 milhões de euros quando comparados com 2017, principalmente explicada pela redução do EBITDA acima mencionada, que mais do que compensa as variações positivas nas provisões e perdas por imparidade e em resultados relativos a empreendimentos conjuntos (valor agregado de res. líquido e outros).

### 3.2.2. INVESTIMENTO

#### ATIVO FIXO BRUTO ADICIONAL

Milhões de Euros



O aumento de ativos fixos tangíveis foi de cerca de 10,6 milhões de euros durante 2018, principalmente relacionado com investimentos recorrentes no negócio da América do Norte (cerca de 9,5 milhões de euros).

### 3.2.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA (DCPF)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA			
Milhões de Euros			
	2017	9M18 Não auditado	2018
<b>Ativos não correntes</b>	<b>360,2</b>	<b>370,9</b>	<b>354,5</b>
Ativos fixos tangíveis	146,5	142,2	135,7
Investimentos em empreendimentos conjuntos	205,6	218,0	212,5
Ativos por impostos diferidos	1,5	2,1	0,0
Outros ativos não correntes	6,6	8,5	6,3
<b>Ativos correntes</b>	<b>40,9</b>	<b>46,2</b>	<b>47,4</b>
Existências	17,0	18,6	18,2
Clientes	13,6	18,7	12,3
Caixa e investimentos	4,1	2,1	10,6
Outros ativos correntes	6,2	6,8	6,2
<b>Ativos não correntes classificados como disponíveis para venda</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>401,0</b>	<b>417,1</b>	<b>401,8</b>
<b>Capitais Próprios e Interesses que não controlam</b>	<b>126,1</b>	<b>145,2</b>	<b>135,5</b>
Capitais Próprios	126,1	145,2	135,5
Interesses que não controlam	0,0	0,0	0,0
<b>Passivo</b>	<b>274,9</b>	<b>271,9</b>	<b>266,3</b>
Dívida remunerada	212,7	206,9	206,5
Não corrente	198,5	188,0	188,6
Corrente	14,2	18,9	17,9
Fornecedores	19,6	23,2	21,6
Outros passivos	42,5	41,7	38,3
<b>Total do Passivo, Capitais Próprios e Int. que não controlam</b>	<b>401,0</b>	<b>417,1</b>	<b>401,8</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>208,7</b>	<b>204,7</b>	<b>195,8</b>
<b>Fundo de Maneio</b>	<b>11,0</b>	<b>14,1</b>	<b>9,0</b>

O investimento em empreendimentos conjuntos (participação de 50% na Sonae Arauco) atingiu cerca de 212,5 milhões de euros, cerca de 6,8 milhões de euros acima do valor contabilístico registado no final de 2017 para este investimento, sobretudo devido às variações positivas: i) dos resultados relativos a empreendimentos conjuntos de 12,5 milhões de euros (incluindo res. líquido e outros), como acima mencionado, e ii) do valor líquido da revalorização de terrenos e edifícios da Sonae Arauco de cerca de 4,0 milhões de euros, e apesar das variações negativas: a) do dividendo pago pela Sonae Arauco à Sonae Indústria num montante de cerca de 6,4 milhões de euros e b) da evolução cambial desfavorável do Rand Sul-africano de 2,7 milhões de euros.

O fundo de maneio consolidado atingiu cerca de 9,0 milhões de euros, uma redução de 2,0 milhões de euros quando comparado com dezembro de 2017, devido a uma diminuição do saldo de clientes e a um aumento do saldo de fornecedores, que mais do que compensou o aumento das existências.

A Dívida líquida era de 195,8 milhões de euros, no final de dezembro de 2018, uma diminuição de 8,9 milhões de euros face a setembro de 2018 e de 12,8 milhões de euros quando comparada com o final de 2017, beneficiando do dividendo recebido da Sonae Arauco e da venda de imóveis e equipamentos das unidades inativas.

O valor total dos Capitais Próprios, no final de dezembro de 2018, totalizava cerca de 135,5 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 9,4 milhões de euros quando comparado com 2017, explicado sobretudo pelos impactos positivos dos resultados líquidos e da revalorização de terrenos e edifícios da Sonae Arauco, que mais do que compensaram os impactos negativos das evoluções cambiais do Rand Sul-africano e do Dólar Canadense face ao Euro de 2,7 milhões de euros cada uma delas.

### 3.3. RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAE INDÚSTRIA, SGPS

Em 2018, a Sonae Indústria, SGPS, SA, enquanto empresa gestora das participações sociais do grupo, com base nas contas individuais, gerou um Resultado Líquido negativo no exercício de 443.961,81 euros.

Este Resultado Líquido negativo explica-se essencialmente por gastos operacionais de -9,6 milhões de euros (que incluem provisões de -8,3 milhões de euros) e encargos financeiros líquidos de -7,5 milhões de euros, apesar dos resultados relativos a investimentos em subsidiárias e em empreendimentos conjuntos de +16,6 milhões de euros (que incluem dividendos da Megantic BV e da Sonae Arauco de cerca de +11,3 milhões de euros e de cerca de +6,4 milhões de euros, respetivamente).

### 3.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados individuais do exercício, negativos no montante de 443.961,81 euros, sejam transferidos para resultados transitados.

Mais se propõe que o referido montante de -443.961,81, seja coberto na totalidade por reservas livres.

### 3.5. INDICADORES PROPORCIONAIS (NÃO AUDITADOS)

#### COMENTÁRIOS EXPLICATIVOS SOBRE OS INDICADORES PROPORCIONAIS

Devido ao facto de nas contas auditadas um dos principais ativos da Sonae Indústria (a participação de 50% na Sonae Arauco) ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, apresentam-se **Indicadores Proporcionais** não auditados, de modo a possibilitar uma visão mais abrangente do negócio subjacente da Sonae Indústria e para efeitos de análises de resultados financeiros, do alavancamento financeiro e de avaliação.

Estes Indicadores Proporcionais consideram a contribuição total dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Sonae Arauco.

Os Indicadores Proporcionais não são auditados. Relativamente aos Indicadores Proporcionais, o trabalho dos auditores externos da Sonae Indústria consistiu na análise da consistência dos pressupostos e dos valores considerados pela Sonae Indústria no cálculo dos Indicadores Proporcionais.

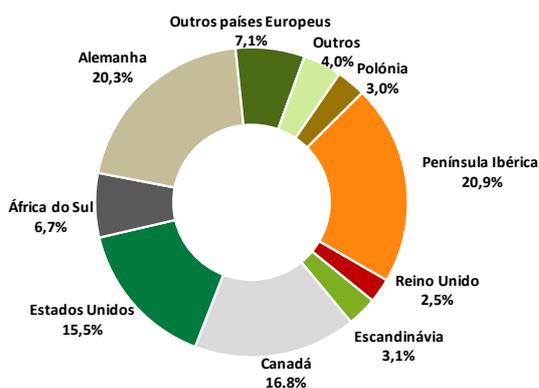
INDICADORES FINANCEIROS (não auditados)		
	2017	2018
Volume de Negócios Proporcional	630	612
EBITDA Recorrente Proporcional	89	74
Margem EBITDA Recorrente Proporcional	14,0%	12,0%
<b>RÁCIO DE DÍVIDA LÍQUIDA PARA O EBITDA RECORRENTE</b>		
Dívida Líquida Proporcional	301	311
<b>Rácio de Dívida Líquida para o EBITDA Recorr. (Proporcional)</b>	<b>3,4 x</b>	<b>4,2 x</b>
<b>LOAN TO VALUE</b>		
Dívida Líquida da Sonae Indústria	209	196
Asset Value*	496	372
<b>LTV (Dívida Líquida da Sonae Indústria / Asset Value)</b>	<b>42%</b>	<b>53%</b>

\* Calculado conforme descrito no Glossário. Este valor compara com um “Asset Value” consensus de cerca de EUR 443M baseado na média das avaliações dos ativos da Sonae Indústria (reportadas ao final de 2019) por soma das partes, realizadas por duas entidades independentes dedicadas à análise de ações.

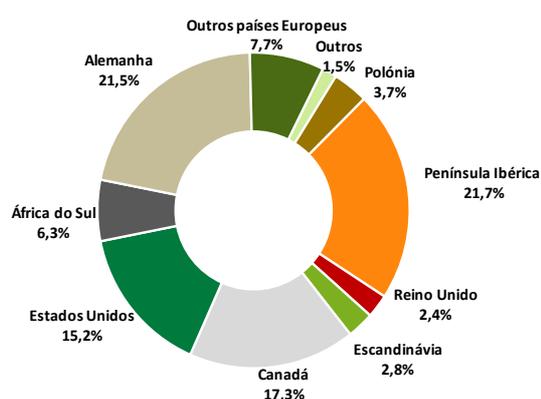
Em 2018, o rácio **Dívida Líquida para o EBITDA Recorrente Proporcional** foi de 4,2x, o que representa um aumento de 0,8x face a 2017. O “**Loan to Value**” também aumentou face a 2017, atingindo cerca de 53% no final

de 2018. Em relação ao rácio Dívida líquida para o EBITDA Recorrente Proporcional e ao Asset Value no final de 2018, deve realçar-se que se a totalidade do valor das compensações de seguros tivesse sido recebida no final do ano, a dívida líquida da Sonae Arauco, em 2018, seria menor em cerca de 25 milhões de euros (efeito líquido estimado considerando o valor final de compensações já acordado com as seguradoras e os valores residuais ainda a ser pagos e relacionados com os danos dos incêndios).

VOL. NEGÓCIOS PROPORCIONAL POR MERCADO DE DESTINO – 2017

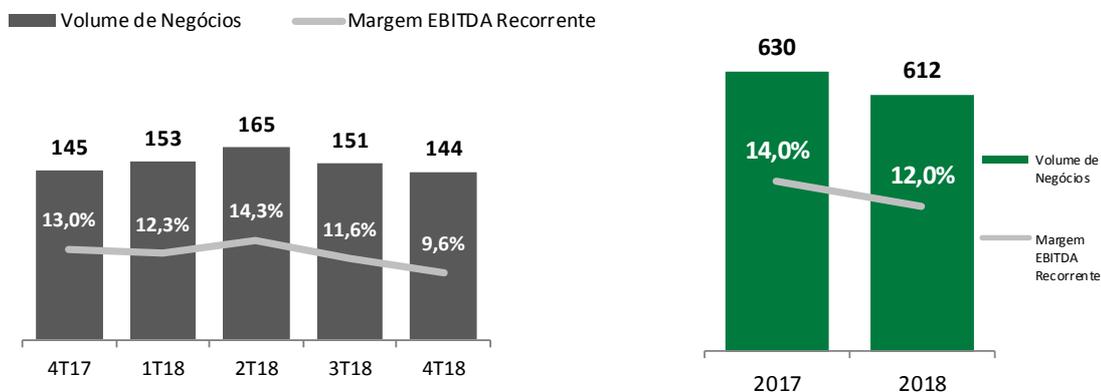


VOL. NEGÓCIOS PROPORCIONAL POR MERCADO DE DESTINO – 2018



VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE PROPORCIONAIS (não auditados)

Milhões de Euros



O **Volume de Negócios Proporcional** de 2018 foi cerca de 18,4 milhões de euros inferior face ao do ano passado. Esta evolução deveu-se a uma menor contribuição dos negócios integralmente detidos, principalmente devido à depreciação do Dólar Canadano (cerca de 9,1 milhões de euros), e à redução da contribuição da Sonae Arauco em cerca de 7,6 milhões de euros, parcialmente explicada pelo facto das duas fábricas da Sonae Arauco em Portugal atingidas pelos incêndios florestais em outubro de 2017, apenas terem retomado gradualmente a produção na primeira metade de 2018 (deve realçar-se que o montante do seguro relacionado com perdas de exploração não é contabilizado no volume de negócios).

O **EBITDA Recorrente Proporcional** de 2018 foi cerca de 15,0 milhões de euros menor face a 2017. Esta evolução deveu-se a uma menor contribuição quer dos negócios integralmente detidos quer da Sonae Arauco.

Os **custos médios variáveis unitários (por m<sup>3</sup>)** aumentaram, face ao ano anterior, no Canadá e em todas as regiões onde a Sonae Arauco opera.

O número total de colaboradores da Sonae Indústria, no final de dezembro de 2018, era de 3,242 FTEs incluindo 100% das operações da Sonae Arauco.

### 3.6. PERSPETIVAS FUTURAS PARA 2019

Apesar dos indicadores de negócio e económicos, em 2018, terem sido no geral favoráveis, houve sinais claros de desaceleração na Europa nos últimos dois trimestres do ano e os mercados de capitais registaram durante o ano desempenhos negativos tanto na América do Norte como na Europa. As incertezas geopolíticas existentes, incluindo entre outras as relacionadas com os desenvolvimentos do processo Brexit e com as tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, tornaram menos claras as perspetivas da economia global para o ano de 2019 e seguintes. Do lado da oferta de painéis derivados de madeira, deverá surgir alguma capacidade nova tanto na Europa de Leste como na América do Norte.

Na América do Norte, na sequência do sucesso do lançamento, em 2018, de duas novas texturas, Feria e Brava, e de uma coleção matching de laminados decorativos de alta pressão Surforma® produzidos em Portugal para a oferta painéis revestidos a melamina da Tafisa Canada, vamos continuar a procurar oportunidades de crescimento do nosso negócio, nomeadamente através do reforço da nossa oferta de produtos para satisfazer os requisitos dos clientes.

No negócio de Laminados, vamos focar-nos em aumentar os volumes de vendas e melhorar os níveis de rentabilidade, nomeadamente procurando oportunidades de oferta de laminados para o mercado da América do Norte sob a nova marca Surforma® e procurando recuperar os volumes de vendas perdidos no norte da Europa em 2017.

Na Sonae Arauco esperamos continuar a melhorar a competitividade dos nossos ativos industriais e a oferta aos clientes, aproveitando o plano de investimento industrial plurianual da Sonae Arauco que progrediu em 2018 e vai continuar em 2019.

Manteremos os esforços constantes na procura de oportunidades para monetização dos restantes ativos imobiliários e equipamentos relacionados com as nossas unidades inativas e para reduzir os custos correntes destas unidades industriais .

Com o apoio contínuo dos nossos stakeholders, esperamos reforçar o compromisso de crescimento a longo prazo da empresa bem como a sua posição competitiva na indústria de painéis derivados de madeira.

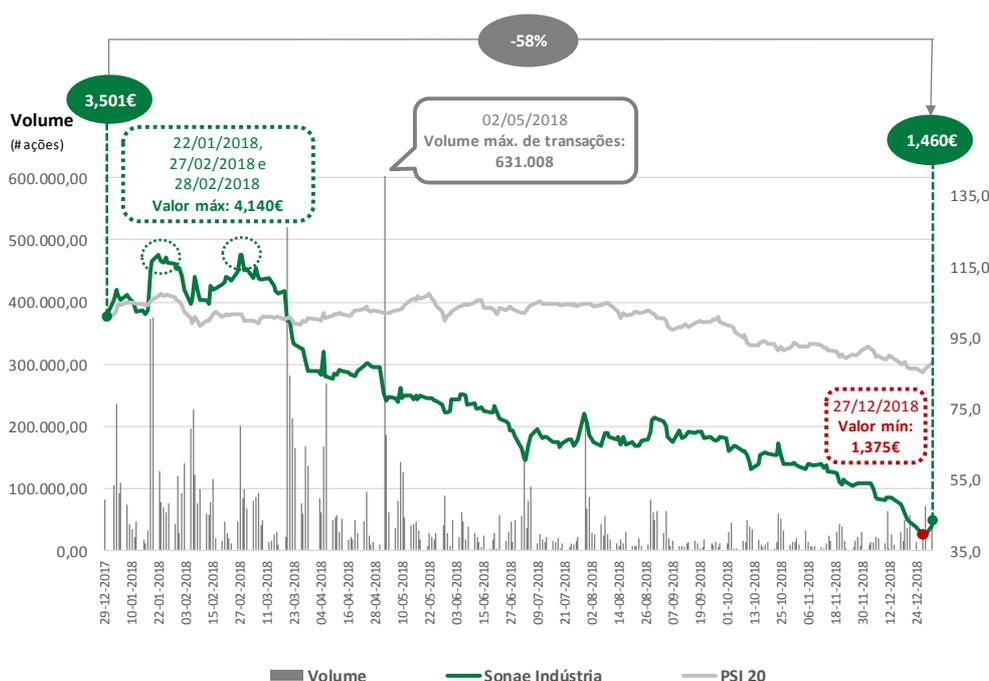
### 3.7. INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES E EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO

A Sonae Indústria, SGPS, SA é uma empresa cotada na NYSE Euronext Lisbon, com um acionista maioritário – a EFANOR Investimentos, SGPS, SA – que atualmente detém direta ou indiretamente, aproximadamente 68,6% do capital social.

## Desempenho das ações

Código ISIN **PTS3POAM0025** (Até 28/07/2017: Código ISIN PTS3POAM0017)  
 Código Bloomberg **SONI**  
 Código Reuters **SONI.LS**

	2015	2016	2017	2018
Capital Social	812.107.574,17	812.107.574,17	253.319.797,26	<b>253.319.797,26</b>
Número de ações	11.350.757.417	11.350.757.417	45.403.029	<b>45.403.029</b>
Resultados Líquidos	-36.004.592	11.008.954	15.265.731	<b>11.028.470</b>
Resultados Líquidos por ação	-0,003	0,001	0,336	<b>0,243</b>
Dividendos por ação	0,000	0,000	0,000	<b>0,000</b>
Cotações				
Máximo ano	0,0097	0,0079	3,6590	<b>4,1400</b>
Mínimo ano	0,0058	0,0043	1,4000	<b>1,3750</b>
Média ano	0,0077	0,0054	2,2956	<b>2,7039</b>
Cotação a 31-Dec	0,0080	0,0060	3,5010	<b>1,4600</b>
Capitalização Bolsista a 31-Dec	90.806.059	68.104.545	158.956.005	<b>66.288.422</b>
Volume médio de transações diário (ações)	8.037.786	8.455.716	57.761	<b>50.477</b>



O desempenho da Sonae Indústria é bastante dependente dos ciclos do negócio, dada a correlação com as indústrias da construção residencial e de mobiliário. Desta forma, a evolução do preço das ações da Sonae Indústria é historicamente afetada pelos ciclos do seu negócio.

Durante 2018, o valor da cotação da Sonae Indústria variou consideravelmente em termos relativos, contrastando com uma evolução menos pronunciada do Índice de Mercado de Capitais Português (PSI 20). Por conseguinte, o valor da cotação da Sonae Indústria reduziu 58% desde o final de 2017 até ao final de 2018 (com o índice PSI 20 a diminuir 12%).

O volume diário de transações mais elevado das ações da Sonae Indústria foi registado no dia 2 de maio (631.008 transações).

Em termos do valor da cotação da ação, durante 2018, o valor mínimo foi registado no dia 27 de dezembro (1,375 euros). Por outro lado, o valor máximo da cotação da ação foi alcançado em três sessões: nos dias 22 de janeiro, 27 de fevereiro e 28 de fevereiro (4,140 euros).

Em relação à liquidez, as ações da Sonae Indústria tiveram, durante 2018, um volume médio de transações de 50.477 ações por dia.

### **3.8. TRANSAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS**

A Sonae Indústria, SGPS, S.A., não adquiriu ou vendeu ações próprias durante o ano e, em 31 de dezembro de 2018, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

### **3.9. POLÍTICA DE DIVIDENDOS**

O Conselho de Administração definiu como objetivo a distribuição aos acionistas de 50% dos lucros anuais da empresa.

O rácio de pagamento real é proposto pelo Conselho de Administração em cada ano, tendo em consideração a sustentabilidade da estrutura de capitais da empresa e as fontes de financiamento disponíveis, bem como os planos de investimentos existentes.

### **3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Durante o primeiro trimestre de 2019 a Sonae Arauco recebeu cerca de 32,6 milhões de euros de compensações de seguros que ainda não tinham sido recebidas no final de 2018, relacionadas com os incêndios florestais de 2017 que afetaram as duas fábricas em Portugal.

Em fevereiro de 2019, a LaminatePark GmbH & Co KG (“LaminatePark”) anunciou a intenção de encerrar, no final de 2019, as atividades da fábrica em Eiweiler (Alemanha). A LaminatePark é uma parceria entre a Sonae Arauco e a Tarkett para a produção e venda de pavimentos laminados de painéis de fibras de média densidade/ painéis de fibras de alta densidade.

## 4. GESTÃO DE RISCOS

### 4.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DE CRÉDITO

#### a) Créditos sobre Clientes

O risco de crédito na Sonae Indústria resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da política de gestão de riscos de crédito na Sonae Indústria é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, as empresas do Grupo:

- Criaram uma Comissão de análise e acompanhamento trimestral do risco de crédito;
- Implementaram processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Criaram mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como, seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias).

Para fomentar a partilha de experiências, o alinhamento de procedimentos e práticas e para assegurar o cumprimento de regras de controlo adequadas, a Sonae Arauco promove um “fórum de Gestão de Risco de Crédito de Clientes”.

#### b) Ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, as empresas do Grupo detêm outros ativos financeiros, relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. No entanto, o risco é considerado reduzido devido aos valores limitados normalmente envolvidos em depósitos bancários e à credibilidade das instituições financeiras usadas pelas empresas do grupo.

### 4.2. RISCOS DE MERCADO

#### a) Risco de Taxa de Juro

Devido à proporção relevante de dívida a taxa variável e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a empresa está exposta ao risco de taxa de juro.

Regra geral, a Sonae Indústria não utiliza instrumentos derivados financeiros para cobrir a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "*cash flow* operacional antes de juros líquidos", que cria uma cobertura natural ao nível do "*cash flow* operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria.

Como exceção a esta política geral, a Sonae Indústria pode contratar certos derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os riscos e valorização desses derivados possam ser avaliados com rigor pela empresa. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados de taxa de juro com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

### b) Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, presente em três continentes diferentes, a Sonae Indústria encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio. As Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira e a Demonstração de Resultados encontram-se expostas a risco de câmbio de translação e as subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio tanto de translação como de transação.

Como regra do Grupo, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os *cash flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais.

Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da atividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados cambiais com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Pressupõe-se também que a cobertura de transações não acrescentaria valor a longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de *cash flows* positivos e negativos em subsidiárias não Euro são contabilizados como Capitais Próprios na rubrica de “Outro Rendimento Integral Acumulado”.

### c) Risco de Liquidez

No Grupo Sonae Indústria, a gestão do risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente, o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Acesso e gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

### 4.3. RISCOS LEGAIS

A Sonae Indústria e as suas subsidiárias estão obrigadas e promovem ativamente o respeito pelas leis aplicáveis nos países e regiões em que operam. Mudanças nesses enquadramentos legais podem traduzir-se em alterações, ou mesmo restrições, às condições atuais de exploração e podem originar custos acrescidos.

A Sonae Indústria, SGPS, SA é, e pretende continuar a ser, reconhecida pela forma como age de acordo com as regras e os valores da concorrência com base no mérito, na força dos mercados livres e no respeito ilimitado pelo consumidor. Para atingir esse objetivo, estão em vigor medidas para reforçar a promoção e divulgação das iniciativas de conformidade existentes dentro do Grupo. Tais medidas incluem formação para os colaboradores, a fim de garantir que todas as partes da nossa organização, em todas as geografias, têm uma consciência mais profunda e mais completa e um respeito mais rigoroso perante as suas obrigações legais.

### 4.4. RISCOS OPERACIONAIS

O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, decorrente nomeadamente de eventuais acidentes envolvendo incêndio e explosão. Consequentemente, a gestão de risco operacional é uma preocupação central da empresa e temos uma postura ativa na implementação de normas e de melhores práticas, bem como na escolha de sistemas e soluções de ponta capazes de reduzir os riscos industriais.

**Para uma descrição pormenorizada destes riscos e das iniciativas desenvolvidas para os mitigar, consultar o Relatório sobre o Governo da Sociedade.**

## 5. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA (NÃO AUDITADO)

Nota: a informação desta secção inclui a atividade da Sonae Arauco na sua totalidade o que significa que os dados agregados consideram 100% dos valores da Sonae Arauco também em 2016, 2017 e 2018.

### 5.1. RELATÓRIO SOCIAL

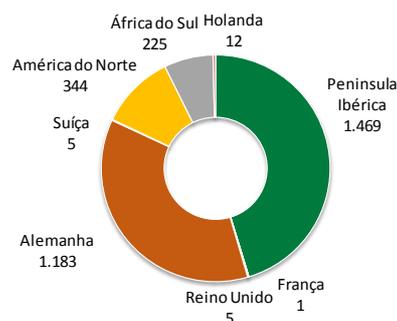
#### PESSOAS

Na Sonae Indústria, acreditamos que as pessoas são o recurso chave para impulsionar a mudança e garantir um negócio mais rentável e sustentável no futuro. Preocupamo-nos com a segurança e o bem-estar dos nossos colaboradores e esforçamo-nos por apoiar o seu desenvolvimento pessoal e profissional para poderem concretizar as suas próprias aspirações de carreira. Cada colaborador é um indivíduo único e é esta diversidade que constitui a riqueza da cultura da Sonae Indústria. Expressamos o nosso empenho para com as nossas pessoas nos valores empresariais de Cooperação, Não-discriminação e Saúde e Segurança.

Número de Colaboradores (excluindo estagiários)

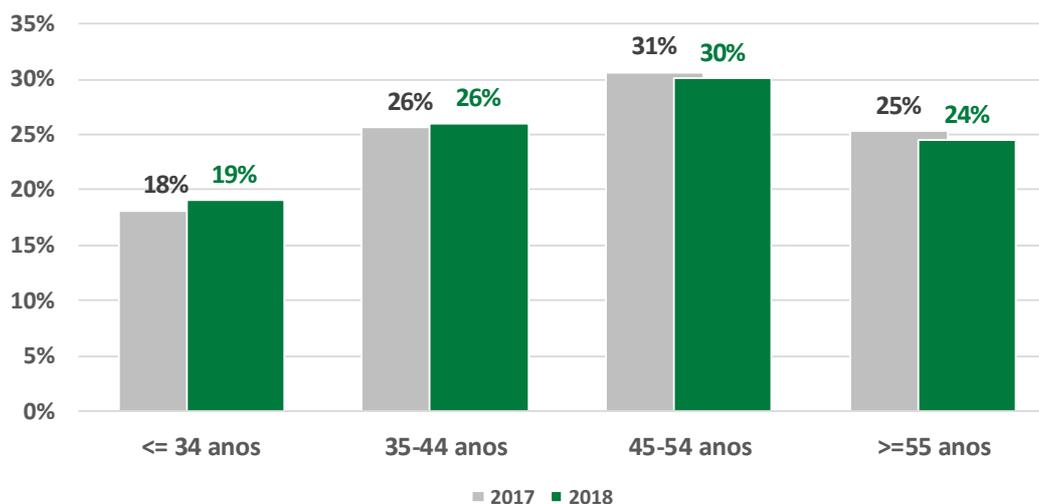


Colaboradores por país/ região (excluindo estagiários)



No final de 2018 a Sonae Indústria empregava um total de 495 colaboradores (excluindo estagiários) o que compara com 486 colaboradores no final de 2017. Considerando 100% da Sonae Arauco, o número de colaboradores atingiu um total de 3.242 pessoas em 10 países diferentes, um valor similar ao registado no final de 2017. Desde 2015 que a Sonae Indústria mantém um nível de colaboradores relativamente estável.

Força de trabalho por idade

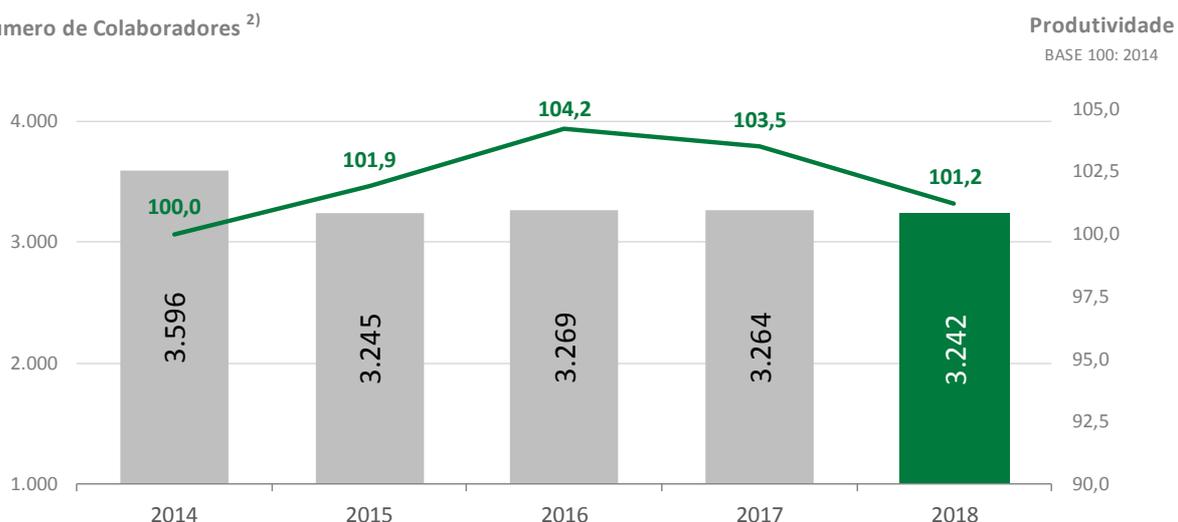


O grupo etário mais representativo da Sonae Indústria (incluindo 100% da Sonae Arauco) corresponde às idades entre 45 e 54 anos (correspondente a 30% da totalidade dos colaboradores). Deve ainda assinalar-se que as mulheres representam cerca de 18% da força de trabalho total da empresa, um aumento de cerca de 0,8 p.p. face a 2017.

Produtividade <sup>1)</sup>

Entre 2014 e 2016, a produtividade aumentou acentuadamente, particularmente motivada pelo processo de reestruturação que foi desencadeado na empresa até 2015. Apesar da diminuição do número de colaboradores, em 2018, a produtividade foi menor (-2,2%) face a 2017, o que se explica essencialmente pela evolução do volume de negócios i) da Sonae Arauco, parcialmente devido ao efeito das duas fábricas da Sonae Arauco em Portugal atingidas pelos incêndios florestais em outubro de 2017, que apenas retomaram gradualmente a produção na primeira metade de 2018, e ii) dos negócios integralmente detidos, principalmente devido à depreciação do dólar Canadano.

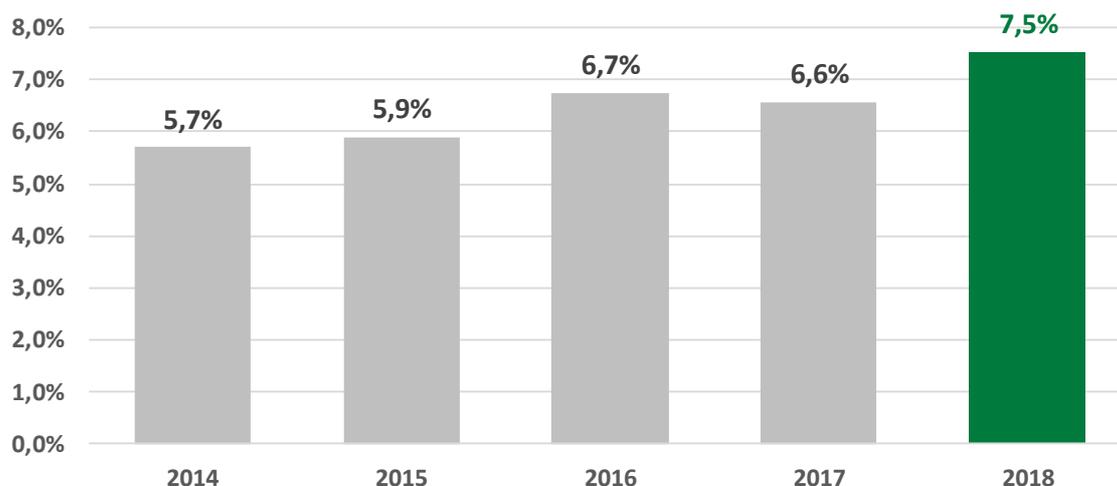
Número de Colaboradores <sup>2)</sup>



1) Produtividade baseada em valores agregados, i.e., incluindo 100% do volume de negócios e dos colaboradores da Sonae Arauco

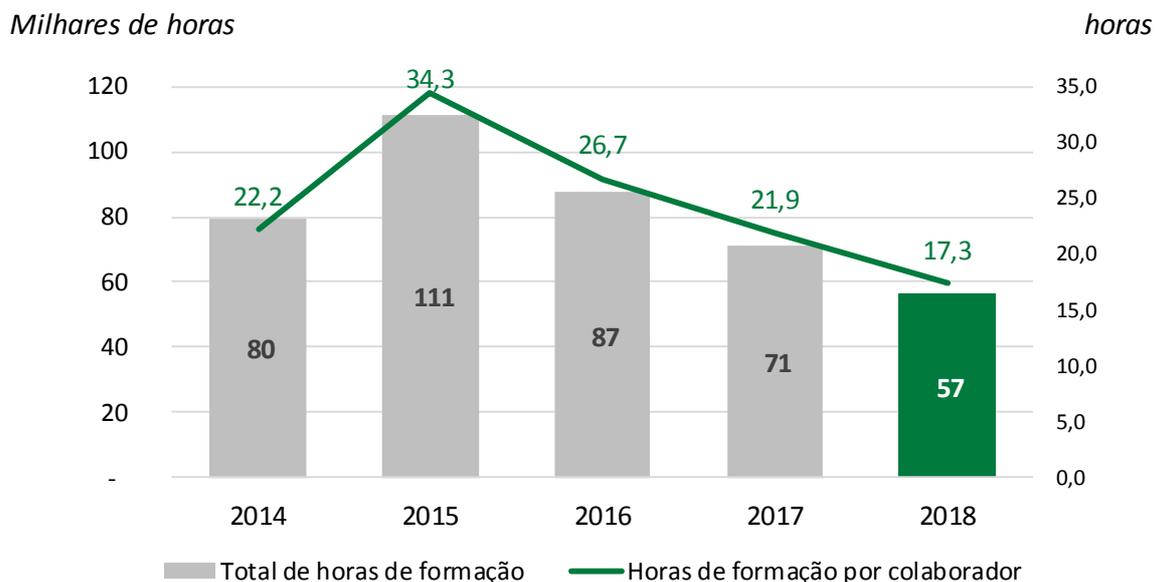
2) Nº de colaboradores, excluindo estagiários

Taxa de Absentismo (%)



O absentismo foi aumentando ao longo dos últimos anos, devido, principalmente, a baixas por doença de longa duração. Com o envelhecimento da força de trabalho da Sonae Indústria verifica-se o crescimento das baixas prolongadas devido a doenças naturais. O aumento registado em 2018 deve-se, essencialmente, à Sonae Arauco (nomeadamente na Alemanha) e, em 2019, as equipas de recursos humanos da Sonae Arauco irão realizar ações específicas para compensar esta evolução.

Total de Horas de formação e Horas de formação por colaborador



Em 2015, o número de horas de formação por colaborador aumentou significativamente, essencialmente em resultado das iniciativas de formação associadas à implementação do programa de melhoria contínua IOW (Improving our Work), que envolveram um número significativo de participantes e de horas de formação. Desde 2015, que o IOW, como orientação estratégica da empresa, teve um contributo importante para as horas de formação.

No início de 2018, um novo modelo de formação projetado pelo centro de formação IOW substituiu os programas de formação habituais, que tinham uma duração média de 30 horas, pela formação IOW Lab para novos colaboradores (duração de 8 horas) e formação específica nos casos em seja necessária.

Os incêndios florestais que afetaram as fábricas da Sonae Arauco em Portugal em outubro de 2017 e levaram a uma fase de reconstrução que durou aproximadamente até ao primeiro semestre de 2018, também contribuíram para uma diminuição das horas de formação.

### PARCERIAS COM UNIVERSIDADES

Com o objetivo de desenvolver e melhorar as características dos nossos produtos foram desenvolvidas parcerias com várias universidades portuguesas; a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a Escola Superior Tecnológica de Viseu (ESTV), a Universidade de Aveiro (UA), a Universidade Nova de Lisboa (UNL), Universidade de Coimbra (UC), Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD), Instituto Superior Técnico de Lisboa (IST), Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP) e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), assim como com associações de investigação, a Associação Rede de Competência em Polímeros (ACRP), o Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP), o Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CENTI), a *TechMinho* e o *Colab ForestWise* – Laboratório Colaborativo para a Gestão Integrada da Floresta e do Fogo. Estas parcerias são um motor de promoção de inovação de produtos e processos no grupo e fomentam as relações e a cooperação entre a nossa empresa e a comunidade estudante. De momento, e inserido no enquadramento de competências definido, os principais objetivos da nossa investigação são os seguintes:

- Novos Polímeros - Investigação fundamental;
- Resinas - controlo e monitorização industrial;
- Derivados de Madeira - desenvolvimento de novos produtos, caracterização do desempenho físico-mecânico, e avaliação da performance de sistemas de colagem;
- Papéis Impregnados e Termolaminados - impregnação, caracterização de desempenho, desenvolvimento de novos produtos/processos
- Emissões - análise de emissões COV<sup>18</sup>;
- Gestão florestal e de incêndios.

Tendo em conta alguns dos objetivos expostos em cima, a Sonae Indústria, através de suas participadas, tem vários equipamentos e instalações no campus da Universidade do Porto.

Com estas parcerias, a Sonae Indústria tem acesso privilegiado à universidade, equipamentos e técnicas, ao conhecimento científico dos investigadores, ao desenvolvimento de novas tecnologias e métodos em projetos em colaboração e acesso permanente a técnicos de elevado potencial para eventuais processos de recrutamento de quadros para as suas empresas.

### ENVOLVIMENTO NA COMUNIDADE LOCAL

A maioria dos colaboradores da Sonae Indústria tem um desejo inerente de melhorar as condições dos mais necessitados nas comunidades locais em que estão presentes. Em algumas situações específicas, os colaboradores envolveram-se em instituições sociais ou de caridade e a empresa incentiva os seus colaboradores a participarem ativamente nestas iniciativas.

Nos diversos países em que a Sonae Indústria opera, as necessidades específicas de ajuda e de apoios variam muito, conforme os níveis de bem-estar das comunidades, a existência de sistemas de segurança social, assim como a cultura e os valores dos cidadãos locais. Por conseguinte, as atividades relacionadas com a comunidade são priorizadas e geridas ao nível local.

### SONAE ARAUCO

A Sonae Arauco abriu, mais uma vez, as portas das suas fábricas a estudantes do ensino secundário e superior, permitindo aos estudantes adquirir uma breve noção do trabalho e das rotinas e responsabilidades do dia-a-dia

---

<sup>18</sup> Compostos orgânicos voláteis.

realizadas nestas instalações. Estas iniciativas continuam a ser uma prioridade para nos aproximar da comunidade escolar e contribuir para uma melhor compreensão do nosso negócio.

Nas nossas instalações na Maia, Portugal, no âmbito de uma iniciativa interna designada *Taking me Further*, os colaboradores da Sonae Arauco e da Sonae Indústria, em 2018, foram convidados a participar, de acordo com as suas preferências, em várias atividades como corrida, padel, aulas de guitarra e consultas de nutrição. Esta iniciativa é exemplo de um programa desenhado com o objetivo de desenvolver locais de trabalho que estimulam o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e o alto desempenho no local de trabalho, bem como o desenvolvimento de locais de trabalho saudáveis.

Ao longo do ano, as unidades industriais portuguesas ofereceram várias doações a escolas, instituições locais e universidades. Foram também distribuídos produtos a instituições como escolas, departamentos de bombeiros, associações culturais e sociais, *Rotary clubs* e associações desportivas. Além disso, em resultado dos incêndios que afetaram duas das nossas unidades industriais em Portugal, a Sonae Arauco em conjunto com alguns dos nossos clientes e parceiros, comprometeu-se fortemente em ajudar tanto os colaboradores como as comunidades locais a recuperar das suas perdas e contribuiu com várias doações.

Desde Julho de 2017, a unidade industrial da Sonae Arauco de Valladolid esteve envolvida no projeto de mentores para o desenvolvimento de talento STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, e Matemática) e a promoção de vocações científicas e tecnológicas especificamente em mulheres visando inspirar e fortalecer a próxima geração de mulheres líderes na ciência e tecnologia.

No final de novembro de 2018, 18 colaboradores da fábrica de Valladolid e da serração de Cuellar da Sonae Arauco, em conjunto com 702 pessoas, participaram numa corrida para promover o companheirismo e o trabalho em equipa, incentivando hábitos de vida saudáveis e aproveitando o tempo de forma agradável, enquanto 10% dos lucros das inscrições eram doados ao “Banco de Alimentos de Valladolid”.

Ainda em Espanha, foi realizada mais uma vez a *Operación Kilo*, no âmbito da qual foram recolhidos pelos colaboradores 217kg de comida, os quais foram oferecidos ao “Banco de Alimentos de Valladolid”, “Banco de alimentos de Segovia” e à *Cruz Roja in Tres Cantos*.

Na Alemanha, a Sonae Arauco contribuiu mais uma vez para instituições como bombeiros locais, escolas, associações juvenis e cruz vermelha. A empresa também doou produtos a um centro juvenil, um parque infantil e associações desportivas.

Na África do Sul, a Sonae Arauco envolveu-se em várias ações, não só através da assistência financeira, mas também através de parcerias ativas, promovendo e participando em campanhas de consciencialização. Os principais focos foram a Educação (incluindo bolsas de estudo e competências), iniciativas de educação dirigidas a professores, e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Sete professores foram selecionados a participar na Conferência internacional anual “Creativity Educators” e 13 alunos oriundos de meios desfavorecidos concluíram os seus estudos e completaram o 1º ano do programa de aprendizes (Furntech), estando agora preparados para abrir o seu próprio negócio ou conseguir um emprego no setor da fabricação de madeira – uma importante conquista para estes estudantes.

#### TAFISA CANADA

Em 2018, a Tafisa Canada e os seus colaboradores deram suporte, pelo quinto ano consecutivo, à *“Fondation du Centre de Santé et Services Sociaux du Granit”* (Fundação do Centro de Saúde e dos Serviços Sociais). As doações voluntárias ajudaram a manter e a melhorar os serviços de saúde prestados a toda a população de Lac-Mégantic e das comunidades circundantes. Por cada dólar doado por colaborador à fundação, a Tafisa Canada contribuiu em igual montante.

Pelo terceiro ano consecutivo, um grupo de colaboradores participou na corrida *Enbridge® Ride to Conquer Cancer®*, um evento épico de ciclismo de dois dias, abrangendo mais de 200 quilómetros. O dinheiro arrecadado ajuda a financiar a pesquisa e cuidados no âmbito do cancro em toda a Província do Quebec.

Também pelo terceiro ano consecutivo, os colaboradores da Tafisa Canada participaram na corrida de caridade *“dragon boat”* para arrecadar fundos para a *“La Maison La Cinquième Saison”*, uma organização sem fins

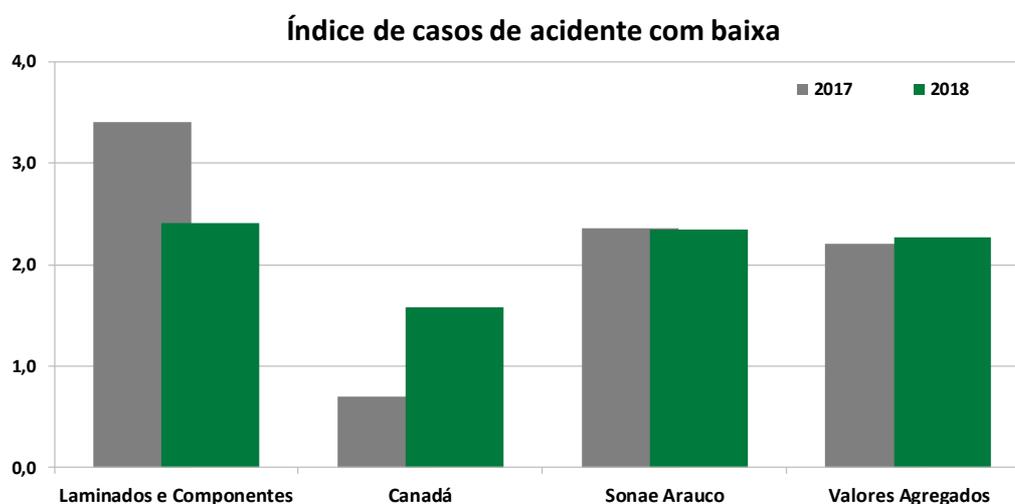
lucrativos dedicada ao cuidado de pessoas que estão em fase terminal. A Tafisa Canada fez, com orgulho, um donativo em nome dos seus colaboradores que participaram na corrida.

A cidade da Lac-Mégantic também organizou o segundo “*Man/Women Extreme Triathlon*” na América do Norte em julho de 2018. Um dos triatlons de distância total mais difíceis do mundo, comparável aos similares na Noruega, Escócia, Alasca e Suíça. Vários colaboradores da Tafisa Canada participaram numa versão mais curta do evento e a Tafisa Canada foi a principal patrocinadora da corrida.

A Tafisa Canada apoiou vários desportos juvenis, programas de educação e o banco alimentar local, assim como várias atividades e causas de caridade envolvendo os seus colaboradores e respetivas famílias.

## PRINCIPAIS INDICADORES DE SAÚDE E SEGURANÇA

Os números que se seguem representam o índice de casos de acidente com baixa (LWC - *Lost Workday Cases*)<sup>19</sup>:



Durante 2018, o índice de LWC global da Sonae Indústria deteriorou ligeiramente (3% comparado com o índice de 2017), essencialmente devido ao impacto do Canadá, onde houve um aumento no número de acidentes com baixa quando comparado com o ano anterior. Este aumento implicou uma deterioração do índice, no Canadá, para mais do dobro do valor atingido em 2017.

Em relação aos resultados do índice de LWC dos outros negócios principais, continuamos a alcançar melhorias na Sonae Arauco (0,5% face a 2017) e nos Laminados e Componentes (29% face a 2017). No negócio de Componentes, esta evolução reflete o rigor e o foco que têm sido colocados nesta operação, em particular em Saúde e Segurança, nos últimos 2 anos. A atualização do equipamento industrial feita no ano de 2018 com a instalação de uma nova linha de produção de última geração, também contribuiu para a melhoria das condições de trabalho.

Na Sonae Arauco, o ano de 2018 foi marcado pela consolidação do projeto “*BeST*” (*Behavioural Safety Transformation*), o qual iniciou no final do ano anterior com o suporte da DuPont e em todas as instalações da Sonae Arauco. No âmbito deste projeto, importa destacar algumas ações chave:

- STOP™ para Supervisão – programa de formação desde o topo a todos os colaboradores da empresa que têm cargos de supervisão, para permitir a realização de observações e diálogos sobre segurança;
- Mudança na comunicação de eventos – introdução do conceito SIF (Lesões Graves e Fatalidades) para determinar os eventos reais/ potenciais que devem ser investigados por oposição ao conceito de Acidentes Com Baixa. Com este conceito houve mais visibilidade e foco nos acidentes que constituem ameaças reais à vida.

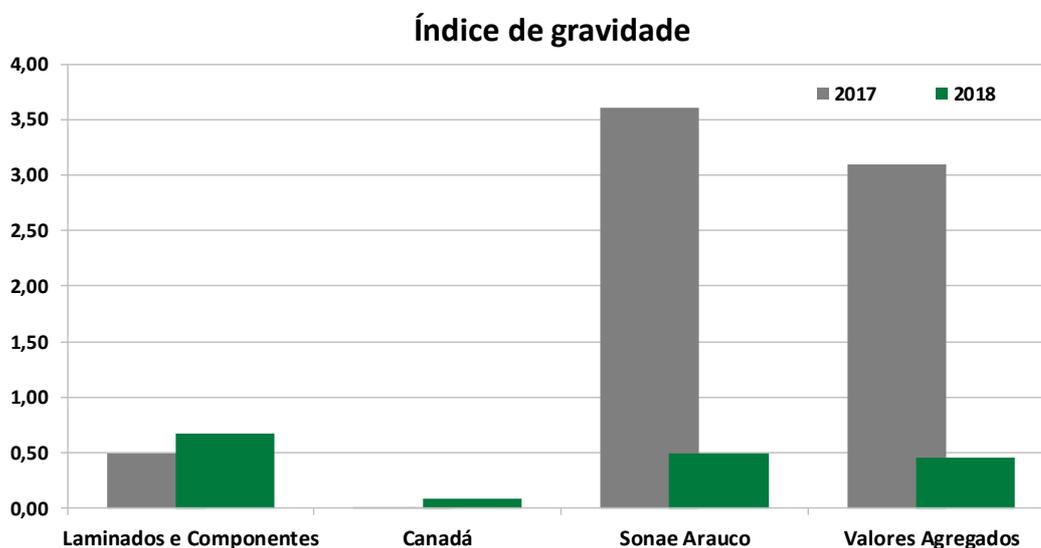
<sup>19</sup> **Casos de acidentes com baixa:** fatalidade, lesão decorrente do trabalho ou doença profissional que impeça o colaborador de se apresentar ao trabalho no turno subsequente e calendarizado. Uma morte é considerada acidente com baixa, independentemente do tempo que medeia entre o acidente e o falecimento em consequência da doença.

**Índice de casos de acidentes com baixa** = (Número de casos de acidentes com baixa x 200.000) / Número de horas trabalhadas calculado numa base colaborador-hora de 200.000 horas (100 colaboradores a tempo inteiro, a trabalhar 50 semanas, 40 horas por semana).

Os valores da Sonae Arauco para o índice de casos de acidentes com baixa incluem a unidade industrial e bens imóveis de Horn laminados.

- Regra Salva Vidas – definição e aprovação de 6 regras principais associadas à segurança da empresa que não podem ser comprometidas. As regras definidas para a Sonae Arauco foram: Contornar bloqueios de segurança / Remoção de proteção de máquina; Isolamento de fontes de energia (LOTO); Trabalho em altura; Trabalho a quente; Acesso ao parque de madeira; Armazéns e zonas de carga e Entrada em espaços confinados.

Foram realizadas ou estão em processo de planeamento outras ações que vão reforçar a cultura de segurança da Sonae Indústria e promover a consciencialização necessária nesta área de extrema importância.



Em relação à gravidade dos acidentes, traduzida pelo Índice de Gravidade <sup>20</sup>, houve uma redução significativa em comparação com o ano anterior que foi afetado pelas fatalidades que ocorreram nas fábricas da Sonae Arauco.

O objetivo principal permanece inalterado e a segurança é um dos focos principais da Sonae Indústria nos próximos anos. Como empresa industrial comprometemo-nos a garantir o conforto e segurança permanentes dos nossos colaboradores. Para este efeito, todas as atividades dos colaboradores da Sonae Indústria, incluindo os das suas subsidiárias e empresas associadas, estão sujeitas a uma abordagem preventiva em relação à gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho, que inclui:

- Redução e controlo de riscos para prevenção de incidentes, acidentes, lesões e doenças ocupacionais;
- Segurança nas fábricas e locais de trabalho no geral, incluindo todos os equipamentos;
- Formação e compromisso dos colaboradores com a melhoria contínua em todos estes processos.

## 5.2. RELATÓRIO AMBIENTAL

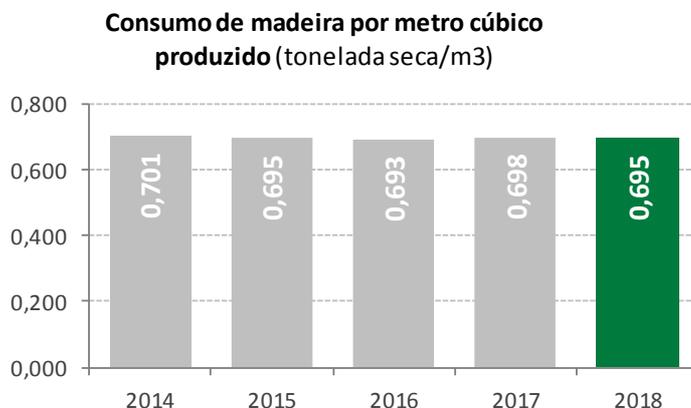
### Consumo de Madeira (ton. seca/m<sup>3</sup>)

A madeira é a principal matéria-prima da Sonae Indústria, considerando o negócio no Canadá e a Sonae Arauco. Como grande utilizador deste material natural, renovável e reciclável, acreditamos que usar madeira reciclada e subprodutos da madeira na nossa produção faz parte do nosso contributo sustentável para atenuar as emissões de CO<sub>2</sub> e as mudanças climáticas.

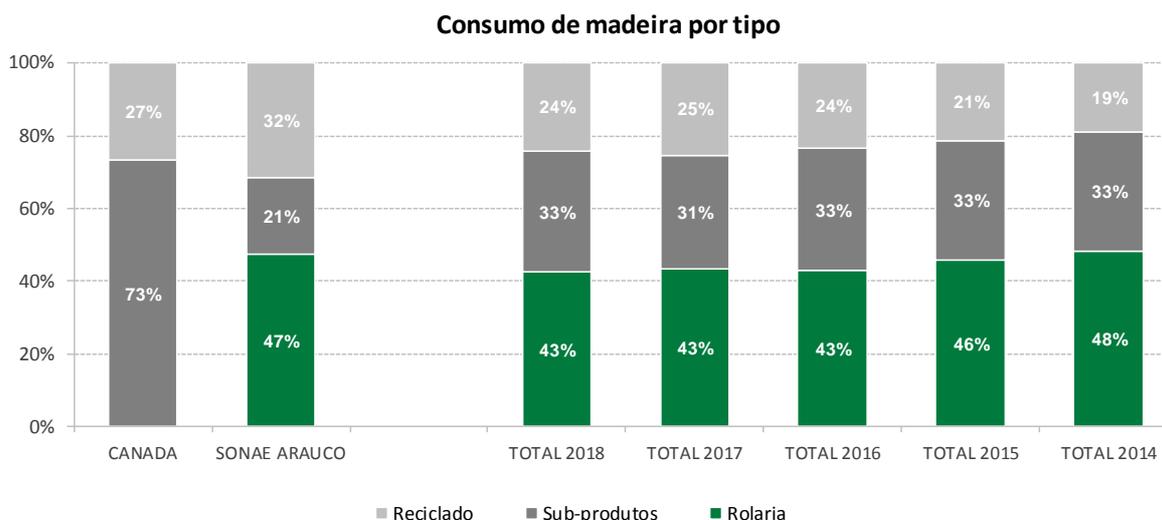
<sup>20</sup> Índice de Gravidade = Número de dias de trabalho perdidos devido a casos de acidentes com baixa x 1.000 / Número de horas trabalhadas. Uma fatalidade é considerada adicionando 7.500 dias ao numerador.

Os valores da Sonae Arauco para o Índice de Gravidade incluem a unidade industrial e bens imóveis de Horn laminados.

O gráfico abaixo considera as operações de placas (valores agregados para o Canadá e para a Sonae Arauco) e apresenta a evolução global do consumo do mix de madeira e os valores da eficiência da utilização da madeira, que ilustram os nossos esforços permanentes nesta área operacional fundamental.



O consumo de madeira por metro cúbico produzido do portefólio da Sonae Indústria registou uma ligeira redução quando comparado com 2017, devido a uma redução do consumo de madeira, que mais do que compensa a diminuição da produção acabada.



O *mix* de fornecimento de madeira global para as operações de placas apresentou uma ligeira inversão na tendência dos últimos anos no que se refere à incorporação de material reciclado, enquanto que a incorporação de sub-produtos aumentou.

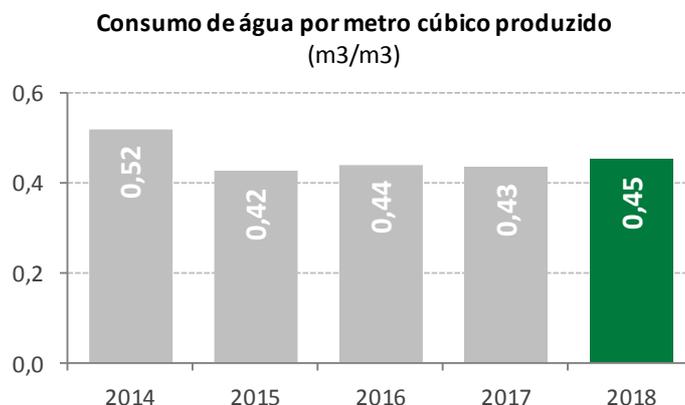
Em comparação com 2017, a utilização de rolaria manteve o mesmo valor, a utilização de sub-produtos aumentou para 33% (aumento de 2 p.p., face a 2017) e a incorporação de material reciclado reduziu para 24% (redução de 1 p.p., face a 2017). Este efeito deveu-se principalmente aos investimentos nos sistemas de limpeza para o material reciclado nas fábricas da Sonae Arauco em Oliveira do Hospital (Portugal) e Linares (Espanha), que durante uma parte significativa de 2018 exigiram os ajustamentos habituais em casos de instalação de novos equipamentos, o que significa que os impactos reais destes investimentos ainda não estão refletidos nos valores de 2018. A operação no Canadá manteve os níveis de incorporação de reciclado e de sub-produtos, dentro dos mesmos valores de 2017.

### Consumo de Água (m<sup>3</sup> /m<sup>3</sup>)

Água municipal, de superfície e subterrânea

Os processos industriais da Sonae Indústria necessitam de água e, na sequência desse impacto, são realizados esforços para reduzir a utilização de água e aumentar a reutilização de águas residuais tratadas. Estes objetivos ambientais são comuns a várias unidades industriais.

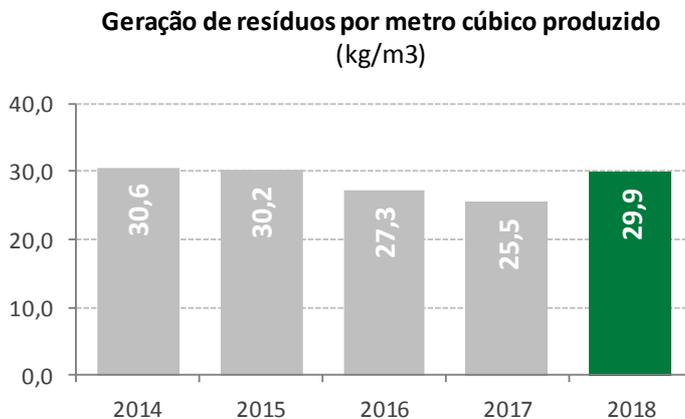
No geral, o consumo específico de água aumentou em 2018, quando comparado com 2017, devido principalmente ao impacto das fábricas portuguesas da Sonae Arauco, afetadas pelos incêndios florestais em outubro de 2017, que foram objeto de uma extensa reconstrução e utilizaram água intensivamente nesse processo. Após concluídas as reparações, as reservas de água industrial e de água para incêndios tiveram que ser repostas o que, considerando apenas Mangualde, representa um consumo de mais de 12.000 m<sup>3</sup> de água.



### Geração de Resíduos (kg/m<sup>3</sup>)

Resíduos perigosos e não perigosos

O indicador global sobre geração de resíduos específicos registou uma alteração significativa quando comparado com 2017, a qual também se explica pelas fábricas portuguesas da Sonae Arauco, Mangualde e Oliveira do Hospital. Como mencionado acima, estas duas unidades industriais sofreram danos significativos no final de 2017 e estiveram em processo de reconstrução até ao 2T18. Estas atividades geraram toneladas de resíduos não perigosos, principalmente ferro-velho e material de demolição que tiveram que ser descartados e consequentemente tiveram um impacto negativo neste indicador.



SISTEMAS DE GESTÃO

Os sistemas de gestão da qualidade, ambiente e de saúde e segurança são uma parte importante do modo estandardizado de funcionamento da Sonae Indústria.

A situação das certificações dos sistemas de gestão das subsidiárias e associadas da Sonae Indústria, no final de 2018, era a seguinte:

	Qualidade	Ambiente	Energia	Produtos florestais cadeira de responsabilidade		Segurança e saúde
	ISO 9001	ISO 14001	ISO 50001	PEFC	FSC	OHSAS 18001
Maia*	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Vilela**	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Horn	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Lac-Mégantic	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Mangualde	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Oliveira do Hospital	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sines***	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Castelo de Paiva****	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Linares	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Valladolid	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Cuellar*****	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Meppen	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Eiweiler	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Nettgau	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Beeskow	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Kaisersesch*****	✓	✓	✓	✓	✓	✓
White River	✓	✓	✗	✓	✓	✓

\* Unidade de Laminados de alta pressão  
 \*\* Unidade de componentes de mobiliário  
 \*\*\* Unidade de resinas e de papel impregnado  
 \*\*\*\* Unidade de produção de emenda de folha  
 \*\*\*\*\* Serração  
 \*\*\*\*\* Unidade de papel impregnado

## 6. NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS

### Atividade desenvolvida pelos Membros Não-Executivos do Conselho de Administração

Com a exceção do Presidente, todos os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração da Sonae Indústria são membros de uma das Comissões do Conselho de Administração (para uma descrição pormenorizada da composição e das principais funções de cada comissão, consultar o Relatório sobre o Governo da Sociedade). Nesse contexto, aqueles Membros do Conselho de Administração analisam as matérias que são da competência da respetiva Comissão, dando diretrizes à empresa sobre as mesmas e apresentando propostas ao Conselho de Administração.

Os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração participam ativamente nas reuniões do Conselho de Administração, intervindo nas discussões e questionando as matérias em análise e as decisões tomadas. De acordo com a experiência profissional que possuem, os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração participam igualmente na análise de projetos de otimização industrial, de projetos de expansão e de reestruturação, e no desenvolvimento de contactos internacionais relevantes com possíveis parceiros e autoridades, no âmbito das áreas geográficas em que a empresa está atualmente presente ou em que equaciona poder vir a investir.

### Agradecimentos

O Conselho de Administração gostaria de agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio da Sonae Indústria pelo seu envolvimento constante e a confiança que mais uma vez demonstraram em relação à organização.

O Conselho de Administração gostaria igualmente de agradecer sinceramente a todos os nossos colaboradores o esforço, empenho e dedicação demonstrados ao longo do ano.

27 março 2019,

O Conselho de Administração,

---

Paulo Azevedo

---

Carlos Moreira da Silva

---

Albrecht Ehlers

---

Berta Cunha

---

Isabel Barros

---

Javier Vega

---

José Romão de Sousa

---

Christopher Lawrie

---

Louis Brassard

## ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

### ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018 Quantidade
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		
<b>Duarte Paulo Teixeira de Azevedo</b>							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Minoritário	
Migracom, SA (2)						Dominante	
<hr/>							
	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018 Quantidade
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		
<b>(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA</b>							
Sonae Indústria, SGPS, SA							19 370 549
Pareuro, BV (3)						Dominante	
<b>(2) Migracom, SA</b>							
Sonae Indústria, SGPS, SA							38 931
Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)						Minoritário	
<b>(3) Pareuro, BV</b>							
Sonae Indústria, SGPS, SA							11 730 752
<b>(4) Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA</b>							
Sonae Indústria, SGPS, SA							120 396

## PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Cumprimento do disposto no Artº 8º, nº 1, alínea b) do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Acionista	Nº de ações	% Capital Social	% Direitos de Voto
<b>Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)</b>			
Diretamente	19.370.549	42,6636%	42,6636%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA)	11.730.752	25,8369%	25,8369%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	4	0,000009%	0,000009%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	38.931	0,0857%	0,0857%
Através da Linhacom, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	10.030	0,0221%	0,0221%
Total de Imputação	31.150.266	68,6083%	68,6083%

Em 30 de Abril de 2018, a TEAK Capital, SA, informou a Sonae Indústria que tinha assinado um contrato de prestação de serviços com a sociedade Pareuro, BV, através do qual lhe foi concedida, a título de contrapartida, uma opção de compra de 2.000.000 de ações representativas de 4,40% do capital social e dos direitos de voto da Sonae Indústria, SGPS, SA, exercível em 30 de Abril de 2021, contrato esse que substituiu e tornou sem efeito o anterior assinado a 22 de Fevereiro de 2016.

Mais informou aquela sociedade que o seu capital social é detido em 40% por Carlos Moreira da Silva, em 45% pela sua mulher (com separação de pessoas e bens) Fernanda Arrepia e em 15% pela TPR BV, que por sua vez é detida, em partes iguais, pelos 3 filhos de Carlos Moreira da Silva, Tiago Moreira da Silva, Pedro Moreira da Silva e Raquel Moreira da Silva, sendo os referidos Fernanda Arrepia e Tiago Moreira da Silva, administradores da TEAK.

(1) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

## DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do Artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA declaram que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- b) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se deparam.

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

---

Carlos António da Rocha Moreira da Silva

---

Albrecht Olof Lothar Ehlers

---

Berta Maria Nogueira Dias da Cunha

---

Isabel Sofia Bragança Simões de Barros

---

Javier Vega de Seoane Azpilicueta

---

José Joaquim Romão de Sousa

---

George Christopher Lawrie

---

Louis Brassard

## GLOSSÁRIO

<b>Asset Value</b>	O Asset Value é calculado da seguinte forma: $[6,5 \times \text{LTM EBITDA Recorrente dos negócios que consolidam integralmente (100\%)] + [\text{o valor de mercado dos bens imóveis das unidades inativas detidos a 100\% pela Sonae Indústria}] + [50\% \times (6,5 \times \text{LTM EBITDA Recorrente da Sonae Arauco} - \text{Dívida Líquida da Sonae Arauco})]$
<b>CAPEX</b>	Investimento em Ativos Fixos Tangíveis
<b>Custos Fixos</b>	Custos gerais de estrutura + Custos com Pessoal (internos e externos); <i>conceito de contas de gestão</i>
<b>Dívida Líquida</b>	Endividamento bruto – Caixa e equivalentes de caixa
<b>Dívida Líquida Proporcional (não auditado)</b>	A Dívida Líquida Proporcional considera a contribuição total da Dívida Líquida dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Dívida Líquida da Sonae Arauco.
<b>EBITDA</b>	Resultados Operacionais + Depreciações & Amortizações + (Provisões e perdas por imparidade – Perdas por imparidade de dívidas a receber + Reversão de perdas por imparidade em terceiros)
<b>EBITDA recorrente</b>	EBITDA, excluindo proveitos e custos operacionais não recorrentes
<b>Endividamento bruto</b>	Empréstimos bancários + empréstimos obrigacionistas + credores por locações financeiras + outros empréstimos + empréstimos de partes relacionadas
<b>FTEs</b>	Equivalentes a tempo completo; equivalente ao trabalho de uma pessoa em tempo integral, de acordo com o horário laboral de cada país onde a Sonae Indústria tem presença operacional.
<b>Fundo de Maneio</b>	Existências + Clientes – Fornecedores
<b>Loan to Value</b>	Dívida Líquida da Sonae Indústria / Asset Value
<b>LTM</b>	Últimos doze meses ( <i>Last Twelve Months</i> )
<b>Margem EBITDA recorrente</b>	EBITDA recorrente / Volume de negócios
<b>Nº de colaboradores</b>	Nº de colaboradores (FTEs), excluindo estagiários
<b>Proporcional: Volume de Negócios e EBITDA Recorrente (não auditados)</b>	O Volume de Negócios Proporcional e o EBITDA Recorrente Proporcional considera, no que diz respeito ao Volume de Negócios e ao EBITDA Recorrente, a contribuição total dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Sonae Arauco
<b>Rácio de Dívida Líquida para o EBITDA recorrente Proporcional (não auditado)</b>	Dívida Líquida proporcional / LTM EBITDA Recorrente proporcional

**SONAE INDÚSTRIA**

# **Relatório do Governo da Sociedade 2018**

27 março 2019

## ÍNDICE

<u>PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE</u> .....	3
<u>A. ESTRUTURA ACIONISTA</u> .....	3
I. <u>Estrutura de Capital</u> .....	3
II. <u>Participações Sociais e Obrigações Detidas</u> .....	4
<u>B. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES</u> .....	5
I. <u>Assembleia Geral</u> .....	5
a) <u>Composição da mesa da assembleia geral</u> .....	5
b) <u>Exercício do Direito de Voto</u> .....	5
II. <u>Administração e Supervisão</u> .....	6
a) <u>Composição</u> .....	6
b) <u>Funcionamento</u> .....	11
c) <u>Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados</u> .....	15
III. <u>Fiscalização</u> .....	19
a) <u>Composição</u> .....	19
b) <u>Funcionamento</u> .....	20
c) <u>Competências e funções</u> .....	21
IV. <u>Revisor Oficial de Contas</u> .....	23
V. <u>Auditor Externo</u> .....	24
<u>C. ORGANIZAÇÃO INTERNA</u> .....	25
I. <u>Estatutos</u> .....	25
II. <u>Comunicação de Irregularidades</u> .....	25
III. <u>Controlo interno e gestão de riscos</u> .....	27
IV. <u>Apoio ao Investidor</u> .....	39
V. <u>Sítio de Internet</u> .....	40
<u>D. REMUNERAÇÕES</u> .....	42
I. <u>Competência para a determinação</u> .....	42
II. <u>Comissão de remunerações</u> .....	42
III. <u>Estrutura das remunerações</u> .....	43
IV. <u>Divulgação das Remunerações</u> .....	48
V. <u>Acordos com Implicações Remuneratórias</u> .....	50
VI. <u>Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (Stock Options)</u> .....	50
<u>E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</u> .....	50
I. <u>Mecanismos e procedimentos de controlo</u> .....	51
II. <u>Elementos relativos aos negócios</u> .....	51
<u>F. POLÍTICA DE DIVERSIDADE APLICADA RELATIVAMENTE AOS SEUS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO</u> .....	52
<u>PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO</u> .....	52
1. <u>Identificação do Código de governo das sociedades adotado</u> .....	52
2. <u>Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado</u> .....	52

## PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

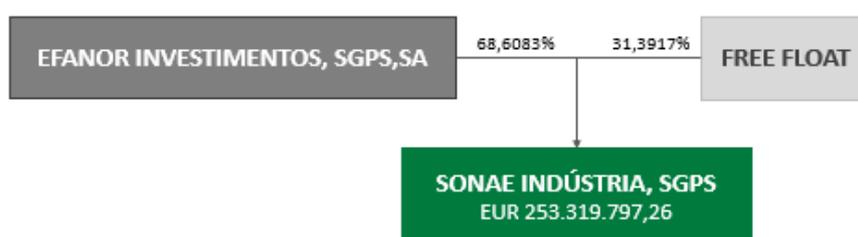
### A. ESTRUTURA ACIONISTA

#### I. ESTRUTURA DE CAPITAL

- 1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245º-A, nº1 al. a))**

O capital social da Sonae Indústria é de 253.319.797,26 euros e é representado por 45.403.029 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

O capital social da Sonae Indústria encontra-se distribuído da seguinte forma (estando a participação qualificada imputada à Efanor Investimentos no quadro abaixo, melhor explicitada no ponto 7 do presente relatório):



- 2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (Art. 245º - A, nº1 al. b))**

Não existem quaisquer restrições relativamente à transferência ou venda de ações da sociedade.

- 3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245º-A, nº1 al. a))**

A sociedade à data de 31 de dezembro de 2018 não detinha quaisquer ações próprias.

- 4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245º - A, nº 1, al. j))**

O montante total em dívida a 31 de dezembro de 2018 em financiamentos relativamente aos quais os respetivos credores têm a possibilidade de considerar vencida a dívida no caso de mudança do controlo acionista era de cerca de 158 milhões de euros (81% do valor contabilístico do endividamento líquido consolidado).

	Milhões de € <sup>1</sup>	Nº Contratos
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>5</b>

1) Valor (nominal) em dívida.

O acordo parassocial celebrado entre a Sonae Indústria e a sociedade Inversiones Arauco Internacional, Ltda, (Arauco) relativo à Sonae Arauco, SA, confere o direito à Arauco de exercer uma opção de compra sobre a totalidade da participação detida pela Sonae Indústria na Sonae Arauco, em caso de mudança do atual controlo acionista da Sonae Indústria e à Sonae Indústria um direito de opção de compra em caso de alteração do atual controlo acionista da Arauco.

**5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas**

Não existem quaisquer limitações estatutárias relativas ao número de votos que podem ser exercidos por um único acionista.

**6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245º -A, nº1, al.g))**

Quanto é do conhecimento da sociedade não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão dos seus valores mobiliários ou direitos de voto.

## II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

**7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245º - A, nº1, als c) e d) e Art. 16º) com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas da imputação**

Acionista	Número de Ações	% do Capital Social	% Direito de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A (1)			
Directamente	19.370.549	42,6636%	42,6636%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor)	11.730.752	25,8369%	25,8369%
Através de Maria Margarida CarvalhaisTeixeira de Azevedo (administradora da Efanor)	4	0,000009%	0,0000%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor e da Sonae Indústria, Paulo Azevedo)	38.931	0,0857%	0,0857%
Através da Linhacom, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor, Cláudia Azevedo)	10.030	0,0221%	0,0221%
	<b>31.150.266</b>	<b>68,6083%</b>	<b>68,6083%</b>

Em 30 de Abril de 2018, a TEAK Capital, SA, informou a Sonae Indústria que tinha assinado um contrato de prestação de serviços com a sociedade Pareuro, BV, através do qual lhe foi concedida, a título de contrapartida, uma opção de compra de 2.000.000 de ações representativas de 4,40% do capital social e dos direitos de voto da Sonae Indústria, SGPS, SA, exercível em 30 de Abril de 2021, contrato esse que substituiu e tornou sem efeito o anterior assinado a 22 de Fevereiro de 2016. Mais informou aquela sociedade que o seu capital social é detido em 40% por Carlos Moreira da Silva, em 45% pela sua mulher (com separação de pessoas e bens) Fernanda Arrepia e em 15% pela TPR BV, que por sua vez é detida em partes iguais pelos 3 filhos do Eng. Carlos Moreira da Silva, Tiago Moreira da Silva, Pedro Moreira da Silva e Raquel Moreira da Silva, sendo os referidos Fernanda Arrepia e Tiago Moreira da Silva, administradores da TEAK.

(1) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários

**8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.**

Os administradores da Sonae Indústria detinham as seguintes ações da sociedade, a 31 de dezembro de 2018:

Número de Ações/Posição		Número de Ações/Posição	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo Efanor Investimentos, SGPS, SA (1) Migracom, SA (3)	Minoritário Dominante	(3) Migracom, SA Sonae Indústria, SGPS, SA Imparfin, Invest. e Part. Financ., SA (4)	38.931 Minoritário
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA Sonae Indústria, SGPS, SA Pareuro, BV (2)	19.370.549 Dominante	(4) Imparfim, Invest. e Part. Financ., SA Sonae Indústria, SGPS, SA	120.396
(2) Pareuro, BV Sonae Indústria, SGPS, SA	11.730.752		

**9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245º - A, nº1, al. i)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos**

O Conselho de Administração da Sonae Indústria pode deliberar aumentar o capital social da sociedade até ao montante de mil e duzentos milhões de euros, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, nos termos estabelecidos na lei. Estes poderes foram renovados na Assembleia Geral realizada no dia 4 de abril de 2014 e podem ser exercidos durante o prazo de cinco anos a contar daquela data, sem prejuízo da assembleia geral poder renovar novamente estes poderes.

O Conselho de Administração no uso dos referidos poderes deliberou em 2014, com o parecer favorável do Conselho Fiscal da sociedade, proceder a um aumento de capital social de até 150.000.000 de euros, limitado às subscrições recolhidas, as quais atingiram o montante de 112.107.574,17 euros.

**10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade**

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

## B. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. ASSEMBLEIA GERAL

#### a) Composição da mesa da assembleia geral

**11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato**

A atual Mesa da Assembleia Geral foi eleita na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Sonae Indústria, realizada em 9 de maio de 2018 para o mandato 2018-2020 e é composta por:

- Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena - Presidente
- Maria Daniela Farto Baptista Passos – Secretária

b) Exercício do Direito de Voto

**12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245º - A, nº1, al. f))**

Nos termos dos estatutos da sociedade, a Assembleia Geral é constituída apenas pelos acionistas com direito a voto, que, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

Nos termos do disposto no artigo 23º-C do Código dos Valores Mobiliários têm direito a participar nas assembleias gerais e aí discutir e votar, quem, na data de registo, a qual corresponde às 0 horas do 5º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de ações que lhe confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto.

Nos termos dos estatutos da Sonae Indústria, os acionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos estabelecidos na lei e nos constantes do respetivo aviso convocatório.

Os estatutos da Sonae Indústria, preveem que, para que a Assembleia Geral de Acionistas possa funcionar em primeira reunião, é necessário que se encontrem presentes ou representados acionistas titulares de mais de 50% do capital social.

Os estatutos da sociedade estabelecem que, enquanto a sociedade for considerada «sociedade com o capital aberto ao investimento do público», os acionistas poderão votar por correspondência relativamente a todas as matérias constantes da ordem de trabalhos, estabelecendo as regras a que o exercício do voto por correspondência se encontra sujeito. Estabelecem, nomeadamente, os estatutos da sociedade que só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista e que os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos. A Sonae Indústria disponibiliza um modelo específico de voto por correspondência, tanto no seu sítio na Internet, [www.sonaeindustria.com](http://www.sonaeindustria.com), como na sua sede social.

Os estatutos da Sonae Indústria preveem que o voto por correspondência possa ser exercido por via eletrónica, se esse meio for colocado à disposição dos acionistas e constar do aviso convocatório. Esta possibilidade foi colocada à disposição dos acionistas para as assembleias gerais anuais realizadas nos últimos três anos, tendo sido utilizada por um acionista na assembleia geral anual de 2017. A informação preparatória para a Assembleia Geral e as propostas a apresentar pelo Conselho de Administração são disponibilizadas na data da divulgação da convocatória.

A sociedade não adotou qualquer mecanismo que provoque o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

**13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do nº1 do art. 20º**

A cada ação corresponde um voto, sem qualquer limitação.

**14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas e indicação dessas maiorias**

As deliberações são tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir outra maioria.

## II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

### a) Composição

#### **15. Identificação do modelo de governo adotado.**

Os estatutos da Sonae Indústria definem um modelo de governação da sociedade constituído por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração analisa anualmente as vantagens e os possíveis inconvenientes da adoção deste modelo.

O Conselho de Administração entende que o referido modelo defende os interesses da sociedade e dos seus acionistas, mostrando-se eficaz, não tendo deparado com quaisquer constrangimentos ao seu funcionamento.

#### **16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (Art. 245º - A, nº1, al.h))**

Nos termos dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de cinco e no máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para mandatos de três anos.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Grupos de acionistas, representando entre 10 e 20% do capital social da sociedade, podem apresentar uma proposta independente, enviada previamente à Assembleia Geral de Acionistas, para nomear um Administrador. O mesmo acionista não pode apoiar mais de uma lista de Administradores e cada lista tem de identificar, pelo menos duas pessoas elegíveis, para cada cargo a preencher. Se forem apresentadas listas por mais de um grupo de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto dessas listas.

Em caso de morte, renúncia ou incapacidade temporária ou permanente de qualquer um dos Administradores, o Conselho de Administração é responsável pela sua substituição. Se o Administrador em causa tiver sido nomeado pelos acionistas minoritários, terá de ser realizada uma eleição separada.

#### **17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro**

O Conselho de Administração da Sonae Indústria à data de 31 de dezembro de 2018 era composto por 9 administradores efetivos. Todos os seus membros foram eleitos na Assembleia Geral Anual realizada em 9 de maio de 2018 para o mandato 2018-2020.

Data da primeira designação dos atuais administradores da Sonae Indústria:

- Duarte Paulo Teixeira de Azevedo – 15 de dezembro de 2005;
- Carlos António da Rocha Moreira da Silva – 12 de novembro de 2014;
- Albrecht Olof Lothar Ehlers – 8 de setembro de 2011;
- Berta Maria Nogueira Dias da Cunha – 9 de maio de 2018
- Isabel Sofia Bragança Simões de Barros – 9 de maio de 2018
- Javier Vega de Seoane Azpilicueta – 29 de março de 2012;
- José Joaquim Romão de Sousa – 31 de março de 2015;
- George Christopher Lawrie – 12 de abril de 2013.

- Louis Brassard – designado inicialmente a 15 de dezembro de 2005, deixou de exercer o cargo de administrador da sociedade em 28 de abril de 2009, tendo sido cooptado a 8 de junho de 2016.

O Conselho de Administração da Sonae Indústria à data de 31 de dezembro de 2018 tinha a seguinte composição:

- Duarte Paulo Teixeira de Azevedo – Presidente (Não Executivo)
- Carlos António da Rocha Moreira da Silva – Vice-presidente (Não Executivo)
- Albrecht Olof Lothar Ehlers (Não Executivo e Independente)
- Berta Maria Nogueira Dias da Cunha (Não Executiva e Independente)
- Isabel Sofia Bragança Simões de Barros (Não executiva)
- Javier Vega de Seoane Azpilicueta (Não Executivo e Independente)
- José Joaquim Romão de Sousa (Não Executivo e Independente)
- George Christopher Lawrie (Administrador Delegado)
- Louis Brassard (Administrador Delegado)

O administrador Carlos Moreira da Silva deixou de ser independente quando da sua eleição para integrar o Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA, a qual ocorreu em dezembro de 2018.

O Conselho de Administração elegeu Carlos Moreira da Silva como *lead independent director*. Considerando a perda de independência deste administrador ocorrida no final do exercício de 2018, o Conselho de Administração irá voltar a avaliar este tema durante o exercício de 2019.

#### **18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes**

Dos nove (9) administradores, dois (2) são administradores delegados e sete (7) são membros não-executivos, conforme indicado no parágrafo anterior.

Dos Administradores não-executivos, quatro (4) são independentes, também conforme indicado no parágrafo anterior.

#### **19. Qualificações Profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração**

**Paulo Azevedo (Presidente do Conselho de Administração):** Licenciatura em Engenharia Química - *EPF Lausanne* (Suíça) e Pós-graduação em Estudos Empresariais (MBA) – Porto Business School (ex-EGP). Exerceu o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Optimus – Telecomunicações, S.A., entre 1998 e 2000; Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, S.A., entre 2000 e 2007, Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS, S.A, entre maio 2007 e abril de 2015, Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae SGPS, S.A desde abril de 2015. Desempenha diversas funções de gestão e administração no grupo Efanor/Sonae.

**Carlos Moreira da Silva (Vice-Presidente do Conselho de Administração):** Licenciatura em Engenharia Mecânica - Universidade do Porto, MSc em *Management Sci. and Operational Research* (Universidade de Warwick – UK) e Phd em *Management Sciences* (Universidade de Warwick – UK). Ocupou diversos cargos em sociedades do Grupo Sonae/Grupo Sonae Indústria entre setembro de 1988 a janeiro de 2000, tendo posteriormente em 2003 ocupado o cargo de presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria, SGPS, SA cargo que exerceu até abril de 2005, bem como em outras sociedades do Grupo Sonae Indústria. Foi membro do Advisory Board da 3i Spain (2005-2012), membro do Conselho de Supervisão da Jeronimo Martins Dystrybcuja, SA (2009 a 2012) e Presidente do Conselho de Administração da La Seda de Barcelona (2010-2014). Exerce atualmente as funções de Presidente do Grupo BA, é membro do Conselho de Administração da Gascan, SA e membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA.

**Albrecht Ehlers (Independente):** licenciatura em Direito pela Universidade de Münster (Alemanha). De 1987 a 2000 desempenhou diversas funções nas áreas legal e de recursos humanos, na Glunz AG, tendo em 1995 sido designado para integrar o Conselho de Administração Executivo (Vorstand) daquela sociedade, com responsabilidades em diversas áreas nomeadamente recursos humanos e departamento legal. Entre 2000 e 2004 foi vice-presidente sénior da Hochtief AG (Alemanha) com responsabilidade nomeadamente nas áreas de recursos humanos e serviços corporativos. A partir de 2004 e até 2009 integrou o Conselho de Administração Executivo (Vorstand) daquela sociedade. A partir do ano 2010 ocupa funções de chanceler na Universidade Técnica de Dortmund (Alemanha).

**Berta Cunha (Independente):** licenciatura em Economia pela Universidade de Coimbra. Exerceu diversas funções no BPI, nas áreas de Fusões e Aquisições e de *Corporate Finance*. De 2002 a 2005 foi administradora da F. Turismo-Capital de Risco, SA. De 2002 a 2018 foi administradora da Cosec-Companhia de Seguros de Crédito, SA.

**Isabel Barros:** licenciatura em Psicologia pela Universidade do Porto. MBA pela EADA Business School Barcelona e Nagoya International Scholl Japan. De 2007 a 2010 foi *Senior Manager* da Korn Ferry Hay Group; de 2011 a 2015 foi Diretora de *Talent Management & Development* da Sonae; de 2016 a 2017 foi diretora de recursos humanos da Sonae MC e desde 2017 é *Chief Human Resources Officer* da Sonae MC.

**Javier Vega (Independente):** Licenciatura em Engenharia de Minas pela *Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Minas* de Madrid e Licenciatura em *Business Management* pela Glasgow Business School (UK). Foi membro do Conselho de Administração de diversas sociedades, tais como Robert Bosh, Red Electrica de España, SEAT e Grupo Ferrovial. Atualmente é administrador da Sonae Arauco e Presidente do Conselho de Administração da DKV Seguros, Gestlink, SA e Vedegane, SA. Exerce também atualmente outros cargos de administração noutras sociedades.

**José Romão de Sousa (Independente):** BSc em Engenharia Química e Industrial pelo Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa e Doutoramento em Engenharia Química (PhD) pela *Imperial College*, London (UK). Ampla experiência na indústria, em particular em produtos químicos (resinas de formaldeído, colas e resinas em emulsão aquosa) e na transformação de plásticos (extrusão e calandragem de PVC, ABS e poliolefinas). Exerceu diversos cargos de administração no grupo ProHolding (atualmente Promotor), sendo ainda hoje Presidente não executivo de diversas sociedades do grupo e empresas associadas, incluindo num novo projeto na área de fungicidas biológicos. Experiência no sector financeiro, nomeadamente em private equity, gestão de carteiras e numa empresa corretora de bolsa. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Promotor SGPS, SA e da Epoli-Espumas de Polietileno SA, entre outras sociedades.

**Christopher Lawrie (Administrador Delegado):** BA (Honours) Degree em Gestão e Finanças na Universidade de Greenwich, em Inglaterra. Possui uma vasta experiência na banca de investimentos, tendo passado pela Schroders, BZW e Credit Suisse onde desempenhou a função de Diretor da área de Corporate Finance no sector das telecomunicações para o Sul da Europa. Em 2001, integrou o Grupo Sonae/Efanor, onde exerceu funções de CFO na Sonacom e, posteriormente, foi nomeado CEO da Sonae Retail Properties. Assumiu a função de CFO da Sonae Indústria SGPS, SA em 2013, exercendo atualmente a função de administrador delegado e presidente da *Management Committee*.

**Louis Brassard (Administrador Delegado):** Licenciatura em Engenharia Industrial – *Montreal Polytechnic School* (Quebec, Canada); MBA em Finanças e Marketing - Universidade de Montreal. Integra o Grupo Sonae Indústria desde 1994, onde exerceu diversos cargos, é COO da Tafisa Canada e membro da *Management Committee*.

**20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto**

Paulo Azevedo é administrador e acionista da Efanor Investimentos, SGPS, SA a quem é imputado o controlo da maioria dos direitos de voto na Sonae Indústria. Carlos Moreira da Silva é, desde dezembro de 2018, administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA.

**21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade**

A repartição de competências entre os vários órgãos sociais e comissões da sociedade é a seguinte:



Ao Conselho de Administração compete exercer os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade, nos termos previstos na lei e nos estatutos da sociedade.

Nos termos do Regulamento do Conselho de Administração compete, nomeadamente, ao Conselho de Administração: (i) definir a estratégia e as políticas gerais da Sonae Indústria e do Grupo Sonae Indústria; ii) definir a estrutura empresarial do Grupo Sonae Indústria; e iii) aprovar o plano estratégico e o orçamento anual da Sonae Indústria e das sociedades que integram o Grupo Sonae Indústria.

O Conselho de Administração nomeou dois administradores delegados, nos quais delegou os mais amplos poderes de gestão da sociedade, incluindo todas as competências que, legal e estatutariamente, estão atribuídas ao Conselho de Administração, com exceção das seguintes:

- a) eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- b) cooptação de administradores;
- c) pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) aprovação de quaisquer relatórios e contas;
- e) prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade;
- f) deliberação de mudança de sede e de aumento de capital social;
- g) deliberação sobre projetos de fusão, cisão e transformação da sociedade;
- h) aprovação do *business plan* e do orçamento anual da sociedade;
- i) definição das políticas de recursos humanos, assim como decisões sobre a compensação individual de quadros de topo;
- j) definição ou alteração de políticas contabilísticas sempre que a sociedade em causa esteja integrada no perímetro de consolidação do Grupo;
- k) compra e venda, leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis quando envolvam valores que excedam o montante de cinco milhões de euros por cada transação;
- l) subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de vinte milhões de euros;
- m) investimento em novas sociedades;
- n) outros investimentos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de dez milhões de euros, exceto se enquadrados no curso ordinário dos negócios, nomeadamente investimentos de curto prazo de liquidez disponível;
- o) desinvestimentos ou alienação de ativos desde que resulte da referida transação um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a dois milhões de euros) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afete os postos de trabalho de mais de cem trabalhadores;
- p) definição da estratégia e das políticas gerais da Sonae Indústria e do Grupo Sonae Indústria;
- q) definição da estrutura empresarial do Grupo Sonae Indústria.

Às operações com partes relacionadas aplicam-se as mesmas regras que às operações com outras entidades, i.e. terão que ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração todas as operações com partes relacionadas que respeitem a matérias que não tenham sido delegadas nos administradores delegados nos termos antes referidos.

O Conselho de Administração nomeou igualmente uma *Management Committee*, composta, até 31 de dezembro de 2018, pelos administradores delegados e pelo COO Laminados & Componentes. A *Management Committee*

tem por principal objetivo dar apoio aos administradores delegados nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

Sem prejuízo da delegação de poderes efetuada e da nomeação de uma *Management Committee*, todos os membros do Conselho de Administração têm acesso a toda a informação da sociedade, podendo, se assim o entenderem, solicitá-la através da *Management Committee*.

<b>b) Funcionamento</b>
-------------------------

## **22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração possui um regulamento de funcionamento que pode ser consultado [em](#):

[http://www.sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/Regul%20CA%20PT\\_22062016.pdf](http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Regul%20CA%20PT_22062016.pdf) (versão em português)

[http://www.sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/BoD%20Regulation%20ENG\\_22062016.pdf](http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/BoD%20Regulation%20ENG_22062016.pdf) (versão em inglês)

## **23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas**

Durante o exercício de 2018, o Conselho de Administração reuniu 7 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações. A assiduidade de todos os membros do Conselho de Administração foi de 100% (presença física, meios telemáticos ou por meio de representação), com exceção da assiduidade do administrador Paulo Azevedo que foi de 85,71%.

O número de reuniões anuais do órgão de administração e das suas comissões pode ser consultado nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,29> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,29> (versão em inglês)

## **24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos**

Compete à Comissão de Vencimentos da sociedade, em diálogo com a Comissão de Nomeações e Remunerações, proceder à avaliação de desempenho dos administradores delegados, avaliação esta que tem em consideração o grau de cumprimento dos *Key Performance Indicators of Business Activity*, conforme melhor explicado no ponto 69 infra e relevante para efeitos de fixação da retribuição destes administradores.

O Conselho de Administração analisa anualmente o seu modo de funcionamento interno, bem como avalia o seu desempenho, e o das suas comissões, tendo em conta, nomeadamente, a estratégia definida e o orçamento aprovado.

## **25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos**

Os critérios de avaliação de desempenho dos administradores executivos são pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a sua responsabilidade e do seu próprio desempenho individual. Estes critérios estão melhor especificados no ponto deste relatório relativo às Remunerações.

Os referidos critérios de avaliação dos administradores executivos, que se encontram pré-determinados, são os seguintes: critérios objetivos relacionados com o grau de sucesso de implementação das iniciativas e ações acordadas implementar no ano em questão; e critérios subjetivos que estão relacionados com o contributo em termos de experiência e conhecimento para as discussões do Conselho de Administração, a qualidade da

preparação das reuniões e da contribuição para as discussões do Conselho de Administração e dos comités, e compromisso com o sucesso da companhia, entre outros.

**26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício**

Os administradores delegados dedicam-se a tempo inteiro à administração da Sonae Indústria e das sociedades suas participadas.

Os demais membros do Conselho de Administração, acumulavam a função exercida, com funções de administração ou de fiscalização nas sociedades, aqui listadas.

---

**DUARTE PAULO TEIXEIRA DE AZEVEDO**

---

**Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:**

- Sonae Arauco, SA (Presidente do Conselho de Administração)

**Cargos exercidos noutras sociedades:**

- Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (Administrador)
- Sonae - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae MC - Serviços Partilhados, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae MC – SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Modelo Continente, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Sierra, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Corporate, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Capital, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Imparfin-Investimentos e Participações Financeiras, S.A. (Administrador)
- Migracom, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Efanor – Serviços de Apoio, SA (Administrador)

---

**CARLOS MOREIRA DA SILVA**

---

**Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:**

- Sonae Arauco, SA (Administrador)

**Cargos exercidos noutras sociedades:**

- BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- BA GLASS, BV (Administrador)
- Fim do Dia, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Lynx Finance GP, LLC (Administrador)
- Gascan S.A.(Administrador)
- Efanor Investimentos, SGPS, SA (Administrador)
- Teak BV (Administrador)

---

**ALBRECHT EHLERS**

---

**Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:**

- Sonae Arauco Deutschland GmbH (Presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)

**Cargos exercidos noutras sociedades:**

- Erich-Brost-Institut für Journalismus in Europa GmbH (Administrador)
- PROvendis GmbH (órgão de fiscalização e comissão de acionistas)
- Salus BKK (Presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)
- Invite GmbH (vice-presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)
- Durable Hunke & Jochheim GmbH & Co. KG (Presidente do Conselho Geral)
- TechnologieZentrumDortmund GmbH (Membro da Comissão de Acionistas)
- Studierendenwerk Dortmund AöR (Membro do Conselho Geral)
- University Alliance Ruhr
- Technische Universität Dortmund University (Chanceler)

---

**ISABEL BARROS**

---

**Cargos exercidos noutras sociedades fora do Grupo Sonae Indústria:**

- Modelo Continente Hipermercados, SA (Administradora)
- Continente Hipermercados, SA (Administradora)

---

**JAVIER VEGA**

---

**Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:**

- Sonae Arauco, SA (Administrador)

**Cargos exercidos noutras sociedades:**

- DKV Seguros (Presidente do Conselho de Administração)
- Gestlink, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Vedegane, SA (Presidente Conselho de Administração)
- Fujitsu (Presidente do Conselho Consultivo)
- Atrevia (Administrador)
- Telampartner (Administrador)

---

**JOSÉ ROMÃO DE SOUSA**

---

**Cargos exercidos noutras sociedades fora do Grupo Sonae Indústria:**

- Promotor SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Epoli-Espumas de Polietileno, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Epoli (Czechia) sro (Presidente do Conselho de Administração)
- CEV, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Converde SA (Presidente do Conselho de Administração)

- Monte das Janelas Verdes – Sociedade Agrícola SA (Presidente do Conselho de Administração)
- DIF-Informação Cambial e de Mercados, SA (Presidente do Conselho de Administração)

---

**GEORGE CHRISTOPHER LAWRIE**

---

**Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:**

- Frases e Frações-Imobiliária e Serviços, SA (Administrador)
- Glunz (UK) Holdings, Ltd. (Administrador)
- Isoroy SAS (Administrador)
- Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. (Administrador)
- Megantic BV (Administrador)
- Movepartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, SA (Administrador)
- Novodecor (PTY) Ltd. (Administrador)
- Parcelas e Narrativas – Imobiliária, SA (Administrador)
- Poliface North America Inc. (Administrador)
- Serradora Boix, SL (Administrador)
- Sonae Arauco, SA (Administrador)
- Sonae-Indústria de Revestimentos, SA (Administrador)
- Sonae Indústria – Management Services, SA (Administrador)
- Tafisa Canada Inc. (Administrador)
- Tafisa France, SAS (Administrador)

---

**LOUIS BRASSARD**

---

**Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:**

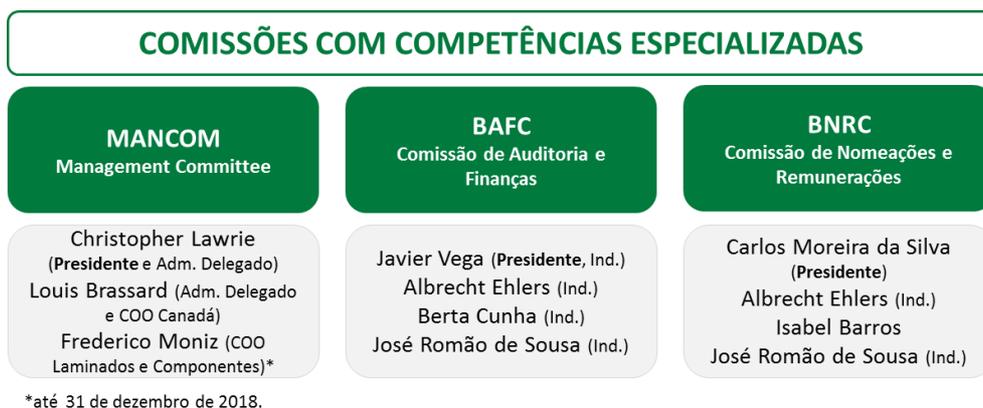
- Isoroy, SAS (Administrador)
- Megantic, BV (Administrador)
- Poliface North America Inc (Administrador)
- Tafisa Canada Inc (Administrador)
- Tafisa France, SAS (Administrador)

<p><b>c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados</b></p>
--

**27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento**

O Conselho de Administração nomeou dois administradores delegados, George Christopher Lawrie e Louis Brassard. Com o objetivo principal de dar apoio aos administradores delegados nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração, o Conselho de Administração nomeou uma *Management Committee*, que, até 31 de dezembro de 2018, era composta pelos dois administradores delegados e pelo COO Laminados & Componentes.

O Conselho de Administração nomeou igualmente duas comissões de competência especializada, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeações e Remunerações.



O regulamento de funcionamento da *Management Committee*, os termos de referência do BAFC e os do BNRC, podem ser consultados no sítio da sociedade, através dos seguintes links:

- *Management Committee*:  
[http://sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/Regul%20Mancom%20PT.pdf](http://sonaeindustria.com/file_bank/investor/Regul%20Mancom%20PT.pdf) (versão em português)  
[http://sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/Management%20Committee%20Regulation.pdf](http://sonaeindustria.com/file_bank/investor/Management%20Committee%20Regulation.pdf) (versão em inglês)
- BAFC:  
[http://www.sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/terms%20of%20reference%20BAFC\\_PT.pdf](http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/terms%20of%20reference%20BAFC_PT.pdf) (versão em português)  
[http://www.sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/terms%20of%20reference%20BAFC\\_Eng.pdf](http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/terms%20of%20reference%20BAFC_Eng.pdf) (versão em inglês)
- BNRC:  
[http://www.sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/Terms%20of%20reference%20BNRC\\_PT.pdf](http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Terms%20of%20reference%20BNRC_PT.pdf) (versão em português)  
[http://www.sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/terms%20of%20reference%20BNRC.pdf](http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/terms%20of%20reference%20BNRC.pdf) (versão em inglês)

## 28. Composição da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

Os administradores delegados da sociedade são Christopher Lawrie e Louis Brassard.

## 29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

O Conselho de Administração nomeou três comissões com competências especializadas.

**Management Committee (MANCOM)**

A *Management Committee* durante o ano de 2018 foi composta pelos dois administradores delegados e pelo COO Laminados & Componentes:

- Christopher Lawrie (Presidente-Administrador Delegado);
- Louis Brassard (Administrador Delegado-COO Tafisa Canada);
- Frederico Moniz (COO Laminados & Componentes).

No início de 2019 Frederico Moniz deixou de integrar a MANCOM.

A MANCOM é responsável por apoiar os Administradores Delegados, no âmbito da respetiva delegação de poderes, levando a cabo as seguintes funções:

- controlo da implementação pelo Grupo Sonae Indústria das linhas estratégicas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo das finanças e contabilidade do Grupo Sonae Indústria;
- controlo das atividades operacionais do Grupo Sonae Indústria;
- análise de novas oportunidades de negócio.

Antes de tomar qualquer decisão sobre os seguintes temas, os Administradores Delegados deverão obter a opinião prévia e não vinculativa da MANCOM, sobre:

- implementação de qualquer operação financeira;
- compra e venda, leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis quando envolvam valores que excedam o montante de 1.000.000 euros por cada transação;
- subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5.000.000 euros;
- outros investimentos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, exceto se enquadrados no curso ordinário dos negócios, nomeadamente investimentos de curto prazo de liquidez disponível;
- reorganizações do Grupo Sonae Indústria, incluindo qualquer aumento ou redução de capital social, fusão, liquidação ou alterações aos estatutos;

A MANCOM deve prestar, em tempo útil e de forma adequada, as informações solicitadas por membros dos órgãos sociais da Sonae Indústria, nomeadamente no que respeita ao curso das operações ou atividades da Sonae Indústria ou de qualquer um dos seus negócios.

Cabe ao Presidente da MANCOM:

- garantir que toda a informação relativa à atividade e decisões da MANCOM são disponibilizadas aos membros do Conselho de Administração;
- garantir que todos os temas fora do âmbito das competências da MANCOM, bem como todos os temas que, apesar de se encontrarem no âmbito das competências da MANCOM, os membros desta não tenham chegado a um acordo, são submetidos a decisão do Conselho de Administração;
- enviar todas as atas da MANCOM ao Vice-Presidente.

A MANCOM reuniu 10 vezes no ano 2018 e fez constar de ata as respetivas deliberações.

**Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC)**

O BAFC é composto pelos seguintes Administradores Não-executivos:

- Javier Vega (Presidente, Independente);

- Albrecht Ehlers (Independente);
- Berta Cunha (Independente);
- José Romão de Sousa (Independente).

O BAFC reúne, ordinariamente, pelo menos 5 vezes por ano, tendo as seguintes atribuições principais:

- proceder à análise e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e as apresentações de resultados, a publicitar ao mercado, com vista a apresentar as suas conclusões ao Conselho de Administração;
- analisar a gestão de risco, controlar internamente os processos e negócios;
- analisar os resultados dos trabalhos da auditoria interna e externa;
- analisar a evolução dos principais rácios financeiros e alterações dos ratings formais e informais da sociedade, incluindo reportes das agências de rating;
- analisar e aconselhar sobre quaisquer alterações nas políticas e práticas contabilísticas;
- verificar o cumprimento das normas contabilísticas;
- verificar o cumprimento das obrigações legais e estatutárias, em particular no âmbito financeiro.

Durante 2018, o BAFC reuniu 5 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações.

As competências atribuídas ao BAFC, como comissão especializada do Conselho de Administração, são desenvolvidas numa ótica de gestão da sociedade não se sobrepondo às funções do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização. O BAFC é uma comissão a quem compete, dentro do Conselho de Administração e dos poderes de gestão que este possui, analisar detalhadamente as demonstrações financeiras, analisar os resultados dos trabalhos da auditoria interna e externa, os processos de gestão de risco, e a evolução dos principais rácios financeiros, entre outros temas, emitindo recomendações para deliberação final em sede do Conselho de Administração, operacionalizando assim melhor o seu funcionamento.

#### **Comissão de Nomeações e Remunerações (BNRC)**

O BNRC é composto pelos seguintes Administradores não-executivos:

- Carlos Moreira da Silva (Presidente);
- Albrecht Ehlers (Independente);
- Isabel Barros;
- José Romão de Sousa (Independente).

O BNRC tem as seguintes competências especializadas:

a) O BNRC revê e submete propostas e recomendações, em nome do Conselho de Administração, à Comissão de Vencimentos em relação à remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração bem como revê e aprova propostas e recomendações, em nome do Conselho de Administração, relativas à remuneração e outras compensações de outros gestores de topo do Grupo Sonae Indústria;

b) O BNRC é responsável pelo planeamento da sucessão e pelos processos de nomeação dos membros do Conselho de Administração, pela revisão de todas as políticas e propostas de remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração e outros gestores de topo da Sonae Indústria e pela monitorização dos processos de gestão de talento e planos de contingência da Sonae Indústria.

O BNRC faz a ligação com a Comissão de Vencimentos da Sonae Indústria, por só assim poder ser garantido que a Comissão de Vencimentos possui, relativamente a cada administrador, mas principalmente no que respeita aos administradores executivos, o necessário conhecimento sobre o desempenho dos mesmos ao longo do exercício, atendendo a que a Comissão de Vencimentos não acompanha de perto a atividade desenvolvida pelos administradores, não possuindo assim o necessário conhecimento que lhe permite exercer as funções que lhe competem de forma correta. O BNRC pode também solicitar assessoria de entidades externas, desde que estas se comprometam a manter sigilo absoluto sobre a informação obtida em resultado dessa cooperação.

Relativamente ao planeamento da sucessão e aos processos de nomeação dos órgãos sociais, o BNRC estabelece os critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros, tendo em conta nomeadamente a política de diversidade constante do presente relatório (parte I, ponto F).

Em 2018, o BNRC reuniu duas vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas reuniões.

O BNRC era composto na sua maioria por administradores independentes até à eleição do administrador Carlos Moreira da Silva para integrar o Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA o que ocorreu em dezembro de 2018.

Os administradores devem informar o Presidente do Conselho de Administração, ou, o Conselho de Administração, sobre factos que possam constituir ou dar causa a um conflito de interesses entre os seus interesses e/ou os de terceiro e o interesse social. O administrador que informe da existência de um conflito de interesses não participa na tomada de decisão relativa ao assunto em causa, sem prejuízo de ter de prestar as informações e esclarecimentos necessários.

Os administradores não podem exercer, por conta própria ou alheia, atividade concorrente com a da sociedade, exceto se autorizados pela Assembleia Geral. Em regra os administradores executivos não devem exercer funções executivas em sociedades fora do Grupo. No caso de o pretenderem fazer deverão previamente informar o Conselho de Administração.

No início de cada exercício social a sociedade circula pelos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e das diferentes comissões do Conselho de Administração, o calendário corporativo com as datas das reuniões a realizar nesse exercício, para assim todos terem informação das datas das reuniões dos diferentes órgãos sociais e comissões.

<b>III. FISCALIZAÇÃO</b>
<b>a) Composição</b>

### **30. Identificação do órgão de fiscalização**

O órgão de fiscalização da sociedade é o Conselho Fiscal eleito em Assembleia Geral.

### **31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro**

O Conselho Fiscal da sociedade pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco, devendo existir um ou dois suplentes, consoante a sua composição seja de, respetivamente, três ou mais elementos, sendo eleitos para mandatos de três anos.

O Conselho Fiscal da sociedade atual foi eleito na Assembleia Geral Anual de 2018, para o mandato 2018-2020 e tem a seguinte composição:

- António Augusto Almeida Trabulo – Presidente
- Óscar José Alçada da Quinta – Vogal
- Ana Luísa Nabais Aniceto da Fonte – Vogal
- Carla Manuela Geraldès – Vogal Suplente

Os atuais membros do Conselho Fiscal foram eleitos pela primeira vez, nas seguintes datas:

- António Augusto Almeida Trabulo – março 2015

- Óscar José Alçada da Quinta – maio 2007, como membro suplente e março 2015, como membro efetivo
- Ana Luísa Nabais Aniceto da Fonte – maio 2018
- Carla Manuela Geraldes – maio 2018

### **32. Independência dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414º, nº5 do Código das Sociedades Comerciais**

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidades previstas no nº1 do artigo 414º-A e os critérios de independência previstos no nº5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Com vista a garantir a cada momento a independência dos membros do Conselho Fiscal, os respetivos membros, previamente à respetiva designação, emitiram declarações atestando que: (i) não incorriam em nenhuma das incompatibilidades previstas no artigo 414º-A do Código das Sociedade Comerciais, bem como que não se encontravam em qualquer circunstância que afete a sua independência nos termos do disposto no nº5 do artigo 414º do mesmo diploma legal; (ii) comunicariam à sociedade a ocorrência de qualquer facto que, no decurso do mandato, determine incompatibilidade ou perda de independência.

O Regulamento do Conselho Fiscal também estabelece expressamente que, se durante o mandato, se verificar, relativamente a qualquer um dos seus membros, uma situação que determine a perda de independência ou uma incompatibilidade, deverá, o respetivo membro dar conhecimento de imediato desse facto ao Presidente do Conselho de Administração da sociedade. A superveniência de algum motivo de incompatibilidade estabelecido na lei determina a caducidade da designação do respetivo membro.

### **33. Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal**

**ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA TRABULO (Presidente do Conselho Fiscal):** Licenciatura em Economia – Universidade do Porto, Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais – Universidade Aberta (Portugal), Diploma de Suficiência Investigadora na área de Economia Financiera y Contabilidad – Universidad de Valladolid (Espanha), Doutorando em Gestão e Administração de Empresas – Universidade de Valladolid, com parte curricular concluída (em fase final de conclusão de Tese), Revisor Oficial de Contas. Atualmente exerce funções de Revisor Oficial de Contas, sócio da sociedade Velosa, Silva, Marques e Trabulo, SROC.

**OSCAR ALÇADA DA QUINTA (Vogal do Conselho Fiscal):** Licenciatura em Economia - Universidade do Porto. Ocupou diversas funções na área administrativa e financeira em diversas sociedades (1982-1986), desde 1986 prestação de serviços no âmbito da auditoria externa a Revisores Oficiais de Contas e a sociedade com aquela atividade e em 1990 obtém a inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas, função que passou a exercer em regime de exclusividade, primeiro individualmente e posteriormente como sócio da Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC.

**ANA LUÍSA NABAIS ANICETO DA FONTE (Vogal do Conselho Fiscal):** Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas – Universidade Católica Portuguesa. Desde 2001 até 2016 exerceu funções em várias empresas de auditoria. Desde 2016 é revisora oficial de contas. Desde 2017 é docente da cadeira de auditoria da licenciatura de gestão da Universidade Católica Portuguesa.

**CARLA MANUELA GERALDES (Vogal Suplente do Conselho Fiscal):** Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto. Desde 2001 é revisora oficial de contas. Entre 1996 e 2003 foi manager de auditoria na Deloitte e desde 2004 é partner na Crowe Horwath Portugal.

Todos os membros do Conselho Fiscal possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções.

b) Funcionamento

**34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal possui um regulamento de funcionamento o qual está disponível no sítio da sociedade, através dos seguintes links:

[http://sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/Conselho%20Fiscal\\_Regulamento%202018\\_Final.pdf](http://sonaeindustria.com/file_bank/investor/Conselho%20Fiscal_Regulamento%202018_Final.pdf) (versão em português)

[http://sonaeindustria.com/file\\_bank/investor/Conselho%20Fiscal\\_Regulamento%202018\\_Final\\_ENG.pdf](http://sonaeindustria.com/file_bank/investor/Conselho%20Fiscal_Regulamento%202018_Final_ENG.pdf) (versão em inglês)

**35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal**

Em 2018, o Conselho Fiscal reuniu 5 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações, e com uma assiduidade de 100% de todos os membros.

O número de reuniões anuais do órgão de fiscalização pode ser consultado nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,29> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,29> (versão em inglês)

**36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho Fiscal no decurso do exercício**

Os membros do Conselho Fiscal acumulam as suas funções com o exercício de outros cargos a seguir elencados e com outras atividades, conforme referido no ponto 33.

Funções exercidas pelos membros do Conselho Fiscal à data de 31 de dezembro de 2018:

---

**António Trábulo**

---

**Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:**

- Sonae Arauco Portugal, SA (Vogal do Conselho Fiscal)

**Cargos exercidos noutras sociedades:**

- Sonae MC, SGPS, SA (Vogal do Conselho Fiscal)
- VAA-Grupo Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA (Vogal do Conselho Fiscal)
- Velosa, Silva, Marques e Trábulo, SROC (administrador)
- ACAT-Consultoria de Gestão, Lda (gerente)
- Sonaecom-SGPS, SA (Vogal suplente do Conselho Fiscal))

---

**Óscar Alçada da Quinta**

---

**Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:**

- Sonae Arauco Portugal, SA (Vogal do Conselho Fiscal)

**Cargos exercidos noutras sociedades:**

- Sonaecom - SGPS, S.A. (Conselho Fiscal)
- BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A. (Conselho Fiscal)
- Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, SA (Conselho Fiscal)
- Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC (Administração)

---

**Ana Luísa Nabais Aniceto da Fonte**

---

**Cargos exercidos noutras sociedades fora do Grupo Sonae Indústria:**

- SDSR - SPORTS DIVISION SR, S.A. (Conselho Fiscal)
- Ana Fonte & Associados, SROC (gerente)

**c) Competências e funções**

**37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo**

O Conselho Fiscal deve aprovar a contratação, pela sociedade ou por sociedades por si dominadas, do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, para a prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria.

Assim e caso a Sonae Indústria ou alguma sociedade do Grupo pretender contratar os serviços do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles estejam em relação de grupo, o Conselho Fiscal deverá ser previamente informado, com vista a que este verifique se a contratação dos serviços em causa não afeta a independência do auditor externo e não tem, no conjunto dos serviços prestados, relevância significativa face aos serviços de auditoria. O Conselho Fiscal deverá igualmente verificar se estão reunidas as condições que garantam que os serviços adicionais em causa serão prestados com autonomia e independência, relativamente aos serviços de auditoria.

O Regulamento do Conselho Fiscal estabelece que este deverá receber trimestralmente uma descrição de todos os valores faturados pelo revisor oficial de contas ou por qualquer membro da sua rede ao Grupo Sonae Indústria, com indicação dos serviços prestados.

O revisor oficial de contas ou qualquer membro da sua rede não pode prestar os serviços proibidos por lei a qualquer sociedade do Grupo independentemente do local da sede da sociedade em causa.

**38. Outras funções do órgão de fiscalização**

O Conselho Fiscal tem como principais competências:

- a) fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) zelar pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente;

- c) elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- d) convocar a assembleia geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- e) fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes, devendo para o efeito, nomeadamente, avaliar os procedimentos operacionais relevantes, tendo em vista certificar-se da existência de um adequado ambiente de controlo, de uma eficiente gestão das respectivas atividades, através de adequada gestão de riscos e de informação contabilística e financeira completa, fiável e tempestiva, bem como de adequado sistema de monitorização e comunicação;
- f) receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- g) acompanhar e fiscalizar a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada, bem como apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- h) seleccionar os revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles;
- i) verificar e acompanhar a independência do revisor oficial de contas, e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços, quer pelo auditor, quer por qualquer entidade que com ele se encontre em relação de participação ou que integrem a mesma rede, para além dos serviços de auditoria, nos termos previstos na lei;
- j) fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas da sociedade, nomeadamente a sua execução relevando o que contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira,, tendo ainda em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, enquanto autoridade competente pela supervisão da auditoria;
- k) Informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal das contas e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o órgão de fiscalização desempenhou nesse processo.

Além daquelas competências o Conselho Fiscal da sociedade deve emitir parecer prévio relativamente a qualquer operação que a sociedade estabeleça com Partes Relacionadas (conforme definido nas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos de regulamento comunitário) nos termos explicitados no ponto 91.

Qualquer membro do Conselho Fiscal pode:

- a) obter da administração a apresentação, para exame e verificação, dos livros, registos e documentos da sociedade, bem como verificar as existências de qualquer classe de valores, designadamente dinheiro, títulos e mercadorias;
- b) obter da administração ou de qualquer dos administradores informações ou esclarecimentos sobre o curso das operações ou atividades da sociedade ou sobre qualquer dos seus negócios;
- c) obter de terceiros, nos termos estabelecidos na lei, que tenham realizado operações por conta da sociedade as informações que careçam para o conveniente esclarecimento de tais operações;
- d) assistir às reuniões da administração, sempre que o entendam conveniente.

Os membros do Conselho Fiscal devem informar pontualmente o Conselho Fiscal sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

No caso de se verificar uma situação de conflito o membro do Conselho Fiscal em causa deverá prestar todas as informações e esclarecimentos que lhe seja solicitados pelos restantes membros, ficando impedido de participar na deliberação relativa à matéria em causa.

O Conselho Fiscal não emitiu qualquer parecer no que respeita ao cumprimento do plano estratégico e do orçamento da sociedade, tendo atuado de acordo com as regras legais que determinam a sua competência, capacidade e dever de intervenção.

O regulamento do Conselho Fiscal, estabelece que, quando da seleção do revisor oficial de contas a propor à Assembleia Geral, deve ser efetuada uma consulta a sociedades de auditoria internacionais, constituindo critérios de seleção, os recursos e capacidade de coordenação, a qualidade e dedicação do trabalho de campo, tipos, quantidade e prazo de relatórios a emitir, ferramentas de comunicação e custo dos serviços.

O referido regulamento estabelece igualmente a metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas, impondo que o órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.

Compete também ao Conselho Fiscal propor a remuneração do Revisor Oficial de Contas e zelar para que sejam asseguradas, dentro da sociedade, as condições adequadas à prestação dos serviços.

O Revisor Oficial de Contas da sociedade deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções

## IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

### **39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio do revisor oficial de contas que o representa**

O Revisor Oficial de Contas é a Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, representada por António Manuel Martins Amaral ou Nuno Miguel dos Santos Figueiredo.

### **40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo**

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. foi eleita na Assembleia Geral Anual de 2018 para o mandato 2018-2020.

### **41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade**

Durante o ano de 2018, a Deloitte não prestou outros serviços a sociedades do Grupo Sonae Indústria.

## V. AUDITOR EXTERNO

### **42. Identificação do auditor externo**

O auditor externo da sociedade é a Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, representada por António Manuel Martins Amaral ou Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, registada na CMVM com o nº 20161389.

**43. Permanência de Funções**

A Deloitte é auditor externo da sociedade desde maio de 2018.

**44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções**

A Sonae Indústria irá cumprir no mínimo com o estabelecido na lei no que respeita à rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas. Será efetuada sempre uma ponderação dos custos e benefícios da rotação bem como uma avaliação que garanta a independência de ambos.

**45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita**

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do auditor externo e a execução dos trabalhos do mesmo ao longo de cada exercício, reunindo sempre que assim o entende, com o mesmo. Para além disso, procede anualmente a uma avaliação global do auditor externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

**46. Identificação de trabalhos distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação**

Durante o ano de 2018 não foram contratados ao auditor externo trabalhos distintos dos de auditoria.

**47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem**

Os valores pagos à Deloitte pela Sonae Indústria e pelas sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo foram os seguintes no exercício de 2018:

<b>Pela Sociedade</b>	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	21.595 € / 16,97%

<b>Por outras entidades que integram o grupo</b>	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	105.653,22€ / 83,03%

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. ESTATUTOS

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245º - A, nº1, al. h))

As regras aplicáveis a alterações dos estatutos da sociedade são as estabelecidas na lei. Cabendo assim, à assembleia geral de acionistas deliberar sobre a alteração dos estatutos da sociedade, podendo contudo, o Conselho de Administração deliberar sobre a alteração da sede social dentro do território nacional, bem como deliberar aumentar o capital social por novas entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite de mil e duzentos milhões de euros.

### II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades

A Sonae Indústria possui um Código de Conduta, que contém uma política de comunicação de irregularidades, que se encontra disponível no sítio, [www.sonaeindustria.com](http://www.sonaeindustria.com). Com o Código de Conduta e a política de comunicação de irregularidades, a Sonae Indústria visa criar o clima e a oportunidade necessários para que os seus colaboradores e prestadores de serviços manifestem preocupações genuínas em relação a qualquer comportamento ou decisão que, no seu entender não respeite a ética ou o Código de Conduta da Sonae Indústria. Foi designada uma comissão de ética composta pelo presidente da Comissão de Auditoria e Finanças e pelo responsável do departamento legal do Grupo a qual tem como responsabilidade receber qualquer irregularidade comunicada, dar início e supervisionar a investigação de todas as denúncias recebidas. A Comissão de Ética é composta por Javier Vega e por Júlia Moreira da Silva.

A denúncia deve ser enviada por e-mail ou por correio para um dos seguintes endereços:

Por e-mail: [ethics.committee@sonaeindustria.com](mailto:ethics.committee@sonaeindustria.com)

Por correio: Sonae Industria SGPS, S.A.  
Att. Comissão de Ética  
Lugar do Espido, Via Norte  
Apartado 1096  
4470-177 Maia Codex  
Portugal

Quando solicitado, poderá ser marcada uma reunião para clarificar o possível caso com a Comissão de Ética.

Cada irregularidade será recebida pela Comissão de Ética que terá a responsabilidade de iniciar e supervisionar a investigação de todas as denúncias. Concluída a investigação e caso se verifique que a irregularidade comunicada corresponde a um comportamento faltoso, a Comissão de Ética, deverá comunicar ao superior hierárquico do colaborador em causa ou à entidade patronal do prestador de serviços a situação em causa a fim de serem aplicadas as ações corretivas e/ou serem instaurados procedimentos disciplinares.

Dado que a sociedade pretende encorajar a comunicação em boa-fé de qualquer possível caso de irregularidade, evitando ao mesmo tempo danos para a reputação de pessoas inocentes à partida indicadas como possíveis suspeitos de conduta inadequada, não são aceites denúncias anónimas. A investigação será realizada de forma confidencial e a sociedade garante que não haverá qualquer tipo de ação discriminatória ou de retaliação contra qualquer colaborador ou prestador de serviços que comunique em boa-fé um possível caso de irregularidade.

No caso de qualquer colaborador ou prestador de serviços considerar que sofreu algum tipo de retaliação por ter efetuado uma denúncia ou por ter participado numa investigação deve dar conhecimento desse facto de imediato à Comissão de Ética.

A sociedade disponibiliza na sua intranet um formulário de comunicação de irregularidades.

A Comissão de Ética informa o Conselho Fiscal de qualquer denúncia recebida.

A sociedade mantém registos de todas as denúncias e processos investigados, bem como das respetivas conclusões, os quais estão acessíveis para consulta pelos órgãos sociais e pela Comissão de Ética.

O **Código de Conduta** da Sonae Indústria contém um conjunto de normas baseadas nos valores partilhados, que regem as atividades do Grupo Sonae Indústria. É aplicável a todas as pessoas contratadas pelo Grupo, incluindo membros dos órgãos estatutários, e diretores das sociedades do Grupo, administradores, quadros superiores, colaboradores e pessoas cujo estatuto é equivalente ao de colaboradores, tais como trabalhadores temporários e prestadores de serviços. O Código de Conduta define linhas de orientação de natureza ética empresarial que devem ser seguidas por todos os colaboradores e prestadores de serviços durante o desempenho das respetivas funções.

A Sonae Indústria adota e promove de forma ativa as mais exigentes normas éticas de conduta profissional a todos os níveis do Grupo. O compromisso relativamente a normas de conduta deve partir dos níveis mais elevados da empresa. Assim, os gestores de topo da Sonae Indústria devem constituir um exemplo para toda a organização através das suas ações, liderando de forma ativa a adoção destas normas e controlando a sua aplicação, constituindo sua obrigação garantir, na sua área de responsabilidade, o rigoroso cumprimento da lei, mantendo uma constante monitorização desse cumprimento, e transmitindo claramente aos seus colaboradores que o não cumprimento de qualquer lei que seja aplicável, poderá, para além de outras consequências legais, ter consequências disciplinares.

É particularmente importante que um compromisso em relação a estas normas seja aceite por todos os colaboradores e prestadores de serviços em todo o Grupo, onde quer que estes desenvolvam a sua atividade. Em cada organização local também devem ser adotados princípios e ações adequados para lidar com questões éticas específicas que possam surgir nos respetivos países.

O Código de Conduta da Sonae Indústria foi elaborado de forma a explicitar claramente a conduta desta perante todas as suas partes interessadas, bem como a relacionar esta conduta com os valores da própria empresa. O Código de Conduta está estruturado da seguinte forma:

#### **Relacionamento com colaboradores e prestadores de serviços**

- Partilha de conhecimento e desenvolvimento pessoal
- Inovação e iniciativa
- Respeito, responsabilização e cooperação
- Confidencialidade e responsabilidade
- Sustentabilidade
- Conflito de interesses
- Saúde e Segurança no Trabalho
- Consciência Social
- Comunicação
- Cumprimento

#### **Relacionamento com acionistas e outros investidores**

- Criação de valor
- Transparência
- Cumprimento

#### Relacionamento com governos e comunidades locais

- Comportamento Ético
- Consciência Social
- Diretriz Fiscal
- Consciência Ambiental

#### Relacionamento com parceiros de negócios

- Foco no Cliente
- Integridade
- Comportamento Ético
- Transparência

#### Relacionamento com concorrentes

- Observância das leis da concorrência
- Comportamento Ético

O documento integral do Código de Conduta pode ser consultado no sítio da empresa através do endereço, [www.sonaeindustria.com](http://www.sonaeindustria.com).

### III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A Auditoria Interna e a Gestão de Risco para a Sonae Indústria encontram-se atualmente a ser prestados por equipas de Auditoria Interna e de Gestão de Risco da Sonae Arauco que reportam as suas atividades e conclusões apuradas à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal.

O suporte da equipa da Sonae Arauco à Tafisa Canada requer que sejam cumpridas as melhores práticas comportamentais relacionadas com as regulações “*anti trust*” para os negócios na América do Norte, o que implicou a internalização pela Tafisa Canada de algumas das atividades de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e das funções de Gestão de Risco Operacional. Pelas mesmas razões, os sistemas de Tecnologia da Informação da Sonae Arauco e da Tafisa Canada estão segregados. Deve ainda ser realçado que a respeito da contabilidade e das funções administrativas, a Tafisa Canada mantém a sua independência como anteriormente, uma vez que o Canadá nunca tinha sido incluído no âmbito do Centro de Serviços Partilhados (que se encontra sob a responsabilidade da Sonae Arauco).

O controlo interno e a gestão de riscos são importantes componentes da cultura da Sonae Indústria e encontram-se integrados nos processos de gestão e da responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, em todos os níveis da organização. São apoiados e suportados por funções transversais ao Grupo com destaque para a Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento e Controlo de Gestão, através de equipas especializadas.

A função de **Gestão de Risco** tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades. Têm ainda por objetivo promover a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio do Grupo.

A função de **Auditoria Interna** tem por missão identificar e avaliar de forma independente e sistemática o adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, assim como a efetividade e

eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação, devendo também informar e alertar o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes e identificando oportunidades de melhoria.

A função de **Planeamento e Controlo de Gestão (PCG)** promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas. Este departamento, apoiado em sistemas de informação, produz relatórios e análises com informações operacionais, financeiras e relacionadas com questões de conformidade. Através do seu Manual de Procedimentos, garante e define um conjunto de regras e procedimentos relativamente aos processos de planeamento, reporte, contas de gestão e processo de aprovação de investimentos.

Existe um conjunto de atividades de controlo, tais como: aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança dos ativos e segregação de funções. A informação pertinente é identificada, recolhida e comunicada, num determinado prazo e de tal forma que permita que os colaboradores possam cumprir as suas responsabilidades.

A Sonae Indústria mantém uma equipa corporativa responsável para o Planeamento e Controlo de Gestão, em paralelo com a equipa da Sonae Arauco e cada unidade de negócio integra na sua equipa um *controller* que garante que os procedimentos do grupo são devidamente implementados.

Como acontece com a Auditoria Interna e a Gestão de Risco, a Contabilidade, Administração e Serviços de transação são prestados pelos serviços de contabilidade centralizados da Sonae Arauco e pelo **Centro de Serviços Partilhados (SSC)**, fornecendo serviços de contabilidade e de administração a todas as sociedades participadas da Sonae Indústria, com a exceção da Tafisa Canada, ajudando assim a garantir o alinhamento de políticas e reforçando os procedimentos e controlos.

Os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

A Sonae Indústria tem um nível razoável de confiança no sistema de controlo interno implementado. A comunicação da Visão, Valores e Princípios na organização reforça a importância do comportamento ético. A existência de um Código de Conduta, de um instrumento *whistleblower* (comunicação de irregularidades) e da Comissão de Ética aumentam a cultura de controlo da organização.

A Sonae Arauco tem também um Código de Ética (divulgado aos seus colaboradores em janeiro de 2018) com os objetivos de reforçar o conhecimento da Visão, Valores e Princípios da Sonae Arauco e de incentivar a boa conduta dos seus colaboradores.

A equipa de Auditoria Interna e de Gestão de Risco integra e participa periodicamente nas reuniões e atividades de duas comissões das "Empresas Sonae" (compostas por representantes de várias empresas Sonae): a Comissão de Auditoria e o Grupo Consultivo de Gestão de Risco. A participação nestes órgãos contribui para o reforço dos processos e para aumentar a eficácia das atividades de auditoria interna e gestão de risco das sociedades representadas.

#### **51. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade**

É da responsabilidade do Conselho de Administração definir, a cada momento os objetivos em matéria de assunção de riscos, bem como a criação das estruturas e serviços necessários a garantir que o sistema de controlo interno e de gestão de riscos funciona adequadamente. Para esse efeito, o Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

As funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco reportam ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças cujo presidente é um administrador independente. Estes órgãos podem, a seu critério, solicitar-lhe reuniões para discussão e revisão dos assuntos de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e podem também solicitar-lhe as informações e esclarecimentos, que entendam por conveniente.

No âmbito das competências do Conselho Fiscal inclui-se a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria, tendo este órgão acesso a todos os documentos que solicite e o contacto que entender com os responsáveis dos respetivos departamentos, recebendo os relatórios relativos aquelas atividades.

São apresentados ao Conselho Fiscal os planos anuais de trabalho da atividade de Auditoria Interna e Gestão de Risco, podendo o Conselho Fiscal pronunciar-se sobre os mesmos, bem como sobre a adequação dos recursos afetos a estas atividades.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

## 52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A Sonae Indústria é uma organização que assenta na integridade dos seus princípios e em valores éticos, descritos no código de conduta da empresa que foi distribuído por todos os seus colaboradores, que são também promovidos pelo topo da hierarquia.

Os diversos órgãos de gestão da sociedade são o resultado de uma filosofia de gestão e estilo de atuação que se baseia numa forte estrutura organizativa com uma atribuição adequada de autoridade e de responsabilidades. Políticas e procedimentos adequados na área de recursos humanos e a existência do Código de Conduta constituem parte integrante desta estrutura.

A Sonae Indústria enfrenta uma diversidade de riscos, internos e externos, que têm de ser avaliados, e a este respeito a empresa tem implementado uma cultura de prevenção e de deteção preventiva. Foi concebido um sistema integrado de gestão transversal de risco (*Enterprise-Wide Risk Management Framework*), o qual é atualizado periodicamente. Adicionalmente, é da responsabilidade de cada uma das áreas funcionais do Grupo o controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções.

## 53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

- **Riscos Macroeconómicos**

A atividade desenvolvida pela Sonae Indústria está condicionada pela conjuntura macroeconómica e pelos perfis dos mercados onde atua. Os produtos das participadas da Sonae Indústria são fundamentalmente *commodities*, com a natureza de bens duráveis, que se destinam maioritariamente aos setores da construção e do mobiliário. Deste modo, a atividade operacional do Grupo é cíclica, estando positivamente correlacionada com os ciclos da economia em geral e, em particular, com a evolução dos referidos setores. Nesta medida, os negócios da Sonae Indústria e das suas participadas podem ser negativamente afetados por períodos de recessão económica, em particular, pela deterioração do nível de consumo das famílias que, por sua vez, é influenciado, entre outros, pelas políticas salariais praticadas, pelos níveis de desemprego existentes, assim como pelos níveis de confiança e de proteção social prevalecentes. A disponibilidade de crédito na economia, pelo impacto potencial que tem no mercado imobiliário, também é relevante para o negócio da Sonae Indústria. A Sonae Indústria, através das suas subsidiárias, está fortemente presente em mercados internacionais, tendo como mercados mais importantes a Zona Euro, América do Norte (nomeadamente Canadá e Estados Unidos) e África do Sul. Estes mercados apresentam perfis macroeconómicos, políticos e sociais distintos e, como tal, vêm registando padrões diferentes de reação às crises económicas e financeiras e aos ciclos económicos. Os mercados relevantes para o negócio da Sonae Indústria estão expostos a fatores de risco macroeconómicos diversificados que o Grupo não controla. De igual modo, a eventual ocorrência de tensões políticas e/ou sociais e/ou religiosas em qualquer dos mercados poderá ter impactos materiais nas operações e na situação financeira da Sonae Indústria que não é possível estimar.

- **Concorrência**

A atividade desenvolvida pela Sonae Indústria está sujeita a desafios importantes no quadro do setor mundial de painéis derivados de madeira, na medida em que está sujeita a uma forte concorrência em todos os mercados onde se encontra presente (nomeadamente na Península Ibérica, na Alemanha, na América do Norte e na África do Sul), a qual pode ter efeitos adversos na situação financeira e nos resultados do Grupo na medida em que o aumento de capacidade ou a abertura de novas fábricas por parte de concorrentes e/ou a adoção de uma política de preços mais agressiva por esses concorrentes pode vir a implicar uma diminuição do volume de negócios e/ou

a necessidade de revisão dos níveis de preços praticados pelas participadas da Sonae Indústria, com impacto na rentabilidade e sustentabilidade das suas operações. A base diversificada de ativos da Sonae Indústria, com exposição geográfica a diversos mercados Europeus mas também ao mercado da América do norte, sul-africano e ainda a outros mercados servidos pela via de exportações, o esforço de focalização em produtos de maior valor acrescentado como forma de diferenciação e o esforço de contenção de custos como parte de uma estratégia já a ser implementada, poderão permitir defender a posição competitiva da Empresa e o cumprimento dos seus objetivos enquanto *player* de referência no setor mundial dos painéis derivados de madeira.

- **Risco de continuidade dos negócios**

Alguns dos negócios desenvolvidos pela Sonae Indústria poderão necessitar de investimentos adicionais, cujas condições de realização poderão estar condicionadas pelo enquadramento financeiro, pelo seu nível atual de endividamento e pela evolução da sua atividade e das suas participadas. O financiamento da componente adicional poderá ser efetuado por recurso a capitais próprios e/ou alheios. A Sonae Indústria não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições pretendidas. No caso da necessidade de recurso a capitais alheios, o enquadramento macroeconómico e financeiro pode apresentar constrangimentos quer ao nível da liquidez disponível e quer ao nível do custo de financiamento, que pode condicionar ou inviabilizar o acesso ao crédito. Mesmo num caso de retoma, o ritmo e forma como a mesma se efetuar reveste-se de um grau de incerteza considerável, pelo que o financiamento de eventuais investimentos futuros da Sonae Indústria e/ou das suas participadas não pode ser dado como garantido.

- **Risco da estrutura de custos**

Estando a atividade industrial no sector dependente da existência de unidades fabris de dimensão considerável, a estrutura de custos consolidada da Sonae Indústria apresenta uma componente fixa significativa, ou seja, não dependente do maior ou menor volume de vendas conseguido, e sobre a qual o Grupo apenas consegue atuar através de iniciativas de reestruturação ou de aumento da eficiência. Um volume de negócios ou uma margem bruta de vendas insuficientes para compensar os custos fixos existentes poderão determinar o registo de perdas pela Sonae Indústria e suas participadas.

Por outro lado, a estrutura de custos variáveis das participadas da Sonae Indústria, nomeadamente no que se refere às matérias-primas, entre as quais se destaca a madeira, químicos e papel seco, está exposta a fatores externos (não controlados pela empresa) que impactam positiva ou negativamente a disponibilidade dessas mesmas matérias-primas, bem como os respetivos preços de aquisição. Em particular, o risco de acesso a madeira, como matéria-prima essencial ao processo produtivo, em condições de quantidade, tipo, qualidade e preço adequados pode condicionar não só a capacidade dessas empresas para fornecer aos seus clientes os produtos no momento e nas condições acordadas, como também afetar a rentabilidade esperada aquando da definição do preço de venda dos produtos aos seus clientes. Num cenário extremo, a impossibilidade de acesso a madeira em quantidades suficientes poderá determinar a interrupção temporária de produção na unidade industrial afetada, com consequências relevantes na sua rentabilidade operacional. Como forma de mitigar este risco, a Sonae Indústria tem procurado diversificar as fontes de fornecimento e os tipos de madeira utilizada, nomeadamente através da utilização de resíduos reciclados, da introdução nos processos de diferentes espécies de madeira e subprodutos alternativos.

- **Riscos tecnológicos**

A capacidade da Sonae Indústria em desenvolver e oferecer produtos de maior valor acrescentado, em condições competitivas a nível mundial, assume-se cada vez mais como um objetivo crucial no contexto atual do setor de derivados de madeira. Estes desenvolvimentos estão dependentes de evoluções tecnológicas, que podem ser difíceis de prever e acompanhar. A eventual incapacidade de a Sonae Indústria acompanhar ou de se antecipar ao avanço tecnológico, ou de prever a receptividade de novos produtos, poderá afetar o seu negócio e os resultados das suas operações.

- **Riscos operacionais**

Na sua atividade, a Sonae Indústria está sujeita a determinados riscos operacionais, sobretudo ao nível da produção industrial das suas participadas. Múltiplos fatores, não diretamente controláveis pela Sonae Indústria, nem pelas suas participadas, poderão levar a interrupções de produção com efeitos potencialmente negativos na respetiva operação e, conseqüentemente, na sua situação financeira e nos seus resultados. O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, por estar sujeito a acidentes envolvendo incêndio e explosão.

A Sonae Indústria procura melhorar os seus processos industriais através de práticas mais eficientes, sustentáveis e seguras. A constante avaliação, monitorização e mitigação dos riscos operacionais é uma preocupação central. Adicionalmente, também se foca em aumentar o nível de consciencialização para a identificação de novos riscos, a fim de antecipar potenciais perdas.

- **Riscos financeiros**

O principal **risco financeiro** que o negócio da Sonae Indústria enfrenta, é o **risco de crédito** associado à sua carteira de clientes. O risco de crédito da carteira de clientes, essencialmente por falta de liquidez, consiste no risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens ou serviços adquiridos. Os sistemas de controlo de risco de crédito do Grupo Sonae Indústria têm como principal objetivo garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas. Entre outros procedimentos implementados pela Sonae Indústria para mitigar este risco, a Sonae Indústria utiliza o seguro de crédito, que surge como ferramenta obrigatória para a mitigação deste risco em todas as geografias onde se encontra e onde este instrumento está disponível. Nas situações pontuais em que não conseguimos mitigar o risco via seguro de crédito, são procuradas soluções alternativas e/ou complementares (tais como garantias bancárias, cartas de crédito e *confirming*, entre outras) com os nossos clientes visando a concretização de maiores volumes de negócio num ambiente de risco controlado e mínimo. Se não for possível obter-se qualquer cobertura de risco para um determinado cliente ou operação, um processo interno detalhado e pormenorizado foi desenvolvido visando analisar toda e cada uma das vertentes de um negócio em particular de modo a podermos tomar uma decisão informada e completa sobre a assunção de um eventual auto-risco de crédito.

Nenhum cliente da Sonae Indústria, incluindo os clientes da Sonae Arauco representa mais do que cerca de 7,5% do seu volume de negócios agregado (considerando 100% do volume de negócios da Sonae Arauco).

A **existência de covenants** nos contratos de financiamento da Sonae Indústria também representa um risco financeiro. O principal contrato de financiamento da Sonae Indústria inclui um nível máximo do rácio "Dívida Líquida para o EBITDA" da sociedade participada Tafisa Canada, calculado com base nas suas contas auditadas individuais, bem como um nível máximo de endividamento financeiro da Sonae Indústria (tendo como base as suas contas individuais). Noutros dois contratos de financiamento, a Sonae Indústria compromete-se a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira ("Capitais Próprios para o Total do Ativo"), calculado com base nas suas contas consolidadas auditadas. O não-cumprimento destes rácios financeiros poderia determinar uma situação de incumprimento nos respetivos contratos de financiamento, tendo como consequência a sua resolução antecipada, incluindo o reembolso imediato da dívida associada.

- **Riscos económicos**

Os **riscos económicos** em que a Sonae Indústria incorre são: risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de liquidez.

O **risco da taxa de juro** advém da proporção relevante de dívida a taxa variável e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros. Regra geral a Sonae Indústria não utiliza instrumentos derivados financeiros para cobrir a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "*cash flow* operacional antes de juros líquidos", que cria um *hedging* natural ao nível do "*cash flow* operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria. Como exceção a esta política geral sobre gestão de risco de taxa de juro, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro, os quais devem respeitar uma série de princípios que se identificam (i) não utilização com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos; (ii) contratação preferencial com instituições financeiras com *rating* mínimo *Investment Grade*; (iii) replicar exatamente as exposições subjacentes no que diz respeito às

datas de liquidação e indexantes de base; e (iv) o seu custo financeiro máximo (derivado + exposição subjacente) deverão ser sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica de resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

O **risco da taxa de câmbio** resulta do facto da Sonae Indústria constituir um Grupo geograficamente presente em três continentes diferentes existindo, por isso, transações e saldos em libra inglesa, rand sul-africano, dólar canadiano, dólar americano, franco suíço e zloty polaco. As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se assim expostas a risco de câmbio ao valor do capital investido em subsidiárias de fora da Zona Euro. As subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas ao risco associado às transações comerciais efetuadas em divisa diferente da sua divisa local.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os *cash flows* das empresas do Grupo são largamente denominados nas respetivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos *cash flows*, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de *hedging* cambial natural, reduzindo o risco de transação do Grupo. Alinhado com este princípio, geralmente as subsidiárias da Sonae Indústria apenas contratam dívida financeira denominada na respetiva divisa local. Adicionalmente, sempre que existem fluxos de negócio relevantes denominados em uma divisa diferente da divisa local da subsidiária, uma estratégia natural de cobertura pode ser implementada, se viável de uma perspetiva de negócio, procurando compensar as compras (pagamentos) ou vendas (recebimentos) nessa mesma divisa, com as vendas (recebimentos) e compras (pagamentos) na mesma divisa para montantes similares. Em situações onde existe risco da taxa de câmbio relevante, em resultado da atividade operacional envolver divisas diferentes das divisas de cada subsidiária, o que não pode naturalmente ser coberto, o risco cambial deve, regra geral, ser mitigado pela subsidiária exposta ao risco da taxa de câmbio, pela contratação de derivativos cambiais.

O risco de conversão monetária (translação) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos ativos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas devido ao facto de a conversão ser efetuada em períodos diferentes a taxas de câmbio diferentes.

O **risco de liquidez** emerge quando uma empresa não tem as disponibilidades ou o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis. A gestão do risco de liquidez na Sonae Indústria concentra-se principalmente: no planeamento financeiro consistente, na diversificação de fontes de financiamento, na diversificação de maturidades da dívida emitida e em acordos para garantir comprometidas linhas de crédito com bancos de relacionamento. Ainda, com vista à mitigação do risco de liquidez, é objetivo da Sonae Indústria a exclusão, sempre que possível, dos seus acordos de empréstimo de rácios financeiros baseados em indicadores de rentabilidade como a Dívida Líquida para o EBITDA. Este objetivo tem em conta a ciclicidade do setor dos painéis derivados de madeira, o que se traduz em níveis de rentabilidade altamente variáveis com impactos nos referidos rácios financeiros, em diferentes fases do ciclo económico.

- **Riscos Legais e Regulatórios**

Relativamente aos **riscos jurídicos**, o principal risco da atividade do Grupo prende-se com alterações legislativas que possam ocorrer ao nível do exercício da atividade (legislação ambiental e do trabalho, entre outras) que podem onerar o exercício da atividade afetando a sua rentabilidade.

As atividades da Sonae Indústria e suas subsidiárias e empresas associadas estão, enquanto atividades industriais, sujeitas a uma moldura regulatória em vários domínios, que inclui regulamentação nacional, diretivas emitidas pela União Europeia e acordos internacionais, a cujo cumprimento a Sonae Indústria se encontra obrigada e que poderão influenciar as suas decisões de gestão e estratégia. Com efeito, a Sonae Indústria, através das suas subsidiárias e empresas associadas, não só está sujeita a enquadramentos legais distintos, como está sujeita a legislação em diferentes domínios como o da atividade industrial e florestal, ambiental, trabalho, segurança e saúde, construção e habitação, urbanismo, entre outros. O não cumprimento de tais

regulamentações poderá resultar em restrições operacionais, necessidades de investimento ou até na revogação de licenças, autorizações ou concessões e/ou em sanções. Eventuais alterações regulatórias, legislativas, da respetiva interpretação por qualquer entidade competente, de posicionamento das autoridades ou dificuldades no cumprimento de novas leis e regulação poderão vir a impor custos de adaptação acrescidos, nomeadamente fabris e operacionais, ou limitar as respetivas receitas de exploração, o que poderá ter um impacto adverso na atividade e resultados das operações da Sonae Indústria e das suas participadas. É digno de referência o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em relação às revisões regulamentares no âmbito da Diretiva Europeia relativa às Emissões Industriais<sup>1</sup> (IED) e em relação à reclassificação do formaldeído.

Apesar do formaldeído ser emitido de forma natural pela vegetação (folhas e madeira) - até 10 milhões de toneladas por ano a nível global - desde 1 de janeiro de 2016, foi reclassificado como substância cancerígena, da categoria 1B, quando presente acima de determinados valores, o que traz novos desafios para a indústria de produtos derivados de madeira. Esta reclassificação desencadeou novas obrigações ao abrigo das legislações europeias e nacionais e abriu caminho a potenciais ações no âmbito da Regulamentação Europeia de registo, avaliação, autorização e restrição de produtos químicos (REACH<sup>2</sup>).

Esta reclassificação aplica-se apenas a um cancro extremamente raro na Europa (nasofaríngeo), e uma avaliação abrangente de risco para trabalhadores e consumidores demonstrou que a sua utilização é segura. Em 2018, a Sonae Indústria, através das suas participadas na Europa, participou na discussão a nível europeu de uma proposta para restringir a colocação no mercado, ou a utilização, de todos os produtos que libertem formaldeído em concentrações acima de um determinado limite. Dependendo dos limites definidos, mudanças e investimentos adicionais podem ser necessários.

A Diretiva relativa às Emissões Industriais (IED) é o principal instrumento europeu que regula as emissões de poluentes de instalações industriais. A IED tem como objetivo atingir um elevado nível de proteção da saúde humana e do ambiente, como um todo, reduzindo as emissões industriais nocivas na União Europeia. As participadas da Sonae Indústria na Europa realizaram uma avaliação das falhas nas operações industriais aplicáveis e identificaram os requisitos para cumprir a legislação relacionada com a IED.

#### 54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

A gestão dos riscos é um pilar importante da cultura da Sonae Indústria e é apoiada, principalmente, pelas funções de Auditoria Interna e de Gestão de Risco.

A **Auditoria Interna** é desenvolvida como uma atividade independente e objetiva, que visa auxiliar a Sonae Indústria a atingir os seus objetivos, participando no processo de criação de valor. Utiliza uma abordagem sistemática e estruturada para avaliar e melhorar a eficácia da gestão de risco, dos processos de controlo interno e do governo da sociedade.

A Auditoria Interna atua em conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (*International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing*), estabelecidas pelo Instituto de Auditores Internos (*Institute of Internal Auditors*), incluindo o respetivo Código de Ética.

A Auditoria Interna reporta à Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e ao Conselho Fiscal.

O planeamento da atividade da Auditoria Interna é essencialmente desenvolvido com base numa avaliação prévia dos riscos sistemáticos dos negócios da Sonae Indústria. Um plano anual da atividade de Auditoria Interna é apresentado e discutido com a Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e o Conselho Fiscal.

Relatórios descritivos da atividade de Auditoria Interna são preparados e enviados à Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e ao Conselho Fiscal da Sonae Indústria, os quais incluem o resumo das principais deficiências de controlo interno e de incumprimentos dos procedimentos e políticas definidas pela sociedade.

---

<sup>1</sup> Diretiva nº 2010/75/EU.

<sup>2</sup> *Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals*; Regulamento (CE) n. 1907/2006, de 18 de dezembro ou Decreto-lei n.º 293/2009, de 13 outubro.

O sistema de reporte implementado garante um *feedback* regular, uma revisão adequada das atividades desenvolvidas e a possibilidade de ajustar o plano de atividades às necessidades emergentes.

A Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e o Conselho Fiscal são responsáveis por supervisionar a eficácia da função de Auditoria Interna. Nesse sentido, a Auditoria Interna desenvolveu um programa de garantia e promoção da qualidade, que contempla análises contínuas, bem como avaliações regulares e periódicas da qualidade conduzidas a nível interno e externo.

A **Gestão de Risco** é uma das componentes da cultura da Sonae Indústria, está presente em todos os processos de gestão e é uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores, aos diferentes níveis da organização.

A Gestão de Risco compreende os processos de identificação dos riscos potenciais, analisando o seu possível impacto nos objetivos estratégicos da organização e prevenindo a probabilidade da sua ocorrência, de modo a determinar a melhor forma de gerir a exposição a esses riscos.

A gestão do risco encontra-se compreendida na função de **Auditoria Interna e de Gestão de Riscos**.

Este departamento está focado na promoção de uma cultura de consciência de risco ao longo da organização e em coordenação com as atividades de gestão de risco e os respetivos relatórios de resultados. É ainda responsável pela implementação da metodologia *Enterprise Wide Risk Management* (EWRM), identificando, avaliando e priorizando os riscos e o seu potencial impacto nas atividades da organização.

O Modelo de Risco da empresa agrega os riscos do negócio em três categorias (Riscos de Envolvente de Negócio, Riscos do Processo de Negócio e Riscos da Informação para a Tomada de Decisão), e contém a quantificação da Relevância (impacto no EBITDA e na eficiência operacional), assim como da Probabilidade (a frequência da ocorrência do acontecimento ou do cenário) de riscos críticos para a Sonae Indústria.

A gestão dos riscos financeiros, enquadrada nos riscos do processo do negócio, é efetuada e monitorizada no âmbito da atividade da função financeira.

A gestão do risco também coopera com a gestão de seguros, a qual tem como objetivo assegurar uma gestão mais eficiente e efetiva das várias políticas de seguros do Grupo, de forma a mitigar os riscos de seguros.

Realiza-se uma abordagem geral que procura assegurar uma cobertura adequada e equilibrada do risco operacional, através da transferência deste para os nossos parceiros de seguros. A Sonae Indústria desenvolveu vários programas de seguro para colocação do risco no mercado, visando a cobertura de:

- Danos patrimoniais (incluindo avaria de máquinas) e Perdas de Exploração;
- Danos nos transportes;
- Danos causados a terceiros (Responsabilidade de produto, civil e ambiental);
- Risco de Crédito;
- Acidentes de trabalho.

A Sonae Indústria adota apólices de seguro globais como suporte aos processos de gestão de risco, que melhor abordem riscos e tópicos específicos e está empenhada em melhorar, quer a proteção dos seus ativos, quer os níveis de prevenção, para reforçar a parceria com o mercado segurador.

O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, quer de incêndio, quer de explosão. Tendo em conta estes riscos, a proteção dos ativos principais, bem como os programas de prevenção de perdas, são preocupações constantes da Sonae Indústria e são atribuídas à função de Gestão de Risco Operacional.

Os serviços de Auditoria Interna e a Gestão de Risco, incluindo a Gestão de Risco Operacional, para todas as entidades da Sonae Indústria, exceto para a Tafisa Canada que internalizou estas funções, são prestados por equipas da Sonae Arauco.

A Sonae Indústria manteve o foco na **Melhoria Contínua**, um programa apoiado por uma equipa da Sonae Arauco especializada em Melhoria Contínua, que promove a implementação das melhores práticas de melhoria contínua que potenciam a eficiência e a produtividade em todo o grupo, mudando gradualmente a cultura de todos os colaboradores da empresa. O seu objetivo é promover, através dos seus colaboradores, que todas as funções

sejam desempenhadas de forma mais rápida e eficiente, não só nas áreas industriais, mas também nas áreas de suporte e comerciais.

#### **A Gestão de Risco Operacional:**

Dados os riscos operacionais já mencionados associados a uma atividade industrial como aquela em que a Sonae Indústria opera, a proteção dos ativos é essencial para assegurar a continuidade dos negócios e prevenir impactos negativos, incluindo impactos financeiros. A avaliação constante das exposições e de como os riscos operacionais podem ser reduzidos para um nível aceitável são atividades obrigatórias.

Durante 2018, as atividades de Gestão de Risco Operacional continuaram a focar-se nas melhorias tanto das atividades de gestão (por exemplo, normas), como dos desenvolvimentos técnicos (por exemplo, incrementos/melhorias dos sistemas de proteção), visando mais uma vez aumentar o controlo dos riscos existentes.

A reconstrução das fábricas portuguesas, participadas da Sonae Industria, que foram amplamente danificadas pelos incêndios florestais devastadores, foi a partir de outubro de 2017 um foco importante do departamento de Gestão de Risco Operacional para garantir que estas instalações industriais fossem reconstruídas incorporando todas as proteções necessárias para evitar a repetição.

#### **Normas Corporativas de Risco Operacional (CORS)**

As Normas Corporativas de Risco Operacional são reconhecidas como uma ferramenta importante para uma orientação clara e para a homogeneização do programa de Gestão de Riscos. Estes programas foram desenvolvidas com referência às normas internacionais, como NFPA<sup>3</sup> e/ ou fichas da FM<sup>4</sup>, tendo sido consideradas as melhores práticas de engenharia de proteção para a indústria de madeira. Estas foram validadas em conjunto com técnicos externos de vários níveis e especialistas da gestão de risco e do mercado de seguros.

As Normas Corporativas de Risco Operacional (CORS) estão divididas em três áreas:

##### **1. Programas de Gestão e Procedimentos:**

- Melhores práticas da indústria no que se refere a medidas de Prevenção de Perdas que envolvem o elemento humano;
- Preparação para emergências;
- Programas de Gestão (manutenção, equipamento para inspeções, formação, subcontratados, limpeza).

##### **2. Sistemas de Proteção contra Incêndios:**

- Referência a normas reconhecidas internacionalmente, nomeadamente NFPA;
- Requisitos gerais na deteção e proteção contra incêndio em instalações industriais, especificações do abastecimento de água para incêndios e características dos materiais de construção;
- Integração de um componente para práticas de vigilância (*hardware*).

##### **3. Riscos Especiais:**

- Conhecimento desenvolvido mundialmente na deteção de incêndios e proteção inerente à indústria de painéis de madeira: manuseamento e transporte de partículas molhadas e secas, secadores, prensas quentes, etc.;
- Questões específicas como as referentes às instalações de óleo térmico e hidráulico, armários e quadros elétricos ou transformadores.

---

<sup>3</sup> National Fire Protection Association.

<sup>4</sup> Factory Mutual.

Durante 2018 mantivemos a implementação das medidas definidas no plano de mitigação de explosões de pó, bem como o tratamento e recuperação de óleo térmico. Os sistemas de óleo térmico são ativos críticos para o nosso negócio e uma identificação de risco adequada requer um grau de conhecimento industrial e especializado para tornar mais seguras a instalação e a operação do sistema.

## **INSPEÇÕES**

### **Inspeções Externas**

Tal como nos anos anteriores, as unidades industriais foram avaliadas por engenheiros de risco especializados das companhias de seguro líderes responsáveis pelas políticas em cada país. Dependendo do país, e da companhia de seguro, a frequência da avaliação de risco varia de carácter anual ou bianual.

Os resultados das avaliações traduzem-se em recomendações que são incorporadas no Plano de Risco de cada unidade industrial.

### **Inspeções Internas**

Durante 2018, não houve nenhuma Inspeção de Risco Interna formal, principalmente porque utilizamos os resultados das Inspeções de Risco Externas como fonte de melhoria nesta área.

No entanto, foram realizadas visitas internas regulares que se focaram em problemas específicos e em acompanhar questões previamente identificadas.

### **Plano de Risco**

Para além das recomendações emitidas pelos engenheiros de risco externos, cada fábrica identifica medidas a serem implementadas para alcançar o cumprimento das Normas Corporativas de Risco Operacional, das diretrizes corporativas ou das recomendações resultantes das visitas internas. Os principais objetivos são:

- Melhorar o nível de risco das instalações da Sonae Indústria, aumentando a segurança das pessoas e dos ativos, e minimizando períodos de interrupção de negócio;
- Obter um retorno financeiro, refletido no prémio do seguro (a demonstração real da preocupação com a prevenção de danos);
- Constituir a base para a preparação do orçamento anual para o investimento em medidas de Prevenção de Danos e estabelecer prioridades, com base no impacto na Prevenção de Danos.

## **55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245º - A, nº1 al. m))**

Para a Sonae Indústria, o ambiente de **controlo interno** implementado e que abrange também o processo de elaboração e de divulgação de informação financeira, é um conjunto transversal de procedimentos implementados pelos órgãos executivos do Grupo, que suportados em princípios de coerência, consistência, transparência, responsabilização, honestidade, integridade, fiabilidade e relevância, visa verificar a fiabilidade, a exatidão e a fidedignidade da informação financeira, o cumprimento das normas e regulamentos contabilísticos, sem deixar de promover a eficácia operacional. O sistema de controlo interno procura garantir as boas práticas de gestão e procedimentos, o cumprimento das políticas estabelecidas pela gestão e assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

Neste sistema global de controlo interno, o primeiro ponto de controlo do Grupo tem a ver com a organização, com os procedimentos e com as tarefas relacionadas com os processos de decisão e execução e que acabam por se traduzir, numa lógica sistemática, controlada e validada à autorização das operações pela gestão.

Cabe depois tentar assegurar que essas operações de gestão se traduzem em procedimentos e movimentos relacionados com registos contabilísticos e financeiros que, em resultado, são elaborados no sentido de proporcionar um nível de certeza razoável de que as operações são executadas de acordo com uma autorização geral ou específica da gestão, que as operações são registadas de forma a permitir a adequada preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e de forma a manterem o registo contabilístico adequado da situação financeira da sociedade. A evidência contabilística da situação financeira da sociedade é comparada, em intervalos de tempos frequentes, com os ativos e passivos existentes e medidas apropriadas são tomadas sempre que quaisquer diferenças materialmente relevantes sejam verificadas.

A fiabilidade, independência, integridade e a oportunidade da informação financeira são garantidas quer através da clara separação entre quem executa as operações, prepara a informação e os seus utilizadores internos (e naturalmente externos), quer pela realização de diversas atividades de controlo ao longo do processo de preparação, validação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado. Os riscos, tarefas e controlos associados estão identificados, individualizados e segregados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- A utilização de princípios contabilísticos consistentes e conformes com as normas em vigor, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras e que constam de documento formal da sociedade - "Políticas Contabilísticas do Grupo" - atualizado e validado pela Comissão de Auditoria e Finanças e aprovado pelo Conselho de Administração;
- Os planos, procedimentos e registos das sociedades do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização adequada da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as sociedades mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira, contabilística e de gestão, é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de elaboração e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas no documento de políticas contabilísticas do Grupo e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das sociedades individuais, com a exceção da Tafisa Canada que realiza o seu próprio registo contabilístico, os registos contabilísticos são assegurados pelo Centro de Serviços Partilhados da Sonae Arauco que garante o controlo e consistência do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. A preparação das demonstrações financeiras é assegurada pelas diferentes funções dos serviços administrativos. O cumprimento das normas e do cronograma acima apresentado garante a transversalidade consistente dos critérios e a deteção atempada de eventuais desvios ou imprecisões em registos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das sociedades e revistas pelas funções de Controlo de Gestão, da Consolidação, pelo Revisor Oficial de Contas e ainda pelos órgãos de fiscalização;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade mensal. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as sociedades do Grupo;

- No processo de avaliação de risco da sociedade, o *Management Committee* identifica permanentemente os riscos relevantes à preparação de demonstrações financeiras de forma a assegurar que estas apresentam, em tudo o que for entendido como relevante, uma imagem verdadeira e apropriada da situação em cada momento da sociedade. A análise pormenorizada mensal das demonstrações financeiras visa assegurar que, no que é materialmente relevante, estas refletem os riscos, eventos e circunstâncias externos e internos que impactam no período de reporte.
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relações com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é também preparado pelo mesmo departamento mas em estreita colaboração com o departamento legal;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da *Management Committee*. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Indústria, já depois de terem sido preliminarmente verificados com o Revisor Oficial de Contas e revistos pela Comissão de Auditoria e Finanças. Depois da aprovação, os documentos são formalmente enviados ao Revisor Oficial de Contas, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa e que são objeto de análise aprofundada e deliberação do Conselho Fiscal;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira. Pontualmente, e sempre que ocorrem situações cujo impacto material na apresentação das contas seja relevante, o Revisor Oficial de Contas reúne com o Conselho Fiscal para apreciação, discussão e validação das implicações dessas situações na apresentação de contas;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre os fatores de risco que podem afetar materialmente a elaboração e a divulgação do reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estes estão associados sobretudo a atividades operacionais recorrentes do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, em ambos os casos, efetuados a preços de mercado e suportados em boas práticas de preços de transferência.
- Cumprimento e atualização de normas e políticas contabilísticas – As políticas contabilísticas emanadas pelos diferentes reguladores estão permanentemente em atualização. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as últimas versões existentes das normas e políticas contabilísticas, sempre que tal impacte nos relatórios de informações financeiras a divulgar, de forma a prevenir que as demonstrações financeiras sejam de alguma forma incompletas, imprecisas ou inoportunas, como referido nas notas às demonstrações financeiras da sociedade.
- Sistemas de informação novos ou revistos ou a sua descontinuidade – A adoção de novos sistemas de informação ou as constantes atualizações dos sistemas de informação existentes poderão impactar na apresentação atempada da informação financeira e na sua fiabilidade e consistência. A atualização permanente dos sistemas de informação de suporte à tomada de decisão é acompanhada por equipas multidisciplinares internas e externas que propiciam um ambiente adequado de controlo. Por outro lado, o risco de a sociedade não estar dotada de uma infraestrutura de tecnologias de informação eficaz

e redundante no âmbito dos processos utilizados para definir, desenvolver, manter e operar um ambiente de tratamento de informação adequado e atempado, pode conduzir a situações de perda de informação e/ou de disponibilidade de sistemas e de informação para ser reportada de forma completa em tempo útil. Para minimizar este eventual risco, a sociedade tem vindo a desenvolver e a implementar soluções técnicas de tecnologias de informação que lhe permitem encarar este risco de forma controlada.

- Fraude e Erros Humanos – A situação de fraude em que um indivíduo, ou um grupo de pessoas em conluio, nomeadamente aquelas com cargos de maior responsabilidade na gestão, se envolve na prática de atos fraudulentos relacionados com a preparação da informação financeira podem ser difíceis de detetar, principalmente quanto maior for o nível hierárquico dos intervenientes. A existência de diferentes destinatários internos da informação, nomeadamente ao nível da gestão de topo, do Controlo de Gestão, do departamento de Relações com Investidores e das equipas locais possibilita controlos redundantes e sucessivos que permitem a identificação de eventuais situações de fraude e de erros humanos.
- Relação custo/benefício da existência de um processo de controlo interno - A implementação de um sistema de controlo interno sobre a elaboração e divulgação de informação financeira pode representar um custo que é necessário avaliar face ao benefício. É necessário existir uma relação direta entre os benefícios (segurança) que a sociedade pretende atingir com a implementação de um sistema de controlo interno e a segurança razoável que este poderá proporcionar. A otimização dos processos de negócio, nos quais se insere o processo de elaboração e divulgação de informação de negócio, tem vindo a ser objeto de análise e atualização permanentes, em termos de otimização de processos e ambiente de controlo interno.
- Transações pouco comuns à sociedade – Por vezes ocorrem transações pouco comuns à sociedade, que por serem excecionais, podem não ser detetadas e sinalizadas atempadamente pelo sistema de controlo interno uma vez que este pode não estar desenhado para lidar com as mesmas. Sempre que essa situação excecional ocorrer, ela é imediatamente identificada a nível local ou consolidado, analisada por diversos departamentos internos e, se for caso disso, com confirmação externa normalmente junto do Revisor Oficial de Contas e/ou peritos.

#### IV. APOIO AO INVESTIDOR

##### **56. Serviço responsável pelo apoio ao Investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto**

A Sonae Indústria tem um Departamento de Relações com os Investidores, responsável por gerir a relação entre a Sociedade e os acionistas, investidores, analistas e autoridades de mercado, incluindo a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Trimestralmente, este departamento é responsável por coordenar a preparação da apresentação de resultados a ser divulgada ao mercado, assim como esclarecer, sempre que necessário, quaisquer factos relevantes ou eventos, que possam influenciar o preço da ação. Este departamento está permanentemente disponível para responder a qualquer questão formulada pelo mercado. A sociedade está disponível para reunir com investidores, quer em *roadshows*, em reuniões individuais, que lhe sejam solicitadas, quer em conferências em que participe.

O Departamento de Relações com Investidores é composto por 1 colaborador, sendo o seu diretor João Mangerição. Este Departamento pode ser contactado por e-mail, [investor.relations@sonaeindustria.com](mailto:investor.relations@sonaeindustria.com) ou por telefone: +351 220 106 359.

A existência deste Departamento juntamente com o cumprimento de todas as obrigações legais em matéria de divulgação de informação ao mercado, garante uma atempada divulgação de informação aos acionistas, investidores e ao mercado em geral.

#### 57. Representante para as relações com o mercado

O representante legal da Sonae Indústria para as Relações com o Mercado de Capitais é o seu administrador delegado George Christopher Lawrie, que pode ser contactado via Departamento de Relações com Investidores, ou, se pretendido, através do e-mail: [chris.lawrie@sonaeindustria.com](mailto:chris.lawrie@sonaeindustria.com).

#### 58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

A sociedade mantém um registo dos pedidos apresentados ao Departamento de Apoio ao Investidor e do tratamento que lhe foi dado. Durante o ano de 2018, o Departamento de Relações com Investidores recebeu contactos e pedidos de esclarecimento por parte de 22 investidores, dos quais 3 não residentes. Em termos globais, o prazo médio de resposta aos pedidos de informação dos investidores foi inferior a 48 horas. Não existiam quaisquer pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

## V. SÍTIO DE INTERNET

#### 59. Endereço

O sítio da sociedade na Internet é [www.sonaeindustria.com](http://www.sonaeindustria.com).

#### 60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais

A firma, qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,155> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,155> (versão em inglês)

#### 61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Os estatutos da sociedade podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,31> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,31> (versão em inglês)

Os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração, *Management Committee* e Conselho Fiscal, bem como os termos de referência do BAFC e do BNRC, podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,29> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,29> (versão em inglês)

#### 62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,29> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,29> (versão em inglês)

A informação relativa ao representante para as relações com o mercado pode ser consultada nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,30> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,30> (versão em inglês)

A informação relativa ao Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,55> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,55> (versão em inglês)

**63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais**

Os documentos de prestação de contas da sociedade podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,42> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,42> (versão em inglês)

[http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/emit\\_contas.cfm?num\\_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A](http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/emit_contas.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A)

(versão em português)

[http://web3.cmvm.pt/english/sdi/emitentes/emit\\_contas.cfm?num\\_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A](http://web3.cmvm.pt/english/sdi/emitentes/emit_contas.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A)

(versão em inglês)

O calendário semestral de eventos societários encontra-se disponível nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,53> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,53> (versão em inglês)

**64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada**

As convocatórias das assembleias gerais e toda a informação preparatória e subsequente à mesma são disponibilizadas nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,99> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,99> (versão em inglês)

[http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/emit\\_convocatorias.cfm?num\\_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A](http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/emit_convocatorias.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A)

(versão em português)

[http://web3.cmvm.pt/english/sdi/emitentes/emit\\_convocatorias.cfm?num\\_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A](http://web3.cmvm.pt/english/sdi/emitentes/emit_convocatorias.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A)

(versão em inglês)

**65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes**

O acervo histórico das deliberações tomadas em assembleia geral, o capital representado e os resultados das votações, podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,99> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,99> (versão em inglês)

## D. REMUNERAÇÕES

### I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

#### 66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da sociedade

Conforme estabelecido nos estatutos da sociedade, a Assembleia Geral de Acionistas é responsável por fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais ou de eleger uma comissão para esse efeito. No que respeita aos membros do Conselho de Administração, a Comissão de Vencimentos dialoga com a Comissão de Nomeações e Remunerações do Conselho de Administração, por só assim poder ser garantido que a Comissão de Vencimentos possui, relativamente a cada administrador, mas principalmente no que respeita aos administradores executivos, o necessário conhecimento sobre o desempenho dos mesmos ao longo do exercício.

### II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

#### 67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Vencimentos da sociedade é eleita em Assembleia Geral para mandatos de três anos, tendo sido eleita na Assembleia Geral de 9 de maio de 2018 para o mandato 2018-2020. Atualmente a Comissão de Vencimentos é composta pela Efanor Investimentos - SGPS, SA, representada por Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, pela Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA, representada por José Fernando Oliveira de Almeida Côte-Real e pelo Professor José Manuel Neves Adelino.

O Professor José Manuel Neves Adelino é um membro independente da Comissão de Vencimentos.

A participação de Paulo de Azevedo, que é também Presidente do Conselho de Administração, na Comissão de Vencimentos, corresponde à representação do interesse acionista na Comissão de Vencimentos, nela intervindo nessa qualidade. Paulo de Azevedo não participa na discussão nem está presente no ponto da reunião em que é deliberada a sua própria remuneração, garantindo-se assim a necessária imparcialidade e transparência do processo.

A Comissão de Vencimentos pode decidir livremente a contratação pela sociedade de serviços de consultadoria que entenda necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. No ano de 2018, não foi contratada qualquer empresa para apoiar a Comissão de Vencimentos ou a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração. Para efeitos de *benchmark* no nível salarial dos membros do Conselho de Administração, aquelas comissões utilizam estudos multi-empresa elaborados por consultores internacionais presentes em Portugal e disponibilizados no mercado.

Paulo Azevedo esteve presente na Assembleia Geral Anual de 2018.

#### 68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

O representante da Imparfin, José Corte Real trabalha para o Grupo Efanor na área de Recursos Humanos; os seus amplos conhecimentos e vasta experiência na área de Recursos Humanos, nomeadamente em matéria de política de remuneração contribuem muito positivamente para o trabalho da Comissão de Vencimentos.

### III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

#### 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de junho

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 2018 a Comissão de Vencimentos apresentou uma declaração relativa à política de remuneração e compensações dos órgãos sociais e dos dirigentes

A política de remuneração e compensação dos órgãos sociais da Sonae Indústria e dos seus dirigentes, adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) que constavam do Código do Governo das Sociedades por ela aprovado e é baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, com vista à sua sustentabilidade.

Na determinação da política retributiva são tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração, por um lado, as referências de mercado fornecidas pelos diversos estudos disponíveis em Portugal e nos demais mercados europeus, nomeadamente os elaborados pelo consultor especializado *Hay Group* e, por outro lado, as sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação comparáveis.

A remuneração fixa dos administradores é fixada em função do nível de responsabilidade do administrador, é objeto de revisão anual e posiciona-se na mediana em circunstâncias comparáveis.

Além da remuneração fixa, os administradores executivos participam de um plano de incentivos, com uma componente variável que se divide em três elementos, um de curto prazo, outro de médio prazo e outro de longo prazo. A remuneração total posiciona-se no que diz respeito à remuneração fixa, na mediana, e no nono decil no que diz respeito à componente variável, sendo que a remuneração total se posiciona no terceiro quartil em circunstâncias comparáveis.

As remunerações fixas e o plano de incentivos são deliberados pela Comissão de Vencimentos em diálogo com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração.

O plano de incentivos, aplicável aos membros executivos, está sujeito a limites máximos percentuais e obedece a critérios de desempenho pré-estabelecidos e mensuráveis - indicadores de desempenho - comprometidos com cada um dos membros executivos em cada exercício social.

Este plano de incentivos é estabelecido com base num conjunto de indicadores de desempenho, a nível do negócio, de cariz essencialmente económico e financeiro, também designados por "*Key Performance Indicators of Business Activity*" (ou *Business KPIs*), como também a nível individual, designados por "*Personal Key Performance Indicators*" (ou *Personal KPIs*). O conteúdo dos indicadores de desempenho e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os objetivos estratégicos definidos para a organização e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

Para o apuramento do plano de incentivos é efetuada uma avaliação individual de desempenho pela Comissão de Vencimentos, em diálogo com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração. Esta avaliação tem lugar após serem conhecidos os resultados da sociedade.

Assim, e relativamente a cada exercício social, são avaliadas a atividade da empresa e o desempenho e os contributos individuais para o sucesso coletivo que, necessariamente, condicionarão a atribuição da componente fixa e variável do plano retributivo de cada administrador executivo.

Na aplicação da Política de Remuneração e Compensação, é ponderado o exercício de funções em sociedades em relação de domínio ou de grupo.

A Política de Remuneração e Compensação da sociedade mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Não integra a Política de Remuneração e Compensação qualquer sistema de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, sem prejuízo da Comissão de Vencimentos ter a faculdade de proceder ao pagamento de parte das quantias devidas através da atribuição de planos de poupança reforma.

Para assegurar a efetividade e transparência dos objetivos da Política de Remuneração e Compensação, os administradores executivos não celebraram nem devem celebrar, contratos com a sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

No desenho da política de remuneração e compensação dos membros dos órgãos sociais da sociedade é objetivo primordial a captação de talento com elevado nível de desempenho que represente contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da sociedade. Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais são fixados e periodicamente revistos em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos órgãos sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do órgão social em questão e do próprio membro, e o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a média dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos a negociação na Euronext Lisbon, sendo os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais os seguintes, por referência ao mercado:

Conselho de Administração	Componentes		Posicionamento no mercado	Circunstâncias em que montantes são devidos
<b>Administradores Executivos</b>	Fixa	<i>Vencimento base</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
	Variável	<i>Elemento variável de curto prazo</i>	<i>Nono quartil</i>	<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos e subjetivos</i>
		<i>Elemento variável de médio prazo</i>		<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos</i>
		<i>Elemento variável de longo prazo</i>		<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos</i>
<b>Administradores não executivos</b>	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
<b>Conselho Fiscal</b>	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
<b>Revisor Oficial de Contas</b>	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>

A sociedade não assumirá quaisquer responsabilidades de natureza contratual que tenham por objeto e efeito a exigibilidade de quaisquer pagamentos relativos à destituição ou cessão de funções de administradores, sem prejuízo do regime da responsabilidade legal aplicável em matéria de destituição de administradores sem justa causa.

No que respeita ao órgão de administração da Sonae Indústria, a política aprovada estabelece o seguinte:

#### **Administradores Executivos (AE)**

A política de remuneração e compensação dos administradores executivos incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada *Key Performance Indicator* se encontrar limitado a um valor máximo.

A remuneração dos administradores executivos inclui, em princípio, duas componentes: (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base, que é paga por referência ao período de um ano (os vencimentos são pagos em 12 meses) e um subsídio de responsabilidade anual, (ii) uma componente variável, que engloba três elementos: (ii.1) um primeiro elemento de Curto Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano seguinte àquele que diz respeito, subordinado à concretização dos objetivos fixados no ano anterior, pago imediatamente após a sua atribuição, (ii.2) um segundo elemento de Médio Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano a que respeita, condicionado à concretização de objetivos em cada um dos anos até ao seu pagamento e pago após um diferimento pelo período de 3 anos, e (ii.3) um terceiro elemento de Longo Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano seguinte àquele a que diz respeito, condicionado à concretização de objetivos fixados em cada um dos cinco anos seguintes e pago 5 anos após a atribuição.

(i) A componente fixa da remuneração (RF) dos AE é definida em função das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função desempenhada por cada AE e é objeto de revisão anual. A cada AE é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional. Os AE estão classificados nos grupos funcionais “*Group Leader*”, “*Group Senior Executive*” e “*Senior Executive*”. As classificações funcionais estão estruturadas tendo por base o modelo internacional *Hay* de classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações de mercado e promover a equidade interna.

(ii) A componente variável da remuneração (RV), visa orientar e recompensar os AE pelo cumprimento de objetivos pré-determinados e reforçar o alinhamento dos AE com os interesses dos acionistas e aumentar a consciencialização quanto à importância do respetivo desempenho se orientar de uma forma sustentada para o sucesso global da organização. Estes objetivos devem basear-se em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a responsabilidade do AE e do seu próprio desempenho individual. Esta componente variável será atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho.

#### **(a) Prémio Variável de Curto Prazo**

O valor objetivo do prémio variável de curto prazo equivale no máximo a 1/3 do valor objetivo da componente variável total.

O valor do prémio variável dos AE sem responsabilidade geográfica específica, assenta nos resultados dos KPI's consolidados da sociedade, sendo que 60% resultam do Operational Cash Flow, 20% dos Custos Fixos e 20% de indicadores de performance de melhoria contínua a aprovar pela Comissão de Vencimentos. Estes resultados serão depois sujeitos a um fator multiplicador decorrente da avaliação de desempenho, podendo variar de 0 a 150%, consoante a classificação do desempenho individual atribuída ao AE.

No que diz respeito aos AE com responsabilidades geográficas, o cálculo é semelhante ao anteriormente descrito, mas o resultado combinado do Operational Cash-Flow e dos Custos Fixos consolidados da sociedade tem um peso de 25%, distribuídos em 20% para o Operational Cash-Flow e 5% para os Custos Fixos, o peso da geografia representa 55%, com 40% atribuídos ao Operational Cash-Flow e 15% aos Custos Fixos e os remanescentes 20% dependem de outros indicadores de performance de melhoria contínua, nomeadamente relativos à performance das equipas funcionais sobre orientação do AE, aprovados pela Comissão de Vencimentos. O fator multiplicador decorrente da avaliação de desempenho individual aplica-se da mesma forma.

#### **(b) Prémio Variável de Médio Prazo (Diferido por 3 anos)**

O prémio variável de médio prazo (PVMP) dos AE equivale no máximo a 1/3 do valor objetivo da componente variável total, destina-se a reforçar o alinhamento dos AE com os objetivos estratégicos da sociedade e com os interesses dos acionistas. O pagamento do valor atribuído será diferido por 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita, e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de Ebitda Recorrente).

**(c) Prémio Variável de Longo Prazo (Diferido por 5 anos)**

O prémio variável de longo prazo (PVLP) dos AE destina-se a aumentar a consciencialização da importância do desempenho de uma forma sustentada para o sucesso global da organização. É de valor máximo igual em euros ao do Prémio Variável de Curto Prazo atribuído, será diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

Considerando todos os elementos de curto, médio e longo prazo, da componente variável, o valor do objetivo pré-definido varia entre 50% e 70% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da componente variável).

No que se refere ao apuramento de resultados e no que respeita ao Prémio Variável de Curto Prazo e ao Prémio Variável de Médio Prazo, o valor total a receber tem como limite mínimo 0% e máximo 200% do objetivo previamente definido para aquelas componentes variáveis.

Os pagamentos podem ser efetuados por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstos na lei e nos estatutos, a critério da Comissão de Vencimentos, podendo nomeadamente a Comissão de Vencimentos, a seu livre critério, determinar o recebimento de qualquer uma das partes da componente variável, através da alienação de ações da Sonae Indústria, SGPS, SA a desconto. Esse desconto corresponde a uma participação na aquisição das ações a suportar pelas pessoas a quem foi atribuída a componente variável da remuneração, a qual será correspondente a uma percentagem do valor da cotação das ações, à data da transmissão dos títulos, com o limite máximo de 5% daquele valor.

O direito de recebimento das partes diferidas da componente variável da remuneração, caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a sociedade antes da data do seu vencimento.

O direito manter-se-á, contudo em vigor no caso de incapacidade permanente ou morte do membro, sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respetivo vencimento.

Em caso de reforma do membro o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

**Administradores Não Executivos (ANE)**

A remuneração dos administradores não executivos (ANE) é estabelecida em função de dados do mercado, segundo os princípios: (1) atribuição de uma remuneração fixa (cerca de 15% está dependente da presença nas reuniões do Conselho de Administração ou de alguma das suas Comissões); (2) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. A remuneração fixa pode ser incrementada até 5% para os ANE que presidam a uma Comissão do Conselho de Administração. Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

No que respeita aos demais órgãos sociais e aos Dirigentes, a política estabelece o seguinte:

**Conselho Fiscal**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta exclusivamente por uma componente fixa, determinada tendo em conta a situação da sociedade e as práticas de mercado e que inclui um subsídio de responsabilidade anual.

**Revisor Oficial de Contas**

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, sob supervisão do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração.

### **Mesa da Assembleia Geral**

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade consiste numa quantia fixa, determinada tendo em conta a situação da sociedade e as práticas de mercado.

### **Dirigentes**

São considerados dirigentes nos termos do parágrafo 25 do nº1 do artigo 3º do Regulamento (EU) nº 596/2014 de 16 de abril, para além dos membros dos órgãos sociais acima referidos, os responsáveis de alto nível que possuem um acesso regular a informação privilegiada direta ou indiretamente relacionada com o emitente e têm o poder de tomar decisões de gestão que afetam a evolução futura e as perspetivas empresariais do emitente.

A política de remuneração aplicável às pessoas que sejam, nos termos da lei, consideradas dirigentes, será equivalente à adotada para a remuneração de outros quadros do mesmo nível de funções e responsabilidades sem a atribuição de qualquer benefício adicional face ao que decorre do respetivo grupo funcional.

São também elegíveis para efeitos de atribuição da componente variável, os administradores executivos das sociedades dominadas pela Sonae Indústria, bem como e de acordo com a política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração são igualmente elegíveis para a atribuição daquele componente os colaboradores, a quem por via dessa política seja aplicável o plano de incentivos.

### **70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos**

No que respeita aos administradores não executivos, a atribuição de apenas uma remuneração fixa, conforme explicitada no ponto anterior, permite o alinhamento dos interesses desses administradores com os interesses de longo prazo da sociedade.

Já no que respeita aos administradores executivos a atribuição de uma remuneração composta por uma componente fixa e uma componente variável, sendo esta última componente aferida por avaliação da performance de um conjunto de indicadores de desempenho e o peso específico destes na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da sociedade e desincentiva a assunção de riscos. O resultado da avaliação de desempenho de cada um dos administradores executivos serve como fator multiplicador dos demais KPI's definidos (para uma melhor compreensão do funcionamento dos diversos KPI's ver o ponto anterior).

A sociedade possui um regulamento interno que define o âmbito e as regras aplicáveis ao Prémio Variável de Médio Prazo.

### **71. Referência à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente**

Conforme já referido nos dois pontos anteriores a remuneração dos administradores executivos é composta por uma componente variável, tendo a avaliação de desempenho impacto na mesma (para uma melhor compreensão do impacto da avaliação de desempenho na componente variável da remuneração ver o ponto 69).

### **72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento**

O Prémio Variável de Médio Prazo é diferido pelo período de 3 anos e o Prémio Variável de Longo Prazo é diferido pelo período de 5 anos.

**73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual**

A política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de 2018 não contempla a atribuição de remuneração variável em ações. Para assegurar a efetividade e transparência dos objetivos da política de remuneração e compensação os administradores executivos não celebraram nem devem celebrar, contratos com a sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

**74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento**

A sociedade não atribui opções.

**75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários**

Os parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais constam da política de remunerações constante do ponto 69.

**76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais**

A sociedade não tem implementado qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

Os estatutos da sociedade não têm qualquer disposição relativa a pensões de administradores, não integrando a política de remuneração e compensação qualquer sistema de pensões, sem prejuízo da Comissão de Vencimentos ter a faculdade de proceder ao pagamento de parte das quantias devidas através da atribuição de planos de poupança reforma.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

**77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.**

2018	Total da Remuneração Anual Fixa		Total do Prémio Variável de Curto Prazo		Total do Prémio Variável de Médio Prazo		Total do Prémio Variável de Longo Prazo		Total	
	2017	2018	2017 (a)	2018 (b)	2017 (c)	2018 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2017	2018
Paulo Azevedo	51.800,00	51.800,00							51.800,00	51.800,00
Javier Vega	29.140,00	29.140,00							29.140,00	29.140,00
Albrecht Ehlers (g)	40.600,00	40.600,00							40.600,00	40.600,00
Carlos Moreira da Silva	35.700,00	31.700,00							35.700,00	31.700,00
José Romão de Sousa	28.700,00	28.700,00							28.700,00	28.700,00
Berta Cunha (h)		19.733,33								19.733,33
Isabel Barros (h)		17.600,00								17.600,00
Christopher Lawrie	223.220,00	251.600,00	110.374,00 <sup>(1)</sup>	113.212,92 <sup>(3)</sup>	108.258,00	120.000,00	110.374,00	113.212,92	552.226,00	598.025,84
Louis Brassard (i)	187.949,00	189.420,86	95.810,16 <sup>(2)</sup>	82.338,62 <sup>(4)</sup>	71.763,00	91.537,60	95.810,16	82.338,62	451.332,31	445.635,70
<b>Total Conselho de Administração</b>	<b>597.109,00</b>	<b>660.294,19</b>	<b>206.184,16</b>	<b>195.551,54</b>	<b>180.021,00</b>	<b>211.537,60</b>	<b>206.184,16</b>	<b>195.551,54</b>	<b>1.189.498,31</b>	<b>1.262.934,87</b>

(a) relativo a 2017, valor aprovado e pago em 2018.

(b) relativo a 2018, valor aprovado e a pagar em 2019.

(c) valor inicial relativo a 2017, diferido por um período de 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de EBITDA Recorrente).

(d) valor inicial relativo a 2018, diferido por um período de 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de EBITDA Recorrente).

(e) relativo a 2017, valor igual ao Prémio Variável de Curto Prazo atribuído é diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

(f) relativo a 2018, valor igual ao Prémio Variável de Curto Prazo atribuído é diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

(g) Do montante auferido em 2017, 28.300 euros foram pagos pela Sonae Indústria e 12.300 euros pela Sonae Arauco Deutschland GmbH.

Do montante auferido em 2018, 28.300 euros foram pagos pela Sonae Indústria e 12.300 euros pela Sonae Arauco Deutschland GmbH.

(h) Relativo a 8 meses de 2018.

(i) Valores em euros correspondentes aos valores em dólares canadianos pagos pela Tafisa Canada

(1) Fixado a partir do montante objetivo de 108.258 euros.

(2) Fixado a partir do montante objetivo de 92.167 euros.

(3) Fixado a partir do montante objetivo de 120.000 euros.

(4) Fixado a partir do montante objetivo de 91.537,60 euros.

**78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.**

Os montantes pagos por outras sociedades do grupo encontram-se explicitados no quadro anterior.

**79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios**

Os prémios pagos aos administradores executivos encontram-se explicitados no quadro constante do ponto 77.

**80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício**

Não foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

**81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade**

Os membros do Conselho Fiscal no ano de 2018 auferiram, as remunerações a seguir indicadas:

Membro Conselho Fiscal	Remuneração (Euros)
António Trábulo (Presidente)	9.233,33
Óscar Quinta	7.900
Ana Fonte (relativo a 8 meses)	6.400
<b>TOTAL</b>	<b>23.533,33</b>

## 82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas auferiu em 2018, a remuneração total de 5 000 euros.

## V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

### 83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

A Política de Remuneração e Compensação aprovada na Assembleia Geral de Acionistas mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, associadas à cessação de mandato, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

### 84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes na aceção do nº3 do artigo 248º - B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade (art. 245º - A, nº1, al.1))

Não foram celebrados quaisquer acordos entre a sociedade e os administradores e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

## VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (STOCK OPTIONS)

### 85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A atual política de remunerações aprovada em Assembleia Geral não contempla qualquer remuneração variável em ações.

### 86. Caracterização do plano

Não existe qualquer plano de atribuição de ações em vigor.

### 87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("Stock options") de que sejam beneficiários trabalhadores e colaboradores da empresa

A sociedade não possui planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

### 88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245º - A, nº1, al.e))

Não se encontram previstos quaisquer mecanismos de controlo num sistema de participação dos trabalhadores no capital da sociedade.

## E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

#### **89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas**

Os mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas pautam-se por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de verificação e controlo.

Todos os meses, todas as transações e saldos operacionais com partes relacionadas são identificadas e verificadas por uma equipa própria do Centro de Serviços Partilhados que presta serviços à sociedade e validadas, quando se tratam de operações externas, com as equipas administrativas das sociedades relacionadas.

As transações de carácter menos regular são objeto de um escrutínio mais detalhado e ad-hoc sendo envolvidos os departamentos da sociedade ou prestadores de serviços mais adequados (sempre com o envolvimento da área Fiscal para assegurar o cumprimento das políticas de preços de transferência em vigor na sociedade) para suportar os eventuais valores das transações. No caso, por exemplo, de transferências/alienações de ativos, estes são objeto de uma avaliação externa independente que suporta a operação em causa.

#### **90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência**

A sociedade não efetuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração, bem como com os do Conselho Fiscal.

As operações com partes relacionadas fazem parte da atividade normal da sociedade e foram realizadas em condições normais de mercado e a preços que respeitam as normas sobre preços de transferência.

#### **91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários**

Com exceção de operações realizadas com Partes Relacionadas incluídas no perímetro de consolidação da sociedade no âmbito das respetivas atividades, a realização de qualquer operação com Partes Relacionadas (conforme definido nas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos de regulamento comunitário), que envolva valor, individual ou agregado, com base anual superior a 10 milhões de euros deve ser submetida a parecer prévio do Conselho Fiscal. O pedido de parecer deve ser acompanhado de todos os elementos necessários que permitam uma análise comparada com o mercado e a forma como serão geridos potenciais conflitos de interesse.

Qualquer transação que for contratada com Partes Relacionadas deve ser resultado de um processo comparativo de propostas, devendo ser semestralmente prestada informação ao Conselho Fiscal, pelo CFO da sociedade de todas as transações aprovadas pelo Conselho de Administração não sujeitas a parecer prévio do Conselho Fiscal.

## II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

### 92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação relativa aos negócios com partes relacionadas consta de Nota nº 31 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

## F. POLÍTICA DE DIVERSIDADE APLICADA RELATIVAMENTE AOS SEUS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A Sonae Indústria reconhece que a diversidade na composição dos seus órgãos de administração e de fiscalização, principalmente no que respeita ao Conselho de Administração, impulsiona a criatividade e apoia a tomada de decisões informadas com base em diferentes perspetivas.

A Sonae Indústria tem como objetivo conseguir reunir nos seus órgãos de administração e de fiscalização, um conjunto diversificado de competências, conhecimentos, experiências e perspetivas relevantes, aliado a um conhecimento do seu negócio e a uma elevada integridade para, desta forma, os membros daqueles órgãos sociais cumprirem efetivamente as suas responsabilidades.

Assim, os membros daqueles órgãos sociais devem possuir as habilitações académicas necessárias para o exercício das respetivas funções. Em particular, procura-se ter membros no conselho de administração, que em conjunto possuam competências em diferentes profissões e áreas industriais, de forma a garantir a tomada de decisões informadas.

Ao tratar-se de um Grupo internacional procura-se que o conselho de administração integre pessoas de diferentes nacionalidades e conseqüentemente de diferentes culturas, em regra pessoas naturais de algum dos países onde a Sonae Indústria tem presença. Desta forma, consegue-se trazer para o conselho de administração a perspetiva cultural e social daqueles países.

No que respeita aos membros do conselho fiscal procura-se sempre que os mesmos tenham as qualificações exigidas pela lei, i.e. conhecimentos de auditoria e/ou contabilidade por se entender serem os mais relevantes para o exercício das respetivas funções.

Não se considera a idade um fator determinante para a escolha dos membros daqueles órgãos sociais.

A Sonae Indústria reconhece e apoia o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização nas sociedades cotadas em bolsa, publicado em 1 de agosto de 2017. Na Assembleia Geral eleitoral que se realizou em maio de 2018, a proposta apresentada cumpria com o estabelecido naquele diploma legal, no que à proporção de pessoas de cada sexo nos órgãos de administração e fiscalização, respeita, passando o Conselho de Administração a ser composto por 7 membros do sexo masculino e 2 membros do sexo feminino e o Conselho Fiscal, por 2 membros do sexo masculino e 2 do sexo feminino, sendo um deles membro suplente.

## PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Sonae Indústria, SGPS, SA adotou o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance de 2018, o qual se encontra publicado no endereço <https://cam.gov.pt/>.

## 2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Sonae Indústria não cumpriu totalmente três e parcialmente uma das recomendações constantes do Código de Governo acima identificado, durante o exercício de 2018, encontrando-se a explicação para o não cumprimento ou cumprimento parcial no final deste ponto. Além do cumprimento das obrigações legais e das recomendações do referido Código a Sonae Indústria, consciente da importância de um bom governo corporativo, quer para os seus negócios, quer para os seus acionistas, procura constantemente adotar as melhores práticas em todas as áreas em que atua, tendo elaborado o seu próprio código de conduta, o qual pode ser consultado no sítio da sociedade [www.sonaeindustria.com](http://www.sonaeindustria.com).

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<b>I. PARTE GERAL</b>		
<b>I.1. Relação da sociedade com investidores e informação</b>		
<b>I.1.1.</b> A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	<b>Cumpre</b>	<b>29, 50 e 56 a 58</b>
<b>I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade</b>		
<b>I.2.1.</b> As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	<b>Cumpre</b>	<b>19, 26, 29 e 33</b>
<b>I.2.2.</b> Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos - nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros - , devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.	<b>Cumpre</b>	<b>22, 27 e 34</b>
<b>I.2.3.</b> Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.	<b>Cumpre</b>	<b>22, 27, 34 e 61</b>
<b>I.2.4.</b> A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	<b>Cumpre</b>	<b>23 e 35</b>

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p><b>I.2.5.</b> Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adoção de uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.</p>	Cumpre	49
<b>I.3. Relação entre órgãos da sociedade</b>		
<p><b>I.3.1.</b> Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.</p>	Cumpre	21, 29 e 38
<p><b>I.3.2.</b> Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.</p>	Cumpre	29
<b>I.4. Conflitos de interesses</b>		
<p><b>I.4.1.</b> Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respetivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.</p>	Cumpre	29 e 38
<p><b>I.4.2.</b> Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.</p>	Cumpre	29 e 38
<b>I.5. Transações com partes relacionadas</b>		
<p><b>I.5.1.</b> O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.</p>	Não Cumpre	Ver explicação infra

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1..	Não aplicável	
<b>II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL</b>		
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Cumpre	13
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Cumpre	14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica.	Cumpre	12
II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.	Não cumpre	Ver explicação infra
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Cumpre	4
<b>III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO</b>		
III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador ( <i>lead independent director</i> ) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1..	Cumpre	17

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p><b>III.2.</b> O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>17, 18, 29 e 31</b>
<p><b>III.3.</b> Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>17, 18, 21 e 28</b>
<p><b>III.4.</b> Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstancia suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>17 e 18</b>
<p><b>III.5.</b> O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).</p>	<b>Não aplicável</b>	
<p><b>III.6.</b> Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>21</b>

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável	
III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	Cumpre	38
III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	Cumpre	27 e 29
III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.	Cumpre	50 a 52
III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Cumpre	29, 38 e 51
III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i> ) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Cumpre	38, 51, 54 e 55

#### IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Cumpre	29
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Cumpre	21
IV.3. O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.	Cumpre	51 e 52

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p><b>IV.4.</b> O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>51</b>
<p><b>V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES</b></p>		
<p><b>V.1. Avaliação Anual de Desempenho</b></p>		
<p><b>V.1.1.</b> O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>24 e 25</b>
<p><b>V.1.2.</b> O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>38 e 51</b>
<p><b>V.2. Remunerações</b></p>		
<p><b>V.2.1.</b> A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>66 e 67</b>
<p><b>V.2.2.</b> A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>69</b>
<p><b>V.2.3.</b> A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente:</p>	<b>Cumpre parcialmente</b>	<b>69 e ver explicação infra</b>
<p>i. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da</p>		

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;</p> <p>ii. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;</p> <p>iii. O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;</p> <p>iv. Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;</p> <p>v. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excepcionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;</p> <p>vi. Informações quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.</p>	Não aplicável	
<p><b>V.2.4.</b> Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.</p>	Cumpre	67
<p><b>V.2.5.</b> A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.</p>	Cumpre	67
<p><b>V.2.6.</b> Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.</p>	Cumpre	67
<b>V.3. Remuneração dos Administradores</b>		
<p><b>V.3.1.</b> Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.</p>	Cumpre	69 e 70

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<b>V.3.2.</b> Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	<b>Cumpre</b>	<b>69 e 70 a 72</b>
<b>V.3.4.</b> Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	<b>Não aplicável</b>	
<b>V.3.5.</b> A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	<b>Cumpre</b>	<b>69 e 77</b>
<b>V.3.6.</b> A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.	<b>Cumpre</b>	<b>83</b>
<b>V.4. Nomeações</b>		
<b>V.4.1.</b> A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	<b>Não cumpre</b>	<b>Ver explicação infra</b>
<b>V.4.2.</b> A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	<b>Cumpre</b>	<b>29</b>
<b>V.4.3.</b> Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	<b>Cumpre</b>	<b>29</b>
<b>V.4.4.</b> A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	<b>Cumpre</b>	<b>27 e 29</b>
<b>VI. GESTÃO DE RISCO</b>		
<b>VI.1</b> O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	<b>Cumpre</b>	<b>21 e 50 a 52</b>
<b>VI.2</b> Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o	<b>Cumpre</b>	<b>50 a 55</b>

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.</p> <p><b>VI.3</b> A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>54</b>
<b>VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA</b>		
<b>VII.1. Informação Financeira</b>		
<p><b>VII.1.1.</b> O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>38</b>
<b>VII.2. Revisão legal de contas e fiscalização</b>		
<p><b>VII.2.1.</b> Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas;</li> <li>ii. A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;</li> <li>iii. Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;</li> <li>iv. Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.</li> </ul>	<b>Cumpre</b>	<b>37 e 38</b>
<p><b>VII.2.2.</b> O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>37 e 38</b>
<p><b>VII.2.3.</b> O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>45</b>
<p><b>VII.2.4.</b> O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.</p>	<b>Cumpre</b>	<b>51</b>

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.	Cumpre	38

#### Explicação sobre as recomendações não cumpridas ou cumpridas parcialmente

**Recomendação I.5.1.** - A Sonae Indústria entende não dever sujeitar a parecer prévio e vinculativo do Conselho Fiscal as operações com Partes Relacionadas, exceto quando a lei o determine, mas sim apenas a parecer prévio daquele órgão de fiscalização. Este entendimento prende-se com duas ordens de razão: uma legal, uma vez que a lei estabelece que compete ao Conselho de Administração a gestão da sociedade só se devendo subordinar às deliberações dos acionistas ou do conselho fiscal nos casos em que a lei ou o contrato de sociedade o determinarem; e outra que se prende com o facto de entender que a composição do Conselho de Administração (quer em número total de membros, quer no número de membros independentes que o compõe), os mecanismos de gestão de conflitos de interesses estabelecidos na lei e cumpridos pelos administradores, acrescido do parecer prévio do Conselho Fiscal, são suficientes para garantir transparência às operações com partes relacionadas.

**Recomendação II.4.** - A Sonae Indústria entende que dada a pouca adesão ao voto por correspondência, incluindo por via eletrónica, e não tendo existido solicitações dos acionistas, em 2018, relativamente à participação na assembleia por meios telemáticos, não se justifica, pelo menos neste momento, estar a investir em meios telemáticos. A Sonae Indústria ficará contudo atenta às solicitações dos seus acionistas e ao mercado e implementará aquela via assim que achar que a mesma se justifica.

**Recomendação V.2.3.** - A declaração sobre a política de remunerações apresentada na Assembleia Geral Anual de 2018, teve ainda como base as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades da CMVM e não o Código de Governo do IPCG.

**Recomendação V.4.1.** - Atendendo que o Código de Governo das Sociedades na sua versão final, apenas foi publicitado já no final do primeiro trimestre de 2018, a Sonae Indústria, não conseguiu implementar esta recomendação relativamente à proposta de eleição de órgãos sociais para novo mandato apresentada na sua Assembleia Geral Anual realizada a 9 de maio. A Sonae Indústria manifesta desde já a sua intenção de, no futuro, procurar cumprir esta recomendação.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Demonstração Separada de Posição Financeira

Demonstrações Separadas de Resultados por Naturezas

Demonstrações Separadas do Rendimento Integral

Demonstrações Separadas de Alterações dos Capitais Próprios

Demonstrações Separadas dos Fluxos de Caixa

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Separadas

**Sonae Indústria,SGPS,SA**  
**DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA**  
(Montantes expressos em EUR)

ATIVO	Notas	31.12.18	31.12.17
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativo fixo tangível	3	5,02	65,02
Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	5	450.723.285,65	448.763.904,11
Outros investimentos financeiros	5/4	122.625,30	122.625,30
Ativos por Impostos diferidos	6		281.811,03
Outros ativos não correntes	7/4	20.025.496,09	18.286.112,87
Total de Ativos não correntes		<u>470.871.412,06</u>	<u>467.454.518,33</u>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Clientes	8/4	84.055,96	173.688,96
Outras dívidas de terceiros	8/4	1.505.975,35	4.876.327,85
Ativo por imposto corrente	8	565.705,29	613.259,57
Outros ativos correntes	9/4	482.430,55	623.878,20
Caixa e equivalentes de caixa	10/4	31.319,24	80.337,92
Total de Ativos correntes		<u>2.669.486,39</u>	<u>6.367.492,50</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>473.540.898,45</u></u>	<u><u>473.822.010,83</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social		253.319.797,26	253.319.797,26
Reservas legais		1.807.489,48	
Outras reservas e resultados acumulados		33.898.338,25	36.149.789,54
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	11	<u>289.025.624,99</u>	<u>289.469.586,80</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	12/4	151.370.782,54	159.536.305,84
Provisões	17	4.000.000,00	
Outros passivos não correntes	13		317.546,92
Total de passivos não correntes		<u>155.370.782,54</u>	<u>159.853.852,76</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	12/4	14.000.000,00	11.900.000,00
Empréstimos bancários correntes	12/4	2.135.021,73	1.750.000,00
Fornecedores	14/4	148.839,27	157.505,92
Outras dívidas a terceiros	15/4	4.638.157,11	5.742.537,20
Passivos por imposto corrente	15	23.848,50	22.602,33
Outros impostos e contribuições	15	16.732,42	20.938,77
Outros passivos correntes	16/4	615.047,05	1.629.268,13
Provisões	17	7.566.844,84	3.275.718,92
Total de passivos correntes		<u>29.144.490,92</u>	<u>24.498.571,27</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u>184.515.273,46</u>	<u>184.352.424,03</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<u><u>473.540.898,45</u></u>	<u><u>473.822.010,83</u></u>

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

O Conselho de Administração

**Sonae Indústria,SGPS,SA**  
**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA**  
(Montantes expressos em EUR)

	Notas	31.12.18	31.12.17
<b>Rendimentos operacionais:</b>			
Prestações de serviços	22	281.423,88	293.832,00
Outros rendimentos e ganhos	23	87.978,45	1.109.870,15
Total de rendimentos operacionais		<u>369.402,33</u>	<u>1.403.702,15</u>
<b>Gastos operacionais:</b>			
Fornecimentos e Serviços externos		-548.598,88	-849.865,59
Gastos com o pessoal	20/21	-613.374,97	-752.752,90
Amortizações e depreciações	3	-60,00	-200,00
Provisões e perdas por imparidade	17	-8.291.125,92	-3.275.718,92
Outros gastos e perdas	23	-109.658,35	-166.926,22
Total de gastos operacionais		<u>-9.562.818,12</u>	<u>-5.045.463,63</u>
Resultados operacionais		-9.193.415,79	-3.641.761,48
<b>Resultados financeiros</b>	24	<u>-7.478.782,38</u>	<u>-6.907.024,75</u>
Gastos financeiros		-8.520.690,47	-8.617.676,72
Rendimentos financeiros		1.041.908,09	1.710.651,97
Ganhos ou perdas relativos a investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	25	<u>16.635.399,61</u>	<u>46.822.656,93</u>
Resultado antes de impostos		-36.798,56	36.273.870,70
Imposto sobre o rendimento - imposto corrente	26	-125.352,22	-182.539,57
Imposto sobre o rendimento - imposto diferido	6/26	<u>-281.811,03</u>	<u>58.458,41</u>
Resultado depois de impostos		-443.961,81	36.149.789,54
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	27	<u><u>-443.961,81</u></u>	<u><u>36.149.789,54</u></u>
<b>RESULTADOS POR AÇÃO</b>			
Básico	27	- 0,00978	0,79620
Diluído	27	<u>- 0,00978</u>	<u>0,79620</u>

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RESULTADO LÍQUIDO E RENDIMENTO INTEGRAL**  
(Montantes expressos em EUR)

		31.12.18	31.12.17
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	11/27	-443.961,81	36.149.789,54
<b>Outro Rendimento Integral do período</b>			
Outro rendimento integral líquido do período			23.640,88
		0,00	23.640,88
<b>RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO PERÍODO</b>		<u><u>-443.961,81</u></u>	<u><u>36.173.430,42</u></u>

As Notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS  
Montantes expressos em euros

	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas e Resultados acumulados	Remensurações de planos de benefício definidos	Subtotal	Total dos Capitais Próprios
Notas						
<b>Saldo em 01.01.18</b>	253.319.797,26	0,00	36.149.789,54	0,00	0,00	289.469.586,80
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		1.807.489,48	-1.807.489,48			
Rendimento integral total						
Resultado líquido do exercício			-443.961,81			-443.961,81
Total			-443.961,81	0,00	0,00	-443.961,81
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<u>253.319.797,26</u>	<u>1.807.489,48</u>	<u>33.898.338,25</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>289.025.624,99</u>
<b>Saldo em 01.01.17</b>	812.107.574,17	3.131.756,77	-561.919.533,68	-23.640,68	-23.640,68	253.296.156,58
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		-3.131.756,77	3.131.756,77			
Rendimento integral total						
Resultado líquido do exercício			36.149.789,54			36.149.789,54
Outro rendimento integral do exercício				23.640,68	23.640,68	23.640,68
Total			36.149.789,54	23.640,68	23.640,68	36.173.430,22
Redução capital	-558.787.776,91		558.787.776,91			
Saldo em 31.12.17	<u>253.319.797,26</u>	<u>0,00</u>	<u>36.149.789,54</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>289.469.586,80</u>

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

O Conselho de Administração

**Sonae Indústria, SGPS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Montantes expressos em EUR)

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	Notas	2018	2017
Recebimento de Clientes		371.057	296.594
Pagamentos a fornecedores		602.362	752.280
Pagamentos ao Pessoal		1.104.250	1.033.369
<b>Fluxo Gerado Pelas Operações</b>		<b>-1.335.555</b>	<b>-1.489.055</b>
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		13.681	-139.952
Outros recebim./pagam.rel.à activ.operacional		-5.887	14.395
<b>Fluxo das atividades operacionais [1]</b>		<b>-1.355.123</b>	<b>-1.334.708</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	5.1.1		4.000.070
Empréstimos concedidos			15.000
Empréstimos/suprimentos concedidos	7	2.970.617	1.562.000
Empréstimos/operações financeiras concedidas	8.2.1	3.502.864	8.065.795
Dividendos	25	17.725.747	22.396.693
		24.199.228	36.039.558
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	5	3.049.729	9.543.068
Empréstimos/suprimentos concedidos	7	4.710.000	10.435.646
		7.759.729	19.978.714
<b>Fluxo das atividades investimento [2]</b>		<b>16.439.499</b>	<b>16.060.844</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e custos similares		908.644	1.232.419
Empréstimos obtidos	12.2	1.645.685.022	806.596.645
Empréstimos/operações financeiras obtidas	12.2	22.434.954	30.458.500
		1.669.028.620	838.287.564
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		8.872.013	8.336.293
Empréstimos obtidos	12.2	1.651.751.145	814.945.500
Empréstimos/operações financeiras obtidas	12.2	23.493.854	29.854.500
Outros		45.003	-41.399
		1.684.162.015	853.094.894
<b>Fluxo das atividades de financiamento [3]</b>		<b>-15.133.395</b>	<b>-14.807.330</b>
Varição de caixa e seus equivalentes		-49.019	-81.194
Caixa e seus equivalentes início exercício	10	80.338	161.532
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	10	31.319	80.338
Varição de caixa e seus equivalentes		-49.019	-81.194

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

**1. Nota Introdutória**

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. (“Empresa”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia, Portugal.

As ações da sociedade encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU). São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais (nota 5).

**2. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

**2.1. Bases de apresentação**

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “IFRS Interpretations Committee” (“IFRS IC”), aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018 adotadas pela União Europeia.

2.1.1 Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, entraram em vigor as seguintes normas e interpretações que foram adotadas pela União Europeia:

**IFRS 2** (alteração), Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal;

**IFRS 4** (alteração), Contratos de Seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer em Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes de a nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente, é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora;

**IFRS 9** (nova), Instrumentos Financeiros. Esta norma substitui as diretrizes incluídas na IAS 39 relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura;

**IFRS 15** (nova), Rédito de Contratos com Clientes. Esta norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade registre o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita, pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos cinco passos”;

**IFRS 15** (alteração), Rédito de Contratos com Clientes. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição;

**IAS 40** (alteração) Transferência de Propriedades de Investimento. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência;

**Melhorias às normas 2014 – 2016.** Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28;

**IFRIC 22** (nova), Operações em Moeda Estrangeira e Contraprestação Antecipada. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

A aplicação das normas referidas neste ponto não provocou efeitos significativos nas presentes demonstrações financeiras.

2.1.2 A 31 de dezembro de 2018 estavam emitidas e adotadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações que não foram aplicadas, dado apenas serem de aplicação obrigatória em exercícios posteriores:

**IFRS 9** (alteração), Elementos de Pré-pagamento com Compensação Negativa (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados;

**IFRS 16** (nova), Locações (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de

baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".

**IFRIC 23** (nova), Incerteza no Tratamento de Imposto sobre o Rendimento (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento que se refere aos requisitos de mensuração e registo a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o Rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no valor esperado ou no valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Em relação à IFRS 16 – Locações, que entrará em vigor em 1 de janeiro de 2019, o Grupo decidiu aplicar esta norma a contratos que estavam identificados como locações no âmbito da IAS 17. O Grupo decidiu registar a 1 de janeiro de 2019 um passivo por locação correspondente ao valor atual a essa data dos pagamentos de locação remanescentes dos contratos que tinham sido classificados como locações operacionais no âmbito da IAS 17. Estima-se que esse passivo atinja um montante de aproximadamente 1.102 euros. Na mesma data, o Grupo registará um ativo sob direito de uso pelo mesmo montante. A informação comparativa não será reexpresada.

Não é expectável que adoção das restantes normas produza efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

2.1.3 À data de 31 de dezembro de 2018, estavam emitidas as seguintes normas, de aplicação em exercícios posteriores, que ainda não tinham sido adotadas pela União Europeia:

**IAS 1 e IAS 8** (alteração), Definição de material (aplicável a períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. De acordo com esta alteração, a informação é considerada material quando da sua omissão, apresentação desadequada ou dissimulação se puder esperar uma influência nas decisões que o leitor das demonstrações financeiras pudesse tomar com base nessas demonstrações financeiras;

**IAS 19** (alteração), Alteração de planos, cortes e liquidação (aplicável a períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeito ao processo

de adoção pela União Europeia. Se ocorrer uma alteração de um plano, um corte ou uma liquidação, passa a ser obrigatório que o custo do serviço corrente e o juro líquido do período, após a remensuração, sejam determinados com base nos pressupostos utilizados na remensuração. Adicionalmente, foram incluídas alterações que clarificam os efeitos de uma alteração de um plano, de cortes ou liquidações nos requisitos do limite de ativos;

**IAS 28** (alteração), Investimentos de Longo Prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração esclarece que os investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estejam a ser mensurados através do método da equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas antes de ser efetuado qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo;

**IFRS 3** (alteração) Combinações de negócios (aplicável a períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração esclarece que para ser considerada uma combinação de negócio, um conjunto de atividades e ativos adquiridos deve incluir, no mínimo, um influxo e um processo substantivo que em conjunto contribuam significativamente para a capacidade de criar exfluxos;

**IFRS 17** (nova), Contratos de Seguros (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma irá revogar a norma IFRS 4 – Contratos de seguros e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva;

**Melhorias às normas 2015 – 2017**, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11;

**Alterações às referências à Estrutura Conceptual das normas IFRS** (aplicável para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração contém mudanças em várias normas, cujas referências à Estrutura Conceptual foi atualizada.

Não é expectável que adoção destas normas produza efeitos significativos, no futuro, nas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor.

## **2.2. Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos**

As partes de capital em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos são registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. É feita uma avaliação dos investimentos em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Sonae Indústria, tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

Os empreendimentos conjuntos são entidades das quais a Sonae Indústria detém o controlo conjunto com outro parceiro, sob uma determinada atividade económica (representada por um acordo contratual).

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento na subsidiária /empreendimento conjunto, a Sonae Indústria reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária/empreendimento conjunto.

As entidades que qualificam como subsidiárias e empreendimento conjunto encontram-se listadas na Nota 5.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

### 2.3. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os Ativos adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, de acordo com o método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	5<x<20
Equipamento administrativo	4

Os gastos com reparação e manutenção de ativos são considerados como custo no exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

### 2.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As

despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de “Software” são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações começam a ser registadas quando o ativo se encontra disponível para uso e são calculadas pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimada o qual varia entre 3 a 6 anos.

## **2.5. Locações**

Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## **2.6. Imparidade dos Ativos não financeiros**

É efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final do exercício sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação

entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica de provisão e perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## **2.7. Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização

## **2.8. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Nas situações em que se estima existir um período de tempo significativo entre o momento em que ocorre a obrigação e o momento em que ocorrerá o respetivo pagamento, a provisão é registada pelo seu valor atual.

## **2.9. Ativos e Passivos Financeiros**

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor, exceto as Dívidas de terceiros que não contenham uma componente significativa de financiamento, que são registadas pelo seu preço de transação. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros ou passivos financeiros são acrescentados ao justo valor de um instrumento que não seja mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros podem subsequentemente ser classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

A classificação dos ativos financeiros numa destas categorias é feita com base no modelo de negócio que o Grupo adote para a gestão de ativos financeiros e nas características contratuais destes ativos.

Os passivos financeiros podem ser subsequentemente classificados numa das seguintes categorias principais:

- i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ii) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Os ativos e passivos financeiros são registados na Demonstração Separada de Posição Financeira em diferentes rubricas de ativos e passivos, em função da natureza de cada instrumento.

A sociedade detém os seguintes instrumentos financeiros, que podem ser ativos financeiros ou passivos financeiros:

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica perdas por imparidade em contas a receber, por forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a sociedade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

As dívidas de terceiros são apresentadas no balanço como ativos correntes, exceto quando a respetiva maturidade é superior a doze meses da data de relato, situações em que são apresentadas como ativos não correntes.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo, pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na rubrica resultados financeiros da demonstração de resultados, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.13. A parcela do juro efetivo, relativa a comissões com a emissão de empréstimos, é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo, caso não sejam liquidados durante o período.

d) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto financeiro é considerado imaterial.

e) Instrumentos derivados

A sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela sociedade, definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro (“swaps”) de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são materialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica de resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela sociedade para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados classificados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, são registados pelo seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios, na rubrica reservas de cobertura, incluída na rubrica reservas e resultados transitados da demonstração da posição financeira, sendo transferidas para a rubrica resultados financeiros da demonstração de resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data do relato, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura, incluída em reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem; as reavaliações subseqüentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos financeiros derivados em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados ao justo valor posteriormente reavaliados, sendo as variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente a rubrica resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados, nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a sociedade pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados são apresentados nas rubricas outros ativos não correntes, outros ativos correntes, outros passivos não correntes e outros passivos correntes da demonstração da posição financeira.

Para os períodos apresentados, a empresa não tem instrumentos financeiros derivados negociados.

f) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

g) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas incluída em outras reservas e resultados acumulados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, na demonstração de posição financeira.

## **2.10. Responsabilidades pelo Plano de incentivos de médio e longo prazo**

A Sociedade atribuí, anualmente, aos quadros integrados num grupo funcional com classificação *Executive* ou superior, um prémio pecuniário definido em função do valor criado para os acionistas no exercício anterior, que será pago após um período de três anos, na circunstância de o quadro, ao qual foi atribuído, se manter em funções no final deste período.

A responsabilidade é registada nas rubricas outros passivos não correntes e correntes, da demonstração de posição financeira, e gastos com o pessoal, da demonstração de resultados por natureza, linearmente ao longo do período de diferimento do pagamento.

## **2.11. Ativos e passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## **2.12. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da sociedade de acordo com as regras fiscais, e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

A partir de 2006 a empresa optou pela Aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo o Grupo de Tributação a 2018 constituído pelas seguintes sociedades participadas Sonae Indústria de Revestimentos, S.A., Maiequipa – Gestão Florestal, S.A., Movelpartes – Componentes para a Industria de Mobiliário, S.A., Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A., Sonae Indústria – Management Services, S.A. e a Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A., sendo registado em cada uma das subsidiárias o respetivo impacto e o ganho resultante do RETGS na sociedade mãe.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. No

que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

### **2.13. Rédito e especialização dos exercícios**

O rédito é registado em relação a contratos com clientes: (i) que tenham sido aprovados (verbalmente ou por escrito) por todas as partes; (ii) para os quais a sociedade possa identificar os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; (iii) para os quais a sociedade possa identificar as condições de pagamento de bens e serviços a serem transferidos; (iv) que tenham substância comercial; e (v) para os quais é provável que a sociedade receba a contraprestação a que tem direito pelos bens e serviços transferidos para o cliente.

O rédito relacionado com cada obrigação de execução incluída num contrato com clientes que possua as características definidas anteriormente, é registado no momento em que o cliente é faturado. Não existem diferenças significativas entre o momento em que a fatura é emitida e o momento em que o cliente obtém o controlo dos bens e serviços transferidos, que normalmente ocorre aquando do envio ou da entrega. As obrigações de execução são geralmente satisfeitas num momento específico.

O rédito de serviços prestados pela sociedade, serviços de gestão, é registado na rubrica Prestações de serviços.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Outros ativos correntes e Outros passivos correntes incluem rendimentos e gastos do exercício que serão apenas faturados e recebidos ou pagos em exercícios posteriores. Essas rubricas também incluem recebimentos e pagamentos que já ocorreram, mas que correspondem a rendimentos e gastos de exercícios futuros, altura em que serão registados na Demonstração Separada de Resultados.

Os dividendos obtidos de investimentos em subsidiárias e associadas são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos aos sócios ou acionistas.

Os juros obtidos de concessão de empréstimos são registados no período a que dizem respeito, tendo em conta o período decorrido até ao final de cada exercício.

#### **2.14. Mais-valias e menos-valias**

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis e de investimentos, são apresentadas na demonstração de resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de outros rendimentos operacionais e outros gastos operacionais.

#### **2.15. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira**

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do relato dessas mesmas transações, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
GBP	0,8945	0,8872

#### **2.16. Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato são refletidos nas demonstrações financeiras (eventos ajustáveis). Os eventos após a data do relato que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do relato são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais (eventos não ajustáveis).

#### **2.17. Gestão de risco**

##### a) Risco de crédito

##### i) Créditos sobre clientes

O risco de crédito na Sonae Indústria resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito na Sonae Indústria é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a Sonae Indústria:

- Criou uma Comissão de análise e acompanhamento trimestral do risco de crédito;
- Implementou processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Criou mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como, seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias).

Para fomentar a partilha de experiências, o alinhamento de procedimentos e práticas e para assegurar o cumprimento de regras de controlo adequadas, a Sonae Arauco promove um “Fórum de Gestão de Risco de Crédito de Clientes”.

Na Sonae Indústria, SGPS, o risco de crédito é diminuto, uma vez que os clientes são apenas entidades relacionadas.

ii) Outros ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, a empresa pode deter outros ativos financeiros, relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. No entanto, o risco é considerado reduzido devido aos valores limitados normalmente envolvidos em depósitos bancários e à credibilidade das instituições financeiras usadas pelas empresas do grupo.

Na Sonae Indústria, SGPS, os créditos sobre entidades relacionadas sob a forma de empréstimos apresentam uma maior relevância, sendo certo que o risco de crédito é também diminuto.

b) Risco de mercado

i) Risco de Taxa de Juro

Devido à proporção relevante de dívida e de contas a receber, nomeadamente do Grupo a taxa variável, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Sonae Indústria encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao

risco de variação de taxa de juro do Euro, uma vez que a maior parte da sua dívida é denominada nesta divisa.

Regra geral, a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "cash flow operacional antes de juros líquidos", que cria uma cobertura natural ao nível do "cash flow operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria.

Como exceções a esta política, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os seguintes princípios são observados:

- Os derivados não são utilizados com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos;
- A sociedade apenas contrata derivados com Instituições Financeiras com *rating* mínimo *Investment Grade*;
- Os derivados contratados replicam exatamente as exposições subjacentes no que diz respeito às datas de liquidação e indexantes de base;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente são sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado;
- Cotações de duas Instituições Financeiras são obtidas antes da contratação de derivados de taxa de juro (Nota 19.2.1).

ii) Outros riscos de preço

A 31 de dezembro de 2018 a sociedade não detinha ativos significativos classificados como outros investimentos financeiros, pelo que este risco não é significativo.

c) Risco de liquidez

Na Sonae Indústria, a gestão de risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis. O risco de liquidez é analisado na nota 19.1.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Acesso e gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

## **2.18 Julgamento e estimativas**

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Análise de imparidade de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, bem como sobre os empréstimos realizados;
- b) Análise de imparidade das contas a receber;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- d) Cálculo do imposto sobre o rendimento.

As estimativas e pressupostos associados foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. Não obstante, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas, através da Demonstração de Resultados, de forma prospetiva, conforme disposto pela norma IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

### **2.19 Justo Valor de ativos e passivos**

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Mensuração do justo valor.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A Sonae Indústria SGPS aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a Sonae Indústria SGPS utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

### **2.20 Eventos Relevantes**

Nada de especial a assinalar.

### 3 Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	<b>31.12.18</b>		
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo inicial	38.099	133.355	171.454
Saldo final	38.099	133.355	171.454
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>			
Saldo inicial	38.069	133.320	171.389
Depreciação do Exercício	25	35	60
Saldo final	38.094	133.355	171.449
<b>Valor líquido</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>5</b>
	<b>31.12.17</b>		
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo inicial	38.099	133.355	171.454
Saldo final	38.099	133.355	171.454
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>			
Saldo inicial	38.029	133.160	171.189
Depreciação do Exercício	40	160	200
Saldo final	38.069	133.320	171.389
<b>Valor líquido</b>	<b>30</b>	<b>35</b>	<b>65</b>

#### 4. Instrumentos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos e passivos financeiros reconhecidos na demonstração de posição financeira, correspondem aos seguintes instrumentos financeiros:

	NOTAS	ativos ao custo amortizado	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IFRS 9	Total
<b>31.12.18</b>					
Ativos não correntes					
Outros investimentos financeiros	5	122.625	122.625		122.625
Outros Ativos não correntes	7	20.025.496	20.025.496		20.025.496
Ativos correntes					
Clientes	8	84.056	84.056		84.056
Outras dívidas de terceiros	8	1.505.975	1.505.975		1.505.975
Outros Ativos correntes	9	22.765	22.765	459.665	482.431
Caixa e equivalentes de caixa	10	31.319	31.319		31.319
<b>Total</b>		<b>21.792.237</b>	<b>21.792.237</b>	<b>459.665</b>	<b>22.251.902</b>

	NOTAS	ativos ao custo amortizado	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IAS 39	Total
<b>31.12.17</b>					
Ativos não correntes					
Outros investimentos financeiros	5	122.625	122.625		122.625
Outros Ativos não correntes	7	18.286.113	18.286.113		18.286.113
Ativos correntes					
Clientes	8	173.689	173.689		173.689
Outras dívidas de terceiros	8	4.876.328	4.876.328		4.876.328
Outros Ativos correntes	9	134.131	134.131	489.747	623.878
Caixa e equivalentes de caixa	10	80.338	80.338		80.338
<b>Total</b>		<b>23.673.224</b>	<b>23.673.224</b>	<b>489.747</b>	<b>24.162.971</b>

	NOTAS	Outros passivos financeiros	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IFRS 9	Total
<b>31.12.18</b>					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela de curto prazo	12	151.370.783	151.370.783		151.370.783
Passivos correntes					
Empréstimos bancários - parcela corrente de empréstimos não correntes	12	14.000.000	14.000.000		14.000.000
Empréstimos bancários correntes	12	2.135.022	2.135.022		2.135.022
Fornecedores	14	148.839	148.839		148.839
Outras dívidas a terceiros	15	4.638.157	4.638.157		4.638.157
Outros passivos correntes	16	571.031	571.031	44.016	615.047
<b>Total</b>		<b>172.863.831</b>	<b>172.863.831</b>	<b>44.016</b>	<b>172.907.847</b>

	NOTAS	Outros passivos financeiros	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IAS 39	Total
<b>31.12.17</b>					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela de curto prazo	12	159.536.306	159.536.306		159.536.306
Outros passivos não correntes	13		0	317.547	317.547
Passivos correntes					
Empréstimos bancários - parcela corrente de empréstimos não correntes	12	11.900.000	11.900.000		11.900.000
Empréstimos bancários correntes	12	1.750.000	1.750.000		1.750.000
Fornecedores	14	157.506	157.506		157.506
Outras dívidas a terceiros	15	5.742.537	5.742.537		5.742.537
Outros passivos correntes	16	1.591.818	1.591.818	37.450	1.629.268
<b>Total</b>		<b>180.678.167</b>	<b>180.678.167</b>	<b>354.997</b>	<b>181.033.164</b>

## 5. Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos pode ser decomposta como segue:

	31.12.18		31.12.17	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
<b><u>Investimentos em Subsidiárias</u></b>				
Saldo em 1 de Janeiro	245.451.809	-	244.830.703	-
Outros aumentos	3.049.729	-	4.621.105	-
Outras diminuições	-	-	-4.000.000	-
Saldo final do período	248.501.537	-	245.451.809	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 17)	-25.151.820	-	-24.061.473	-
	<u>223.349.717</u>	<u>-</u>	<u>221.390.335</u>	<u>-</u>
<b><u>Investimentos em Empreendimentos Conjuntos</u></b>				
Saldo em 1 de Janeiro	1.087.764.828	-	1.088.400.304	-
Outros	-	-	-635.476	-
Saldo final do período	1.087.764.828	-	1.087.764.828	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 17)	-860.391.259	-	-860.391.259	-
	<u>227.373.569</u>	<u>-</u>	<u>227.373.569</u>	<u>-</u>
	<u>450.723.286</u>	<u>-</u>	<u>448.763.904</u>	<u>-</u>

### 5.1 Investimentos em subsidiárias

#### 5.1.1 Movimento do período

Durante o ano de 2018, registaram-se os seguintes movimentos, para cobertura dos prejuízos registados nas subsidiárias no exercício de 2017:

Subsidiárias	Valor
<b>Aumentos</b>	<b>3.049.729</b>
<b>- Cobertura de prejuízos</b>	<b>3.049.729</b>
- Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	1.338.241
- Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	1.021.901
- Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	600.005
- Sonae Indústria - Management Services, S.A.	89.582

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

Subsidiárias	31 Dezembro de 2018		31 Dezembro de 2017	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
- Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.			4.000.000	
- Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.		600.005		1.965.808
- Sonae Indústria - Management Services, S.A.		89.582		101.577
- Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.		1.338.241		1.165.452
- Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		1.021.901		1.388.267
	<u>0</u>	<u>3.049.729</u>	<u>4.000.000</u>	<u>4.621.105</u>

### 5.1.2 Valorização das participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade detinha as seguintes participações em subsidiárias incluídas na rubrica de Investimentos em Subsidiárias:

Sociedade	% Participação	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quantia Escriturada	2018		2017	
					Capitais Proprios	Resultados Líquidos	Capitais Proprios	Resultados Líquidos
Maiequipa - Gestão Florestal S.A.	100,00%	3.438.885	700.059	2.738.825	2.738.825	-90.347	2.829.172	22.073 a)
Movelpartes - Componentes para h	100,00%	10.636.174	6.794.065	3.842.109	418.486	-939.653	92.793	-1.338.241 a)-b)
Sonae Industria de Revestimentos, S	100,00%	16.552.628	10.195.530	8.357.298	6.601.393	-1.440.468	7.962.193	626.372 a)-b)
Frases e Frações - Imobiliária e Serv	100,00%	5.239.694	5.239.694	0	-370.250	-1.370.250	399.995	-600.005 a)
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S	100,00%	3.092.796	2.070.895	1.021.901	2.113.255	1.363.255	-271.901	-1.021.901 a)
Sonae Indústria - Mangement Serv	100,00%	241.159	151.577	89.582	-159.896	-188.286	-60.862	-89.582 a)
Glunz UK	100,00%	1	0	1	-27.407	-50.038	22.261	44.774
Megantic BV	100,00%	207.300.000	0	207.300.000	73.396.624	9.482.139	78.485.026	16.918.698 c)
		<b>248.501.537</b>	<b>25.151.820</b>	<b>223.349.717</b>				

a) Estima-se que o montante pelo qual o custo de aquisição das participações financeiras, na Maiequipa – Gestão Florestal, S.A, na Sonae Industria Revestimentos S.A., na Movelpartes – Componentes para a Indústria de Mobiliário S.A., na Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A., na Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A. e na Sonae Indústria – Management Services, S.A se encontra registado, é superior à sua quantia recuperável, tendo sido reconhecidas perdas por imparidade no exercício de 2018 no montante de 1.000.000 euros relativamente à participada Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e 90.347 euros relativamente à participada Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. (Nota 17).

b) Foram realizados testes de imparidade à data de 30 de novembro de 2018, relativos às empresas Sonae Industria Revestimentos S.A. e Movelpartes - Componentes para a Industria de Mobiliário, S.A. que consistiram em determinar o valor de uso através do método dos fluxos de caixa descontados. Para tal, foram efetuadas projeções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade e atualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), recalculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model) para cada segmento relatable, após impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes fatores de risco, bem como a taxa de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos da Alemanha adicionadas de um prémio de risco em Portugal. A utilização de um período de 5 anos para projeção dos fluxos de caixa teve em consideração a extensão e intensidade dos ciclos económicos a que a atividade do grupo está sujeita. Os fluxos de caixa considerados têm por base o Plano de Negócios do Grupo, que inclui projeções atualizadas anualmente de forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que o Grupo atua.

c) Foram realizados testes de imparidade à data de 30 de novembro de 2018, relativos à empresa Tafisa Canada Inc. que consistiram em determinar o valor de uso através do

método dos fluxos de caixa descontados. Para tal, foram efetuadas projeções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade e atualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), recalculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model) para cada segmento relatável, após impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes fatores de risco, bem como a taxa de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos do Canadá. A utilização de um período de 5 anos para projeção dos fluxos de caixa teve em consideração a extensão e intensidade dos ciclos económicos a que a atividade do grupo está sujeita. Os fluxos de caixa considerados têm por base o Plano de Negócios do Grupo, que inclui projeções atualizadas anualmente de forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que o Grupo atua.

Os valores dos capitais próprios e do resultado líquido referentes à participada Megantic, BV, dizem respeito à Tafisa Canadá, Inc, única participada e único ativo relevante da Megantic, BV.

#### Pressupostos:

2018

	<b>SIR</b>	<b>Moveipartes</b>	<b>Tafisa Canadá</b>
Taxa de desconto (após imposto)	7,61%	7,61%	7,03%
Vendas (CAGR)	6,86%	17,07%	4,58%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,00%	1,00%	1,00%
Período de projecção dos fluxos de caixa	5 anos	5 anos	5 anos
Conclusões do Teste	Sem imparidade	Sem imparidade	Sem imparidade

2017

	<b>SIR</b>	<b>Moveipartes</b>
Taxa de desconto (após imposto)	8,60%	8,60%
Vendas (CAGR)	5,12%	18,54%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,00%	1,00%
Período de projecção dos fluxos de caixa	5 anos	5 anos
Conclusões do Teste	Sem imparidade	Sem imparidade

Na sequência dos testes realizados, não foi necessário proceder a qualquer incremento às perdas por imparidade já existentes.

d) As ações da Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A., encontram-se penhoradas para garantia de um empréstimo (Nota 12).

## 5.2 Investimentos em empreendimentos conjuntos

Decorrente da operação de entrada no capital da Sonae Arauco, S.A., e consequente perda de controlo do referido Empreendimento Conjunto em 2016, a Sonae Indústria, SGPS, S.A., assumiu as contingências legais e fiscais, nas subsidiárias daquela agora participada, anteriores à data da operação, existindo direito de regresso da parte da Sonae Arauco, S.A., da totalidade dos pagamentos realizados por parte desta Entidade no âmbito das referidas contingências, bem como de alguns negócios especificamente referenciados no acordo de venda realizado àquela data. Os processos em curso entendidos como relevantes para efeitos de divulgação encontram-se referenciados na Nota 28 do presente Anexo, e encontra-se na Nota 17, a estimativa do Conselho de Administração da Sonae Indústria SGPS, S.A., para as referidas contingências e pagamentos a realizar à anterior subsidiária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade detinha a seguinte participação em empreendimento conjunto, incluída na rubrica de Investimentos em Subsidiárias e Empreendimentos Conjuntos:

Sociedade	% Participação	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quantia Escriturada	2.018		2.017	
					Capitais Próprios	Resultados Líquidos	Capitais Próprios	Resultados Líquidos
Sonae Arauco, S.A.	50,00%	1.087.764.828,16	860.391.259,16	227.373.569	254.913.274	23.953.497	249.281.675	25.629.081

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

Empreendimento Conjunto	31 Dezembro de 2018		31 Dezembro de 2017	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
- Sonae Arauco,S.A. (Nota 25)				4.921.962
	0	0	0	4.921.962

O montante de pagamentos realizados em 2017, e registados como “Ganhos ou perdas relativos a Subsidiárias ou Empreendimentos Conjuntos”, refere-se aos montantes pagos ao abrigo do acordo referenciado no ponto acima.

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor recuperável do investimento na Sonae Arauco, S.A., foi estimado com base nos seguintes pressupostos:

2018

	Unidade geradora de caixa			
	Portugal	Espanha	Alemanha	Africa do Sul
Taxa de desconto (após impostos) (a)	6,74%	6,38%	5,37%	13,35%
Taxa de crescimento da perpetuidade (b)	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento (c)				
Total de rendimentos líquidos	2,03%	2,93%	0,92%	3,90%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2,01%	2,92%	1,14%	3,32%
Número de anos de projeção	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos

(a) taxas médias ponderadas de custo de capital (WACC) calculadas através da metodologia CAPM (valores após impostos)

(b) Taxa de crescimento utilizada para extrapolar os Fluxos de Caixa na perpetuidade

(c) Taxa média de crescimento composta, incluindo perpetuidade

2017

	Unidade geradora de caixa			
	Portugal	Espanha	Alemanha	Africa do Sul
Taxa de desconto (após impostos) (a)	7,73%	6,48%	5,26%	13,28%
Taxa de crescimento da perpetuidade (b)	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento (c)				
Total de rendimentos líquidos	2,30%	3,39%	1,55%	5,41%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1,34%	3,15%	1,94%	6,39%
Número de anos de projeção	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos

(a) taxas médias ponderadas de custo de capital (WACC) calculadas através da metodologia CAPM (valores após impostos)

(b) Taxa de crescimento utilizada para extrapolar os Fluxos de Caixa na perpetuidade

(c) Taxa média de crescimento composta, incluindo perpetuidade

Na sequência dos testes realizados, não foi necessário registar perdas de imparidade.

### 5.3 Outros Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros investimentos financeiros são decompostos da seguinte forma:

	31.12.18		31.12.17	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
<b>Outros investimentos financeiros</b>				
Saldo em 1 de Janeiro	122.625	-	124.190	-
Outros	0	-	-1.565	-
Saldo final do período	122.625	-	122.625	-

Os outros investimentos financeiros, referem-se a participações financeiras que não cumprem os critérios para serem classificadas como subsidiárias e associadas têm a seguinte discriminação:

	31.12.18	31.12.17
Unidades de Participação INEGI	109.976	109.976
Unidades de Participação CTIMM	5.986	5.986
Unidades de Participação PIEP	5.000	5.000
Unidades de Participação BIOMASSA	297	297
Sonae RE, Societé Anonyme	1.200	1.200
Depósito garantia	167	167
	<u>122.625</u>	<u>122.625</u>

## 6. Ativos por impostos diferidos

O detalhe dos Ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 de acordo, com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

<u>IMPOSTOS DIFERIDOS- SALDOS</u>				
	31.12.18		31.12.17	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Outros	0	0	281.811	0
	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>281.811</u>	<u>-</u>
<u>IMPOSTOS DIFERIDOS - MOVIMENTOS</u>				
	31.12.18		31.12.17	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Saldo inicial	281.811	0	223.353	0
<b>Efeito em resultados:</b>				
Outros	-281.811	0	58.458	0
Sub Total (Nota 26)	<u>-281.811</u>	<u>0</u>	<u>58.458</u>	<u>0</u>
Saldo final	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>281.811</u>	<u>0</u>

Em 2018, procedeu-se à anulação de ativo para imposto diferido relativo a benefícios fiscais, por não ser provável a sua utilização futura.

Em 2018, existem os seguintes benefícios fiscais obtidos:

Benefício Fiscal	Ano de obtenção	Valor (euros)	Ano de caducidade
Sífide	2012	65.866	2018
Sífide	2013	79.939	2019
Sífide	2014	48.332	2022
Sífide	2015	21.349	2023
Sífide	2016	60.567	2024
Sífide	2017	105.260	2025
Cfei	2013	12.946	2018
Rfai	2017	692.968	2027

Em 2018, não foi registado ativo para imposto diferido sobre os prejuízos fiscais gerados no Grupo de Tributação Especial de Sociedades (cerca de 591.624 euros) por não ser provável a sua utilização futura.

Para 2018, existem os seguintes prejuízos fiscais dedutíveis:

Ano da concorrência	Valor ( euros)	Data limite de dedução
2013	11.364.311	2018
2016	4.659.090	2028
2017	4.434.206	2022

## 7. Outros Ativos não correntes

O detalhe dos outros Ativos não correntes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é o seguinte:

	31.12.18	31.12.17
Empréstimos concedidos a empresas do grupo (Nota 2.2 e 20)	20 025 496	18 286 113
Perdas de Imparidade Acumuladas	20 025 496	18 286 113
Instrumentos financeiros	20 025 496	18 286 113

Decomposição dos suprimentos concedidos e sua variação no período:

2018				
Empresas	Saldo Inicial 2018	Aumentos 2018	Diminuições 2018	Saldo final 2018
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	532.880	67.000		599.880
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	906.000	3.925.000	906.000	3.925.000
Glunz UK	0	718.000	359.000	359.000
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	6.498.567		638.000	5.860.567
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	10.348.666		1.067.617	9.281.049
Total (Nota 20)	18.286.113	4.710.000	2.970.617	20.025.496
2017				
Empresas	Saldo Inicial 2017	Aumentos 2017	Diminuições 2017	Saldo final 2017
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	445.900	86.980		532.880
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	906.000			906.000
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	8.060.567		1.562.000	6.498.567
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		10.348.666		10.348.666
Total (Nota 20)	9.412.467	10.435.646	1.562.000	18.286.113

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro informa-se que foram celebrados contratos de suprimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 com as empresas Maiequipa – Gestão Florestal, S.A., Glunz UK e Movelpartes – Componentes para a Indústria de Mobiliário, S.A..

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo têm vencimento de médio e longo prazo e no final do ano venciam juros à taxa de 4,82%.

Os empréstimos têm previstas condições de taxa de juro mas não determinam condições de reembolso, isto é, o reembolso é efetuado mediante as disponibilidades de cada uma das empresas, não sendo, neste momento, possível prever a sua data, nem sendo expectável que o seu reembolso ocorra no próximo ano.

## 8. Cientes ,Outras dívidas de terceiros e Ativos por imposto corrente

8.1) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica Clientes tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Clientes, conta corrente	84 056	173 689
	84 056	173 689

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as contas correntes de Clientes tinham as seguintes maturidades:

	31.12.18	31.12.17
Não vencido	62.786	151.488
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 30 dias	21.107	22.038
>90 dias	163	163
	21.270	22.201
Total	84.056	173.689

8.2) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as Outras dívidas de terceiros tinham a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Outras dívidas de terceiros		
Empresas Grupo - Juros (nota 20)	988.862	744.498
Empresas Grupo - IRC Grupo (nota 20)	29.569	138.350
Empresas Grupo - Em empréstimos (Nota 8.2.1)	487.300	3.990.164
	1.505.732	4.873.012
Outros devedores - (Nota 8.2.2)	244	3.315
Total	1.505.975	4.876.328

8.2.1) Decomposição das operações financeiras concedidas e sua variação no período:

2018				
Empresas	Saldo inicial 2018	Aumento 2018	Diminuição 2018	Saldo final 2018
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	9.000	98.000	- 92.500	14.500
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	3.677.500	985.000	- 4.662.500	0
Glunz UK	303.664	479.000	- 782.664	0
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.		985.500	- 583.000	402.500
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		551.800	- 481.500	70.300
Total (Nota 20)	3.990.164	3.099.300	- 6.602.164	487.300
2017				
Empresas	Saldo inicial 2017	Aumento 2017	Diminuição 2017	Saldo final 2017
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	13.000	99.500	- 103.500	9.000
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	209.000	7.684.000	- 4.215.500	3.677.500
Glunz UK	602.026	655.665	- 954.027	303.664
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.		26.000	- 26.000	0
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	11.231.933	387.500	- 11.619.433	0
Sonae Indústria - Management Services, S.A.		269.500	- 269.500	0
Total (Nota 20)	12.055.959	9.122.165	- 17.187.960	3.990.164

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro informa-se que foram celebrados contratos de operações financeiras durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 com as empresas Maiequipa – Gestão Florestal, S.A, Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A., Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A..

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo sob a forma de operações financeiras têm vencimento a curto prazo e no final do ano venciam juros à taxa de juro de 4,82%.

8.2.2) A maturidade dos outros devedores é a seguinte:

	ANTIGUIDADE DE DEVEDORES DIVERSOS		ANTIGUIDADE DE FORNECEDORES (SALDOS ACTIVOS)		TOTAL OUTROS DEVEDORES	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Vencido mas sem registo de imparidade						
< 30 dias	91			129	91	129
'30 - 90 dias			153		153	
>90 dias				3.187		3.187
	91	-	153	3.315	244	3.315
Total	91	-	153	3.315	244	3.315

8.3) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os Ativos por impostos correntes tinham a seguinte decomposição:

	31.12.18	31.12.17
Ativo por imposto corrente		
Imposto sobre o rendimento	565.705	613.260
	565.705	613.260

## 9. Outros Ativos correntes

O detalhe dos outros Ativos correntes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é o seguinte:

	31.12.18	31.12.17
Acréscimos de Rendimentos	22.765	134.131
Custos Diferidos	459.665	489.747
Ativos não abrangidos pela IFRS 9/IAS 39	459.665	489.747
	482.431	623.878

A rubrica de Acréscimos de rendimentos diz respeito a juros a receber de empréstimos concedidos às suas participadas.

A rubrica de Custos diferidos diz respeito ao diferimento de custos com garantias e comissões bancárias.

## 10. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.12.18	31.12.17
Numerário	500	1.989
Depósitos bancários	30.819	78.348
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	31.319	80.338
Descobertos bancários (1)	135.022	551.145
	166.341	631.483

(1) registado no balanço na rubrica Empréstimos Bancários correntes (Nota 12)

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

## 11. Capital Próprio

### Capital Social

À data de 31 de dezembro de 2018, o capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, ascende a 253 319 797,26 euros e é representado por 45 403 029 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal.

As ações representativas do capital social, nas datas de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não conferem direito a qualquer remuneração fixa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a sociedade e suas filiais não detinham quaisquer ações próprias.

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2018:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Efanor Investimentos, SGPS, S. A.	42,66
Pareuro BV	25,84

O Capital Próprio a 31 de dezembro de 2018 e 2017 tem a seguinte decomposição:

	2018	2017
Capital Realizado	253.319.797	253.319.797
Reserva Legal	1.807.489	0
Outras Reservas e Resultados Acumulados	33.898.338	36.149.790
Reservas Livres	34.342.300	0
Resultado Líquido do Exercício	-443.962	36.149.790
	<u>289.025.625</u>	<u>289.469.587</u>

**Reserva legal:** A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

**Reservas Livres:** Relativas a lucros obtidos em exercícios anteriores e encontram-se disponíveis para distribuição, desde que não sejam necessárias para cobrir prejuízos.

## 12. Empréstimos Obtidos

### 12.1 Empréstimos Bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

NOTAS	31.12.18				31.12.17			
	Custo amortizado		Valor Nominal		Custo amortizado		Valor Nominal	
	Correntes	Não correntes						
Outros empréstimos-Papel Comercial	16.000.000	151.370.783	16.000.000	152.100.000	13.650.000	158.985.161	13.650.000	160.100.000
Descobertos bancários	135.022		135.022			551.145		551.145
<b>Total</b>	<u>16.135.022</u>	<u>151.370.783</u>	<u>16.135.022</u>	<u>152.100.000</u>	<u>13.650.000</u>	<u>159.536.306</u>	<u>13.650.000</u>	<u>160.651.145</u>
Caixa e equiv. caixa no balanço	31.319	0	31.319	0	80.338	0	80.338	0
<b>Endividamento líquido</b>	<u>16.103.702</u>	<u>151.370.783</u>	<u>16.103.702</u>	<u>152.100.000</u>	<u>13.569.662</u>	<u>159.536.306</u>	<u>13.569.662</u>	<u>160.651.145</u>
<b>Endividamento líquido total</b>	<u>167.474.485</u>		<u>168.203.702</u>		<u>173.105.968</u>		<u>174.220.807</u>	

Os empréstimos (valor nominal) são reembolsáveis nos seguintes anos:

	31.12.18	31.12.17
2018		13.650.000
2019	16.135.022	17.801.145
2020	46.100.000	45.850.000
2021	103.000.000	97.000.000
2022	3.000.000	
	<u>168.235.022</u>	<u>174.301.145</u>

As taxas de juro médias verificadas para cada classe de endividamento indicado no mapa anterior, foram as seguintes:

	2018	2017
Outros empréstimos-Papel Comercial	4,568%	4,591%

No cômputo destas taxas de juro médias não foram considerados os descobertos bancários, por imaterialidade dos montantes envolvidos.

a) Empréstimos Bancários à data de 31 de dezembro de 2018:

**Empréstimos Bancários <sup>1)</sup>**

Empresa(s)	Financiamento	Data de inicial de contratação	Vencimento à data de 31.12.2018	Divisa	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2018 (EUR)	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2017 (EUR)
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	junho de 2013	junho de 2023 Nota: programa sem garantia de subscrição	EUR	€ 2.000.000	€ 1.750.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2014	amortizável entre maio de 2020 e maio de 2022	EUR	€ 8.100.000	€ 7.500.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial <sup>2)</sup>	maio de 2016	amortizável entre maio de 2019 e maio de 2021	EUR	€ 136.500.000	€ 143.500.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	julho de 2019	EUR	€ 4.000.000	€ 4.000.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	última amortização em julho de 2018, conforme previsto contratualmente	EUR		€ 1.000.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial <sup>3)</sup>	dezembro de 2016	amortizável entre junho de 2018 e dezembro de 2019	EUR	€ 7.500.000	€ 16.000.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial <sup>4)</sup>	junho de 2018	amortizável entre dezembro de 2019 e junho de 2021	EUR	€ 10.000.000	
	Outros				€ 135.022	€ 551.145
<b>Total</b>					<b>€ 168.235.022</b>	<b>€ 174.301.145</b>

**Notas Adicionais**

1) Os contratos descritos anteriormente têm subjacentes taxas de juro variáveis.

2) As garantias associadas a este empréstimo incluem os penhores das ações das suas subsidiárias Megantic B.V. e Tafisa Canada Inc..

Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a manter um determinado nível máximo de Dívida Financeira calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, comprometendo-se também com um nível máximo do rácio "Dívida Líquida/ EBITDA" para a Tafisa Canada Inc., calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Tafisa Canada Inc.. O incumprimento de qualquer um destes rácios pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

3) No âmbito deste financiamento, a Sonae Indústria SGPS, S.A. deu em garantia as ações da sua subsidiária Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A..

Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira ("Total do Capital Próprio/ Total do Ativo"). Este rácio é testado anualmente, desde 31 de dezembro de 2016 (inclusive) até ao término do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

4) Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira ("Total do Capital Próprio/ Total do Ativo"). Este rácio é testado anualmente, desde 31 de dezembro de 2018 (inclusive) até ao término do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

A 31 de dezembro de 2018, os rácios associados aos empréstimos mencionados anteriormente cumpriam os limites contratualmente estabelecidos.

## 12.2 Fluxos de Caixa

Os passivos financeiros (valor nominal) derivados das atividades de financiamento divulgadas na nota 12.1 e nota 20, apresentam a seguinte decomposição:

	31.12.2018				
	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Outros	Saldo final
<b>Demonstração Separada de Posição Financeira</b>					
Passivos não correntes:					
Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	160.651.145	1.612.800.000	1.612.751.145	-8.600.000	152.100.000
Passivos correntes:					
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	11.900.000	21.000.000	27.500.000	8.600.000	14.000.000
Empréstimos bancários correntes	1.750.000	11.885.022	11.500.000		2.135.022
Empréstimos correntes de subsidiárias	5.145.000	22.434.954	23.493.854		4.086.100
<b>Total</b>	<b>179.446.145</b>	<b>1.668.119.976</b>	<b>1.675.244.999</b>	<b>0</b>	<b>172.321.122</b>
<b>Demonstração Separada dos Fluxos de Caixa</b>					
Atividades de financiamento:		Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a		
Empréstimos obtidos		1.668.119.976	1.675.244.999		
<b>Total</b>		<b>1.668.119.976</b>	<b>1.675.244.999</b>		
<b>Demonstração Separada de Posição Financeira</b>					
Passivos não correntes:					
Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	180.900.000	551.145		-20.800.000	160.651.145
Passivos correntes:					
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	250.000			11.650.000	11.900.000
Empréstimos bancários correntes	1.500.000	806.045.500	814.945.500	9.150.000	1.750.000
Empréstimos correntes de subsidiárias	4.541.000	30.458.500	29.854.500		5.145.000
<b>Total</b>	<b>187.191.000</b>	<b>837.055.145</b>	<b>844.800.000</b>	<b>0</b>	<b>179.446.145</b>
<b>Demonstração Separada dos Fluxos de Caixa</b>					
Atividades de financiamento:		Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a		
Empréstimos obtidos		837.055.145	844.800.000		
<b>Total</b>		<b>837.055.145</b>	<b>844.800.000</b>		

## 13. Outros Passivos não Correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Outros Passivos não Correntes		
Remunerações a Liquidar		317.547
Passivos não abrangidos pela IFRS 9/IAS 39	0	317.547

O valor inscrito na rubrica “remunerações a liquidar” em 2017 diz respeito à responsabilidade assumida pela empresa do plano de incentivos de médio e longo prazo registado linearmente ao longo do período de diferimento do pagamento, atribuído em 2015, 2016 e 2017.

Em 2018, procedeu-se ao pagamento do plano atribuído em 2015 e à anulação do plano atribuído em 2017 e 2018.

#### 14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da sociedade. As contas de fornecedores têm as seguintes maturidades:

	MATURIDADE DE FORNECEDORES C/C	
	31.12.18	31.12.17
A Pagar a		
< 90 dias	146.709	157.191
90 - 180 dias	1.347	
> 180 dias	782	315
	<u>148.839</u>	<u>157.506</u>

#### 15. Outras dívidas a terceiros, Passivos por imposto corrente e Outros impostos e contribuições

15.1) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as Outras Dívidas a Terceiros tinham a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Outras dívidas a terceiros		
Empresas Grupo - IRC Grupo (Nota 20)	181.107	225.770
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo (Nota 20)	4.086.100	5.145.000
Outros	370.951	371.767
Instrumentos financeiros	<u>4.638.157</u>	<u>5.742.537</u>

O empréstimo obtido de empresas do grupo diz respeito à operação financeira concedida pela Sonae Indústria de Revestimentos, S.A. no montante de 3.978.000 euros, com vencimento de curto prazo e no final do ano vencia juros à taxa de 2,4% e pela Sonae Indústria – Management Services, S.A. no montante de 108.100 euros com vencimento de curto prazo e no final do ano vencia juros à taxa de 0,48%.

Decomposição das operações financeiras obtidas e sua variação no período:

2018				
Empresas	Saldo inicial 2018	Aumento 2018	Diminuição 2018	Saldo final 2018
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	5.054.500	16.270.054	-17.346.554	3.978.000
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	0	3.702.000	-3.702.000	0
Glunz UK	0	350.000	-350.000	0
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	0	1.272.500	-1.272.500	0
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	90.500	840.400	-822.800	108.100
Total (Nota 20)	5.145.000	22.434.954	-23.493.854	4.086.100

2017				
Empresas	Saldo inicial 2017	Aumento 2017	Diminuição 2017	Saldo final 2017
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	4.541.000	27.361.000	-26.847.500	5.054.500
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.		86.000	-86.000	0
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.		2.089.000	-2.089.000	0
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		345.000	-345.000	0
Sonae Indústria - Management Services, S.A.		577.500	-487.000	90.500
Total (Nota 20)	4.541.000	30.458.500	-29.854.500	5.145.000

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro informa-se que foram celebrados contratos de operações financeiras durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 com as empresas Sonae Indústria de Revestimentos, S.A. e Sonae Indústria – Management Services, S.A..

A maturidade das outras dívidas a terceiros é a seguinte:

	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
<b>31.12.18</b>				
Empresas do Grupo	4.159.107		108.100	4.267.207
Maturidade dos Fornecedoros de imobilizado correntes			370.951	370.951
	<u>4.159.107</u>	<u>0</u>	<u>479.051</u>	<u>4.638.157</u>
<b>31.12.17</b>				
Empresas do Grupo	225.770	90.500	5.054.500	5.370.770
Maturidade dos Outros Credores correntes	371.767	0	0	371.767
	<u>597.537</u>	<u>90.500</u>	<u>5.054.500</u>	<u>5.742.537</u>

15.2) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os Passivos por imposto corrente e Outros impostos e contribuições tinham a seguinte decomposição:

	31.12.18	31.12.17
<b>Passivos por imposto corrente</b>	<b>23 849</b>	<b>22 602</b>
Retenções Imposto	23.849	22.602
<b>Outros Impostos e contribuições</b>	<b>16.732</b>	<b>20.939</b>
Imposto s/ Valor acrescentado	4.908	10.979
Contribuições para a segurança social	11.825	9.835
Outros		126
Passivos não abrangidos pela IFRS 9/ IAS 39	<u>40.581</u>	<u>43.541</u>

## 16. Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Outros Passivos Correntes		
Remunerações a Liquidar	367.671	544.144
Seguros a Liquidar	0	20.358
Juros a liquidar	203.359	1.027.316
	<u>571.031</u>	<u>1.591.818</u>
Fornecimentos e Out serviços	44.016	37.450
Passivos não abrangidos pela IFRS 9/IAS 39	<u>44.016</u>	<u>37.450</u>
	<u>615.047</u>	<u>1.629.268</u>

## 17. Provisões e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

31.12.2018	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Reversões	Saldo final
	Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5)	884.452.732	1.090.347			885.543.079
	Provisões Não Correntes	0	4.000.000			4.000.000
	Provisões Correntes	3.275.719	4.291.126			7.566.845
		<b>887.728.451</b>	<b>9.381.473</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>897.109.924</b>
31.12.2017	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Reversões	Saldo final
	Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5)	913.800.658	3.105.657		32.453.583	884.452.732
	Provisões Não Correntes	91.528		91.528		0
	Provisões Correntes		3.275.719			3.275.719
		<b>913.892.186</b>	<b>6.381.376</b>	<b>91.528</b>	<b>32.453.583</b>	<b>887.728.451</b>

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente Ativo (Nota 25).

Foram reconhecidas perdas por imparidade no exercício de 2018 no montante de 1.000.000 euros relativamente à participada Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e 90.347 euros relativamente à participada Maiequipa – Gestão Florestal, S.A..

Foram criadas provisões para outros riscos e encargos no exercício de 8.291.126 euros, tendo 4.000.000 euros sido registadas em Passivos Não correntes e 4.291.126 euros em Passivos correntes. O valor de provisões a 31 de dezembro de 2018, está associado com contingências assumidas no processo de perda de controlo do Grupo agora designado por Sonae Arauco, associado a contingências de alegada violação das leis da concorrência e uma estimativa para outros gastos com direito de regresso por parte da referida entidade (Nota 5.2.).

Tal como descrito na nota 28 a Sonae Indústria, SGPS assumiu a obrigação de compensar a Sonae Arauco por determinadas perdas incorridas pela sociedade Sonae Arauco Deutschland nas quais se incluem os gastos acima referidos.

## 18. Locações operacionais

À data de balanço a sociedade detinha contratos irrevogáveis de locação operacional, cujas rendas vencem como se segue:

	31.12.18	31.12.17
Vencíveis em 2018	13.224	13.224
Vencíveis em 2019	2.204	1.102
	<b>15.428</b>	<b>14.326</b>

## 19. Riscos financeiros

### 19.1 Riscos de liquidez

O risco de liquidez descrito na nota 2.17 c) no que diz respeito ao endividamento bruto referido na nota 12 pode ser analisado como segue:

	2018			2017			
	Riscos Financeiros			Riscos Financeiros			
	Maturidade do endividamento Bruto	Juros	Total	Maturidade do endividamento Bruto	Juros	Total	
2018				2018	13.650.000	6.258.329	19.908.329
2019	16.135.022	6.022.335	22.157.357	2019	17.801.145	5.855.085	23.656.230
2020	46.100.000	4.782.642	50.882.642	2020	45.850.000	4.549.634	50.399.634
2021	103.000.000	1.707.184	104.707.184	2021	97.000.000	1.559.494	98.559.494
2022	3.000.000	34.058	3.034.058	2022			
	<u>168.235.022</u>	<u>12.546.218</u>	<u>180.781.240</u>		<u>174.301.145</u>	<u>18.222.541</u>	<u>192.523.686</u>

Os valores de juros indicados nos quadros anteriores foram calculados com base nas taxas de juro em vigor a 31 de dezembro de 2018 e 2017 para cada um dos valores em dívida. O valor indicado para 2019 (2018) no perfil de vencimento do endividamento bruto inclui, para além das amortizações de dívida programadas, a amortização dos valores considerados no endividamento de final de 2018 (2017) para os quais o compromisso da dívida é inferior a um ano.

O perfil de vencimento dos restantes instrumentos financeiros está incluído nas respetivas notas explicativas.

### 19.2 Risco de Mercado

#### 19.2.1 Risco de taxa de juro

Na análise do risco da taxa de juro na nota 2.17 b) foi calculado o efeito que se teria produzido nos resultados do exercício de 2018 e 2017, no caso de ter ocorrido uma variação de +0,75% em relação às taxas de juro e de -0,75% em relação às taxas de juro que foram refixadas durante esses exercícios.

	Riscos Financeiros					
	2018			2017		
	"Notional"	Efeitos em resultados (Valores em Eur)		"Notional"	Efeitos em resultados (Valores em Eur)	
		0,75%	-0,75%		0,75%	-0,75%
<b>Endividamento Bruto</b>						
Intragrupo	-4.086.100	-43.278	43.278	-5.145.000	-54.302	54.302
Externo	<u>-168.235.022</u>	<u>-1.195.448</u>	<u>1.195.448</u>	<u>-174.301.145</u>	<u>-1.120.964</u>	<u>1.120.964</u>
	-172.321.122	-1.238.727	1.238.727	-179.446.145	-1.175.266	1.175.266
<b>Empréstimos concedidos a empresas do grupo</b>	20.512.796	160.792	-160.792	22.231.424	173.416	-173.416
	<u>20.512.796</u>	<u>160.792</u>	<u>-160.792</u>	<u>22.231.424</u>	<u>173.416</u>	<u>-173.416</u>
		<u>-1.077.934</u>	<u>1.077.934</u>		<u>-1.001.850</u>	<u>1.001.850</u>

Considerando a Euribor a 6M como indicador de referência para o nível de taxas de juro do Euro, uma variação de 0,75% corresponde a 84,4 vezes o desvio padrão daquela variável em 2018 (48,9 vezes em 2017).

## 20. Partes relacionadas

20.1 Saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2018 e 2017 podem ser detalhados como se segue:

Saldos	Clientes		Fornecedores		Outras dívidas a Terceiros		Outros Activos não correntes		Outras dívidas de terceiros	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
- ZYEvolution	83.892	173.526	117.334	113.557	4.240.818	5.373.957	20.025.496	18.286.113	1.479.343	4.873.012
- Sonae Arauco Portugal	1.439	1.439	13.913	16.733						
- Maiequipa			5.558	5.558	8.644	9.015	599.880	532.880	40.888	30.274
- Movelpartes	1.757	3.593			39.871	56.349	3.925.000	906.000	189.711	3.727.632
- Sial Energia						3.187				
- Sonae Industria Revestimentos	2.019	19.374	10.109	10.109	4.081.438	5.214.011				127.355
- Sonae ,sgps			49.000	49.000						
- Sind - Management services				2.988						
- Sonae Arauco Deutschland			1.347	97	108.100	90.500			3.181	3.166
- Solinca investimentos Turísticos			602	830						
- Sonaecenter II			19.518	28.017						
- Sonae Arauco France	36.463	105.044								
- Imosede			55	55						
- Tafisa Canadá	42.214	44.076								
- Nos			122	170						
- Frases e Frações					1718	895	5.860.567	6.498.567	699.015	375.769
- Glunz UK							359.000			317.344
- Parcelas e Narrativas					1.047		9.281.049	10.348.666	546.548	291.472

Transações	Prestações de Serviços		Fornecimentos e Serviços externos		Juros auferidos		Juros Suportados	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
- ZYEvolution	281.424	293.832	139.386	314.023	1.031.740	1.080.347	122.063	84.285
- Sonae Arauco France			13.910					
- Sonae Arauco Portugal			-36.463					
- Maiequipa			142.609	137.064				
- Movelpartes	8.443	4.404			28.038	23.668	4.810	2
- Somit Imobiliária					203.999	153.129		
- Sial Energia				18.137				
- Sonae Industria Revestimentos	19.700	24.972	2.576				115.265	61.027
- Sonaecenter II			73.034	67.924				
- Sonae ,sgps			50.000	50.000				
- Sind - Management services				29.148	60	827	537	417
- Sonae Arauco			-121.976	235				
- Sonae Arauco Deutschland			1.347	97				
- Solinca investimentos Turísticos			4.097	3.706				
- Nos			9.702	5.814				
- Digitmarket				1.627				
- Imosede			550	271				
- Tafisa Canadá	253.281	264.456						
- Glunz UK					16.064	21.946	498	
- Megantic								12.767
- Frases e Frações					304.450	375.761		9.704
- Parcelas e Narrativas					479.129	505.016	953	368

Os rendimentos e gastos registados que resultam de transações com partes relacionadas referem-se a atividade operacionais e foram realizadas em condições equiparáveis às transações realizadas no mercado entre partes independentes.

20.2 As remunerações dos órgãos sociais são detalhadas da seguinte forma:

Gastos incorridos com remunerações do Conselho de Administração:

	2018	2017
Benefício curto prazo	555.751	552.557
Benefício médio prazo	0	72.172
	<u>555.751</u>	<u>624.729</u>

Em 2018, foi efetuada uma correção à estimativa criada em 2017 e 2018 relativo ao plano de incentivos de médio e longo prazo no montante de cerca de 72.172 euros. Este proveito está reclassificado em outros rendimentos e ganhos (Nota 23) e em custos com pessoal, em partes iguais.

## 21. Remuneração órgãos de fiscalização

Remuneração do Conselho Fiscal, Assembleia Geral e Comissão de Vencimentos:

	2018	2017
Conselho Fiscal	26.200	25.700
Assembleia Geral	7.000	7.000
Comissão Vencimentos	5.000	5.000
Total remuneração	<u>38.200</u>	<u>37.700</u>

Honorários da sociedade de Revisores oficiais de contas, Deloitte & Associados, SROC,S.A.

Honorários Totais referentes revisão legal de contas                      21.095

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o montante anual auferido pelos respetivos membros de forma individual são apresentados no relatório de governo da sociedade.

## 22. Prestações de serviços

As prestações de serviços têm o seguinte detalhe:

	2018	2017
Serviço de Gestão	281.424	293.832
TOTAL	<u>281.424</u>	<u>293.832</u>

## 23. Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas

Os outros rendimentos e ganhos são detalhados como segue:

	31.12.18	31.12.17
Proveitos Suplementares	0	204.606
Outros rendimentos operacionais	87.978	905.264
	<u>87.978</u>	<u>1.109.870</u>

A rubrica “Outros rendimentos operacionais” em 2017, diz respeito essencialmente à anulação de parte da estimativa do plano de incentivos de médio e longo prazo no montante de cerca de 807.316 euros (Nota 20).

Os outros gastos e perdas são detalhados como segue:

	31.12.18	31.12.17
Impostos	108.628	142.938
Outros gastos operacionais	1.030	23.989
	<u>109.658</u>	<u>166.926</u>

## 24. Resultados financeiros

	31.12.18	31.12.17
<b>Gastos financeiros:</b>		
Juros suportados (Nota 18 e 20)	6.719.053	7.028.725
Diferenças de câmbio	45.269	266
Outros	1.756.368	1.588.686
Gastos Financeiros	<u>8.520.690</u>	<u>8.617.677</u>
Resultados financeiros	<u>-7.478.782</u>	<u>-6.907.025</u>
	<u>1.041.908</u>	<u>1.710.652</u>
<b>Rendimentos financeiros:</b>		
Juros obtidos (Nota 20)	1.032.393	1.082.163
Diferenças de câmbio favoráveis	266	41.665
Outros	9.249	586.824
	<u>1.041.908</u>	<u>1.710.652</u>

## 25. Ganhos ou perdas relativos a Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

No exercício de 2018 e 2017 a sociedade teve os seguintes resultados relativos a investimentos:

	2018	2017
<b>Dividendos</b>	<b>17.725.747</b>	<b>22.396.693</b>
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.		1.162.735
Sonae Arauco, S.A.	6.406.347	5.661.957
Megantic, B.V	11.319.400	15.572.000
<b>Reversão Perda de Imparidade</b>	<b>0</b>	<b>32.453.583</b>
Reversão perda imparidade participação da Maiequipa, S.A. (Nota 5)		353.072
Reversão perda imparidade participação da Sonae Arauco, S.A. (Nota 5)		32.100.511
<b>Ganhos relativos a investimentos</b>	<b><u>17.725.747</u></b>	<b><u>54.850.276</u></b>
<b>Outras Perdas em Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>-4.921.962</b>
Sonae Arauco, S.A.		-4.921.962
<b>Registo Perda de Imparidade</b>	<b>-1.090.347</b>	<b>-3.105.657</b>
Registo perda imparidade participação da Maiequipa, S.A. (Nota 5)	-90.347	
Registo perda imparidade participação da Sims, S.A. (Nota 5)		-151.577
Registo perda imparidade participação da Frases e Frações, S.A. (Nota 5)	-1.000.000	-1.565.812
Registo perda imparidade participação da Parcelas e Narrativas, S.A. (Nota 5)		-1.388.268
<b>Perdas relativas a investimentos</b>	<b><u>-1.090.347</u></b>	<b><u>-8.027.619</u></b>
<b>Resultado relativo a investimentos</b>	<b><u>16.635.400</u></b>	<b><u>46.822.657</u></b>

## 26. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhados como segue:

	31.12.18	31.12.17
Imposto corrente	(3.952)	108.741
Imposto diferido (Nota 6)	(281.811)	58.458
	<u>(285.763)</u>	<u>167.200</u>
Imposto corrente Ajust.ano anterior	(121.400)	(291.281)
	<u>(407.163)</u>	<u>(124.081)</u>
Imposto corrente	(125.352)	(182.540)
Imposto diferido	(281.811)	58.458

A reconciliação da taxa nominal com a taxa efetiva é como se segue:

	2018	2017
Resultado Antes de Impostos	-36.799	36.273.871
Taxa de Imposto	2,1%	2,1%
Imposto sobre Rendimento	<u>-7.728</u>	<u>7.617.513</u>
<b>Ajustamentos ao imposto sobre rendimento</b>		
Perda imparidade ativos financeiros	228.973	652.188
Reversão de perda imparidade ativos financeiros		-6.815.253
Provisões para outros riscos e encargos	1.741.136	678.609
Dividendos	-3.722.407	-4.703.305
Encargos não fiscalmente aceites		1.033.612
Tributação Autónoma e Derrama S Ind SGPS	3.952	5.242
Encargos financeiros não dedutíveis	1.318.486	1.322.827
Anulação ativo por imposto diferido registado	281.811	
Ativo por imposto diferido registado	469.527	58.458
Outros (diferenças permanentes)	-27.987	-17.093
	<u>285.763</u>	<u>-167.200</u>
Taxa Efetiva de imposto	-776,6%	0,5%

## 27. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios apresentados, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.18	31.12.17
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	- 443 962	36 149 790
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>- 443 962</u>	<u>36 149 790</u>
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	45 403 029	45 403 029
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>45 403 029</u>	<u>45 403 029</u>
<b>Resultado por ação</b>	-0,00978	0,79620

## **28. Contingências**

Em outubro de 2010, a Sonae Industria, SGPS, S.A. recebeu uma nota de liquidação da autoridade fiscal, de acordo com a qual a menos-valia resultante da liquidação, em 2006, da sua participada Socelpac, SGPS, S.A., no valor de 74 milhões de euros, apenas deveria ser considerada em 50% para efeitos de cálculo da matéria coletável em sede de IRC. Por discordar deste entendimento, a sociedade apresentou impugnação judicial.

A subsidiária Sonae Indústria de Revestimentos, S.A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 2 271 000 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S.A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A subsidiária Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 1 242 746 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S.A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. apresentou garantias bancárias no montante de 9.286.997 euros para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra si, tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações, com exceção do processo IRC 2015, onde até à data apenas foi apresentada reclamação graciosa.

De acordo com a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração considera que a probabilidade das referidas impugnações judiciais e reclamação graciosa serem julgadas improcedentes é reduzida, pelo que não foi efetuado qualquer ajustamento aos montantes da estimativa de imposto corrente registado nas presentes demonstrações financeiras.

A Sonae Industria, SGPS, S.A. tem uma fiança prestada a favor do Instituto de Segurança Social no montante de 321.858 euros para caução da contingência que a Sonae Arauco Portugal, S.A. tem com esta.

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. tem um aval prestado a favor do Montepio de 1.090.248 euros no âmbito de um contrato de leasing imobiliário celebrado entre a subsidiária Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e o Montepio.

A ex-subsidiária Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e outros produtores alemães de painéis derivados de madeira encontram-se envolvidos em alguns processos de contencioso instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação

das leis da concorrência, no seguimento da qual as ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH receberam, em março de 2010, uma nota de ilicitude da Autoridade Alemã da Concorrência. Alguns desses processos já conheceram o desfecho entre os anos de 2015 e 2018, tendo sido registados os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras separadas de cada empresa e nas demonstrações financeiras consolidadas da participada Sonae Arauco, S.A. (em cujo perímetro de consolidação estas ex-subsidiárias estão incluídas) dos respetivos períodos. Para os processos ainda em curso, as reclamações apresentadas especificamente às ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH ascendem a um montante de 31,5 milhões de euros de contingência máxima (baseada nos valores reclamados). Em relação a outros processos em que estas ex-subsidiárias estão envolvidas conjuntamente com outros produtores alemães, a contingência máxima ascende a 26 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2018, o que traduz uma redução em relação ao montante de 42,7 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2017 resultante de desenvolvimentos ocorridos em 2018 num desses casos, que não tiveram quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. De acordo com o parecer dos advogados destas ex-subsidiárias, à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras separadas, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho dos processos em curso ou o montante de eventuais pagamentos que venham a ser estabelecidos. Nos termos do contrato de subscrição de ações da Sonae Arauco, S.A., celebrado em 2015 por esta sociedade, pela Sonae Indústria, SGPS, S.A. e pela Arauco, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. assume a obrigação de compensar a Sonae Arauco, S.A. por quaisquer perdas resultantes destes processos.

A sociedade Darbo SAS, ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS, S.A. localizada em França, foi vendida em 3 de julho de 2015 a uma subsidiária da Gramax Capital, tendo sido excluída das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, nessa data. Esta sociedade foi apresentada à insolvência no Tribunal de Comércio de Dax, em França, em setembro de 2016, tendo sido declarada, pelo referido tribunal, a sua liquidação, em outubro do mesmo ano.

Na sequência do referido processo, 110 ex-trabalhadores da sociedade Darbo apresentaram diversas ações judiciais no Tribunal de Trabalho de Dax, em França, contra, entre outras entidades, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. e a Gramax Capital, por meio das quais reclamam indemnizações por alegado despedimento sem justa causa, num montante total de 13.653.917,28 euros. Os mesmos ex-trabalhadores apresentaram, ainda, no Tribunal Cível de Dax, uma ação judicial contra as sociedades vendedora e compradora, bem como contra a Sonae Indústria, SGPS, S.A., pela qual reclamam a anulação da venda da Darbo SAS e o pagamento de indemnizações por

alegados danos sofridos, no mesmo montante reclamado perante o Tribunal de Trabalho de Dax (13.653.917,28 euros). À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras separadas, os processos judiciais encontram-se a decorrer, não sendo possível prever se do seu desfecho resultará alguma responsabilidade a registar futuramente no passivo da Sonae Indústria.

**29. Aprovação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2019.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada de Posição Financeira

Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

<b>ATIVO</b>	Notas	31.12.2018	31.12.2017
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES</b>			
Ativos fixos tangíveis	9	135 704 644	146 469 904
Goodwill	12	347 082	347 082
Ativos intangíveis	10	86 449	142 979
Propriedades de investimento	11	5 750 140	6 001 043
Investimentos em empreendimentos conjuntos	5,8	212 459 264	205 616 464
Outros investimentos	6,7,8	133 952	130 487
Ativos por imposto diferido	13		1 462 160
Total de ativos não correntes		<u>354 481 531</u>	<u>360 170 119</u>
<b>ATIVOS CORRENTES</b>			
Inventários	14	18 224 036	16 998 114
Clientes	6,7,15	12 302 439	13 591 178
Outras dívidas de terceiros	6,7,16	124 360	285 410
Ativos por imposto corrente		2 506 968	1 677 850
Outros impostos e contribuições	18	1 552 714	2 096 256
Outros ativos correntes	6,7,17,22	2 033 291	2 128 573
Caixa e equivalentes de caixa	6,7,19	10 624 192	4 084 771
Total de ativos correntes		<u>47 368 000</u>	<u>40 862 152</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>401 849 531</u></u>	<u><u>401 032 271</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	20.1	253 319 797	253 319 797
Reserva legal	20.2	1 807 489	
Outras reservas e resultados acumulados	20.3	(172 733 307)	(182 494 467)
Outro rendimento integral acumulado	20.4	53 139 528	55 287 278
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		<u>135 533 507</u>	<u>126 112 608</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<u><u>135 533 507</u></u>	<u><u>126 112 608</u></u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES</b>			
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	6,7,21,23	188 102 256	197 650 071
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente	6,7,21,23	491 753	898 793
Benefícios pós-emprego	25	785 667	962 252
Outros passivos não correntes	6,7,24	1 128 038	2 122 999
Passivos por imposto diferido	13	18 883 485	20 568 786
Provisões	29	1 778 290	1 983 940
Total de passivos não correntes		<u>211 169 489</u>	<u>224 186 841</u>
<b>PASSIVOS CORRENTES</b>			
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	6,7,21,23	15 192 246	11 949 858
Empréstimos bancários correntes	6,7,21,23	2 136 274	1 750 000
Parcela corrente dos credores por locações financeiras não correntes	6,7,21,23	529 015	500 227
Fornecedores	6,7,26	21 567 484	19 626 920
Passivos por imposto corrente		29 283	53 391
Outros impostos e contribuições	27	490 083	734 383
Outros passivos correntes	6,7,22,28	11 926 431	12 842 324
Provisões	29	3 275 719	3 275 719
Total de passivos correntes		<u>55 146 535</u>	<u>50 732 822</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<u><u>401 849 531</u></u>	<u><u>401 032 271</u></u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Vendas	35	218 781 711	229 768 280
Prestações de serviços	35	1 392 246	1 209 951
Outros rendimentos e ganhos	32,35	8 225 377	7 058 706
Custo das vendas	29,35	(122 579 602)	(121 786 487)
Variação da produção	29,35	2 127 584	89 205
Fornecimentos e serviços externos	35	(49 825 897)	(48 310 684)
Gastos com o pessoal	25,29,35	(25 213 411)	(24 814 767)
Amortizações e depreciações	9,10,11	(13 090 365)	(12 561 647)
Provisões e perdas por imparidade (aumentos / reduções)	9,29,35	91 055	(3 881 626)
Outros gastos e perdas	33,35	<u>(3 647 577)</u>	<u>(3 790 083)</u>
Resultado operacional	35	16 261 121	22 980 848
Rendimentos financeiros	36	660 983	1 407 191
Gastos financeiros	36	(12 222 705)	(13 018 615)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos	5	<u>12 500 537</u>	<u>10 353 561</u>
Resultado antes de impostos		17 199 936	21 722 985
Imposto sobre o rendimento	13,37	<u>(6 171 466)</u>	<u>(6 457 254)</u>
Resultado líquido consolidado do período		<u><u>11 028 470</u></u>	<u><u>15 265 731</u></u>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		<u><u>11 028 470</u></u>	<u><u>15 265 731</u></u>
Resultados consolidado por ação			
Básico	38	<u>0.2429</u>	<u>0.3362</u>
Diluído	38	<u><u>0.2429</u></u>	<u><u>0.3362</u></u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2018	31.12.2017
	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>
<b>Resultado líquido consolidado do período (a)</b>		<b>11 028 470</b>	<b>15 265 731</b>
<b>Outro rendimento integral consolidado</b>			
<b>Rubricas que ulteriormente poderão ser transferidas para resultado</b>			
Variação da reserva de conversão monetária	20.4	(2 646 090)	(4 240 137)
Montantes reclassificados para resultado no exercício	20.4	81 145	
Quota-parte do outro rendimento integral de empreendimentos conjuntos	5, 20.4	(2 731 548)	( 618 288)
<b>Rubricas que ulteriormente não poderão ser transferidas para resultado</b>			
Revalorização de ativos fixos tangíveis	20.4		5 796 847
Remensurações de planos de benefícios definidos	20.4	79 438	106 021
Quota-parte do outro rendimento integral de empreendimentos conjuntos	20.4	3 475 808	1 360 282
Imposto sobre o rendimento referente a rubricas que não serão reclassificadas	20.4		(1 536 165)
<b>Outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto (b)</b>		<b>(1 741 247)</b>	<b>868 560</b>
<b>Rendimento integral total consolidado do período (a) + (b)</b>		<b>9 287 223</b>	<b>16 134 291</b>
<b>Rendimento integral total consolidado atribuível a:</b>			
Acionistas da empresa-mãe		<b>9 287 223</b>	<b>16 134 291</b>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	Capital social	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Outro rendimento integral acumulado	Total do Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Total do capital próprio
Notas	20.1	20.2	20.3	20.4		
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	253 319 797		(182 494 467)	55 287 278	126 112 608	126 112 608
Rendimento integral total consolidado do período						
Resultado líquido consolidado do período			11 028 470		11 028 470	11 028 470
Outro rendimento integral consolidado do período				(1 741 247)	(1 741 247)	(1 741 247)
Total			11 028 470	(1 741 247)	9 287 223	9 287 223
Reclassificação para resultado			206 632	( 206 632)		
Reclassificação para resultados acumulados		1 807 489	(1 807 489)			
Transferência para Reserva legal			333 547	( 199 871)	133 676	133 676
Outros						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>253 319 797</u>	<u>1 807 489</u>	<u>(172 733 307)</u>	<u>53 139 528</u>	<u>135 533 507</u>	<u>135 533 507</u>
	Capital social	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Outro rendimento integral acumulado	Total do Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Total do capital próprio
Notas	20.1	20.2	20.3	20.4		
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	812 107 574	3 131 757	(759 319 894)	54 418 718	110 338 155	110 338 155
Rendimento integral total consolidado do período						
Resultado líquido consolidado do período			15 265 731		15 265 731	15 265 731
Outro rendimento integral consolidado do período				868 560	868 560	868 560
Total			15 265 731	868 560	16 134 291	16 134 291
Redução de capital social	(558 787 777)	(3 131 757)	561 919 534		( 359 838)	( 359 838)
Outros			( 359 838)			( 359 838)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2017</b>	<u>253 319 797</u>		<u>(182 494 467)</u>	<u>55 287 278</u>	<u>126 112 608</u>	<u>126 112 608</u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b><u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>			
Recebimento de clientes		219 639 912	229 521 296
Pagamentos a fornecedores		(169 153 283)	(171 336 178)
Pagamentos ao pessoal		(26 139 045)	(26 210 054)
Fluxos gerados pelas operações		24 347 584	31 975 064
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento		(6 706 508)	(10 397 236)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		1 315 820	2 178 634
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>18 956 896</u>	<u>23 756 462</u>
<b><u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			2 517
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	32	7 106 164	211 695
Subsídios ao investimento		366 141	29 008
Dividendos	8	6 406 347	5 661 957
		<u>13 878 652</u>	<u>5 905 177</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		( 3 466)	( 2 076)
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(10 265 475)	(11 082 685)
Outros			(4 921 962)
		<u>(10 268 941)</u>	<u>(16 006 723)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>3 609 711</u>	<u>(10 101 546)</u>
<b><u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>			
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		18 638	67 558
Empréstimos obtidos	21.3	1642 449 920	855 828 995
		<u>1642 468 558</u>	<u>855 896 553</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(10 365 362)	(9 381 619)
Empréstimos obtidos	21.3	(1647 588 599)	(859 631 085)
Amortização de contratos de locação financeira	21.3	( 515 642)	( 427 939)
		<u>(1658 469 603)</u>	<u>(869 440 643)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(16 001 045)</u>	<u>(13 544 090)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes resultante de fluxos de caixa (4) = (1) + (2) + (3)		<u>6 565 562</u>	<u>110 826</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período (a)	19	4 084 771	4 795 077
Caixa e seus equivalentes no fim do período (b)	19	<u>10 487 918</u>	<u>4 084 771</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (b) - (a)		6 403 147	( 710 306)
Efeito das diferenças de câmbio em caixa e seus equivalentes (c)		<u>( 162 415)</u>	<u>( 821 132)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes resultante de fluxos de caixa (b) - (a) - (c)		<u>6 565 562</u>	<u>110 826</u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO ANUAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A. tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas notas 4 (“Grupo”).

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. é incluída no perímetro de consolidação da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e a entidade controladora final.

As ações da sociedade encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisbon.

A atividade principal do Grupo consiste na produção e comercialização de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Canadá e África do Sul (nota 39).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, de forma consistente para todos os exercícios apresentados, são as seguintes:

## 2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “IFRS Interpretations Committee” (“IFRS IC”), aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018 e adotadas pela União Europeia.

2.1.1. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, entraram em vigor as seguintes normas e interpretações que foram adotadas pela União Europeia:

**IFRS 2** (alteração), Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal;

**IFRS 4** (alteração), Contratos de Seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer em Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes de a nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente, é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora;

**IFRS 9** (nova), Instrumentos Financeiros. Esta norma substitui as diretrizes incluídas na IAS 39 relativamente: (i) à classificação e mensuração dos

ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura;

**IFRS 15** (nova), Rédito de Contratos com Clientes. Esta norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade registre o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita, pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos cinco passos”;

**IFRS 15** (alteração), Rédito de Contratos com Clientes. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição;

**IAS 40** (alteração) Transferência de Propriedades de Investimento. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência;

**Melhorias às normas 2014 – 2016.** Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28;

**IFRIC 22** (nova), Operações em Moeda Estrangeira e Contraprestação Antecipada. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

A aplicação das normas referidas neste ponto não provocou efeitos significativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.2. A 31 de dezembro de 2018 estavam emitidas e adotadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações que não foram aplicadas, dado apenas serem de aplicação obrigatória em exercícios posteriores:

**IFRS 9** (alteração), Elementos de Pré-pagamento com Compensação Negativa (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados;

**IFRS 16** (nova), Locações (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".

**IFRIC 23** (nova), Incerteza no Tratamento de Imposto sobre o Rendimento (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento que se refere aos requisitos de mensuração e registo a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o Rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no valor esperado ou no valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Em relação à IFRS 16 – Locações, que entrará em vigor em 1 de janeiro de 2019, o Grupo decidiu aplicar esta norma a contratos que estavam identificados como locações no âmbito da IAS 17. O Grupo decidiu registrar a 1 de janeiro de 2019 um passivo por locação correspondente ao valor atual a essa data dos pagamentos de locação remanescentes dos contratos que tinham sido classificados como locações operacionais no âmbito da IAS 17. Estima-se que esse passivo atinja um montante de aproximadamente 6,5 milhões de euros. Na mesma data, o Grupo registrará um ativo sob direito de uso pelo mesmo montante. A informação comparativa não será reexpressa.

Em relação às restantes normas mencionadas neste ponto, o Grupo não espera efeitos significativos decorrentes da sua futura aplicação.

2.1.3. À data de 31 de dezembro de 2018, estavam emitidas as seguintes normas, de aplicação em exercícios posteriores, que ainda não tinham sido adotadas pela União Europeia:

**IAS 1 e IAS 8** (alteração), Definição de material (aplicável a períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. De acordo com esta alteração, a informação é considerada material quando da sua omissão, apresentação desadequada ou dissimulação se puder esperar uma influência nas decisões que o leitor das demonstrações financeiras pudesse tomar com base nessas demonstrações financeiras;

**IAS 19** (alteração), Alteração de planos, cortes e liquidação (aplicável a períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Se ocorrer uma alteração de um plano, um corte ou uma liquidação, passa a ser obrigatório que o custo do serviço corrente e o juro líquido do período, após a remensuração, sejam determinados com base nos pressupostos utilizados na remensuração. Adicionalmente, foram incluídas alterações que clarificam os efeitos de uma alteração de um plano, de cortes ou liquidações nos requisitos do limite de ativos;

**IAS 28** (alteração), Investimentos de Longo Prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou

após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração esclarece que os investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estejam a ser mensurados através do método da equivalência patrimonial, são contabilizadas segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas antes de ser efetuado qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo;

**IFRS 3** (alteração), Combinações de negócios /aplicável a períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração esclarece que para ser considerada uma combinação de negócio, um conjunto de atividades e ativos adquiridos deve incluir, no mínimo, um influxo e um processo substantivo que em conjunto contribuam significativamente para a capacidade de criar exfluxos;

**IFRS 17** (nova), Contratos de Seguros (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma irá revogar a norma IFRS 4 – Contratos de seguros e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva;

**Melhorias às normas 2015 – 2017**, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11;

**Alterações às referências à Estrutura Conceptual das normas IFRS** (aplicável para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia.

Esta alteração contém mudanças em várias normas, cujas referências à Estrutura Conceptual foi atualizada.

O Grupo não espera efeitos significativos da futura aplicação destas normas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 4) e dos empreendimentos conjuntos detidos pelo Grupo (nota 5), ajustados no processo de consolidação sempre que necessário, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros, que se encontram registados de acordo com os critérios descritos na nota 2.13, e para os terrenos e edifícios, que se encontram registados pelo seu valor revalorizado, tal como descrito na nota 2.3.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

## 2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pelo Grupo:

### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente, controlo, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação por integração global.

O Grupo detém o controlo de entidades nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: (i) tem poder sobre a entidade; (ii) está exposto a, ou tem direitos sobre, resultados variáveis por via do seu

envolvimento com a entidade e; (iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a entidade para afetar o montante dos seus resultados.

O capital próprio e o rendimento integral destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na Demonstração Consolidada de Posição Financeira e na Demonstração Consolidada de Resultados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam.

O rendimento integral e as restantes rubricas de capital próprio são atribuídas aos detentores de interesses que não controlam, de acordo com a sua participação, mesmo que esta rubrica apresente valores negativos.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, em relação ao justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, é reconhecido como *goodwill* (notas 2.2.c e 12). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos identificados. Os interesses de acionistas que não controlam são registados inicialmente pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados, ou alternativamente, pelo justo valor da respetiva participação na subsidiária adquirida.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da tomada de controlo ou até à data da cessação do controlo, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às

usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As empresas incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na nota 4.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em associadas

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (empresas que o Grupo controla em conjunto com entidades terceiras, sendo o controlo conjunto estabelecido contratualmente ou por acordo parassocial, com reflexo nas estruturas governativas destas entidades) e em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas - geralmente investimentos que representam entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são valorizadas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição nas rubricas Investimentos em empreendimentos conjuntos ou Investimentos em associadas, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) da entidade, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício ou de outro rendimento integral, e pelos dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da entidade, na data de aquisição, é registado em Investimentos em empreendimentos conjuntos ou em Investimentos em associadas, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras da entidade para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo.

É feita uma avaliação dos investimentos em empreendimentos conjuntos e em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da entidade excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é apresentado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a entidade.

Os ganhos não realizados com empreendimentos conjuntos ou com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nestas entidades, por contrapartida do respetivo investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados na nota 5. À data de 31 de dezembro de 2018, não existiam investimentos em associadas.

c) Goodwill

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, são reconhecidas como *goodwill* (nota 12).

O *goodwill* dos investimentos em subsidiárias sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertido para a moeda de relato do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão monetária incluída na rubrica Outro rendimento integral acumulado.

O valor de *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade de *goodwill* verificadas no exercício são registadas na Demonstração Consolidada de Resultados do exercício, na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não podem ser revertidas.

As diferenças negativas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras cuja moeda funcional não é o euro, são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do relato, e os gastos e rendimentos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão monetária incluída na rubrica Outro rendimento integral acumulado. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Outras reservas e resultados acumulados.

O valor de *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada ou liquidada, a Reserva de conversão monetária acumulada é reclassificada para a Demonstração Consolidada de Resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Final do período	Média do período	Final do exercício	Média do exercício
Libra inglesa	0.8945	0.8847	0.8872	0.8761
Rand sul-africano	16.4582	15.5715	14.8060	14.9993
Dólar canadiano	1.5605	1.5294	1.5039	1.4631
Dólar americano	1.1450	1.1799	1.1993	1.1272

Fonte: Bloomberg

### 2.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção de terrenos e edifícios, adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os terrenos e edifícios encontram-se registados pelo seu valor revalorizado, deduzido das depreciações, no caso dos edifícios, e das perdas de imparidade acumuladas.

O incremento resultante da revalorização é registado em Outro rendimento integral do exercício em que a mesma ocorra, sendo posteriormente transferido para a rubrica Outras reservas e resultados acumulados, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, quando o bem for alienado.

O valor revalorizado será revisto e determinado por entidade independente sempre que se conclua que o mesmo difere significativamente do justo valor dos ativos revalorizados, não excedendo, contudo, um período de cinco anos entre revalorizações sucessivas.

O Grupo regista como ativo fixo tangível os componentes de elementos de equipamento básico que têm vidas úteis significativamente diferentes das dos respetivos ativos principais, ou que só podem ser utilizados num ativo principal específico. A depreciação destes componentes é efetuada separadamente tendo em consideração as respetivas vidas úteis estimadas identificadas.

As despesas de reparação e manutenção são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem.

As depreciações começam a ser registadas quando os bens se encontram disponíveis para uso e no local e condições necessárias para serem utilizados de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 40
Equipamento básico	2 - 25
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	5
Equipamento administrativo	4 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	5

Os ativos fixos em curso incluem os ativos fixos tangíveis em fase de construção e encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são transferidos para as diversas rubricas de ativos fixos tangíveis, tendo em consideração a sua natureza, e depreciados, a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são revistos anualmente.

#### 2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis identificáveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se forem controláveis pelo Grupo e se o seu valor puder ser razoavelmente mensurado.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são escrituradas na Demonstração Consolidada de Resultados quando incorridas (nota 34).

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de programas informáticos são registados como gastos na Demonstração Consolidada de Resultados, quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações começam a ser registadas quando os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre três e seis anos.

#### 2.5. Locações

Os contratos de locação, em que o Grupo age como locatário, são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens locados, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos mesmos bens.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis utilizados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados na Demonstração Consolidada de Posição Financeira pelo menor valor entre o justo valor dos ativos locados e o valor dos pagamentos mínimos de locação financeira. Adicionalmente, os juros incluídos nas rendas, as depreciações e perdas por imparidade são registados na Demonstração Consolidada de Resultados como gastos do exercício a que respeitam. As depreciações e perdas por imparidade são calculadas e registadas nos termos previstos na nota 2.3 para os ativos fixos tangíveis. Nos casos em que não exista certeza razoável quanto à aquisição dos bens locados no termo do contrato, o período de depreciação será o menor entre a vida útil esperada e o prazo considerado no contrato de locação. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas vencidas são registadas como gasto na Demonstração Consolidada de Resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### 2.6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. São constituídas, essencialmente, por terrenos e edifícios de operações que foram descontinuadas, em relação aos quais o Grupo celebrou contratos de arrendamento com entidades terceiras.

Os períodos e o método de depreciação das propriedades de investimento são os indicados na nota 2.3. para os ativos fixos tangíveis.

#### 2.7. Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Os ativos não correntes são classificados na rubrica Ativos Não Correntes Detidos para Venda, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas situações em que o seu valor contabilístico seja recuperado principalmente através de uma operação de venda, em vez de através do seu uso continuado.

Considera-se que o valor contabilístico será recuperado através de uma operação de venda nas situações em que o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes, e se estima que a ocorrência de uma transação de venda no prazo de um ano é altamente provável.

Na classificação de ativos não correntes como detidos para venda podem ser considerados ativos não correntes individuais ou grupos de ativos não correntes, que constituem grupos para alienação, nas situações em que os ativos compreendidos num determinado grupo são incluídos na mesma transação de venda. Os grupos para alienação podem, ainda, incluir ativos correntes e passivos, desde que incluídos na mesma transação de venda. Os ativos correntes e não correntes e os passivos são apresentados, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas rubricas Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Passivos Diretamente Associados a Ativos Não Correntes Detidos para Venda, respetivamente.

Os ativos não correntes detidos para venda e os grupos para alienação são mensurados ao menor do custo e do justo valor menos custos estimados de venda.

As depreciações dos ativos depreciables cessam após a respetiva classificação como Ativo Não Corrente Detido para Venda.

## 2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração Consolidada de Resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira e são creditados na Demonstração Consolidada de Resultados em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

## 2.9. Imparidade dos ativos não correntes, exceto Impostos diferidos

É efetuada uma avaliação de imparidade, à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

A avaliação de imparidade é efetuada individualmente para cada ativo. No caso dos ativos fixos tangíveis que não possuam a capacidade de produzir fluxos de caixa autonomamente, a avaliação de imparidade é efetuada para a unidade geradora de caixa nos quais os mesmos se incluam (nota 29). Nas situações em que a unidade geradora de caixa inclua ativos intangíveis sem vida útil definida, a avaliação de imparidade é concretizada, independentemente da existência de eventos que indiquem que o montante pelo qual a unidade geradora de caixa se encontra registada possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é contabilizada uma perda por imparidade na rubrica Provisões e perdas por imparidade da Demonstração Consolidada de Resultados. No caso de ativos fixos tangíveis que tenham sido revalorizados, as perdas por imparidade que se verificarem são registadas em outro rendimento integral, na rubrica Revalorização de ativos fixos tangíveis, da Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, até esgotarem o montante do ativo acrescentado pela revalorização, sendo qualquer excesso sobre esse montante registado na rubrica Provisões e perdas por imparidade da Demonstração Consolidada de Resultados.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes, conhecedoras e interessadas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A reversão de perdas por imparidade contabilizadas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente registada tenha revertido. A reversão das perdas

por imparidade é registada na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração Consolidada de Resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria contabilizada (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. As perdas por imparidade do *goodwill* não são reversíveis.

#### 2.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são contabilizados como gasto do exercício.

#### 2.11. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização da capacidade produtiva).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como gastos operacionais nas rubricas de Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a inventários de mercadorias e matérias-primas ou a inventários de produtos acabados e semiacabados, subprodutos e trabalhos em curso, respetivamente.

#### 2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Nas situações em que se estima existir um período de tempo significativo entre o momento em que ocorre a obrigação e o momento em que ocorrerá o respetivo pagamento, a provisão é registada pelo seu valor atual.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

O aumento e a utilização ou reversão de provisões são reconhecidos na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração Consolidada de Resultados

#### 2.13. Ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de capital

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor, exceto as Dívidas de terceiros que não contenham uma componente significativa de financiamento, que são registadas pelo seu preço de transação. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros ou passivos financeiros são acrescentados ao justo valor de um instrumento que não seja mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros podem subsequentemente ser classificados numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

ii) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- a) O ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida.

iii) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de resultados se não for mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral. Contudo, no reconhecimento inicial de certos instrumentos de capital próprio que seriam mensurados ao justo valor através de resultados, a empresa tem, no entanto, a capacidade de optar, irrevogavelmente, por apresentar as respetivas alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

Os passivos financeiros podem ser subsequentemente classificados numa das seguintes categorias principais:

- i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ii) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Os ativos e passivos financeiros são registados na Demonstração Consolidada de Posição Financeira em diferentes rubricas de ativos e passivos, em função da natureza de cada instrumento.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

O Grupo detém os seguintes instrumentos financeiros, que podem ser ativos financeiros, passivos financeiros ou instrumentos de capital:

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao preço de transação, a não ser que contenham uma componente de financiamento significativa, situação em que serão inicialmente registados pelo seu justo valor. As dívidas de terceiros são subsequentemente registadas ao custo amortizado e apresentadas na Demonstração Consolidada de Posição Financeira deduzidas de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As perdas por imparidade são mensuradas por um montante igual às perdas que se espera que ocorram durante a vida do ativo e são registadas em cada data de relato.

As dívidas de terceiros são apresentadas na Demonstração Consolidada de Posição Financeira como ativos correntes, exceto quando o respetivo vencimento é superior a doze meses da data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, situações em que são apresentadas como ativos não correntes.

b) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente registados no passivo pelo seu justo valor, que geralmente corresponde ao seu valor nominal, líquido de despesas com

a emissão desses empréstimos. São posteriormente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo, que utiliza a taxa de juro efetiva para calcular o gasto de juro a registar na Demonstração Consolidada de Resultados tendo por base o princípio do acréscimo, em conformidade com a política contabilística enunciada na nota 2.10.

c) Instrumentos derivados

O Grupo pode utilizar instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Quando utilizados pelo Grupo, os instrumentos derivados definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro (“swaps”) de empréstimos obtidos e do risco de taxa de câmbio (“forwards”). Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são materialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da Demonstração Consolidada de Resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz a conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta, no momento inicial da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados que possam ser utilizados pelo Grupo para cobertura da exposição a alterações nas taxas de juro e de câmbio são

inicialmente registadas ao custo, se este existir, que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente ajustados pelo justo valor correspondente. As alterações de justo valor destes instrumentos são contabilizadas em Outro rendimento integral, na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, e na rubrica Outro rendimento integral acumulado, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, sendo transferidas para a Demonstração Consolidada de Resultados, no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor registadas em Outro rendimento integral acumulado são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem; as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da Demonstração Consolidada de Resultados.

O Grupo pode utilizar, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Estes instrumentos derivados não são elegíveis para serem objeto de uma contabilidade de cobertura devido a incerteza na data efetiva das operações subjacentes. Não obstante, permitem mitigar, de forma significativa, o efeito de variações cambiais nos empréstimos e saldos a receber, denominados em divisas, em relação aos quais o Grupo pretende cobrir o risco cambial.

Em algumas transações de derivados, o Grupo não aplica contabilidade de cobertura embora haja intenção de cobrir riscos de fluxos de caixa. São inicialmente registados ao custo e subsequentemente ajustados ao correspondente justo valor, determinado por “software” especializado (nos termos descritos na nota 22). As alterações no justo valor destes instrumentos são registadas na Demonstração Consolidada de Resultados, nas rubricas de rendimentos e gastos financeiros .

Os instrumentos derivados são apresentados na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas rubricas Outros ativos correntes e Outros passivos correntes (nota 22).

d) Fornecedores

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas inicialmente ao justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto financeiro é considerado imaterial.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

f) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados em Outras reservas incluída em Outras reservas e resultados acumulados.

#### 2.14. Benefícios pós-emprego

Conforme mencionado na nota 25, o Grupo assumiu, através de algumas subsidiárias, compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram planos de benefícios definidos, tendo sido constituídos para o efeito fundos de pensões autónomos.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais das responsabilidades, determinados de acordo com o "Projected Unit Credit Method".

As remensurações (ganhos e perdas atuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência, das alterações de pressupostos atuariais demográficos e financeiros e da diferença entre o retorno real e a quota-parte do juro líquido são registadas em outros rendimentos integrais, no Capital próprio.

O juro líquido é determinado pela aplicação da taxa de desconto, derivada das taxas de juro de obrigações de *rating* elevado, ao valor das responsabilidades deduzido do justo valor dos ativos do fundo do plano.

Os custos por responsabilidades passadas são registados imediatamente como gasto do exercício.

As responsabilidades por benefícios pós-emprego registadas à data de relato representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, ajustado pelas remensurações e reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões.

#### 2.15. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de ocorrer uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja considerada remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## 2.16. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado e a taxa anual efetiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em outro rendimento

integral, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### 2.17. Rédito e especialização dos exercícios

O rédito é registado em relação a contratos com clientes: (i) que tenham sido aprovados (verbalmente ou por escrito) por todas as partes; (ii) para os quais o Grupo possa identificar os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; (iii) para os quais o Grupo possa identificar as condições de pagamento de bens e serviços a serem transferidos; (iv) que tenham substância comercial; e (v) para os quais é provável que o Grupo receba a contraprestação a que tem direito pelos bens e serviços transferidos para o cliente.

O rédito relacionado com cada obrigação de execução incluída num contrato com clientes que possua as características definidas anteriormente, é registado no momento em que o cliente é faturado. Não existem diferenças significativas entre o momento em que a fatura é emitida e o momento em que o cliente obtém o controlo dos bens e serviços transferidos, que normalmente ocorre aquando do envio ou da entrega. As obrigações de execução são geralmente satisfeitas num momento específico.

O rédito proveniente da venda de mercadorias e produtos resultantes da atividade principal do Grupo é registado na rubrica Vendas, da Demonstração Consolidada de Resultados. As vendas de todos os produtos restantes são registadas em Outros rendimentos e ganhos (proveitos suplementares). O rédito de serviços prestados pelo Grupo é registado na rubrica Prestações de serviços.

Outros ativos correntes e Outros passivos correntes incluem rendimentos e gastos do exercício que serão apenas faturados e recebidos ou pagos em exercícios posteriores. Essas rubricas também incluem recebimentos e pagamentos que já ocorreram, mas que correspondem a rendimentos e gastos de exercícios futuros, altura em que serão registados na Demonstração Consolidada de Resultados.

As mercadorias e os produtos vendidos pelo Grupo resultam principalmente da sua atividade principal, que é a produção de painéis derivados de madeira e produtos derivados. Os produtos do Grupo têm especificações técnicas que são definidas de acordo com a lei vigente e com normas internas e externas. Essas

especificações técnicas podem ser consultadas pelos clientes no sítio do Grupo na internet ou mediante solicitação. Se os produtos vendidos não corresponderem às especificações técnicas assumidas pelo Grupo ou se apresentarem algum dano, o cliente poderá solicitar um reembolso ou uma substituição do produto. O Grupo não assume nenhuma garantia limitada no tempo para os seus produtos (garantias contra defeitos de produção que são aplicáveis por um período específico de tempo).

O Grupo não registou como ativo nenhum custo incorrido no cumprimento de contratos com clientes.

Os contratos com clientes realizados pelo Grupo não contêm componentes significativas de financiamento.

#### 2.18. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis e intangíveis e de investimentos, são apresentadas na Demonstração Consolidada de Resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas.

#### 2.19. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data de cobrança, pagamento ou à data de encerramento das demonstrações financeiras, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos operacionais, no caso de transações de natureza operacional, ou como rendimentos e gastos financeiros, no caso de transações de natureza financeira, na Demonstração Consolidada de Resultados. As diferenças de câmbio relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio, são registadas igualmente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 2.13.f)).

#### 2.20. Responsabilidades pelo Plano de incentivos de médio prazo

A Sociedade e as suas subsidiárias atribuem, anualmente, aos quadros integrados num grupo funcional com classificação *Executive* ou superior, uma remuneração definida em função do valor criado para os acionistas no exercício anterior, a ser paga após um período de três anos, na circunstância de o quadro, ao qual foi atribuída, se manter em funções no final deste período.

Esta remuneração, que consiste numa obrigação pecuniária, é registada nas rubricas Outros passivos não correntes e Outros passivos correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

#### 2.21. Eventos subsequentes

Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração Consolidada de Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas (eventos registáveis). Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data da Demonstração Consolidada de Posição Financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (eventos não registáveis).

## 2.22. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo, tendo em consideração o sistema interno de relato de informação financeira (nota 39).

## 2.23. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis do ativo fixo tangível e intangível (notas 2.3, 2.4, 9, 10 e 11);
- b) Análise de imparidade das contas a receber (notas 15 e 16);
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, ajustamento de justo valor e, no caso dos inventários, ao valor realizável líquido (nota 7, 14 e 29);
- d) Cálculo das responsabilidades por benefícios pós-emprego (nota 25);
- e) Cálculo de provisões e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis (nota 29);
- f) Cálculo do imposto sobre o rendimento (nota 37);
- g) Quantificação de contingências (nota 40);
- h) Avaliação de indícios de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. Não obstante, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas, através da Demonstração Consolidada de Resultados, de forma prospetiva, conforme disposto pela norma IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas.

#### 2.24. Classificação de rubricas de natureza operacional quanto à sua recorrência

O Grupo divulga informação sobre a recorrência dos eventos contabilizados em rubricas de natureza operacional, com exceção dos registados em amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade, mas incluindo as perdas por imparidade em clientes, tendo em vista proporcionar aos leitores das suas demonstrações financeiras consolidadas informação adicional que permita melhor avaliar a tendência de resultados futuros.

Desta forma, são classificados como não recorrentes os eventos que pela sua natureza são infrequentes, incomuns, excepcionais, únicos ou residuais, em relação aos quais não há expectativas de ocorrerem regularmente no contexto da atividade normal do Grupo. Em particular, o Grupo classifica como tal, os rendimentos provenientes de indemnização de seguros, os gastos resultantes de multas e coimas e os rendimentos e ganhos relacionados com a descontinuação de ativos, ou desta decorrentes, designadamente:

- Mais-valias e menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis;
- Gastos de reestruturação;
- Gastos com a terminação da relação laboral com trabalhadores;
- Rendimentos e ganhos de uma entidade, ou parte de uma entidade, incluída na consolidação, após a mesma ter sido classificada internamente como inativa.

Todos os eventos que não sejam classificados como não recorrentes, são classificados como recorrentes.

#### 2.25. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Mensuração do justo valor.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização de utilização corrente no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. O justo valor resultante corresponde ao nível 2 da hierarquia do justo valor, conforme

definido na IFRS 13. Nas situações em que as referidas técnicas recorrem, maioritariamente ou exclusivamente, a informação não observável nos mercados, o justo valor resultante corresponde ao nível 3 da hierarquia estabelecida pela norma anteriormente mencionada.

## 2.26. Gestão do risco

### a) Risco de crédito

#### i) Créditos sobre clientes

O risco de crédito na Sonae Indústria resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da política de gestão de riscos de crédito na Sonae Indústria é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, as empresas do Grupo:

- Criaram uma Comissão de análise e acompanhamento trimestral do risco de crédito;
- Implementaram processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Criaram mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como, seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias).

Para fomentar a partilha de experiências, o alinhamento de procedimentos e práticas e para assegurar o cumprimento de regras de controlo adequadas, a Sonae Arauco (empreendimento conjunto – nota 5) promove um “fórum de Gestão de Risco de Crédito de Clientes”.

#### ii) Ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, as empresas do Grupo detêm outros

ativos financeiros, relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. No entanto, o risco é considerado reduzido devido aos valores limitados normalmente envolvidos em depósitos bancários e à credibilidade das instituições financeiras usadas pelas empresas do grupo.

b) Riscos de mercado

i) Risco de taxa de juro

Devido à proporção relevante de dívida a taxa variável e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a empresa está exposta ao risco de taxa de juro.

Regra geral, a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "cash flow operacional antes de juros líquidos", que cria uma cobertura natural ao nível do "cash flow operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria.

Como exceção a esta política geral, a Sonae Indústria pode contratar certos derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os riscos e valorização desses derivados possam ser avaliados com rigor pela empresa. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados de taxa de juro com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

ii) Risco de taxa de câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, presente em três continentes diferentes, a Sonae Indústria encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio. As Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira e a Demonstração de Resultados encontram-se expostas a risco de câmbio de translação e as subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio tanto de translação como de transação.

Como regra do Grupo, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os *cash flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais.

Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da atividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados cambiais com objetivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos.

Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Pressupõe-se também que a cobertura de transações não acrescentaria valor a longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de cash flows positivos e negativos em subsidiárias não Euro são contabilizados como Capitais Próprios na rubrica de "Outro Rendimento Integral Acumulado".

### iii) Risco de liquidez

No Grupo Sonae Indústria, a gestão do risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente, o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;

- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Acesso e gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

A análise do risco de liquidez está incluída na nota 23.

### 3. EVENTOS RELEVANTES

Em outubro de 2017, as unidades industriais de Mangualde e Oliveira do Hospital, controladas pela Sonae Arauco, S. A., sociedade na qual a Sonae Indústria detém uma participação de 50% do seu capital, foram atingidas pelos graves incêndios florestais que afetaram a região central de Portugal. Em consequência, os respetivos parques de madeiras, os equipamentos instalados nesses parques e os sistemas elétricos e de cablagens sofreram danos significativos, que deixaram estas unidades industriais inoperacionais. A atividade destas unidades industriais foi retomada na sua totalidade durante o primeiro semestre de 2018, após conclusão dos trabalhos de reconstrução.

Ambas as unidades industriais dispõem de apólice de seguro no âmbito da qual a Sonae Arauco tem vindo a receber indemnizações pelos custos de reconstrução dos edifícios e do equipamento básico, assim como pelas perdas de exploração incorridas.

Os resultados do Grupo Sonae Arauco do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 incluem os seguintes efeitos decorrentes deste evento:

Ganho acumulado referente à indemnização pelos custos de reconstrução dos edifícios e do equipamento básico, no montante de 39 689 187 euros, dos quais 32 026 094 euros foram registados no

resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e 7 663 093 euros foram registado no resultado do exercício terminado em 31 de dezembro de 2017.

Ganho acumulado referente à indemnização pelos custos de inventários danificados e gastos de combate ao fogo, desmantelamento e limpeza no montante de 4 358 894 euros, dos quais 3 047 843 euros foram registados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e 1 311 051 euros foram registados no resultado do exercício concluído em 31 de dezembro de 2017.

À data de encerramento destas demonstrações financeiras consolidadas, a importância de 34 671 560 euros tinha sido recebida da seguradora como indemnização dos custos e gastos anteriormente mencionados.

Ganho acumulado referente à indemnização por perdas de exploração incorridas no montante de 28 990 393 euros, dos quais 21 024 283 euros foram registados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e o remanescente montante de 7 966 110 euros foi incluído no resultado do exercício terminado em 31 de dezembro de 2017. À data de encerramento destas demonstrações financeiras consolidadas, a importância de 10 000 000 euros tinha sido recebida da seguradora como indemnização das perdas de exploração anteriormente mencionadas.

Os ganhos acumulados registados pela Sonae Arauco até 31 de dezembro de 2018 tinham sido formalmente acordados com a seguradora.

Até à data de emissão destas demonstrações financeiras consolidadas, a Sonae Arauco tinha recebido um montante adicional de 32 628 440 euros referente aos ganhos registados a título de indemnização referidos anteriormente e a ganhos que serão registados durante 2019.

A rubrica Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos, da Demonstração Consolidada de Resultados da Sonae Indústria, inclui 50% do resultado líquido consolidado do Grupo Sonae Arauco, por aplicação do método da equivalência patrimonial. Conseqüentemente, os efeitos referidos anteriormente foram repercutidos na referida rubrica em 50% do seu valor.

#### 4. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO				CONDIÇÕES DE INCLUSÃO
		31.12.2018		31.12.2017		
		Direto	Total	Direto	Total	
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Glunz UK Holdings, Ltd.	Liverpool (Reino Unido)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Glunz UkA GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Isoroy, SAS	La Garenne-Colombes (França)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Maiequipa - Gestão Florestal, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Megantic B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Movelpartes - Comp. para a Indústria do Mobiliário, SA	Paredes (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Novodecor (Pty) Ltd	Woodmead (África do Sul)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Poliface North America	Lac-Mégantic (Canadá)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Sonae Indústria - Management Services, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Sonae Indústria - Soc. Gestora de Participações Sociais, SA	Maia (Portugal)	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
Sonae Indústria de Revestimentos, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
1) Spanboard Products Ltd	Belfast (Reino Unido)	-	-	100.00%	100.00%	a)
Tafisa Canada Inc	Lac-Mégantic (Canadá)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Tafisa France S.A.S.	La Garenne-Colombes (França)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)

a) Controlo detido por maioria de votos;

1) Sociedade liquidada em 16 de outubro de 2018.

A percentagem direta de capital detido refere-se à participação direta de uma sociedade do grupo na subsidiária em questão.

A percentagem total de capital detido refere-se à participação direta e indireta detida pela empresa-mãe na subsidiária em questão.

## 5. EMPREENDEIMENTOS CONJUNTOS

Os empreendimentos conjuntos, suas sedes sociais e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, são os seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DO CAPITAL DETIDO				CONDIÇÕES DE INCLUSÃO
		31.12.2018		31.12.2017		
		Direto	Total	Direto	Total	
Sonae Arauco, S.A.	Madrid (Espanha)	50.00%	50.00%	50.00%	50.00%	
Agepan Eiweiler Management, GmbH	Eiweiler (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
1) Agloma Inmobiliaria y Servicios, S. L.	Madrid (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	a)
Agloma Investimentos, SGPS, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Ecociclo, Energia e Ambiente, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
GHP Glunz Holzwerkstoffproduktions GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Imoplamac – Gestão de Imóveis, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Impaper Europe GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Laminate Park GmbH & Co. KG	Eiweiler (Alemanha)	50.00%	25.00%	50.00%	25.00%	b)
2) Racionalización y Manufacturas Forestales, S.A.	Madrid (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	a)
Somit – Imobiliária, S.A.	Mangualde (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Beeskow GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Deutschland GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Espana - Soluciones de Madera, S. L.	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco France SAS	La Garenne-Colombes (França)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
3) Sonae Arauco Maroc SARL	Casablanca (Marrocos)	100.00%	50.00%	-	-	a)
Sonae Arauco Netherlands B. V.	Woerden (Países Baixos)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Portugal, S.A.	Mangualde (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco South Africa (Pty) Ltd.	Woodmead (África do Sul)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Suisse, S.A.	Tavannes (Suíça)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco (UK), Ltd.	Liverpool (Reino Unido)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
4) Tafiber. Tableros de Fibras Ibéricas, S.L.	Madrid (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	a)
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Tecnologías del Medio Ambiente, S.A.	Barcelona (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Tecmasa. Reciclados de Andalucía, S. L.	Madrid (Espanha)	50.00%	25.00%	50.00%	25.00%	b)
Tool, GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)

a) Sociedade incluída no perímetro de consolidação da Sonae Arauco, S.A.;

b) Sociedade cujo investimento está registado nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco, S.A. por aplicação do método da equivalência patrimonial, dado estar classificada como empreendimento conjunto desta sociedade.

1. Sociedade liquidada em 13 de julho de 2018;
2. Sociedade fusionada na Tecnologias del Medio Ambiente, S. A. em 1 de janeiro de 2018;
3. Sociedade constituída em 7 de fevereiro de 2018;
4. Sociedade fusionada na Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S. A. em 1 de janeiro de 2018.

A percentagem direta de capital detido refere-se à participação direta de uma sociedade do grupo na subsidiária em questão.

A percentagem total de capital detido refere-se à detida pela empresa-mãe até à subsidiária em questão.

As ações destas sociedades não estão cotadas, razão pela qual não é possível identificar o justo valor de nível um das respetivas participações financeiras.

#### 5.1. Informação sobre o controlo conjunto dos empreendimentos conjuntos

O controlo conjunto da Sonae Arauco, S. A. foi estabelecido por contrato celebrado em 2015 entre a Sonae Indústria, SGPS, S. A. e a Arauco Internacional Limitada, sociedade do Grupo Arauco, e consubstancia-se numa tomada conjunta de todas as decisões ao nível dos órgãos de decisão da Sonae Arauco.

As disposições contratuais preveem, nomeadamente, que a Sonae Indústria, SGPS S.A., assuma determinadas contingências legais e fiscais da Sonae Arauco e suas subsidiárias, anteriores à data de constituição do empreendimento conjunto. Em consequência, a Sonae Arauco, S.A. tem o direito de regresso da totalidade dos pagamentos realizados por si ou pelas suas subsidiárias no âmbito das referidas contingências, bem como no decurso de alguns negócios especificamente referenciados no referido acordo. A rubrica Provisões, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, inclui, à data de 31 de dezembro de 2018, uma estimativa das obrigações já transferidas para a Sonae Indústria, SGPS, S. A. (nota 29). As contingências em curso entendidas como relevantes para efeitos de divulgação encontram-se referenciadas na nota 40 do presente anexo.

#### 5.2. Informação sobre as demonstrações financeiras dos empreendimentos conjuntos

Os ativos líquidos consolidado e os resultados líquidos consolidados destas sociedades que constituem empreendimentos conjuntos, cuja quota-parte foi registada nas presentes demonstrações financeiras consolidadas por aplicação do

método de equivalência patrimonial, conforme indicado na nota 2.2.b), detalham-se como segue:

Sonae Arauco - Consolidado		
	31.12.2018	31.12.2017
Ativos não correntes	517 837 693	486 460 459
Ativos correntes (sem caixa e equivalentes de caixa)	217 573 340	203 319 660
Caixa e equivalentes de caixa	20 234 918	26 708 564
Passivos financeiros não correntes	234 035 312	181 836 027
Outros passivos não correntes	73 156 014	82 277 751
Passivos financeiros correntes	17 146 842	29 796 341
Outros passivos correntes	176 394 509	173 296 890

Sonae Arauco - Consolidado		
	31.12.2018	31.12.2017
Rendimentos e ganhos operacionais	875 135 451	846 696 381
Gastos e perdas operacionais (sem Depreciações e amortizações)	(764 289 161)	(754 053 610)
Depreciações e amortizações	(44 103 785)	(43 550 736)
Rendimentos financeiros - juros	761 650	740 714
Gastos Financeiros - juros	(8 319 279)	(8 052 634)
Imposto sobre o rendimento	(6 406 550)	(8 725 379)
Resultado das operações que continuam (a)	23 953 497	25 629 081
Ajustamentos de uniformização de políticas contabilísticas (b)	1 047 576	
Resultado das operações que continuam ajustado (a) + (b)	25 001 073	25 629 081
<b>Quota-parte do Grupo no resultado líquido [(a) + (b)] x 0.5</b>	12 500 537	12 814 541
Outro Rendimento integral (c)	(5 517 904)	1 483 988
Ajustamentos de uniformização de políticas contabilísticas (d)	7 006 424	
Outro rendimento integral ajustado (c) + (d)	1 488 520	1 483 988
<b>Quota-parte do grupo no outro rendimento integral [(c) + (d)] x 0.5</b>	744 260	741 994

O Resultado consolidado das operações que continuam (a) da Sonae Arauco inclui, nomeadamente, os seguintes montantes, que se refletiram nos resultados da Sonae Indústria em 50% do seu valor:

- Perda por imparidade registada em relação aos ativos da central de co-geração de Horn, Alemanha, no montante de 5 005 094 euros;
- Perda por imparidade registada sobre a participação financeira na LaminatPark GmbH & Co e empréstimo acionista a esta sociedade, no montante de 15 903 516 euros (nota 41);
- Provisão constituída por 2 682 221 euros correspondente ao valor atual esperado de uma provável multa a ser imposta pela Autoridade Sul-africana da Concorrência à Sonae Arauco South Africa (Pty), Ltd, sociedade controlada pela Sonae Arauco, S. A.

Os ajustamentos efetuados ao outro rendimento integral consolidado da Sonae Arauco, S. A. no sentido de o homogeneizar com as políticas contabilísticas do

Grupo Sonae Indústria incluem 4 027 000 euros referente à revalorização de terrenos e edifícios efetuada à data de 31 de dezembro de 2018. Este montante corresponde ao aumento do valor contabilístico líquido dos terrenos e edifícios do Grupo Sonae Arauco deduzido dos correspondentes impostos diferidos (o valor de avaliação corresponde ao nível 3 da hierarquia de justo valor). Esta revalorização não foi efetuada nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco, S. A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que seguem o modelo do custo para mensuração subsequente de todas as classes do ativo fixo tangível.

A rubrica Ganhos e perdas relativos a empreendimentos conjuntos, da Demonstração Consolidada de Resultados, apresenta a seguinte decomposição:

	31.12.2018	31.12.2017
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos	12 500 537	12 814 541
Outros efeitos em empreendimentos conjuntos		(2 460 980)
	<u>12 500 537</u>	<u>10 353 561</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, Outros ganhos e perdas em empreendimentos conjuntos inclui 50% de determinados gastos incorridos pelo empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A. que, no âmbito do acordo de parceria celebrado com o Grupo Arauco, são contratualmente transferidos para a Sonae Indústria, SGPS, S. A.. O montante correspondente aos restantes 50% desses gastos foi incluído em Quota-parte do Grupo no resultado líquido consolidado dos empreendimentos conjuntos, por aplicação do método da equivalência patrimonial.

### 5.3. Reconciliação do valor contabilístico líquido do investimento na Sonae Arauco, S. A.

Às datas de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico líquido do investimento da Sonae Indústria, SGPS, S. A. na Sonae Arauco, S. A. reconciliava-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Capitais próprios consolidados da Sonae Arauco	254 913 274	249 281 675
Percentagem de interesse	50%	50%
Quota-parte do Grupo nos capitais próprios	127 456 637	124 640 837
Goodwill incluído no valor contabilístico líquido da participação financeira	80 975 627	80 975 627
Efeito da revalorização de ativos fixos tangíveis (líquido de impostos diferidos)	4 027 000	
	<u>212 459 264</u>	<u>205 616 464</u>

## 6. CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nas Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira, às datas de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estão incluídos os seguintes instrumentos financeiros:

31.12.2018	Ativos registrados ao custo amortizado	Ativos registrados a justo valor por resultados	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Ativos não correntes					
Outros investimentos	133 952		133 952		133 952
Ativos correntes					
Clientes	12 302 439		12 302 439		12 302 439
Outras dívidas de terceiros	40 684		40 684	83 676	124 360
Outros ativos correntes		27 676	27 676	2 005 615	2 033 291
Caixa e equivalentes de caixa	10 624 192		10 624 192		10 624 192
<b>Total</b>	<b>23 101 267</b>	<b>27 676</b>	<b>23 128 943</b>	<b>2 089 291</b>	<b>25 218 234</b>

31.12.2017	Ativos registrados ao custo amortizado	Ativos registrados a justo valor por resultados	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IAS 39	Total
Ativos não correntes					
Outros investimentos	130 487		130 487		130 487
Ativos correntes					
Clientes	13 591 178		13 591 178		13 591 178
Outras dívidas de terceiros	77 425		77 425	207 985	285 410
Outros ativos correntes		1 645	1 645	2 126 928	2 128 573
Caixa e equivalentes de caixa	4 084 771		4 084 771		4 084 771
<b>Total</b>	<b>17 883 861</b>	<b>1 645</b>	<b>17 885 506</b>	<b>2 334 913</b>	<b>20 220 419</b>

31.12.2018	Passivos registrados a justo valor por resultados	Passivos ao custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente		188 102 256	188 102 256		188 102 256
Outros passivos não correntes				1 128 038	1 128 038
Passivos correntes					
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes		15 192 246	15 192 246		15 192 246
Empréstimos bancários correntes		2 136 274	2 136 274		2 136 274
Fornecedores		21 567 484	21 567 484		21 567 484
Outros passivos correntes	5 621	2 486 969	2 492 590	9 433 841	11 926 431
<b>Total</b>	<b>5 621</b>	<b>229 485 229</b>	<b>229 490 850</b>	<b>10 561 879</b>	<b>240 052 729</b>

31.12.2017	Passivos registrados a justo valor por resultados	Passivos ao custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IAS 39	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente		197 650 071	197 650 071		197 650 071
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente		898 793	898 793		898 793
Outros passivos não correntes				2 122 999	2 122 999
Passivos correntes					
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes		11 949 858	11 949 858		11 949 858
Empréstimos bancários correntes		1 750 000	1 750 000		1 750 000
Credores por locações financeiras		500 227	500 227		500 227
Fornecedores		19 626 920	19 626 920		19 626 920
Outros passivos correntes	71 838	2 652 307	2 724 145	10 118 179	12 842 324
<b>Total</b>	<b>71 838</b>	<b>235 028 176</b>	<b>235 100 014</b>	<b>12 241 178</b>	<b>247 341 192</b>

Os ativos e passivos não abrangidos pela IFRS 9 (IAS 39 em 31 de dezembro de 2017) são constituídos, essencialmente, por saldos a receber e a pagar ao Estado, saldos a receber e a pagar aos empregados do Grupo e rubricas de acréscimos e diferimentos.

Não existem saldos compensados de ativos e passivos financeiros.

## 7. JUSTO VALOR

A utilização do justo valor na elaboração das presentes demonstrações financeiras pode ser resumida da seguinte forma:

### 7.1. Ativos e passivos financeiros

	Ativos financeiros				Total	Descrição das técnicas de valorização utilizadas
	Mensurado ao justo valor		Não mensurado ao justo valor			
	Nível de justo valor	Montante	Justo valor quantificado	Justo valor não		
<b>31.12.2018</b>						
Ativos não correntes						
Outros investimentos	-		133 952		133 952	-
Ativos correntes						
Clientes	-		12 302 439		12 302 439	-
Outras dívidas de terceiros	-		40 684		40 684	-
Outros ativos correntes	2	27 676			27 676	nota 17, 22
Caixa e equivalentes de caixa	-		10 624 192		10 624 192	-
<b>Total</b>		<b>27 676</b>	<b>23 101 267</b>		<b>23 128 943</b>	
<b>31.12.2017</b>						
Ativos não correntes						
Outros investimentos	-		130 487		130 487	-
Ativos correntes						
Clientes	-		13 591 178		13 591 178	-
Outras dívidas de terceiros	-		77 425		77 425	-
Outros ativos correntes	2	1 645			1 645	nota 17, 22
Caixa e equivalentes de caixa	-		4 084 771		4 084 771	-
<b>Total</b>		<b>1 645</b>	<b>17 883 861</b>		<b>17 885 506</b>	
	Passivos financeiros				Total	Descrição das técnicas de valorização utilizadas
	Mensurado ao justo valor		Não mensurado ao justo valor			
	Nível de justo valor	Montante	Justo valor quantificado	Justo valor não quantificado *		
<b>31.12.2018</b>						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	-		188 102 256		188 102 256	-
Passivos correntes						
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	-		15 192 246		15 192 246	-
Empréstimos bancários correntes	-		2 136 274		2 136 274	-
Fornecedores	-		21 567 484		21 567 484	-
Outros passivos correntes	2	5 621	2 486 969		2 492 590	nota 22, 28
<b>Total</b>		<b>5 621</b>	<b>229 485 229</b>		<b>229 490 850</b>	
<b>31.12.2017</b>						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	-		197 650 071		197 650 071	-
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente	2		201 156	697 637	898 793	nota 21
Passivos correntes						
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	-		11 949 858		11 949 858	-
Empréstimos bancários correntes	-		1 750 000		1 750 000	-
Credores por locações financeiras	2		107 615	392 612	500 227	nota 21
Fornecedores	-		19 626 920		19 626 920	-
Outros passivos correntes	2	71 838	2 652 307		2 724 145	nota 22, 28
<b>Total</b>		<b>71 838</b>	<b>308 771</b>	<b>234 719 405</b>	<b>235 100 014</b>	

\* Dado estimar-se que não difere materialmente do valor contabilístico.



Panneaux, que configurava uma situação de perda de controlo da entidade. A Demonstração Consolidada de Posição Financeira incluía, desde então, uma imparidade pelo valor total da participação financeira nesta sociedade.

A Sonae Indústria não identificou nenhum indício de imparidade no valor contabilístico pelo qual a sua participação financeira no empreendimento conjunto Sonae Arauco está registado na Demonstração Consolidada de Posição Financeira à data de 31 de dezembro de 2018.

Os outros investimentos são constituídos por instrumentos de capital próprio de entidades externas e por contribuições para o fundo de compensação aos trabalhadores. São registados ao custo de aquisição, que se estima não ser materialmente diferente do seu justo valor. Até 31 de dezembro de 2017, estes ativos eram designados como Ativos disponíveis para venda, designação que foi alterada para Outros investimentos na sequência da aplicação da IFRS 9 (nota 2.1.1).

## 9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2018							
	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total dos activos fixos tangíveis
<b>Ativo Bruto:</b>								
Saldo inicial	97 133 999	262 567 210	2 581 162	96 237	3 478 555	214 703	7 907 292	373 979 158
Investimento					155 701		10 446 939	10 602 640
Desinvestimento	(4 760 609)	(3 592 193)	( 637 247)		( 310 791)			(9 300 840)
Transferências e reclassificações	( 4 591)	11 418 563	820 513		198 676	129 886	(12 574 108)	( 11 061)
Variações cambiais	<b>(2 620 642)</b>	<b>(8 851 016)</b>	<b>( 84 943)</b>		<b>( 69 485)</b>	<b>( 182)</b>	<b>( 196 626)</b>	<b>(11 822 894)</b>
Saldo final	<b>89 748 157</b>	<b>261 542 564</b>	<b>2 679 485</b>	<b>96 237</b>	<b>3 452 656</b>	<b>344 407</b>	<b>5 583 497</b>	<b>363 447 003</b>
<b>Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:</b>								
Saldo inicial	38 343 362	183 688 922	1 893 568	94 601	3 282 682	206 119		227 509 254
Depreciações do exercício	2 409 078	9 980 104	277 057	654	80 597	14 751		12 762 241
Perdas por imparidade do exercício - em Resultados		55 225						55 225
Desinvestimento	(2 102 648)	(2 210 298)	( 637 247)		( 306 908)			(5 257 101)
Variações cambiais	<b>(1 069 388)</b>	<b>(6 150 282)</b>	<b>( 49 439)</b>		<b>( 58 053)</b>	<b>( 98)</b>		<b>(7 327 260)</b>
Saldo final	<b>37 580 404</b>	<b>185 363 671</b>	<b>1 483 939</b>	<b>95 255</b>	<b>2 998 318</b>	<b>220 772</b>		<b>227 742 359</b>
Saldo final líquido	<b>52 167 753</b>	<b>76 178 893</b>	<b>1 195 546</b>	<b>982</b>	<b>454 338</b>	<b>123 635</b>	<b>5 583 497</b>	<b>135 704 644</b>

31.12.2017

	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total dos activos fixos tangíveis
<b>Ativo Bruto:</b>								
Saldo inicial	91 307 802	272 235 761	2 612 591	143 635	3 621 704	218 223	3 971 483	374 111 199
Investimento			288 181				10 947 162	11 235 343
Desinvestimento	( 14 505)	(3 116 953)	( 373 755)	( 47 398)	( 102 388)	( 3 477)		(3 658 476)
Revalorização	9 532 969							9 532 969
Transferências e reclassificações	332 735	7 734 041	185 424		71 991		(6 750 151)	1 574 040
Variações cambiais	(4 025 002)	(14 285 639)	( 131 279)		( 112 752)	( 43)	( 261 202)	(18 815 917)
<b>Saldo final</b>	<b>97 133 999</b>	<b>262 567 210</b>	<b>2 581 162</b>	<b>96 237</b>	<b>3 478 555</b>	<b>214 703</b>	<b>7 907 292</b>	<b>373 979 158</b>
<b>Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:</b>								
Saldo inicial	33 296 782	186 752 575	2 251 161	141 110	3 397 687	206 190		226 045 505
Depreciações do exercício	2 227 653	9 654 342	116 885	794	83 600	3 412		12 086 686
Perdas por imparidade do exercício - em Resultados	1 281 964	227 670						1 509 634
Desinvestimento	( 14 505)	(2 989 182)	( 372 770)	( 47 303)	( 97 617)	( 3 477)		(3 524 854)
Reversão de perdas por imparidade	( 663 222)	( 356 208)						(1 019 430)
Revalorização	3 736 123							3 736 123
Transferências e reclassificações		68 267						68 267
Variações cambiais	(1 521 433)	(9 668 542)	( 101 708)		( 100 988)	( 6)		(11 392 677)
<b>Saldo final</b>	<b>38 343 362</b>	<b>183 688 922</b>	<b>1 893 568</b>	<b>94 601</b>	<b>3 282 682</b>	<b>206 119</b>		<b>227 509 254</b>
<b>Saldo final líquido</b>	<b>58 790 637</b>	<b>78 878 288</b>	<b>687 594</b>	<b>1 636</b>	<b>195 873</b>	<b>8 584</b>	<b>7 907 292</b>	<b>146 469 904</b>

As variações cambiais resultam, principalmente, da conversão para euros dos ativos fixos tangíveis das subsidiárias cuja moeda funcional é o dólar canadiano (CAD).

Durante os exercícios de 2018 e 2017 não foram capitalizados juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, no âmbito das condições definidas na nota 2.10.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo tinha hipotecado ativos fixos tangíveis no montante de 120 743 778 euros (128 604 501 euros em 31 de dezembro de 2017), como garantia de empréstimos obtidos no montante de 37 259 448 euros (37 380 912 euros em 31 de dezembro de 2017).

À mesma data, não existiam compromissos assumidos para aquisição de elementos do ativo fixo tangível.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor bruto dos ativos fixos tangíveis cujo valor contabilístico é nulo devido a estarem totalmente depreciados ou em imparidade ascendia a 82 691 975 euros (83 176 910 euros em 31 de dezembro de 2017). Adicionalmente, o valor contabilístico líquido dos ativos fixos tangíveis que, à data de 31 de dezembro de 2018, se encontravam inativos, era de 2 573 411 euros (5 480 815 euros em 31 de dezembro de 2017). Estes ativos não foram apresentados como Ativos não correntes detidos para venda dado não estarem reunidas as condições exigidas para essa classificação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 dezembro de 2017, os ativos fixos tangíveis utilizados pelo Grupo com recurso a locação financeira apresentavam o seguinte detalhe:

	31.12.2018				31.12.2017	
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Outras variações	Saldo Final	Saldo Final
<b>Ativo Bruto:</b>						
Terrenos e edifícios	5 121 453				5 121 453	5 121 453
Equipamento Básico	201 410			( 7 306)	194 104	201 410
Equipamento de transporte	1 203 070		( 596 250)	( 31 767)	575 053	1 203 070
Equipamento administrativo	283 139	152 139	( 243 584)	( 8 449)	183 245	283 139
<b>Saldo Final</b>	<b>6 809 072</b>	<b>152 139</b>	<b>( 839 834)</b>	<b>( 47 522)</b>	<b>6 073 855</b>	<b>6 809 072</b>
<b>Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:</b>						
Terrenos e edifícios	661 651	106 950			768 601	661 651
Equipamento Básico	54 887	13 217		( 2 254)	65 850	54 887
Equipamento de transporte	927 371	55 138	( 596 250)	( 22 864)	363 395	927 371
Equipamento administrativo	282 725	3 577	( 243 584)	( 5 476)	37 242	282 725
<b>Saldo Final</b>	<b>1 926 634</b>	<b>178 882</b>	<b>( 839 834)</b>	<b>( 30 594)</b>	<b>1 235 088</b>	<b>1 926 634</b>
<b>Saldo final líquido</b>	<b>4 882 438</b>	<b>( 26 743)</b>		<b>( 16 928)</b>	<b>4 838 767</b>	<b>4 882 438</b>

Os pagamentos mínimos de locação financeira são apresentados na nota 21.2.

## 10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2018								Total		
	Custos de desenvolvimento		Patentes, Royalties e outros direitos		Programas informáticos		Ativos intangíveis em curso			Total ativos intangíveis	
	Não gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente		Gerados internamente	Não gerados internamente
<b>Ativo Bruto:</b>											
Saldo inicial	40 493	89 514	1 849 333	119 823			1 849 333	249 830	2 099 163		
Investimento					11 474	12 730	11 474	12 730	24 204		
Transferências e reclassificações			11 474		( 11 474)						
Variações cambiais			(52 128)			( 253)	(52 128)	( 253)	(52 381)		
<b>Saldo final</b>	<b>40 493</b>	<b>89 514</b>	<b>1 808 679</b>	<b>119 823</b>		<b>12 477</b>	<b>1 808 679</b>	<b>262 307</b>	<b>2 070 986</b>		
<b>Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:</b>											
Saldo inicial	40 493	69 112	1 726 755	119 823			1 726 755	229 428	1 956 183		
Amortizações do exercício		6 075	71 146				71 146	6 075	77 221		
Variações cambiais			(48 867)				(48 867)		(48 867)		
<b>Saldo final</b>	<b>40 493</b>	<b>75 187</b>	<b>1 749 034</b>	<b>119 823</b>			<b>1 749 034</b>	<b>235 503</b>	<b>1 984 537</b>		
<b>Saldo final líquido</b>		<b>14 327</b>	<b>59 645</b>			<b>12 477</b>	<b>59 645</b>	<b>26 804</b>	<b>86 449</b>		

31.12.2017								
	Custos de desenvolvimento	Patentes, Royalties e outros direitos	Programas informáticos		Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis		Total
	Não gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	
<b>Ativo Bruto:</b>								
Saldo inicial	40 493	89 514	1 828 556	119 823		1 828 556	249 830	2 078 386
Investimento					107 162	107 162		107 162
Desinvestimento			( 3 803)			( 3 803)		( 3 803)
Transferências e reclassificações			107 162		( 107 162)			
Variações cambiais			( 82 583)			( 82 583)		( 82 583)
<b>Saldo final</b>	<b>40 493</b>	<b>89 514</b>	<b>1 849 332</b>	<b>119 823</b>		<b>1 849 332</b>	<b>249 830</b>	<b>2 099 162</b>
<b>Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:</b>								
Saldo inicial	40 493	63 039	1 584 342	119 823		1 584 342	223 355	1 807 697
Amortizações do exercício		6 073	217 983			217 983	6 073	224 056
Desinvestimento			( 3 803)			( 3 803)		( 3 803)
Variações cambiais			( 71 767)			( 71 767)		( 71 767)
<b>Saldo final</b>	<b>40 493</b>	<b>69 112</b>	<b>1 726 755</b>	<b>119 823</b>		<b>1 726 755</b>	<b>229 428</b>	<b>1 956 183</b>
<b>Saldo final líquido</b>		<b>20 402</b>	<b>122 577</b>			<b>122 577</b>	<b>20 402</b>	<b>142 979</b>

Em 31 de dezembro de 2018, o valor bruto dos ativos intangíveis totalmente amortizados ou em imparidade ascendia a 1 869 845 euros (818 633 euros em 31 de dezembro de 2017).

## 11. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Custo	Total	Custo	Total
<b>Ativo Bruto:</b>				
Saldo inicial	37 254 929	37 254 929	37 254 929	37 254 929
Investimento				
<b>Saldo final</b>	<b>37 254 929</b>	<b>37 254 929</b>	<b>37 254 929</b>	<b>37 254 929</b>
<b>Depreciações e Perdas de Imparidade Acumuladas:</b>				
Saldo inicial	31 253 886	31 253 886	31 002 982	31 002 982
Depreciações do exercício	250 903	250 903	250 904	250 904
<b>Saldo final</b>	<b>31 504 789</b>	<b>31 504 789</b>	<b>31 253 886</b>	<b>31 253 886</b>
<b>Saldo final líquido</b>	<b>5 750 140</b>	<b>5 750 140</b>	<b>6 001 043</b>	<b>6 001 043</b>

	31.12.2018	31.12.2017
Rendas de propriedades de investimentos	400 460	377 303
Custos operacionais diretos	268 478	257 172

À data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica Propriedades de investimento compreendia o terreno e os edifícios da unidade industrial de Betanzos, em Espanha, que se encontra arrendada a terceiros. Estes ativos estão registados ao custo histórico. O seu justo valor foi calculado por entidade independente, com referência à data de 31 de dezembro de 2018, e ascendia a 6,9 milhões de euros (6,3 Milhões de euros, a 31 de dezembro de 2017), e situa-se no nível dois da hierarquia de justo valor. O justo valor foi estimado, com referência a 31 de dezembro de 2018, através de uma abordagem de mercado e de uma abordagem de custo.

O rédito associado às propriedades de investimento encontra-se registado na rubrica Prestações de serviços, da Demonstração Consolidada de Resultados.

## 12. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos no valor do *Goodwill* foram os seguintes:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Ativo Bruto:		
Saldo Inicial	<u>347 082</u>	<u>347 082</u>
Saldo Final	<u>347 082</u>	<u>347 082</u>
Valor líquido	<u><u>347 082</u></u>	<u><u>347 082</u></u>

Os montantes apresentados na rubrica *Goodwill*, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, referem-se às subsidiárias identificadas na nota 4. Devido ao reduzido valor de *goodwill*, a Sociedade entendeu não efetuar uma análise de imparidade ao respetivo valor, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 13. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, de acordo com as diferenças temporárias subjacentes, é o seguinte:

	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por Impostos Diferidos	
	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Homogeneização de Amortizações e Depreciações		16 590 835	18 126 186
Provisões não Aceites Fiscalmente	54 222		
Imparidade de Ativos	1 059 442		
Prejuízos Fiscais Reportáveis	66 685		
Revalorização de Ativos Fixos tangíveis		2 292 370	2 441 232
Outras diferenças temporárias	281 811	280	1 368
	<u>1 462 160</u>	<u>18 883 485</u>	<u>20 568 786</u>

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial	1 462 160	1 364 497	20 568 786	20 754 938
<b>Efeito em resultado das operações continuadas</b>				
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em resultado				
Homogeneização de amortizações e depreciações			( 895 615)	( 546 661)
Provisões não aceites fiscalmente	( 51 556)	38 258		
Imparidade de ativos	(1 059 442)	2 430		
Revalorização de ativos fixos tangíveis			( 86 376)	( 13 880)
Prejuízos fiscais reportáveis	( 63 407)			
Outras diferenças temporárias	( 281 811)	58 458	( 1 005)	( 405)
Subtotal (nota 37)	(1 456 216)	99 147	( 982 996)	( 560 945)
<b>Efeito em outro rendimento integral</b>				
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em outro rendimento integral				
Revalorização de ativos fixos tangíveis				1 536 165
Subtotal				1 536 165
<b>Efeito de conversão monetária</b>	( 5 944)	( 1 484)	( 702 305)	(1 161 372)
Saldo final	<u>1 462 160</u>	<u>1 462 160</u>	<u>18 883 485</u>	<u>20 568 786</u>

Homogeneização de amortizações e depreciações refere-se à diferença entre as amortizações e depreciações relevantes para efeitos contabilísticos e as relevantes para efeitos fiscais.

Em conformidade com o disposto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, o Grupo efetua anualmente uma avaliação dos ativos por impostos diferidos, tendo por base projeções de resultados efetuadas para os cinco anos seguintes. Tendo em consideração estas projeções, o Grupo decidiu reverter a totalidade dos ativos por imposto diferido, dado não estar assegurada a sua recuperabilidade.

De acordo com a estimativa de resultado fiscal do exercício de 2018 e com as declarações fiscais do exercício de 2017 das empresas que registam ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais, os mesmos eram reportados como segue:

Caducidade	31.12.2017	
	Prejuízo fiscal	Activos por imposto diferido
Sem caducidade	238 162	66 685
<b>Total</b>	<b>238 162</b>	<b>66 685</b>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os prejuízos fiscais para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos, podem ser detalhados como segue:

Caducidade	31.12.2018		31.12.2017	
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto
2018			11 447 823	2 403 207
2019	119 987	23 997	119 987	23 997
2020	125 939	25 188	125 939	25 188
2021	123 549	24 710	123 549	24 710
2022	5 721 436	1 188 629	4 074 921	842 861
2023	456 536	91 307	456 536	91 307
2024	71 379	14 276	71 379	14 276
2026	122 117	24 423	116 802	23 360
2027	77 209	15 775	33 325	6 998
2028	5 528 711	1 161 029	5 528 711	1 161 029
	12 346 863	2 569 334	22 098 972	4 616 933
Sem caducidade	761 541 680	201 403 290	762 164 101	236 304 881
<b>Total</b>	<b>773 888 543</b>	<b>203 972 624</b>	<b>784 263 073</b>	<b>240 921 814</b>

Os montantes apresentados como crédito de imposto referem-se ao ativo por imposto diferido que não foi registado nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, dado as condições requeridas pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro para tal não estarem preenchidas. Futuramente, esse ativo por imposto diferido poderá ser registado, parcialmente ou pela totalidade do valor em cima quantificado, na situação de as condições exigidas para tal pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro serem preenchidas.

Do montante apresentado como prejuízos fiscais reportáveis sem caducidade, à data de 31 de dezembro de 2018, 653 393 692 euros referem-se a subsidiárias localizadas em França (653 352 685 euros em 31 de dezembro de 2017).

Os ativos por impostos diferidos são compensados com o valor dos passivos por impostos diferidos nas situações em que:

i) A Empresa geradora das respetivas diferenças temporárias tenha capacidade legal para compensar os saldos ativos com os saldos passivos do imposto sobre o rendimento corrente; ou

ii) Os ativos e passivos por impostos diferidos apurados estão relacionados com o imposto sobre o rendimento a pagar à mesma Entidade fiscal:

(a) por uma entidade; ou

(b) por diferentes entidades que pretendem receber/ pagar imposto numa base líquida.

#### 14. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica Inventários da Demonstração Consolidada de Posição Financeira detalhava-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Mercadorias	321 312	1 467 476
Produtos acabados e intermédios	9 259 282	7 408 605
Produtos e trabalhos em curso	640 028	576 291
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	<u>8 937 726</u>	<u>8 496 688</u>
	19 158 348	17 949 060
Ajuste acumulado ao valor realizável líquido dos inventários (Nota 29)	<u>934 312</u>	<u>950 946</u>
	<u><u>18 224 036</u></u>	<u><u>16 998 114</u></u>

	31.12.2018		31.12.2017	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	1 467 476	8 496 688	1 562 647	9 231 598
Variações cambiais	( 72 346)	( 247 521)	( 43 819)	( 386 547)
Compras	12 150 099	110 133 889	13 339 580	108 017 794
Outras variações				( 1 137)
Saldo final	<u>321 312</u>	<u>8 937 726</u>	<u>1 467 476</u>	<u>8 496 688</u>
Variação de inventários	13 223 917	109 445 330	13 390 932	108 365 020
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários		( 89 645)	97 239	( 66 704)
Total	13 223 917	109 355 685	13 488 171	108 298 316
Custo das vendas - Demonstração Consolidada de Resultados	<u>122 579 602</u>		<u>121 786 487</u>	

Os inventários do grupo são constituídos, principalmente, por madeira, placas cruas e revestidas e produtos químicos.

## 15. CLIENTES

À data de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de Clientes da Demonstração Consolidada de Posição Financeira podia decompor-se como segue:

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Cientes	12 423 906	121 467	12 302 439	14 008 405	417 227	13 591 178

	31.12.2018	31.12.2017
Não vencido	9 690 753	11 501 044
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	2 152 908	1 565 094
30 - 90 dias	149 803	73 456
+ 90 dias	297 442	308 625
	<u>2 600 153</u>	<u>1 947 175</u>
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias		113 242
90 - 180 dias	11 301	110 877
180 - 360 dias	1 709	
+ 360 dias	119 990	336 067
	<u>133 000</u>	<u>560 186</u>
Total	<u>12 423 906</u>	<u>14 008 405</u>

## 16. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica Outras dívidas de terceiros, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Outros devedores	24 270	24 270	59 076	59 076
Partes relacionadas	<u>16 413</u>	<u>16 413</u>	<u>18 349</u>	<u>18 349</u>
Instrumentos financeiros	40 683	40 683	77 425	77 425
Outros devedores	<u>83 677</u>	<u>83 677</u>	<u>207 985</u>	<u>207 985</u>
Activos não abrangidos pela IFRS 9 (IAS 39 em 31.12.2017)	83 677	83 677	207 985	207 985
Total	<u>124 360</u>	<u>124 360</u>	<u>285 410</u>	<u>285 410</u>

ANTIGUIDADE DE OUTROS DEVEDORES E DE PARTES RELACIONADAS		
	31.12.2018	31.12.2017
Não vencido	7 972	10 852
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	23 845	28 682
30 - 90 dias	996	
+ 90 dias	7 870	37 891
	<u>32 711</u>	<u>66 573</u>
Total	<u>40 683</u>	<u>77 425</u>

## 17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe da rubrica Outros ativos correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é o seguinte:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Instrumentos derivados	<u>27 676</u>	<u>27 676</u>	<u>1 645</u>	<u>1 645</u>
Instrumentos financeiros	27 676	27 676	1 645	1 645
Acréscimo de rendimentos	321 549	321 549	287 210	287 210
Gastos diferidos	<u>1 684 066</u>	<u>1 684 066</u>	<u>1 839 718</u>	<u>1 839 718</u>
Activos não abrangidos pela IFRS 9 (IAS 39 em 31.12.2017)	2 005 615	2 005 615	2 126 928	2 126 928
Total	<u>2 033 291</u>	<u>2 033 291</u>	<u>2 128 573</u>	<u>2 128 573</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Grupo não detinha quaisquer instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa. Os montantes incluídos no quadro anterior referem-se a instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de resultados (nota 22).

A rubrica Gastos diferidos inclui um montante de 879 309 euros referente à periodização de gastos com seguros (929 454 euros a 31 de dezembro de 2017) e 499 921 euros referente à periodização de gastos relacionados com instrumentos financeiros (537 337 a 31 de dezembro de 2017).

18. OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (ATIVO CORRENTE)

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica Outros impostos e contribuições podia decompor-se como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Outros impostos e contribuições		
Imposto sobre o valor acrescentado	568 018	1 180 718
Outros	984 696	915 538
	<u>1 552 714</u>	<u>2 096 256</u>

19. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe da rubrica Caixa e equivalentes de caixa, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira e da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, era o seguinte:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Numerário	5 840	6 556
Depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria	<u>10 618 352</u>	<u>4 078 215</u>
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração consolidada de posição financeira	10 624 192	4 084 771
Descobertos bancários	<u>136 274</u>	
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração consolidada de fluxos de caixa	<u>10 487 918</u>	<u>4 084 771</u>

A 31 de dezembro de 2018, o montante de caixa e equivalentes de caixa expressos em moeda diferente da moeda funcional do Grupo ascendia a 4 492 541 euros (3 548 078 euros, em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria ascendia a 10 618 352 euros (4 078 215 euros, em 31 de dezembro de 2017). A esta data, existiam dois depósitos de curto prazo de montante superior a 1 000 000 euros cada, efetuados em duas instituições financeiras com nível de *rating* P-1 e P-2 (Moody's).

## 20. CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio consolidado é composto pelas seguintes rubricas:

### 20.1. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, ascendia a 253 319 797,26 euros e era representado por 45 403 029 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal.

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito, em 31 de dezembro de 2018:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, S. A.	42,66
Pareuro BV	25,84

As ações representativas do capital social, nas datas de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não conferem direito a qualquer remuneração fixa.

### 20.2. RESERVA LEGAL

A rubrica Reserva legal inclui a reserva da Sociedade-mãe constituída e utilizada nos termos dos artº. 295 e 296 do Código das Sociedades Comerciais. De acordo com esta disposição legal, pelo menos 5% do resultado líquido anual (da empresa-mãe) tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social (da empresa-mãe). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação em capital social.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 9 de maio de 2018, foi aprovado um reforço da reserva legal no montante de 1 807 489 euros.

### 20.3. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui:

- As reservas da Sociedade-mãe e a quota-parte atribuível ao Grupo das reservas das entidades incluídas na consolidação, constituídas nos termos dos respetivos estatutos ou por proposta dos respetivos Conselhos de Administração, aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas;
- Os resultados acumulados de exercícios anteriores da Sociedade-mãe e a quota-parte dos mesmos das entidades incluídas na consolidação, cuja aplicação ainda não foi efetuada;
- O resultado líquido do exercício corrente da Sociedade-mãe e a quota-parte dos mesmos das entidades incluídas na consolidação;
- Os ajustamentos de consolidação a qualquer das componentes anteriores.

#### 20.4. OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL ACUMULADO

A rubrica Outro rendimento integral acumulado tem a seguinte composição:

- A reserva de conversão monetária, resultante da transposição para Euros das demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em moeda funcional diferente;
- O saldo de instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 22);
- O efeito da remensuração das obrigações de benefícios definidos (nota 25);
- Revalorização de ativos fixos tangíveis (notas 2.3, 2.9 e 9);
- Quota-parte do Grupo no outro rendimento integral acumulado dos empreendimentos conjuntos;
- Os ajustamentos de consolidação a qualquer dos componentes anteriores.

	<b>Outro rendimento integral acumulado</b>						
	<b>Atribuível aos accionistas da empresa-mãe</b>						
	Conversão monetária	Reserva de revalorização	Remensurações em planos de benefícios definidos	Quota-parte do Outro Rendimento Integral dos Empreendimentos Conjuntos		Imposto relativo às componentes de outro rendimento integral	Total
Que ulteriormente poderá ser transferido para resultado				Que ulteriormente não poderá ser transferido para resultado			
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	6 873 920	12 164 031	( 86 071)	3 850 335	35 054 610	(2 569 547)	55 287 278
Outro rendimento integral consolidado do período	(2 564 945)		79 438	(2 731 548)	3 475 808		(1 741 247)
Transferido para Outras reservas e resultados acumulados		( 206 632)					( 206 632)
Outros	( 149 016)			( 50 855)			( 199 871)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>4 159 959</u>	<u>11 957 399</u>	<u>( 6 633)</u>	<u>1 067 932</u>	<u>38 530 418</u>	<u>(2 569 547)</u>	<u>53 139 528</u>

Outro rendimento integral acumulado							
Atribuível aos accionistas da empresa-mãe							
Conversão monetária	Reserva de revalorização	Remensurações em planos de benefícios definidos	Quota-parte do Outro Rendimento Integral dos Empreendimentos Conjuntos		Imposto relativo às componentes de outro rendimento integral	Total	
			Que ulteriormente poderá ser transferido para resultado	Que ulteriormente não poderá ser transferido para resultado			
Saldo em 1 de janeiro de 2017	11 114 057	6 367 184	( 192 092)	4 468 623	33 694 328	(1 033 382)	54 418 718
Outro rendimento integral consolidado do período	(4 240 137)	5 796 847	106 021	( 618 288)	1 360 282	(1 536 165)	868 560
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6 873 920	12 164 031	( 86 071)	3 850 335	35 054 610	(2 569 547)	55 287 278

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica Reserva de conversão monetária refere-se, essencialmente, à subsidiária Tafisa Canada Inc.

## 21. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2018			
	Custo Amortizado		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	15 192 246		15 192 246	
Empréstimos bancários	2 136 274	188 102 256	2 136 274	189 112 411
Credores por locações financeiras	529 015	491 753	529 015	491 753
<b>Endividamento bruto</b>	<b>17 857 535</b>	<b>188 594 009</b>	<b>17 857 535</b>	<b>189 604 164</b>

	31.12.2017			
	Custo Amortizado		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	11 949 858		11 949 858	
Empréstimos bancários	1 750 000	197 650 071	1 750 000	199 012 843
Credores por locações financeiras	500 227	898 793	500 227	898 793
<b>Endividamento bruto</b>	<b>14 200 085</b>	<b>198 548 864</b>	<b>14 200 085</b>	<b>199 911 636</b>

O perfil de vencimento destes financiamentos encontra-se detalhado na nota 23.

Existem contratos de locação financeira sujeitos a taxa de juro fixa. À data de 31 de dezembro de 2018, foi calculado o justo valor dos pagamentos mínimos de locação financeira, que não apresenta diferenças materialmente relevantes em relação aos montantes registados na rubrica Credores por locações financeiras, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

As taxas de juro médias verificadas para cada classe de endividamento indicada no mapa anterior, foram as seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos bancários	4.35%	4.23%
Locações financeiras	<u>4.67%</u>	<u>5.18%</u>

No cômputo destas taxas de juro médias não foram considerados os descobertos bancários, por imaterialidade dos montantes envolvidos.

O montante total em dívida, a 31 de Dezembro de 2018, em financiamentos relativamente aos quais os respetivos credores têm a possibilidade de considerar vencida a dívida, no caso de mudança acionista, era de cerca de 158 milhões de euros (81% do valor contabilístico do endividamento líquido consolidado).

### 21.1. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

A rubrica Empréstimos bancários do quadro da nota 21 inclui as rubricas Empréstimos bancários não correntes - líquidos da parcela corrente, Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes e Empréstimos bancários correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, e detalhava-se, às datas de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, como segue:

Sociedade	31.12.2018			Total
	Não corrente	Corrente		
		Parcela de curto prazo	Curto prazo	
Sonae Indústria-SGPS,SA	152 100 000	14 000 000	2 135 022	168 235 022
Tafisa Canada Inc.	34 012 411	192 246		34 204 657
Sonae Industria de Revestimentos,SA	3 000 000	1 000 000		4 000 000
Isoroy SAS			1 252	1 252
	<u>189 112 411</u>	<u>15 192 246</u>	<u>2 136 274</u>	<u>206 440 931</u>

Sociedade	31.12.2017			Total
	Não corrente	Corrente		
		Parcela de curto prazo	Curto prazo	
Sonae Indústria-SGPS,SA	160 651 145	11 900 000	1 750 000	174 301 145
Tafisa Canada Inc.	34 361 698	49 858		34 411 556
Sonae Industria de Revestimentos,SA	4 000 000			4 000 000
	<u>199 012 843</u>	<u>11 949 858</u>	<u>1 750 000</u>	<u>212 712 701</u>

Os montantes detalhados nos quadros anteriores correspondem ao valor nominal dos empréstimos bancários divulgado na nota 21.

Os empréstimos bancários não correntes, a respetiva parcela corrente e os empréstimos bancários correntes, detalham-se como segue:

Empresa(s)	Financiamento	Data de início	Data de vencimento (com referência à data de 31.12.2018)	Divisa	Montante em dívida à data de 31.12.2018 (EUR)	Montante em dívida à data de 31.12.2017 (EUR)
Tafisa Canada Inc.	Empréstimo Bancário (Revolving) <sup>1)</sup>	julho de 2011	outubro de 2013	CAD	33 259 448	33 380 912
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	junho de 2013	junho de 2023 Nota: programa sem garantia de subscrição	EUR	2 000 000	1 750 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2014	amortizável entre maio de 2020 e maio de 2022	EUR	8 100 000	7 500 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial <sup>2)</sup>	maio de 2016	amortizável entre maio de 2019 e maio de 2021	EUR	136 500 000	143 500 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	julho de 2019	EUR	4 000 000	4 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	última amortização em julho de 2018, conforme previsto contratualmente	EUR		1 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial <sup>3)</sup>	dezembro de 2016	amortizável entre junho de 2018 e dezembro de 2019	EUR	7 500 000	16 000 000
Sonae - Indústria de Revestimentos, S. A.	Empréstimo bancário	setembro de 2017	amortizável entre março de 2019 e setembro de 2022	EUR	4 000 000	4 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S. A.	Programa de Papel Comercial <sup>4)</sup>	junho de 2018	amortizável entre dezembro de 2019 e junho de 2021	EUR	10 000 000	N/A
Outros				EUR	1 081 483	1 581 789
<b>Total</b>				<b>EUR</b>	<b>206 440 931</b>	<b>212 712 701</b>

- 1) Este contrato obriga ao cumprimento de dois rácios financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras individuais da Tafisa Canada Inc: um rácio de Passivo Financeiro / (Capital Próprio + Passivo Financeiro) e outro de EBITDA / Fluxos de caixa de juros e gastos similares líquidos. Estes rácios são testados trimestralmente até ao termo do financiamento e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo;
- 2) As garantias associadas a este empréstimo incluem os penhores das ações das subsidiárias Megantic B. V. e Tafisa Canada Inc. Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. está obrigada a manter um determinado nível máximo de dívida financeira, calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, comprometendo-se também com um nível máximo do rácio Dívida Líquida / EBITDA para a Tafisa Canada Inc, calculado com base nas demonstrações financeiras individuais desta subsidiária. O incumprimento de qualquer um destes rácios pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo;
- 3) No âmbito deste financiamento, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. deu em garantia as ações da sua subsidiária Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S. A.. Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de autonomia financeira (Total do Capital Próprio / Total do Ativo). Este rácio é testado anualmente, a partir de 31 de dezembro de 2016, inclusive, até ao termo do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo;
- 4) Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira (Total do Capital Próprio / Total do Ativo). Este rácio é testado anualmente, desde 31 de dezembro de 2018, inclusive, até ao termo do financiamento, com base nas demonstrações financeiras

consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

N/A – empréstimos que não existiam à data de 31 de dezembro de 2017.

Os montantes detalhados no quadro anterior correspondem ao valor nominal dos empréstimos bancários divulgado na nota 21.

Os contratos descritos anteriormente têm subjacentes taxas de juro variáveis.

À data de 31 de dezembro de 2018, os rácios associados aos empréstimos, mencionados anteriormente, cumpriam os limites contratualmente estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2018, além das hipotecas referidas na nota 9, existiam outros ativos onerados como garantia de passivos do Grupo no montante de 27 549 025 euros (26 613 983 euros a 31 de dezembro de 2017). Estes ativos eram principalmente constituídos por inventários e contas de terceiros.

## 21.2. CREDORES POR LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos de locação financeira		Valor actual dos pagamentos mínimos de locação financeira	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
2018		559 407		500 227
2019	568 053	518 451	529 015	482 791
2020	416 707	367 105	403 047	355 254
2021	89 737	61 472	88 706	60 748
	<u>1 074 497</u>	<u>1 506 435</u>	<u>1 020 768</u>	<u>1 399 020</u>
Credores por locação financeira - corrente			529 015	500 227
Credores por locação financeira - não corrente			<u>491 753</u>	<u>898 793</u>

Os ativos registados ao abrigo de contratos de locação financeira são apresentados na nota 9.

Os passivos de locação financeira encontram-se garantidos pela reserva de propriedade dos bens locados.

### 21.3. FLUXOS DE CAIXA

Os montantes apresentados nas rubricas Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos e Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos, das atividades de financiamento da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, incluem as renovações das emissões de papel comercial referidas na nota 21.1.

Os passivos financeiros (valor nominal) derivados das atividades de financiamento, divulgados na nota 21, apresentam a seguinte decomposição:

		31.12.2018					
<b>Demonstração Consolidada de Posição Financeira</b>		Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Variação cambial	Outros	Saldo final
Passivos não correntes:							
	Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	199 012 843	8 499 920	7 955 882	(1 264 663)	(9 179 806)	189 112 412
	Credores por locação financeira - líquido de parcela corrente	898 793	152 139	477 304	( 7 576)	( 74 299)	491 753
Passivos correntes:							
	Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	11 949 858		32 680	( 4 738)	3 279 806	15 192 246
	Empréstimos bancários correntes	1 750 000	1634 086 274	1639 600 000		5 900 000	2 136 274
	Parcela corrente dos credores por locação financeira não correntes	500 227		41 368	( 4 143)	74 299	529 015
	<b>Total</b>	<b>214 111 721</b>	<b>1642 738 333</b>	<b>1648 107 234</b>	<b>(1 281 120)</b>		<b>207 461 700</b>
Movimentos que não afetam os fluxos de caixa:							
	Credores por locação financeira - líquido de parcela corrente	(-)	152 139				
	Descobertos bancários (classificados em Caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa)	(-)	136 274				
	Outros	(-)		2 993			
	<b>Total</b>		<b>1642 449 920</b>	<b>1648 104 241</b>			
<b>Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa</b>			Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a			
Atividades de financiamento:							
	Empréstimos obtidos		1642 449 920	1647 588 599			
	Credores por locações financeiras			515 642			
	<b>Total</b>		<b>1642 449 920</b>	<b>1648 104 241</b>			

		31.12.2017					
<b>Demonstração Consolidada de Posição Financeira</b>		Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Variação cambial	Outros	Saldo final
Passivos não correntes:							
	Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	216 670 581	19 928 995	14 728 550	(2 041 096)	(20 817 087)	199 012 843
	Credores por locação financeira - líquido de parcela corrente	1 132 741	288 181	427 938	( 6 890)	( 87 301)	898 793
Passivos correntes:							
	Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	390 967		102 536	( 5 661)	11 667 088	11 949 858
	Empréstimos bancários correntes	1 500 000	835 900 000	844 800 000		9 150 000	1 750 000
	Parcela corrente dos credores por locação financeira não correntes	417 272			( 4 345)	87 300	500 227
	<b>Total</b>	<b>220 111 561</b>	<b>856 117 176</b>	<b>860 059 024</b>	<b>(2 057 992)</b>		<b>214 111 721</b>
Movimentos que não afetam os fluxos de caixa:							
	Credores por locação financeira - líquido de parcela corrente	(-)	288 181				
	<b>Total</b>		<b>855 828 995</b>	<b>860 059 024</b>			
<b>Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa</b>			Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a			
Atividades de financiamento:							
	Empréstimos obtidos		855 828 995	(859 631 085)			
	Credores por locações financeiras			( 427 939)			
	<b>Total</b>		<b>855 828 995</b>	<b>(860 059 024)</b>			

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Outros ativos correntes		Outros passivos correntes	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Derivados ao justo valor através de resultados				
"Forwards" de taxa de câmbio (notas 17 e 28)	27 676	1 645	5 621	71 838
	<u>27 676</u>	<u>1 645</u>	<u>5 621</u>	<u>71 838</u>

### 22.1. Derivados ao justo valor através de resultado

São constituídos por derivados de taxa de câmbio ("forwards"), em relação aos quais não foi aplicada contabilidade de cobertura.

A determinação do justo valor dos "forwards" de taxa de câmbio é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e a avaliações externas, quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos, e teve por base a atualização, para a data de relato, do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato (segundo nível da hierarquia de justo valor). O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação (taxa de câmbio "forward" determinada entre a data da avaliação e data de maturidade do contrato, obtida com recurso a informação de mercado).

Os ganhos e perdas correspondentes à variação do justo valor foram registados na rubrica Ajustamentos para o justo valor de instrumentos financeiros registados ao justo valor através de resultados (notas 32 e 33), a que corresponde um ganho líquido de 78 585 euros (uma perda líquida de 150 913 euros, em 2017).

Os instrumentos derivados registados ao justo valor através de resultados, detidos pelo grupo à data de 31 de dezembro de 2018, vencem integralmente durante o exercício de 2019.

## 22.2. Derivados ao justo valor através de reservas

Durante os exercícios de 2018 e 2017 não foram contratados instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de reservas.

## 23. RISCOS FINANCEIROS

### 23.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez descrito na nota 2.26., c), no que diz respeito ao endividamento bruto referido na nota 21, pode ser analisado como segue:

	31.12.2018		
	Maturidade do endividamento bruto (nota 21)	Juro	Total
<b>2019</b>	17 857 535	7 282 428	25 139 963
<b>2020</b>	47 695 293	6 004 065	53 699 358
<b>2021</b>	104 280 952	2 880 533	107 161 485
<b>2022</b>	4 192 246	1 183 534	5 375 780
<b>2023</b>	33 435 673	942 666	34 378 339
	<u>207 461 699</u>	<u>18 293 226</u>	<u>225 754 925</u>

	31.12.2017		
	Maturidade do endividamento bruto (nota 21)	Juro	Total
<b>2018</b>	14 200 085	7 399 956	21 600 041
<b>2019</b>	19 483 418	6 958 108	26 441 526
<b>2020</b>	47 404 736	5 608 920	53 013 656
<b>2021</b>	131 641 142	1 977 866	133 619 008
<b>2022</b>	1 199 482	17 031	1 216 513
<b>2023</b>	182 858		182 858
	<u>214 111 721</u>	<u>21 961 881</u>	<u>236 073 602</u>

Os valores de juros indicados nos quadros anteriores foram calculados com base nas taxas de juro em vigor a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 para cada um dos valores em dívida. O valor indicado para 2019 (2018) no perfil de vencimento do endividamento bruto inclui, para além das amortizações de dívida programadas, a amortização dos valores considerados no endividamento de final de 2018 (2017) para os quais o compromisso da dívida é inferior a um ano.

O perfil de vencimento dos restantes instrumentos financeiros está incluído nas respetivas notas explicativas.

## 23.2. Risco de mercado

### 23.2.1. Risco de taxa de juro

Na análise do risco de taxa de juro, descrito na nota 2.26., b), i), foi calculado o efeito que se teria produzido nos resultados antes de impostos dos exercícios de 2018 e 2017, no caso de ter ocorrido uma variação de +0,75 pontos percentuais e de -0,75 pontos percentuais em relação às taxas de juro que foram refixadas durante esses exercícios:

Análise de sensibilidade						
2018			2017			
	"Notional" (Euros)	Efeito em resultados (Euros)		"Notional" (Euros)	Efeito em resultados (Euros)	
		0.75%	-0.75%		0.75%	-0.75%
Endividamento bruto						
EUR	172 933 910	(1 222 132)	1 222 132	179 391 401	(1 133 789)	1 133 789
CAD	34 527 789	( 241 615)	241 615	34 720 320	( 275 480)	275 480
	<u>207 461 699</u>	<u>(1 463 747)</u>	<u>1 463 747</u>	<u>214 111 721</u>	<u>(1 409 269)</u>	<u>1 409 269</u>

A análise de sensibilidade evidenciada no quadro anterior exclui descobertos bancários e os empréstimos que não estão sujeitos a variação da taxa de juro.

Considerando a Euribor a 6M como indicador de referência para o nível de taxas de juro do Euro, uma variação de 0,75 pontos percentuais corresponde a 84,4 vezes o desvio padrão daquela variável de 2018 (48,9 vezes, em 2017).

### 23.2.2. Risco de taxa de câmbio

Em relação ao risco de taxa de câmbio, descrito na nota 2.26, b), ii), foram efetuadas:

- Análises de sensibilidade aos saldos denominados em moeda diferente da moeda funcional de cada sociedade incluída na consolidação, considerando uma variação de +1% e -1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2018 e 2017 de cada moeda, em relação ao Euro.

i) Empréstimos (-) líquidos de aplicações de tesouraria (+)

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Grupo não detinha quaisquer saldos de empréstimos ou aplicações de tesouraria denominados numa moeda diferente das moedas funcionais das suas subsidiárias.

ii) Outros saldos: ativos líquidos (+) e passivos líquidos (-)

	Montante denominado em moeda estrangeira		Contra-valor em Euros		Análise de sensibilidade (EUR)			
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	2018		2017	
					-1%	1%	-1%	1%
USD	1 823 848	1 555 938	1 592 876	1 297 372	( 15 929)	15 929	( 12 974)	12 974
ZAR	14 043 629	20 259 303	853 291	1 368 313	( 8 533)	8 533	( 13 683)	13 683
GBP	( 8 213)	( 22 527)	( 9 181)	( 25 390)	92	( 92)	254	( 254)

A sensibilidade refere-se ao efeito que a variação de -1% e 1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2018 e 2017 teriam no valor líquido das diferenças de câmbio incluídas nas notas 32, 33 e 36.

- b) Análise de sensibilidade aos instrumentos derivados contratados para cobertura do risco de câmbio identificado no ponto anterior, considerando uma variação de +1% e -1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2018 e 2017 de cada moeda, em relação ao Euro.

i) Empréstimos líquidos de aplicações de tesouraria

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Grupo não detinha quaisquer derivados para cobertura de saldos de empréstimos ou aplicações de tesouraria denominados em moedas diferentes das moedas funcionais das suas subsidiárias.

ii) Outros saldos: ativos líquidos (+) e passivos líquidos (-)

	Montante denominado em moeda estrangeira		Contra-valor em Euros		Análise de sensibilidade (EUR)			
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	2018		2017	
					-1%	1%	-1%	1%
ZAR	14 357 909	20 770 117	872 387	1 402 814	8 724	( 8 724)	14 028	( 14 028)

A sensibilidade refere-se ao efeito que a variação de -1% e 1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2018 e 2017 teriam na cobertura dos montantes identificados na alínea a).

### 23.2.3. Risco de crédito

No que diz respeito ao risco de crédito, descrito na nota 2.26, a), este encontra-se refletido, essencialmente, nos montantes escriturados nas rubricas Clientes (nota 15) e Outras dívidas de terceiros (nota 16). Não se verificaram diferenças relevantes entre os valores registados nesta rubrica e o respetivo justo valor estimado.

## 24. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Outras dívidas a terceiros	<u>1 128 038</u>	<u>2 122 999</u>
Passivos não abrangidos pela IFRS 9 (IAS 39 em 31.12.2017)	<u>1 128 038</u>	<u>2 122 999</u>
Total	<u><u>1 128 038</u></u>	<u><u>2 122 999</u></u>

A rubrica Outras dívidas a terceiros não correntes inclui o montante de 888 506 euros (1 189 166 euros à data de 31 de dezembro de 2017) referente ao diferimento de rendimentos com subsídios ao investimento.

## 25. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Diversas empresas do Grupo assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem crescente em função do número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente.

O valor atual das responsabilidades por benefícios definidos é avaliado anualmente através de estudos atuariais realizados com base no método "Projected Unit

Credit". Os pressupostos atuariais utilizados nas avaliações efetuadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	Portugal	
	31.12.2018	31.12.2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%
Taxa de rendimento do fundo	3,80%	2,50%
Taxa técnica atuarial	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,0%	0,0%

Os planos de benefícios, constituídos em exercícios anteriores por diversas sociedades do Grupo, são os seguintes:

Portugal:

Diversas sociedades do Grupo dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído, gerido por entidade terceira e calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, com base em estudos atuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores de três sociedades contratados até 31 de dezembro de 1994 que, durante o tempo de vida após o momento da reforma, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. Os trabalhadores abrangidos têm a possibilidade de optar pelo recebimento de uma quantia no momento de reforma, em alternativa à renda mensal.

A taxa técnica atuarial de 2,75%, utilizada no cálculo da responsabilidade por benefícios definidos das subsidiárias portuguesas, foi obtida a partir das curvas de rendimento das obrigações corporativas de cupão zero de elevada qualidade, da zona euro, acrescida de um *spread*, determinado com base no índice iTraxx Europe Main.

A duração média estimada da obrigação por benefícios definidos registada pelas subsidiárias portuguesas é de 20 anos.

Com base no estudo atuarial efetuado em 31 de dezembro de 2018, o passivo por benefícios definidos ascendia a 785 667 euros (962 252 euros a 31 de dezembro de 2017).

O principal risco a que estes planos de benefícios definidos expõem o Grupo é o risco de liquidez. À data de 31 de dezembro de 2018, os ativos afetos aos planos

representavam 40,31% (38% em 31 de dezembro de 2017) da obrigação de benefícios definidos. Este risco é, contudo, mitigado pelo facto de as obrigações de benefícios definidos do Grupo terem um prazo médio de vencimento bastante longo, e pelo facto de os trabalhadores abrangidos não reterem direito aos benefícios no caso de cessarem a relação de trabalho com o Grupo.

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 no valor presente das obrigações de benefícios definidos pode ser decomposto como segue:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Plano com fundo constituído	Total	Plano com fundo constituído	Total
(+) Saldo inicial do valor presente das obrigações de benefícios definidos	1 560 588	1 560 588	1 757 059	1 757 059
(+) Custo de juros	42 916	42 916	6 482	6 482
(+) Custo do serviço corrente	49 450	49 450	8 590	8 590
(+) Remensurações:				
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros			( 74 487)	( 74 487)
Resultantes de ajustamentos de experiência	( 170 004)	( 170 004)	( 97 460)	( 97 460)
(+) Custos reconhecidos por serviços passados	( 166 682)	( 166 682)	( 39 596)	( 39 596)
(=) Saldo final do valor presente das obrigações de benefícios definidos	<u>1 316 268</u>	<u>1 316 268</u>	<u>1 560 588</u>	<u>1 560 588</u>

Durante os exercícios de 2018 e 2017, o justo valor dos ativos dos planos registou os seguintes movimentos:

	31.12.2018	31.12.2017
(+) Saldo inicial do justo valor dos ativos do plano	598 336	646 988
(+) Rendimento de juros	22 831	17 274
(+) Remensurações	( 90 566)	( 65 926)
(=) Saldo final do justo valor dos ativos do plano	<u>530 601</u>	<u>598 336</u>

Os ativos afetos aos planos de benefícios definidos não incluem ativos ocupados ou utilizados pelo Grupo nem incluem ativos mobiliários emitidos pela Sociedade e suas subsidiárias.

À data de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor das responsabilidades por benefícios definidos reconhecidos na Demonstração Consolidada de Posição Financeira é detalhado como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
(+) Valor presente das obrigações de benefícios definidos	1 316 268	1 560 588
(-) Justo valor dos ativos do plano	530 601	598 336
(=) Passivo de benefícios definidos	<u>785 667</u>	<u>962 252</u>

A sensibilidade da obrigação por benefícios definidos é a seguinte:

	2018			2017		
	-0,5 pp	Base de valorização	+0,5 p	-0,5 pp	Base de valorização	+0,5 p
Obrigação por benefícios definidos	1 449 250	1 316 268	1 197 889	1 714 065	1 560 588	1 423 958

A base de valorização refere-se à taxa técnica atuarial incluída nos pressupostos atuariais divulgados anteriormente.

## 26. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica Fornecedores, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, apresentava as seguintes maturidades:

	MATURIDADE DE FORNECEDORES	
	31.12.2018	31.12.2017
A Pagar a		
< 90 dias	21 419 613	19 589 609
90 - 180 dias	62 039	11 591
> 180 dias	85 832	25 720
	<u>21 567 484</u>	<u>19 626 920</u>

## 27. OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (PASSIVO CORRENTE)

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica Outros impostos e contribuições, incluída no passivo corrente, apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Outros Impostos e contribuições		
Imposto sobre o valor acrescentado	5 498	247 234
Contribuições para a segurança social	211 450	203 737
Outros	<u>273 135</u>	<u>283 412</u>
	<u><u>490 083</u></u>	<u><u>734 383</u></u>

## 28. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Instrumentos financeiros derivados	5 621	71 838
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	1 955 451	2 155 951
Outros credores	<u>531 520</u>	<u>496 357</u>
Instrumentos financeiros	<u>2 492 592</u>	<u>2 724 146</u>
Outros credores	482 866	488 389
Gastos a pagar		
Seguros	19 068	14 105
Gastos com o pessoal	3 912 764	4 318 109
Encargos financeiros	229 540	1 049 512
Descontos de quantidade	3 050 847	3 305 322
Fornecimentos e serviços externos	391 968	346 339
Outros	1 036 838	268 090
Rendimentos diferidos		
Subsídios ao investimento	161 013	173 377
Outros	<u>148 935</u>	<u>154 935</u>
Passivos não abrangidos pela IFRS 9 (IAS 39 em 31.12.2017)	<u>9 433 839</u>	<u>10 118 178</u>
Total	<u><u>11 926 431</u></u>	<u><u>12 842 324</u></u>

### 31.12.2018

	<u>&lt; 90 dias</u>	<u>90 - 180 dias</u>	<u>&gt; 180 dias</u>	<u>Total</u>
Derivados		5 621		5 621
Maturidade dos Fornecedores de ativos fixos tangíveis correntes	1 903 225	52 226		1 955 451
Maturidade dos Outros Credores correntes	500 458		31 062	531 520
	<u>2 403 683</u>	<u>57 847</u>	<u>31 062</u>	<u><u>2 492 592</u></u>

31.12.2017	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Derivados		71 838		71 838
Maturidade dos Fornecedores de ativos fixos tangíveis correntes	2 155 951			2 155 951
Maturidade dos Outros Credores correntes	448 854	1 616	45 887	496 357
	<u>2 604 805</u>	<u>73 454</u>	<u>45 887</u>	<u>2 724 146</u>

## 29. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, foi o seguinte:

Descrição	31.12.2018						
	Saldo inicial	Variação cambial	Aumento	Utilização	Reversão	Outras Variações	Saldo final
Perdas por imparidade							
Propriedades de investimento	2 259 929						2 259 929
Ativos fixos tangíveis	6 306 154		55 224			(1 859 996)	4 501 382
Ativos intangíveis	19 242						19 242
Clientes	417 227	(2 605)	102 930		(83 155)	(312 930)	121 467
Subtotal perdas por imparidade	9 002 552	(2 605)	158 154		(83 155)	(2 172 926)	6 902 020
Provisões							
Processos judiciais em curso	749 344			(166 054)			583 290
Outras	4 510 315				(39 596)		4 470 719
Subtotal provisões	5 259 659			(166 054)	(39 596)		5 054 009
Subtotal perdas por imparidade e provisões	14 262 211	(2 605)	158 154	(166 054)	(122 751)	(2 172 926)	11 956 029
Outras perdas							
Investimentos	36 973 903					(36 969 914)	3 989
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários	950 946	(19 493)	226 375		(223 516)		934 312
<b>Total</b>	<b>52 187 060</b>	<b>(22 098)</b>	<b>384 529</b>	<b>(166 054)</b>	<b>(346 267)</b>	<b>(39 142 840)</b>	<b>12 894 330</b>

Descrição	31.12.2017					
	Saldo inicial	Variação cambial	Aumento	Reversão	Outras Variações	Saldo final
Perdas por imparidade:						
Propriedades de investimento	2 259 929					2 259 929
Ativos fixos tangíveis	5 861 104		1 509 634	(1 019 431)	(45 153)	6 306 154
Ativos intangíveis	19 242					19 242
Clientes	577 570	(9 691)	113 705	(8 701)	(255 656)	417 227
Subtotal perdas por imparidade	8 717 845	(9 691)	1 623 339	(1 028 132)	(300 809)	9 002 552
Provisões:						
Processos judiciais em curso	738 644		553 000	(542 300)		749 344
Outras	1 195 000		3 275 719		39 596	4 510 315
Subtotal provisões	1 933 644		3 828 719	(542 300)	39 596	5 259 659
Subtotal perdas por imparidade e provisões	10 651 489	(9 691)	5 452 058	(1 570 432)	(261 213)	14 262 211
Outras perdas:						
Investimentos	36 973 903					36 973 903
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários	910 432	(6 405)	561 787	(514 868)		950 946
<b>Total</b>	<b>48 535 824</b>	<b>(16 096)</b>	<b>6 013 845</b>	<b>(2 085 300)</b>	<b>(261 213)</b>	<b>52 187 060</b>

Na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, as perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

Os aumentos e utilizações/reversões de provisões e perdas por imparidade encontram-se incluídos nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada de Resultados:

	31.12.2018			31.12.2017		
	Perdas	Ganhos	Total	Perdas	Ganhos	Total
Custo das vendas	50 624	( 140 269)	( 89 645)	336 768	( 306 232)	30 536
Variação da produção	175 751	( 83 247)	92 504	225 019	( 208 636)	16 383
Provisões e perdas por imparidade	158 154	( 249 209)	( 91 055)	5 452 058	(1 570 432)	3 881 626
Gastos com pessoal		( 39 596)	( 39 596)			
<b>Total (Demonstração Consolidada de Resultados)</b>	<b>384 529</b>	<b>( 512 321)</b>	<b>( 127 792)</b>	<b>6 013 845</b>	<b>(2 085 300)</b>	<b>3 928 545</b>

### 29.1. Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os movimentos registados em perdas por imparidade podem ser resumidos como segue:

- As perdas por imparidade registadas em resultado dos exercícios de 2018 e de 2017 estão incluídas na coluna "Aumentos" dos quadros em cima;
- As perdas por imparidade revertidas nos exercícios de 2018 e de 2017 estão incluídas na coluna "Reversão" dos quadros em cima;
- A coluna "Outras variações", inclui as reduções referentes a alienações e abates.

### 29.2. Provisões

À data de 31 de dezembro de 2018, os saldos de provisões podiam decompor-se como segue:

- Provisões para processos judiciais em curso: o montante registado de 500 000 euros refere-se, principalmente, a litígios com ex-trabalhadores de unidades industriais desativadas. Não é possível estimar o período em que estas provisões serão utilizadas;
- Outras Provisões: inclui, designadamente, 1 195 000 euros para responsabilidades de natureza ambiental e 3 275 719 euros para responsabilidades que, nos termos do contrato de constituição do empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A., são transferidas para a Sonae Indústria, SGPS, S. A. (nota 5).

### 30. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

À data de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o Grupo detinha contratos irrevogáveis de locação operacional cujas rendas vencem como segue:

	Pagamentos mínimos de locação operacional	
	31.12.2018	31.12.2017
2018		1 245 701
2019	2 108 658	305 735
2020	1 689 180	81 162
2021	1 368 218	295
2022	957 891	
2023	906 406	
	<u>7 030 353</u>	<u>1 632 893</u>

Durante o exercício concluído em 31 de dezembro de 2018, o Grupo registou na rubrica Fornecimentos e serviços externos, da Demonstração Consolidada de Resultados, rendas referentes a contratos de locação operacional no montante de 2 289 000 euros (2 245 000 euros no exercício de 2017).

### 31. PARTES RELACIONADAS

31.1. Os saldos e transações registados durante o exercício com entidades relacionadas, podem ser resumidos como segue:

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Subsidiárias da entidade controladora final	102 311	100 248	351 433	405 851
Empreendimentos conjuntos da Sonae Indústria, SGPS, S.A.	483 982	537 449	1 188 820	1 496 292
Transações	Rendimentos		Gastos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Subsidiárias da entidade controladora final	69 701	68 483	1 112 604	1 045 866
Empreendimentos conjuntos da Sonae Indústria, SGPS, S.A.	3 217 779	3 921 967	12 420 076	16 066 435

Os rendimentos e gastos registados que resultam de transações com partes relacionadas referem-se a atividades operacionais e foram realizadas em condições equiparáveis às transações realizadas no mercado entre partes independentes.

31.2. A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sociedade pode ser decomposto como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Benefícios de curto prazo	823 172	953 595
Benefícios de médio prazo	<u>          </u>	<u>143 935</u>
	<u><u>823 172</u></u>	<u><u>1 097 530</u></u>

Os montantes divulgados no quadro anterior referem-se às remunerações dos membros do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S. A. que foram registadas na rubrica Gastos com pessoal, das Demonstrações Consolidadas de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Às datas de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não havia benefícios pós-emprego atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade.

31.3. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade registou nas presentes demonstrações financeiras consolidadas os seguintes gastos com honorários da sociedade de revisores oficiais de contas Deloitte & Associados, SROC, S. A. e respetiva rede internacional (PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda e respetiva rede internacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2017):

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Honorários totais referentes à revisão legal das contas anuais	127 248	88 329
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	<u>          </u>	<u>2 000</u>
Honorários totais referentes a outros serviços	<u>3 204</u>	<u>9 500</u>
	<u><u>130 452</u></u>	<u><u>99 829</u></u>

### 32. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, da Demonstração Consolidada de Resultados dos exercícios de 2018 e 2017, detalha-se como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Ganhos na alienação de investimentos não correntes		1 601
Ganhos na alienação e abate de prop. invest., ativos tang. e intang.	3 748 097	216 901
Rendimentos suplementares	1 762 547	2 228 983
Subsídios ao investimento	503 641	165 877
Restituição de impostos	23 911	6 172
Diferenças de câmbio favoráveis	1 168 441	1 955 406
Ajust. p/ justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	348 089	242 041
Outros	<u>670 651</u>	<u>2 241 725</u>
	<u>8 225 377</u>	<u>7 058 706</u>

Os ganhos registados no período findo em 31 de dezembro de 2018 em ativos fixos tangíveis referem-se, principalmente, à alienação do terreno e edifício da antiga unidade industrial de Solsona, Espanha, que se encontrava desativada.

### 33. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica Outros gastos e perdas, da Demonstração Consolidada de Resultados dos exercícios de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Impostos	1 359 829	1 412 494
Perdas na alienação de investimentos não correntes	83 667	
Perdas na alien. e abate de prop. invest., ativos tang. e intang.	551 734	123 828
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 181 059	1 586 701
Ajust. p/ justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	269 504	392 954
Outros	<u>201 784</u>	<u>274 106</u>
	<u>3 647 577</u>	<u>3 790 083</u>

### 34. GASTOS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Durante o exercício de 2018, o Grupo registou em diversas rubricas da Demonstração Consolidada de Resultados, gastos em investigação e desenvolvimento no montante de 44 221 euros (48 686 euros no exercício de 2017).



### 36. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b>Rendimentos financeiros:</b>		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	12 175	18 575
relativos a empréstimos a empresas relacionadas		1 968
outros	<u>653</u>	
	<u>12 828</u>	<u>20 543</u>
Diferenças de câmbio favoráveis		
relativas a empréstimos	12 397	112 439
relativas a caixa e equivalentes de caixa	<u>540 471</u>	<u>614 918</u>
	552 868	727 357
Descontos de pronto pagamento obtidos	89 502	70 062
Outros rendimentos e ganhos financeiros	<u>5 785</u>	<u>589 229</u>
	<u>660 983</u>	<u>1 407 191</u>
<b>Gastos financeiros:</b>		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(8 082 154)	(8 120 074)
relativos a contratos de locação financeira	(60 975)	(74 995)
outros	<u>(2 206)</u>	<u>(12 482)</u>
	(8 145 335)	(8 207 551)
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
relativas a empréstimos	(20 079)	(160 123)
relativas a caixa e equivalentes de caixa	<u>( 529 144)</u>	<u>(1 229 364)</u>
	( 549 223)	(1 389 487)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(1 747 756)	(1 805 941)
Outros gastos e perdas financeiros	<u>(1 780 391)</u>	<u>(1 615 636)</u>
	<u>(12 222 705)</u>	<u>(13 018 615)</u>
<b>Resultados financeiros</b>	<u><u>(11 561 722)</u></u>	<u><u>(11 611 424)</u></u>

### 37. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2018 e 2017 são detalhados como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Imposto corrente	5 698 246	7 117 346
Imposto diferido	<u>473 220</u>	<u>(660 092)</u>
	<u><u>6 171 466</u></u>	<u><u>6 457 254</u></u>

A reconciliação do resultado consolidado antes de impostos das operações que continuam com o imposto sobre o rendimento do exercício consolidado pode ser apresentada da seguinte forma:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Resultado consolidado antes de imposto das operações que continuam	17 199 937	21 722 985
Taxa imposto	<u>21.00%</u>	<u>21.00%</u>
Imposto expectável	3 611 987	4 561 827
Dif <sup>a</sup> . em taxas de imposto estrangeiras	511 376	1 511 951
Efeito de impostos provinciais/municipais	42 300	8 142
Ajustamentos de consolidação	(2 490 098)	(2 768 819)
Diferenças permanentes		
Custos não dedutíveis	1 352 178	1 879 384
Proveitos não tributados	( 163 868)	( 71 891)
Prejuízos fiscais reportáveis		
Ativo por imposto diferido não registado (não conformidade IAS 12)	854 757	605 868
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis cujo imposto diferido não foi registado em exercícios anteriores		( 386 680)
Ativo por imposto diferido revertido (não conformidade IAS 12) - nota 13	1 456 216	
Retenções na fonte em jurisdições fiscais estrangeiras	1 534 046	
Efeito de alteração das taxas de imposto	7 957	6 256
Outros	( 545 385)	1 111 216
Imposto sobre o rendimento consolidado	<u><u>6 171 466</u></u>	<u><u>6 457 254</u></u>

O montante apresentado em Ajustamentos de consolidação diz respeito, principalmente, à quota-parte do resultado líquido consolidado do empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A., registada nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 por meio do método da equivalência patrimonial.

As empresas do Grupo estão sujeitas às seguintes taxas de imposto sobre os lucros:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Nacional</u>	<u>Provincial</u>	<u>Nacional</u>	<u>Provincial</u>
Portugal	21.0%		21.0%	
Canadá	15.0%	11.7%	15.0%	11.8%
África do Sul	28.0%		28.0%	

### 38. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Resultado líquido		Resultado líquido	
	das operações que continuam	total	das operações que continuam	total
<b>Resultados</b>				
<i>Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da</i>	11 028 470	11 028 470	15 265 731	15 265 731
<i>Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído</i>	<u>11 028 470</u>	<u>11 028 470</u>	<u>15 265 731</u>	<u>15 265 731</u>
<b>Número de ações</b>				
<i>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação, básico</i>	45 403 029	45 403 029	45 403 029	45 403 029
<i>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação, diluído</i>	<u>45 403 029</u>	<u>45 403 029</u>	<u>45 403 029</u>	<u>45 403 029</u>
<b>Resultado básico por ação</b>	<u>0,2429</u>	<u>0,2429</u>	<u>0,3362</u>	<u>0,3362</u>
<b>Resultado diluído por ação</b>	<u>0,2429</u>	<u>0,2429</u>	<u>0,3362</u>	<u>0,3362</u>

### 39. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A atividade principal do Grupo consiste na produção e comercialização de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Canadá e África do Sul.

O sistema interno de relato ao órgão decisor da Sonae Indústria enfoca nas atividades desenvolvidas. As atividades conexas à atividade principal apresentam-se materialmente irrelevantes para efeitos de relato segmental, razão pela qual o Grupo entende apresentar um único segmento.

O rédito consolidado deriva, principalmente, da produção e venda de painéis aglomerados de madeira e seus derivados.

### 40. CONTINGÊNCIAS

Em outubro de 2010, a Sonae Industria, SGPS, SA recebeu uma nota de liquidação da autoridade fiscal, de acordo com a qual a menos-valia resultante da liquidação,

em 2006, da sua participada Socelpac, SGPS, SA, no valor de 74 milhões de euros, apenas deveria ser considerada em 50% para efeitos de cálculo da matéria coletável em sede de IRC. Por discordar deste entendimento, a sociedade apresentou impugnação judicial.

A subsidiária Sonae Indústria de Revestimentos, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 2 271 000 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A subsidiária Maiequipa – Gestão Florestal, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 1 242 746 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Indústria, SGPS, SA apresentou garantias bancárias no montante de 9 286 997 euros para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra si, tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações, com exceção do processo IRC 2015, onde até à data apenas foi apresentada reclamação graciosa.

De acordo com a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração considera que a probabilidade de as referidas impugnações judiciais e reclamação graciosa serem julgadas improcedentes é reduzida, pelo que não foi efetuado qualquer ajustamento aos montantes de estimativa para imposto corrente, nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

A fiança da Sonae Indústria, SGPS, S. A. prestada a favor do Instituto de Segurança Social, no montante de 321 858 euros, para caução da contingência que a Sonae Arauco Portugal, S. A. tem com esta entidade.

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. tem um aval prestado a favor do Montepio, no montante de 1 090 248 euros, no âmbito de um contrato de locação imobiliária celebrado entre a subsidiária Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e o Montepio.

A ex-subsidiária Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e outros produtores alemães de painéis derivados de madeira encontram-se envolvidos em alguns processos de contencioso instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência, no seguimento da qual as ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH receberam, em março de 2010, uma nota de ilicitude da Autoridade Alemã da Concorrência. Alguns desses processos já conheceram o desfecho entre os anos de 2015 e 2018, tendo sido registados os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras individuais de cada empresa e nas demonstrações financeiras consolidadas da participada Sonae Arauco, S. A. (em cujo perímetro de consolidação estas ex-subsidiárias estão incluídas) dos respetivos períodos. Para os processos ainda em curso, as reclamações apresentadas especificamente às ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH ascendem a um montante de 31,5 milhões de euros de contingência máxima (baseada nos valores reclamados). Em relação a outros processos em que estas ex-subsidiárias estão envolvidas conjuntamente com outros produtores alemães, a contingência máxima ascende a 26 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2018, o que traduz uma redução em relação ao montante de 42,7 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2017 resultante de desenvolvimentos ocorridos em 2018 num desses casos, que não teve quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco, S. A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. De acordo com o parecer dos advogados destas ex-subsidiárias, à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho dos processos em curso ou o montante de eventuais pagamentos que venham a ser estabelecidos. Nos termos do contrato de subscrição de ações da Sonae Arauco, S. A., celebrado em 2015 por esta sociedade, pela Sonae Indústria SGPS S.A. e pelo Grupo Arauco, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. assume a obrigação de compensar a Sonae Arauco, S. A. por quaisquer perdas resultantes destes processos.

A sociedade Darbo SAS, ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS, S. A. localizada em França, foi vendida em 3 de julho de 2015 a uma subsidiária da Gramax Capital, tendo sido excluída das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, nessa data. Esta sociedade foi apresentada à insolvência no Tribunal de Comércio

de Dax, em França, em setembro de 2016, tendo sido declarada, pelo referido tribunal, a sua liquidação, em outubro do mesmo ano.

Na sequência do referido processo, 110 ex-trabalhadores da sociedade Darbo apresentaram diversas ações judiciais no Tribunal de Trabalho de Dax, em França, contra, entre outras entidades, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. e a Gramax Capital, por meio das quais reclamam indemnizações por alegado despedimento sem justa causa, num montante total de 13 653 917,28 euros. Os mesmos ex-trabalhadores apresentaram, ainda, no Tribunal Cível de Dax, uma ação judicial contra as sociedades vendedora e compradora, bem como contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., pela qual reclamam a anulação da venda da Darbo SAS e o pagamento de indemnizações por alegados danos sofridos, no mesmo montante reclamado perante o Tribunal de Trabalho de Dax (13 653 917,28 euros). À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas, os processos judiciais encontram-se a decorrer, não sendo possível prever se do seu desfecho resultará alguma responsabilidade a registar futuramente no passivo consolidado do Grupo Sonae Indústria.

#### 41. EVENTOS SUBSEQUENTES

A LaminatePark GmbH & Co. KG (LaminaPark), um empreendimento conjunto da Sonae Arauco e da Tarkett para o fabrico e comercialização de *flooring* laminado em MDF e HDF, anunciou em 19 de fevereiro de 2019 a intenção de cessar a atividade da sua unidade industrial de Eiweiler, Alemanha. A Comissão Económica e o Conselho dos Trabalhadores da LaminatePark foram informados e as negociações formais tiveram início. Esta iniciativa ficou a dever-se ao fraco desempenho económico que a LaminatePark tem vindo a apresentar. Esta entidade desenvolve a sua atividade num contexto de mercado muito competitivo, que foi fortemente afetado pela tendência decrescente verificada na procura de *flooring* laminado em MDF e HDF nos mercados da Europa Ocidental, particularmente durante 2018, que conduziram a níveis muito baixos de utilização da capacidade produtiva instalada. A decisão foi tomada com base na ausência de perspetivas razoáveis de uma recuperação da rentabilidade financeira desta entidade no médio prazo. Os testes de imparidade realizados levaram a Sonae Arauco a registar uma perda por imparidade nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 correspondente ao valor contabilístico total da sua participação financeira no empreendimento conjunto LaminatePark, e ao valor contabilístico total do empréstimo acionista a esta

entidade. O efeito desta perda por imparidade foi refletida nos resultados consolidados da Sonae indústria por aplicação do método da equivalência patrimonial, e traduziu-se numa perda de 7 951 758 euros.

#### 42. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 27 de março de 2019, o Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S. A. deliberou que as presentes demonstrações financeiras consolidadas sejam submetidas a aprovação na Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

# **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## **RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras separadas anexas da Sonae Indústria, SGPS, S.A. ("a Entidade"), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 473.540.898,45 euros e um total de capital próprio de 289.025.624,99 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 443.961,81 euros), a demonstração separada dos resultados por naturezas, a demonstração separada do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira separada da Sonae Indústria, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras separadas" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras separadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about) para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p align="center"><b>Imparidade de investimentos financeiros em subsidiárias e empreendimentos conjuntos</b></p>	
<p align="center">(Notas 2.2., 5. e 25. do Anexo às demonstrações financeiras separadas)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2018, a Sonae Indústria detém investimentos financeiros significativos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos, cujo valor contabilístico ascende a 223 milhões de euros e 227 milhões de euros respetivamente (Nota 5). As referidas participações financeiras são mensuradas ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade (Nota 2.2.).</p> <p>Conforme indicado na Nota 2.2, o Grupo reconhece perdas de imparidade quando verificados indícios de imparidade e se determina que o valor de recuperação de um dado ativo se demonstra inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>A definição de indícios de imparidade e os testes de imparidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura.</p> <p>Em determinadas situações, nomeadamente nas subsidiárias com ativos imobiliários, o Grupo procede à determinação do valor de venda (menos custos de alienação), recorrendo, nestes casos, a avaliações realizadas por especialistas externos. Tais processos de avaliação envolvem igualmente diversos pressupostos.</p> <p>Como resultado do seu processo de análise, o Grupo registou, nas suas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2018, perdas de imparidade no montante de, aproximadamente, 1,1 milhões de euros em relação a investimentos financeiros em subsidiárias (Notas 5 e 25).</p> <p>Tendo em vista a relevância dos ativos em análise para as demonstrações financeiras separadas, a complexidade inerente à realização e análise dos modelos de avaliação usados, sustentados em estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado e bem assim o nível de estimativas envolvidas ao nível da determinação de imparidade, consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram a avaliação dos controlos relevantes relacionados com a identificação de indícios de imparidade ao nível dos ativos não correntes da Entidade, bem como a análise do exercício de avaliação de perdas de imparidade nas situações em que a Entidade identifica indícios de imparidade em ativos não correntes.</p> <p>No que diz respeito à avaliação do valor de recuperação usado pela Entidade no processo de avaliação de imparidade, a nossa análise incluiu:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• obtenção dos modelos de avaliação utilizados para determinar a quantia recuperável de cada investimento financeiro e teste à correção aritmética desses modelos;</li> <li>• avaliação da metodologia usada pela Entidade no processo de determinação do valor de uso, nomeadamente face aos requisitos do normativo contabilístico aplicável;</li> <li>• avaliação dos pressupostos subjacentes aos modelos, envolvendo, quando considerado necessário, especialistas Internos da Deloitte para avaliar de forma crítica os pressupostos utilizados, nomeadamente, as taxas de desconto, taxas de crescimento de curto e longo prazo utilizadas, para além dos próprios fluxos de caixa previsionais;</li> <li>• realização de discussões com os órgãos de gestão e seus representantes.</li> </ul> <p>Relativamente aos investimentos financeiros, associados a Empresas cujos ativos foram alvo de avaliações imobiliárias, avaliamos os pressupostos utilizados pela Entidade e pelos seus avaliadores na sua determinação, avaliando a adequacidade dos métodos usados e comparando as avaliações obtidas com os registos contabilísticos.</p> <p>Avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.</p>

**Litígios e contingências legais**

(Notas 5.2., 17. e 28. do Anexo às demonstrações financeiras separadas)

Conforme descrito nas Notas 5.2 e 28, a Entidade mantém um conjunto de processos / contingências de natureza legal, dos quais se destacam as ações judiciais instauradas por trabalhadores de uma ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS,

Os nossos procedimentos de auditoria relativamente à avaliação das referidas contingências e litígios, incluem os seguintes aspetos:

- Dado que parte das referidas contingências se referem a geografias que são auditadas por outros auditores,

S.A., Darbo SAS, alienada em 2015 e os processos instituídos por Clientes (Alemanha) e Autoridades Estatais (África do Sul) por danos decorrentes da alegada violação de leis da concorrência de subsidiárias do Empreendimento Conjunto Sonae Arauco, S.A., na Alemanha e África do Sul (Nota 5.2. e 17), da inteira responsabilidade da Sonae Indústria, SGPS, S.A. em resultado do acordo estabelecido com o parceiro do Empreendimento Conjunto.

De acordo com o referido na Nota 28, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho de algumas das referidas contingências, referentes à ex-subsidiária da Entidade em França, Darbo SAS (montante máximo de 13,6 milhões de euros), e referente à alegada violação de legislação da concorrência, em ex-subsidiárias da Entidade na Alemanha, de montante máximo de 31,5 milhões de euros (da total responsabilidade da Sonae Indústria) e 26 milhões de euros (responsabilidade partilhada com outros produtores alemães).

A classificação dos referidos litígios como passivos contingentes ou como provisão, bem como a sua mensuração, são matérias que envolvem um grau elevado de julgamento e de incerteza, pelo que existe o risco da classificação assumida, e/ou das estimativas registadas virem a revelar-se inadequadas e as provisões conterem erros materiais, pelo que consideramos que esta área é uma matéria relevante de auditoria.

procedemos ao envio de instruções de auditoria para os referidos auditores dessas entidades conforme previsto na ISA 600 – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente):

- o Avaliamos a competência técnica dos auditores em questão;
- o Estivemos envolvidos no processo de planeamento das referidas auditorias e dos procedimentos na presente área;
- o Procedemos à revisão e análise conjunta das referidas contingências;
- Obtivemos dos departamentos legais dos Grupos Sonae Indústria e Sonae Arauco, uma relação de processos em curso e respetiva avaliação de contingência;
- Obtivemos ainda a resposta, às nossas solicitações e dos auditores das componentes, dos consultores jurídicos que acompanham os processos e contingências em causa;
- Debatem os pressupostos e argumentos que sustentam o posicionamento do Órgão de Gestão.

Avaliamos ainda a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras separadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras separadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras separadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras separadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras separadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras separadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de maio de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 28 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 28 de março de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por António Manuel Martins Amaral, ROC

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae Indústria, SGPS, S.A. ("a Entidade") e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 401.849.531 euros e um total de capital próprio de 135.533.507 euros, incluindo um resultado líquido de 11.028.470 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae Indústria, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about) para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p><b>Mensuração de investimentos empreendimentos conjuntos</b></p>	
<p>(Notas 2.2.b), 2.3., 2.23., 3., 5., 8. e 41. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2018, a Sonae Indústria detém um investimento num empreendimento conjunto, Sonae Arauco, S.A., cujo valor contabilístico ascende a 212 milhões de euros (que inclui um valor de Goodwill de, aproximadamente, 81 milhões de Euros – Nota 5.3.), tendo sido, no exercício, reconhecido em Ganhos relativos a empreendimentos conjuntos o montante de 12,5 milhões de euros relativamente ao mesmo (Nota 5).</p> <p>O Grupo reconhece o Interesse no referido empreendimento conjunto através do método da equivalência patrimonial (Nota 2.2.b)), pelo que existe o risco de tais investimentos apresentarem erros de mensuração derivados de: (i) não reconhecimento de perdas de imparidade sobre o referido ativo que potencialmente possam existir; e de (ii) erros na elaboração de demonstrações financeiras naquele Grupo e suas subsidiárias.</p> <p>Ao nível da análise de indícios de Imparidade sobre o referido investimento cumpre realçar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Grupo efetua, de acordo com as suas políticas (Nota 2.2.b)), avaliação de indicadores de imparidade dos seus ativos à data de relato;</li> <li>• Conforme indicado na Nota 2.2.b), o Grupo reconhece perdas de imparidade quando, são identificados indicadores de imparidade e o valor de recuperação do ativo se demonstra ser inferior ao seu valor contabilístico;</li> <li>• Como resultado do seu processo de análise, o Grupo concluiu não existirem indícios de imparidade sobre empreendimento conjunto (Nota 8).</li> </ul> <p>Ao nível da análise da existência de erros na elaboração das demonstrações financeiras da Sonae Arauco, cumpre referir que os testes de imparidade realizados ao nível desta componente, nas várias geografias, incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura de clientes.</p> <p>Adicionalmente, conforme referido nas Notas 3 e 5 às demonstrações financeiras consolidadas, os resultados do empreendimento conjunto, os quais foram apropriados em 50% pela Sonae Indústria, incluem montantes relevantes associados a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indeminizações por danos patrimoniais em ativos fixos tangíveis e inventários (35 milhões de Euros –</li> </ul>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obtenção das demonstrações financeiras do empreendimento conjunto, e obtenção da última Certificação Legal de Contas e/ou Relatório de Auditoria disponível;</li> <li>- Validação da aplicação do método de equivalência patrimonial sobre o referido investimento financeiro;</li> <li>- Validação dos indicadores de imparidade associados ao Empreendimento Conjunto;</li> <li>- Verificação dos modelos de avaliação utilizados para determinar a quantia recuperável de ativos não correntes do referido empreendimento conjunto, através da (i) análise da correção aritmética do modelo de avaliação utilizado; (ii) avaliação dos pressupostos subjacentes ao modelo, incluindo as taxas de desconto utilizadas, as taxas de crescimento de longo prazo e fluxos de caixa previsionais; e (iii) consulta dos especialistas internos da Deloitte para avaliar de forma crítica os pressupostos, as taxas de desconto e taxas de crescimento de longo prazo utilizadas;</li> <li>- Inquérito aos órgãos de gestão e seus representantes.</li> </ul> <p>Dado a Sonae Arauco, S.A., ser auditada por outros auditores, procedemos ao envio de instruções de auditoria para os mesmos conforme previsto na ISA 600 – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente).</p> <p>Avaliamos a competência técnica dos auditores em questão, estivemos envolvidos no processo de planeamento das referidas auditorias e procedemos, quando considerado relevante, à revisão dos papéis de trabalho dos auditores garantindo que os riscos significativos por nós identificados haviam sido adequadamente endereçados, tendo analisado as conclusões dos procedimentos levados a cabo para a mitigação de tais riscos, nomeadamente no que se refere aos testes aos sistemas de controlo interno sobre a área do reconhecimento de receita.</p> <p>Analisámos o processo de conclusão da auditoria das demonstrações financeiras, tendo igualmente procedido à análise dos relatórios emitidos pelos auditores das empresas em questão debatendo com os mesmos as respetivas conclusões e seu suporte.</p> <p>Relativamente aos ativos que foram alvo de avaliações imobiliárias, os nossos procedimentos nesta área incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação dos pressupostos utilizados pela Entidade e pelo seu avaliador na determinação do justo valor dos imóveis;</li> </ul>

valores não proporcionallizados) e perdas de exploração (21 milhões de Euros – valores não proporcionallizados) em resultado dos incêndios florestais de outubro de 2017 que afetaram as unidades produtivas das unidades da Sonae Arauco, S.A., em Oliveira do Hospital e Mangualde;

- Registo de perdas de imparidade, no montante de, 15,9 milhões de euros – valores não proporcionallizados – Nota 5 e 41) sobre o investimento financeiro e respetivas contas a receber de um empreendimento conjunto da referida participada (LaminatePark).

Como referido no anexo às demonstrações financeiras do Grupo (Nota 2.3.), a política de mensuração subsequente dos terrenos e edifícios corresponde ao modelo de revalorização. O exercício de mensuração a justo valor dos referidos ativos foi realizado por uma entidade independente com referência a 31 de dezembro de 2018. Como resultado das revalorizações efetuadas sobre os ativos do Empreendimento conjunto, o Grupo registou um incremento patrimonial, através de Outro rendimento integral de, aproximadamente, 4 milhões de Euros (Nota 5), correspondente à sua quota parte do efeito de valorização dos referidos imóveis.

Tomando em consideração a i) relevância dos ativos e matérias acima referidas para as demonstrações financeiras consolidadas; ii) a complexidade inerente à realização e análise dos modelos de avaliação usados, sustentados em estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado e bem assim o nível de estimativas envolvidas ao nível da determinação de imparidade; e iii) a relevância das demonstrações financeiras do Empreendimento conjunto, das demonstrações financeiras das suas subsidiárias e transações para o Grupo Sonae Indústria, consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.

- Avaliação da adequacidade dos métodos usados e comparando as avaliações obtidas com as avaliações realizadas em exercícios anteriores;
- Envolvimento de especialistas internos da Deloitte;
- Análise da adequação do registo contabilístico face aos resultados das avaliações.

Avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

## Litígios e contingências legais

(Notas 5.1., 5.2., 29 e 40 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

Conforme descrito nas Notas 5.1., 5.2., 29. e 40., a Entidade mantém um conjunto de processos / contingências de natureza legal, dos quais se destacam as ações judiciais instauradas por trabalhadores de uma ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS, S.A., Darbo SAS, alienada em 2015 e os processos instituídos por Clientes (Alemanha) e Autoridades Estatais (África do Sul) por danos decorrentes da alegada violação de leis da concorrência de subsidiárias do Empreendimento Conjunto Sonae Arauco, S.A., na Alemanha e África do Sul (Nota 5.2.), da inteira responsabilidade da Sonae Indústria, SGPS, S.A. em resultado do acordo estabelecido com o parceiro do Empreendimento Conjunto.

De acordo com o referido na Nota 40, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho de algumas das referidas contingências, referentes à ex-subsidiária da Entidade em França, Darbo SAS (montante máximo de 13,6 milhões de euros), e referente à alegada violação de legislação da concorrência, em ex-subsidiárias da Entidade na Alemanha, de montante máximo de 31,5 milhões de euros (da total responsabilidade da Sonae Indústria) e 26 milhões de euros (responsabilidade partilhada com outros produtores alemães).

A classificação dos referidos litígios como passivos contingentes ou como provisão bem como a sua mensuração são matérias que envolvem um grau elevado de julgamento e de incerteza, pelo que existe o risco da classificação assumida, e/ou das estimativas registadas virem a revelar-se inadequadas e as provisões conterem erros materiais, pelo que consideramos que esta área é uma matéria relevante de auditoria.

Os nossos procedimentos de auditoria relativamente à avaliação das referidas contingências e litígios, incluem os seguintes aspetos:

- Dado que parte das referidas contingências se referem a geografias que são auditadas por outros auditores, procedemos ao envio de instruções de auditoria para os referidos auditores dessas entidades conforme previsto na ISA 600 – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente):
  - Avaliamos a competência técnica dos auditores em questão;
  - Estivemos envolvidos no processo de planeamento das referidas auditorias e dos procedimentos na presente área;
  - Procedemos à revisão e análise conjunta das referidas contingências;
- Obtivemos dos departamentos legais dos Grupos Sonae Indústria e Sonae Arauco, uma relação de processos em curso e respetiva avaliação de contingência;
- Obtivemos ainda a resposta, às nossas solicitações e dos auditores das componentes, dos consultores jurídicos que acompanham os processos e contingências em causa;
- Debates os pressupostos e argumentos que sustentam o posicionamento do Órgão de Gestão.

Avaliamos ainda a adequidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Sonae Indústria, SGPS, S.A. (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de maio de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 28 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 28 de março de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por António Manuel Martins Amaral, ROC

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, S.A.

*Aos Senhores Acionistas*

### 1 – Relatório

#### 1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

#### 1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência, a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou reuniões ordinárias trimestrais, além de outras extraordinárias, em que foram analisadas as matérias sujeitas às suas atribuições e competências. De acordo com a natureza dos assuntos a tratar, as reuniões contaram com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, Administrativo e Financeiro, Auditoria Interna e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou, ainda, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.



No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae Indústria, SGPS, S.A.. No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços individual e consolidado, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e os correspondentes anexos, relativos ao exercício de 2018, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como o Relatório Adicional de Auditoria previsto no art.º 24º da Lei 148/2015, de 09 de setembro.

O Conselho Fiscal observou a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, não tendo identificado a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG I.2.2, I.2.3, 1,2,4, I.3.1,1.3.2, 1.5.1, 1.5.2, III.1.1, III.8 (com incidência na política de risco em conformidade e no âmbito da sua competência legal), III.11, III.12, IV.4, V.1.2 (com incidência na apreciação do cumprimento do orçamento e na gestão de risco, em conformidade e no âmbito da sua competência), VII.1.1,VII.2.1, VII.2.2 e VII. 2.3.

Sendo um órgão totalmente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo analisado que o mesmo contém os elementos referidos no art.º 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.



## 2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão;
- b) As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

## 3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o Relatório do Governo da Sociedade cumpre o disposto no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 28 de março de 2019

O Conselho Fiscal

  
António Augusto Almeida Trabulo

  
Ana Luísa Nabais Aniceto da Fonte

  
Óscar José Alçada da Quinta